

Série Educação Popular & Saúde

DIALOGISMO E ARTE NA GESTÃO EM SAÚDE

A PERSPECTIVA POPULAR NAS CIRANDAS DA VIDA



Vera Lúcia de Azevedo Dantas

ORGANIZADORA

Vera Lúcia de Azevedo Dantas

ORGANIZADORA

Série Educação Popular & Saúde

DIALOGISMO E ARTE NA GESTÃO EM SAÚDE

A PERSPECTIVA POPULAR NAS CIRANDAS DA VIDA

3ª Edição

Porto Alegre

2020

editora

redeunida



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Túlio Batista Franco

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**

Editores Associados: **Gabriel Calazans Baptista, Ricardo Burg Ceccim, Cristian Fabiano Guimarães, Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins**

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;

Alcindo Antônio Ferla – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Ángel MartínezHernández – Universitat Rovira i Virgili, Espanha;

Angelo Stefanini – Università di Bologna, Itália;

Ardigó Martino – Università di Bologna, Itália;

Berta Paz Lorido – Universitat de les Illes Balears, Espanha;

Celia Beatriz Iriart – University of New Mexico, Estados Unidos da América;

Denise Bueno – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Emerson Elias Merhy – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;

Erica Rosalba Mallmann Duarte – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Francisca Valda Silva de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil;

Izabella Barison Matos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;

Hêider Aurélio Pinto – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil;

João Henrique Lara do Amaral – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;

Júlio César Schweickardt – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;

Laura Camargo Macruz Feuerwerker – Universidade de São Paulo, Brasil;

Laura Serrant-Green – University of Wolverhampton, Inglaterra;

Leonardo Federico – Universidad Nacional de Lanús, Argentina;

Lisiane Böer Possa – Universidade Federal de Santa Maria, Brasil;

Liliana Santos – Universidade Federal da Bahia, Brasil;

Luciano Bezerra Gomes – Universidade Federal da Paraíba, Brasil;

Mara Lisiane dos Santos – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;

Márcia Regina Cardoso Torres – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil;

Marco Akerman – Universidade de São Paulo, Brasil;

Maria Luiza Jaeger – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil;

Maria Rocineide Ferreira da Silva – Universidade Estadual do Ceará, Brasil;

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira – Universidade Federal do Pará, Brasil;

Ricardo Burg Ceccim – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Rodrigo Tobias de Sousa Lima – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;

Rossana Staevie Baduy – Universidade Estadual de Londrina, Brasil;

Simone Edi Chaves – Ideia e Método, Brasil;

Sueli Terezinha Goi Barrios – Ministério da Saúde, Brasil;

Túlio Batista Franco – Universidade Federal Fluminense, Brasil;

Vanderlêia Laodete Pulga – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;

Vera Lucia Kodjaoglanian – Fundação Oswaldo Cruz/Pantanal, Brasil;

Vera Maria Rocha – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil.

A Série Educação Popular & Saúde é destinada à publicação de textos autorais com narrativas, ensaios teóricos e empíricos, pesquisas, relatos reflexivos e analíticos de experiências, assim como reflexões com diversidade de linguagens, no âmbito da saúde, das políticas públicas, da educação e do trabalho em saúde e dos movimentos sociais.

A produção teórica que compõem os livros deverá contribuir para a reflexão sobre as conexões entre a educação popular e a formação em saúde, a indução de práticas colaborativas e do caráter interprofissional na formação e no trabalho em saúde e a qualificação das iniciativas de formação no Sistema Único de Saúde (SUS). As análises deverão abordar o estado da arte do conhecimento científico e, também, o cotidiano, com ênfases no instituído (o que já está no escopo do conhecimento válido) e, também, no cotidiano (os saberes que fazem artesanias para resolver os problemas do dia-a-dia) e que tem desfechos e resultados construtivos. As produções deverão observar os seguintes eixos: bases e referenciais teórico conceituais e metodológicos da interface educação popular & saúde; dimensões da educação popular e saúde e as múltiplas linguagens; educação popular e saúde e a integralidade do cuidado; Educação Popular e Saúde e gestão participativa, participação e controle social.

A Educação Popular em Saúde mobiliza a produção compartilhada de conhecimentos para transformar situações ou problemas que, por sua vez, suscitam questionamentos, indagações para promover o diálogo entre as perguntas que surgem do cotidiano e as construções em diversas formas de conhecimento. Conecta territórios de afeto e luta no compartilhamento de saberes e práticas na construção e transformação para um país e mundo nos quais as diversidades sejam ouvidas na produção de comuns que cuidam de todos os seres no planeta. Tece redes dialógicas de afeto, implicação e amorosidade, de articulação, organização, lutas e produção de saberes e conhecimentos que emergem do cotidiano das experiências e de processos vividos em diálogo com outros saberes historicamente acumulados, na perspectiva de produções inovadoras para a compreensão, análise e resolução de situações limites, a fim de construir os inéditos viáveis para suas superações. Promove o encontro, a articulação dialética e a mediação entre os saberes populares e científicos, propiciando novas possibilidades, saberes e desafios. Propõe modos de viver e produzir conhecimentos, valorizando e reconhecendo as experiências de vida das pessoas, seus saberes, culturas e modos de cuidado, integrando o conhecimento científico numa perspectiva ética e crítica, não colonizadora.

Comissão Executiva Editorial

Gabriel Calazans Baptista
Márcia Regina Cardoso Torres

Arte da Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

Lucia Pouchain

Imagem de Capa

Josenildo Nascimento - quadrinista e cineasta, atuando como assessor artístico-pedagógico nas Cirandas da Vida onde tem produzido materiais pedagógicos com a linguagem dos quadrinhos. Entre suas produções nesse campo destacamos: O Cotidiano de Dona Chica na Luta Contra a Tuberculose; As Cirandas da Vida e a Humanização na Saúde; As Cirandas da Vida na Granja Portugal, entre outras. É também um dos sujeitos deste estudo.

Responsáveis pela Série

Vanderlêia Laodete Pulga, Maria Rocineide Ferreira da Silva, Vera Lúcia de Azevedo Dantas, José Ivo dos Santos Pedrosa.

Projeto Educação Popular, Equidade e Saúde

Capacitação e Mobilização de Atores Sociais para Fortalecimento do SUS da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Apoio

Ministério da Saúde

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D192d	Dantas, Vera Lúcia de Azevedo (org.) Dialogismo e Arte na Gestão em Saúde: A Perspectiva Popular nas Cirandas da Vida / Organizadora: Vera Lúcia de Azevedo Dantas. -- 3. ed. -- Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2020. 406 p. : il. -- (Série Educação Popular & Saúde)
	ISBN: 978-65-87180-02-1 DOI: 10.18310/9786587180021
	1. Aprendizagem na Saúde. 2. Educação Popular. 3. Equidade. 4. Saúde Coletiva. I. Título. II. Assunto. III. Dantas, Vera Lúcia de Azevedo.
	CDD 613:370.115 CDU 614:372.832
20-30180001	

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Saúde; Educação popular, Educação para responsabilidade social.
2. Saúde Pública; educação e cidadania.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre - RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br





DEDICO ESTA OBRA

Do fundo do meu ser, oferto a minha gratidão ao Grande Pai Céu, á Grande Mãe Terra, ao Avô Sol, à Avó Lua e todas as forças da natureza, que me guiaram por caminhos de luz e me permitiram caminhar em beleza, buscando paz, justiça e sabedoria para a conclusão deste estudo.

Aos cirandeiros e cirandeiros, caminhantes solidários dessa luta, pela garra, entrega, força, coragem, cuidado. Pela poesia, pela musicalidade, pela teatralidade, pelas palhaçadas, pela plasticidade, pelo toque, pelos questionamentos, pelas longas discussões e pela produção maravilhosa que tivemos: teórica, artística, social e humana.

À memória do meu pai Cipriano por acreditar na educação como caminho de superação. À minha mãe, Francisca, lutadora incansável sempre a mostrar caminhos e possibilidades.

Aos meus filhos Samuel, Mayana, Raímia e Uirá, pela presença incondicional, pelo apoio, pelos questionamentos e pela solidariedade.

Aos meus netos Isaac, João Pedro, Amandy e Naara pela alegria da vida e por ajudarem resgatar em mim a criança sempre pronta a viver o novo.

À todos os que fazem a minha família por continuarmos juntos.

À Ângela Linhares, pela delicadeza na escuta e profundidade de suas orientações. Pela felicidade em contar com sua presença intensa, amorosa e comprometida, espírito de luz que se transmuta em cirandas e sons.

Aos atores e movimentos que fazem a ANEPS, a Rede de Educação Popular e Saúde, a ANEPOP, o Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da ABRASCO, o Movimento Escambo Popular Livre das Ruas, grandes escolas permanentes na construção do conhecimento.

A todos os companheiros e companheiras das Cirandas da Vida, do Sistema Municipal de Saúde Escola e da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e aos amigos de tantos lugares por estarem comigo nessa construção.



É IMPRESCINDÍVEL E INEVITÁVEL QUE SEJAMOS FILÓSOFOS

(O impossível realizável)

É preciso aprender a semear com a máquina do tempo.

É vital, mais que vital, inventar:
vida e verdades, sonhos e realidades;
razão com alegria bailando
sobre o espelho das águas perenes.

Ainda esperamos, coitados, as chuvas do céu,
quando deveríamos fazer chover no chão de caos e ilusão;
umedecer as pedras, fazendo-as verter poesia;
transformar em vida a energia do sol
em desperdício que hoje nos flagela e define.

A fome, indústria cega e daninha, há de ser
o instrumento maior de transformação, tinta e pincel,
a reflexão, o painel sobre a eterna falta.

Sobre a miséria a ação, o desenlace sem queda.
A inteligência carcomida pela força da moeda
será o túmulo dos canibais de consciência.

É imprescindível e inevitável que sejamos filósofos.

Filósofos de nós mesmos.
Criadores e semeadores da nossa própria filosofia.
Recriadores confessos do nosso rosto.
Decoradores do espaço reservado à nossa causa.
Defensores incessantes do grito de liberdade,
do motivo do nosso choro, da grife do nosso riso.

Precisamos estar sempre dispostos a corrigir nossos costumes;
a mergulhar no abissal dos nossos valores culturais
para que venhamos festejar nossa vanguarda
e celebrar a estética do brilho estelar da nossa alma.

A estiagem haverá ser o nosso eterno objeto de estudo
e a resistência nosso princípio nossa viagem.

Ray Lima (in Nhandupoima – Queima Bucha 1994 – Mossoró – RN – Brasil)



PREFÁCIO EM DUETO

Ao ser convidado para escrever o prefácio deste livro, além de todas as boas emoções possíveis que o convite me trouxe achei que seria uma tarefa muito fácil. E, esta pretensa segurança decorre do fato de que a autora é minha amiga e irmã, unidos por afetos, que foram sendo construídos e alimentados nas caminhadas que fizemos e fazemos por várias trilhas no campo da educação popular em saúde, e, sobretudo por ela ser um sujeito que se move entre cirandas espalhando toques de cuidado por onde passa sempre inconformada porque a saúde, tal como vivenciamos hoje, é tão distante da arte de cuidar.

E nesse inconformismo ajudo a aumentar o coro daqueles que gritam juntos que a arte assim como a educação não são apenas instrumentos utilizados pelos profissionais de saúde que buscam incessantemente formas cada dia mais eficientes para controlar seja a doença, seja em os próprios sujeitos sociais. A arte é o próprio cuidar.

Pensei que seria fácil prefaciara obra com a qual tenho uma implicação orgânica, quase visceral, congênita. Eu estava por perto quando após muitas farinhadas o objeto, melhor dizendo, as situações limite, foram ganhando formas, expressões, vocalizações e o que parecia natural, incorporado, destino, sina ou maldição se transformou em problemas, que demandaram intervenções. Neste processo, acompanhei os fluxos de desconstrução das visões ingênuas da realidade, que nas rodas de conversa ganhavam um sentido crítico fazendo a roda girar em torno das perguntas fundamentais para Paulo Freire: - “por que é assim? Não poderia ser diferente?”

E, do movimento da ciranda, das rodas de conversa, das farinhadas começa a tomar corpo outro problema, mas de natureza solitária porque era a autora, individualmente, estudante de Programa de Pós-Graduação em Educação que se inquietava. E, nestes momentos eu também, embalado pela força da consciência da “incompletude do ser humano e da vontade de ser mais” também sentia o incômodo e a curiosidade de conhecer e questionar como o eco que os pés faziam

no chão nas cirandas e as mãos batendo palmas nas farinhadas chegavam nas pessoas e na gestão.

A pergunta da pesquisa virou Tese de Doutorado e eu, mais uma vez estava lá! Sentado do outro lado, integrando a Comissão Julgadora, representando o saber formalizado para emitir um parecer sobre todo esse movimento, agora materializado em um texto escrito sob todas as regras possíveis que definem o que é científico e aquilo que não condiz com a produção acadêmica.

Mas, de acordo com a potência transgressora do jeito Verinha Dantas de ser, o texto no dia da defesa se desfez no contexto em que foi apresentado e defendido de forma coletiva em um espaço distante dos espaços formalizados para esta atividade, em que outros sujeitos também se autorizaram a ser autores, os cirandeiros.

Lembro-me bem, que durante o Ato de Defesa da Tese sugeri que em um texto escrito sob o modelo e as regras acadêmicas não cabia todo o movimento desencadeado nas pessoas, com as pessoas e em nossos pensamentos.

Então me sentindo totalmente seguro por esta aproximação com a autora e com sua produção aceitei de pronto o chamado e comecei a escrever. E, foi nesse momento que percebi que não seria uma tarefa tão fácil como imaginava, pois o movimento que virou texto também se transformou em dispositivo para gerar novos movimentos, produzir novos contextos e constituir novos sujeitos que passaram a se movimentar como uma ciranda em que a roda só tende a aumentar pois é sempre um convite à inclusão, ao acolhimento.

Na linguagem de vídeo e se modernizando para a comunicação virtual o texto virou um vídeo que mobilizou mais pessoas, que encantou outras tantas e que servia de referência para outras rodas, mote para traçar novas trilhas.

E o movimento que virou texto que virou tese que virou vídeo, agora é um livro. Um livro!!!! E o que pode fazer um livro? Qual a potência de um livro? O que dizer sobre um livro que de tão vivo bastaria dizer para vocês leitores – leiam-no!!!!

Mas, lembro de que o ato de ler nunca foi somente deleite da própria leitura. Ler ou saber ler o texto exige um olhar que ao mirar as letras e apreender nas frases o que está escrito, foge do papel e vai ganhando cores e formas nas asas do pensamento e de acordo como apreendemos sobre ser e estar no mundo.

E talvez seja esta a dificuldade de apresentar para vocês leitores um livro que é mais que um objeto com peso, altura, espessura e cheio de letras que formam frases construídas com um raciocínio lógico.

Este livro é um livro que ao ser tocado pelas nossas mãos se liberta e nos faz o convite para interagirmos com ele. Nós passamos ao mesmo tempo a ser leitor e ouvinte.

Ao ler suas palavras ouvimos o diálogo historicamente sempre adiado em nossa sociedade embora altamente necessário, resultado da reflexão sobre o encontro dos movimentos sociais com a gestão. Existe tal encontro? É possível dialogismo entre diferentes? É possível para os movimentos sociais saírem do lugar de sujeitos vitimados e passarem a sujeitos propositivos de um dever?

Este livro também parece um caleidoscópio pois à medida que se passam as páginas surgem novos sujeitos que ganham voz, entram na roda, pedem licença para falar de suas necessidades, tristezas, opressão, mas também de sonhos, de desejos e de esperanças que renascem a cada farinhada, a cada encontro, a cada dança.

São meninos, adolescentes em conflito com a lei, meninas e mulheres que sofrem no cotidiano a violência de uma sociedade machista, classicista, excludente. Comunidades que são expropriadas do direito de ser cidadão, de se sentir gente que passam pelos olhos, e nos convidam a dar mãos para a ciranda continuar.

E, o mais difícil de tudo isso é dizer que este livro também parece um livro de magia, daqueles que a gente imagina nos contos de fadas pois todos esses sujeitos – a autora, os cirandeiros, os movimentos sociais – passam a dançar em torno de sinfonias, que cabalisticamente são sete a dar vida e emoção àqueles que nem se imaginavam capazes de construir ‘sonhos, utopias e caminhar por elas.

E, diante de tantas dificuldades para falar sobre o livro, o melhor que tenho a dizer é leiam e se permitam aventurar e dançar ao som das sinfonias que trazem para nós a potência de viver e a força da esperança que existe tão perto, pois se encontra em nós.

Jose Ivo Pedrosa¹, Parnaíba-PI, março de 2016

¹ Médico. Doutor em Saúde Coletiva. Coordenador do Curso de Medicina da UFPI/Campus de Parnaíba. Membro do GT de Educação Popular em Saúde da ABRASCO

Quando a canção do coração se faz caminho...

A história de uma canção do torém, cantada e muito vivida nas cirandas, nos conta de um grupo que saiu de um lugar onde plantavam e moravam e foi para a mata, buscar alimento ao longe. Depois de um tempo, o grupo passou de volta pelo mesmo local e já as raízes plantadas davam frutos, em meio a outros plantios que floravam nos campos cultivados, em uma variedade de folhagens e cores de matizes diversos. Por que o alimento longe? – perguntei. E o velho índio respondeu: - “Porque sempre é de se mudar a vida. Depois, tem um repuxo na gente que pede que se vá mais longe. Sem abandonar o que é da gente viver, mas caçando coisa nova para a vida ficar maior”. Assim a tese da Vera Dantas aprende e ensina. Com a sabedoria da vida, em sua cantiga de passado já futuro, em sua novidade de mundos.

Pode-se dizer que se parte de um meta-problema – o da produção da saúde popular como um lugar que se situa no seio do povo, em sua luta pelo direito à saúde coletiva -, e chega-se às meta-tarefas como lugar também de esperar e viver a esfera pública.

Bom é dizer também que o trabalho feito nas Cirandas da Vida, vivido também nesse plano de produção acadêmica, mostra-nos a pujança do princípio esperança junto ao trabalho como princípio educativo – aspecto que o universo da educação popular em saúde nunca abandonou. E aqui vê-se algo importante para um início de conversa que continuará por todo o livro de Vera: as tarefas coletivas são lugares de esperar – de tecer o novo em uma costura que une prática social ao pensamento complexo que viceja nas culturas humanas.

Percebe-se, também, permeando todo o movimento de compreensão que o texto percorre, que se está a propor que haja um conhecer ao modo da arte – isso tanto na produção de saberes das ciências como nas práticas sociais de educação popular em saúde. Um conhecimento que não descobre fatos, ao modo positivista, mas *cria transformações* no próprio percurso de fazer-se concreto e debruçar-se sobre a prática social em curso.

No cotidiano das populações, quando se lida com educação popular em saúde, tem-se um caminho por onde o sujeito que cria transformações concretas e mundos imaginados, expressando-os, articula esse movimento como *arte de fazer a vida*, em suas tensões e em seus possíveis. O pensamento que se ergue

como arte, nos contextos sociais das práticas de transformação coletivas em saúde, problematizadas neste estudo, portanto, medram nos ambientes em que os dilemas sociais se percebem agudos e as situações-limite chamam a aprendizagens coletivas calçadas no movimento de busca das solidariedades, em comunidades imaginadas.

Assim é que emergem as tarefas de pensar ultrapassagens de situações-limite – meta-tarefa propositiva por excelência - que de início parecem situações-pedra, como a que Drummond poetizava: no meio do caminho havia uma pedra, no meio do caminho... E depois, no cirandante caminho das transformações tentadas, se vai aprendendo a esperar. Assim é que se tem a *experiência como criação* – categoria analítica fundamental que viu-se emergir da prática em saúde popular.

Quando as mulheres disseram: o pessoal é político, explicitaram um amálgama do subjetivo com as demandas da ação concreta, a ser implementada na vida das gentes como transformação. E, desde aí, se passou a não separar mais o conhecimento objetivo do sujeito que o produz - em uma extensão que, se não é algo simplório como continuidade, é, todavia, algo problematizável, potente em suas possibilidades de mostrar nuances entre a vida vivida e a vida pensada, ambas, como criação.

Ora, sabe-se que a ordem do onto (das existências) não é igual à do ponto (das linguagens). Porém, estas ordens são planos capazes de ofertar exercícios de saber a serem articulados com os exercícios de fazer. Na verdade, temos feito crescer a crítica social, mas as experiências de transformação concreta que podem ser vivenciadas junto às tarefas de pensar o pensamento, nem sempre crescem na mesma proporção. Tem-se um bicho-papão, então, nas universidades: a vida comum e seu fazer, que leva à mesa posta para a nutrição de todos. Quero dizer, a crítica social corre o risco de tornar qualquer ordem de prática uma redução, daí a superavaliação dos artigos científicos em detrimento das experiências junto a contextos sociais concretos e sua vinculação com pesquisas. Vera Dantas assume o risco: fazer é uma forma de cirandar, de transmutar o que é da ordem do pensamento e sua crítica no que é da ordem da expressividade da arte e do fazer, tomado como lugar de transformações sociais na vida das culturas.

Bom dizer mais um pouco, nesse clima de fogueira de lenha e conversa ao pé dele. Tocando a pele das coisas para estender mais redes de olhos pelo mar das

cirandas, em sua cantilena praieira que embala cantando: vem começar um tempo novo agora, bebe comigo a água da ternura.... Nesse colo, vamos tentar distribuir alguma água pura tirada do pote? Olha: a extensão do pensar na metafísica – ou na espiritualidade, como o povo diz com simplicidade; os padrões éticos que dialogam com as crenças e os juízos de valor, as ações e suas intenções; a pedagogia da expressividade em arte, com seu trabalho do sentido, Tateado com todas as dimensões do ser são partes mesmas do sistema de referência da ciência crítica de nosso tempo histórico. Não se quer só “operar com o real”, quer-se saber para quê e para quem serve. A assunção desse feito é outra característica do trabalho de Vera Dantas.

Mais: o que se tem chamado de caráter biográfico da ciência, aqui, no olhar de Vera Dantas é fundamental e é a partir de assumirmos este aspecto que conseguimos nos aperceber da urgente tarefa de pensar o pensamento nos contextos das práticas mesmas da educação popular em saúde e suas pessoas. É que as ciências se apartaram do campo da produção do senso comum – e ambas são bases de onde se decanta a sabedoria. Fica proposto – também no tecido pétala das proposições das poéticas -, que tanto a ciência como o senso comum produzem um saber que pode ser válido. Mas essa validade deve passar pela forma como nossos trabalhos científicos acontecem, leem processos e realizam sua inserção nas práticas sociais, assim movimentando ações de transformação da vida coletiva. Dessa maneira, a validade dos saberes tanto das ciências como do senso comum não está na esfera das linguagens, mas na das práticas sociais, quando se propõe mirar que todos tenham vida em abundância. Crístico assim.

Isso implica que mesmo o conhecimento científico não é produzido fora do acervo do senso comum, e que haveria um substrato de sabedoria a ser garimpado – o que os protagonistas da educação popular em saúde sempre afirmam.

Para cuidar das pérolas de sabedoria das culturas, tem-se na ambiência percorrida por Vera Dantas, nas Cirandas da Vida, algo muito substancial que se aprende ainda na educação popular em saúde: a não fragmentação extrema da especialização, que se na ciência moderna trouxe confortos, acendeu, contudo, problemáticas severas, neste estágio do capitalismo mundializado, onde a produção da diferença como desigualdade corre ao lado da resistência a isso como desafio humano.

Ver o sujeito para além do seu corpo físico, em direção a outras dimensões do espírito, ultrapassando a redução do paradigma biomédico e alcançando pensar e agir como sujeito multidimensional é tarefa que os protagonistas da saúde popular sempre assumiram, mesmo que estas tenham sido quase sempre invisibilizadas. Isso não significa que devemos deixar as conquistas da biomedicina – não se vai jogar a água suja do banho com a criança dentro.

O trabalho de Vera Dantas, nesse concerto, consegue trazer ao centro a voz das experiências populares, em sua produção dos saberes situados, como nomeava Paulo Freire. Pensar o pensamento no seio das práticas sociais de transformação, buscando o ponto de vista popular nesse aprende e ensina que o caracteriza – é o fértil, senão trágico, espanto de Vera Dantas. Um espanto que gera um pasmo essencial, capaz de propor vermos que esta produção de sabedoria das práticas sociais não se dá sem diálogos, aprofundamentos e mediações – esse um dos papéis do fazer universidade: evidenciar essa leitura do plural nos dilemas de transformação das culturas.

Uma outra virtude do trabalho de Vera Dantas que faz com que passemos a valorar os processos de autoria da produção de saber dos movimentos sociais é deixar ver a ação dos sujeitos na função de protagonizar (assumindo reflexivamente, também) a experiência. Penso que aqui acrescentaríamos um aspecto sobre a questão do conhecimento válido em ciências – já que toda ciência é social, como lembra-nos Boaventura Santos – e que vale considerar. É o aspecto da necessária produção da esperança que o conhecimento popular tem chamado a si como tarefa coletiva. “É muita *instrução* (destruição) de estudo”, dizem os participantes das cirandas, ao ver o conhecimento derrapando apenas na crítica teórica, sem os enfrentamentos que a transformação leva a fazer. O estudo em pauta parece dizer que é preciso acrescentar-se à toda produção em ciências, quando em diálogo mais sistematizado junto às práticas de transformação populares, este devir epistemológico adicional: o compromisso com o que serve para viver.

Trabalhando como orientadora da tese e participe por um tempo significativo das Cirandas da Vida, lembrava-me sempre do que aprendera com os índios Tremembé quando fazíamos o magistério indígena: “verdade é aquilo que serve para viver; para a vida de todos”. E é visando esse devir e nesse ritmo que as Cirandas da Vida, pela voz potente e firme, coletivizada e íntima de Vera Dantas se diz.



Ao propor sinfonias, o estudo aponta a polifonia das vozes populares atuando em diversas frentes: gênero e violência/cultura de paz; escuta aos tateamentos expressivos da infância e juventudes; socioeconomia solidária na vida do bairro; a conflitualidade das elaborações e negociações de novas socialidades na escola e junto às juventudes, como também a arte como processo de conhecer (não só como forma de conhecimento). Sai-se, portanto, para ver educação popular em saúde como um lugar de deslocamento das auto-referências dos cientistas, chegando-se a adentrar âmbitos de formação importantes na ação que lida com possibilidades de justiça cognitiva, e que inclui valoração de saberes diferentes.

Pensar a multidimensionalidade dos sujeitos e o subjetivo nas práticas sociais de transformação, vistas como base para devires coletivos, são linhas formativas da educação popular em saúde que se mostram na entretela do texto deste livro. Texto que mostra a transformação coletiva como categoria analítica permanente advinda das práticas sociais populares.

Fugindo à fixidez que historicamente polarizou o popular e o científico, e construindo pontes sobre margens; evitando pensar estes lugares como fixos e se movimentando na direção da socialidade vivida nas lutas populares, desde o âmbito mesmo do bairro, este estudo traz na lapela – rosa aberta ao vento das cirandas – as especificidades das aprendizagens coletivas quando mediadas pela arte popular, tomada como uma pedagogia da expressividade.

Situando-se em um entre-lugar que fica entre a ação voluntária e a esfera institucional, a tese de Vera tensiona as cristalizações normativas das ordens institucionais, atribuindo um passado ao futuro, no dizer de Hannah Arendt. Desse modo, captura uma espécie de juventude das tradições populares, não sem ligar esse veio fecundo à uma categoria do pensamento da educação popular em saúde, chave para os tempos de agora: o diálogo intergeracional, fio condutor de todo o trabalho das Cirandas da Vida e de sua leitura.

Feito uma cantiga do coração, então, que se faz nesse caminho, então, sigamos juntos, cirandando, vamos?

Ângela Linhares², Fortaleza-CE, março de 2016

² Professora doutora da Universidade Federal do Ceará atuando como docente nos Programas de Pós-graduação em Educação Brasileira e Mestrado em Saúde Pública da UFC.

SUMÁRIO

PARTE I: CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA: DIÁLOGOS ENTRE AS CIRANDAS DA VIDA E A EDUCAÇÃO POPULAR	21
1 ANUNCIAÇÃO: COMO SURGEM AS TRILHAS DO ESTUDO QUE ORIGINOU ESTA OBRA	22
<i>Dantas, Vera L.A.</i>	
2 A CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA E O DESAFIO DE FORMULAR COLETIVAMENTE UM DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO	42
<i>Dantas, V.L.A.; Linhares, A. M. B</i>	
3 EDUCAÇÃO, SAÚDE E GESTÃO POPULAR: O ESTADO DA QUESTÃO	55
<i>Dantas, Vera L.A.</i>	
PARTE II: SETE SINFONIAS PARA UMA CIRANDA NA CIDADE: CENÁRIOS-CAMPOS DE AÇÃO-REFLEXÃO NA CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA	85
4 PRIMEIRA SINFONIA: ALTERIDADE E TRANSFORMAÇÃO: A ARTE COMO POTÊNCIA HUMANA AJUDANDO A PENSAR O CUIDADO COM A VIDA ...	86
<i>Dantas, V.L.A.; Filho, João Soares da Silva</i>	
5 SEGUNDA SINFONIA: AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E POPULARES DE CUIDADO COMO CENÁRIO DE HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE: ITINERÁRIOS SOB A PERSPECTIVA DO PROTAGONISMO POPULAR	115
<i>Dantas, Vera L.A.; Florêncio, Antonio Edvan; Nascimento, Francisco Josenildo Ferreira; Filho, Antonio Honrato</i>	
6 TERCEIRA SINFONIA: O CANTO COLETIVO DAS ESCOLAS NA PRODUÇÃO DA VIDA	177
<i>Dantas, Vera L. A; Lima, Ray</i>	
7 QUARTA SINFONIA: CAMINHOS DE INCLUSÃO NA VIVÊNCIA COM A JUVENTUDE VIDA LOKA	213
<i>Dantas, V. L. A.; Castro, Thyago Porto; Nogueira Filho, Paulo Almeida; Vasconcelos, Maria Lúcia</i>	
8 QUINTA SINFONIA: A REDE DE ARTE, CULTURA E SAÚDE – A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM ARTE	250
<i>Dantas, Vera.L.A.; Sousa, Jair Soares; Silva, Francisco Marcio; Lima, Ray</i>	
9 SEXTA SINFONIA: O TEATRO FÓRUM E A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS MULHERES EM MOVIMENTO	282
<i>Dantas, Vera L. A.; Bezerra, Elizabeth Vieira da Silva</i>	



10 SÉTIMA SINFONIA: A POÉTICA DA CONSTITUIÇÃO DE ESTRATÉGIAS SOLIDÁRIAS NAS LUTAS POR MORADIA E NA SOCIOECONOMIA-SOLIDÁRIA	305
<i>Dantas, Vera L.A.; Silva, Elias José da</i>	

PARTE III: REFLEXÕES E SÍNTESES	330
--	-----

11 COMPASSO E DESCOMPASSO: A DANÇA DO MUNDO SUBJETIVO E DO MUNDO DAS OBJETIVIDADES NA LUTA POPULAR	331
<i>Dantas, Vera L.A.</i>	

12 CONSIDERAÇÕES: NO CAMINHAR, ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS	348
<i>Dantas, Vera L.A.</i>	

REFERÊNCIAS	358
--------------------------	-----

APÊNDICES	367
------------------------	-----

APÊNDICE I: ROTEIRO CENOPOÉTICO – DEFESA DA TESE: CIRANDAS DE APRENDIZAGEM E PESQUISA	367
--	-----

APÊNDICE II: LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	395
--	-----

APÊNDICE III: FOTOS E IMAGENS	398
--	-----

NOTA PRÉVIA

DIALOGISMO E ARTE NA GESTÃO EM SAÚDE: a perspectiva popular nas Cirandas da Vida é uma versão para publicação da tese resultante da minha passagem pelo programa de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, defendida em 2009 sob a orientação amorosa da Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Bessa Linhares. A ideia geral da pesquisa foi de buscar apreender na experiência das Cirandas da Vida em Fortaleza-CE, como se expressam o dialogismo e a arte, na gestão em saúde, buscando a perspectiva popular. Além do mais buscamos capturar os modos como a população das comunidades envolvidas nas rodas das Cirandas da Vida expressa as diversas dimensões da sua história de luta, mediante as linguagens da arte como fertilizadora do princípio de comunidade. Outro intento foi identificar a maneira como a luta pelo direito à saúde é expressa nas rodas populares, no contexto das Cirandas da Vida, em seus enfrentamentos com a esfera institucional, analisando a forma como os atores e atrizes populares se inserem na formulação e implementação de políticas públicas no campo da saúde, a partir das rodas das Cirandas da Vida. Por fim, compreender como os diferentes grupos geracionais percebem e expressam suas diversidades de leituras da realidade, no dialogismo vivido no contexto da gestão atual em saúde. Naturalmente, a oportunidade de publicar e publicizar o presente estudo requer de nossa parte a supressão de alguns termos e textos, além de reorganização para uma nova finalidade mais ampla de leituras, no entanto, mantendo a mesma estrutura e o conteúdo da tese. Vale lembrar aqui que este é um trabalho com autoria compartilhada com o conjunto de cirandeiros e cirandeiros que fizeram cada sinfonia no contexto da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, grupo sujeito da pesquisa e que assinam comigo as sinfonias que protagonizaram e com a Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Bessa Linhares orientadora deste estudo e com quem compartilho o capítulo da metodologia.

PARTE I

CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA: DIÁLOGOS ENTRE AS CIRANDAS DA VIDA E A EDUCAÇÃO POPULAR

I ANUNCIAÇÃO: COMO SURGEM AS TRILHAS DO ESTUDO QUE ORIGINOU ESTA OBRA

Dantas, V.L.A.

Este livro é fruto da caminhada de homens, mulheres, jovens e crianças que compõem as rodas das Cirandas da Vida¹ e da nossa inquietude que, que ante uma proposta que parte da iniciativa de atores e atrizes populares, insere-se no contexto de uma gestão pública municipal, buscando fazer o movimento dialético de desvelar o mundo, com base na ação-reflexão-ação (FREIRE, 1987).

Neste sentido, formulamos a questão geradora deste estudo sobre a experiência das Cirandas da Vida em Fortaleza-CE: *como poderíamos ler o dialogismo e a arte na gestão em saúde, buscando a perspectiva popular?*

A essa indagação seguem-se outras que buscam detalhar as singularidades das trilhas conformadas nessa caminhada – sempre, em nossa história como médica e atriz, que busca a perspectiva popular na luta pelo direito à saúde, nós indagávamos: como o princípio de comunidade e a esfera institucional dialogam na formulação e implementação de políticas no campo da saúde em uma gestão popular? É nesse contexto maior de dialogismo, onde a arte se explicita como caminho nessa busca da perspectiva popular em saúde junto à esfera institucional, que vamos realizar nossa investigação. Assim é que este estudo objetiva apreender na experiência das Cirandas da Vida em Fortaleza-CE, como se expressam o dialogismo e a arte, na gestão em saúde, buscando a perspectiva popular.

A perspectiva popular a que nos referimos diz respeito ao olhar dos atores e atrizes dos movimentos populares como protagonistas de ações de transformação às situações-limite da sua realidade, na perspectiva da emancipação; de um popular que se tece na busca de superação da consciência ingênua rumo ao inédito viável: como inacabamento, formação permanente que se constitui em determinados princípios e se orienta por uma ética que busca a justiça, a solidariedade nas relações e nas políticas trazendo a tensão permanente entre ação política e o fortalecimento dos espaços organizativos que animam a luta popular em sua mediação com a esfera institucional. Buscamos o popular

¹ Ação de educação permanente do Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza, que busca articular o princípio de comunidade junto à esfera institucional.

que, ao produzir atos-limite transformadores da realidade atualiza sua potência criativa. Assim falamos da arte como olhar que traz também a estética popular ajudando a analisar o dialogismo.

Aqui pensamos o diálogo como dimensão ética e metodológica para as quais buscamos interfaces entre alguns autores como Freire, Buber, Bakhtin e Linhares.

Em Pedagogia da Autonomia, Freire fala da necessidade de uma prática educativa fundada na abertura ao outro como objeto de reflexão crítica, como experiência fundante daqueles e daquelas que se sabem inacabados e se abrem ao mundo e aos outros em busca de explicação e de respostas.

O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História. O diálogo, nessa visada freireana, é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. E, por seu inacabamento, o sujeito está sempre se construindo mediatizado pelo mundo (FREIRE, 2000, p. 154).

Assim falamos do diálogo como relação, ato essencial do humano, como reflete Buber (1977, p.32) com suporte nas palavras-princípio “Eu-Tu” e “Eu-Isso”. Para o autor, estas palavras-princípios exprimem dois tipos de eventos essenciais: o evento “Eu-Isso” associando sujeito e objeto, com base no qual se instaura a experiência; e o evento “Eu-Tu”, que reflete a relação entre sujeitos, instaurando a relação. Segundo ele, o “eu” da *experiência* é diferente do “eu” da relação. O “eu” da experiência não participa do mundo; a experiência se realiza nele. Segundo Buber (1977, p.32), “a existência humana emerge do diálogo”.

Bakhtin (2003) também compõe essa formulação ao enfatizar o papel do outro na constituição do “eu” e no autoconhecimento, evidenciando ainda o papel da intersubjetividade como base das ciências humanas. Diz ele:

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma coisa e emite um enunciado sobre ela; Ai só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e estudado como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser

percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (BAKHTIN, 2003, p. 400).

Bakhtin (2003) traz em seu construto a ideia do diálogo como inacabamento como devir de sujeitos que se transformam, enquanto Linhares (2007) concebe o diálogo como ato que, partindo da escuta ao outro, nos permite ser transformado por ele. A autora inclui nesse construto a produção do saber entendido como produção social que cada pessoa recompõe quando aprende.

Ao trazermos a ideia do dialogismo, nos referimos à concepção de Bakhtin (2003) que o considera como constitutivo da linguagem, focalizando as interações dos sujeitos falantes em contextos socioculturais. Segundo o autor, implica uma forma diferente de perceber os interlocutores de uma atividade comunicativa e tem como base a concepção sociointeracional da linguagem, que aponta as práticas discursivas como essência do princípio dialógico. Bakhtin (2003) compreende diálogo como relações entre interlocutores de uma ação histórica, compartilhada socialmente, destacando assim a natureza contextual da interação, em contraposição ao monologismo, que privilegia indivíduos e estruturas sociais. Considera a linguagem heterogênea e, portanto, marcada pela presença do outro cujas vozes discordantes podem se harmonizar ao que denominou *polifonia* ou sofrer um apagamento, que chamou *monofonia*.

Em Buber e em Bakhtin, pois, a noção do dialogismo é base para uma espécie de antropologia filosófica, em uma linhagem filosófica que remonta a Jacobi, passando por Feuerbach. Ambos enfatizam o caráter fundamental da intersubjetividade na constituição do ser humano (NUTO, 2007).

No nosso itinerário, aqui delineado, vislumbrávamos questões que dão contorno à pergunta de pesquisa: como a população das comunidades envolvidas nas rodas das Cirandas da Vida, projeto da gestão municipal, expressam em seu dialogismo as diversas dimensões da sua história de luta mediante as linguagens da arte?

Ao chamar a arte no contexto dialógico das Cirandas da Vida, estaríamos a perguntar por dimensões da vida que constituem a saúde das comunidades envolvidas nas rodas populares? Como a saúde se expressa em arte no contexto das Cirandas da Vida, experiência do dialogismo na gestão?

Pensamos que seria relevante realizar este estudo pelo singular espaço de olhar da experiência das Cirandas da Vida, inédita no universo dos espaços institucionais em Fortaleza, especialmente no campo da saúde.

Existem no Ceará e em outros estados do Brasil diversas experiências envolvendo arte e saúde, no entanto, a maioria delas remete a uma dimensão instrumental da arte, que reduz a compreensão dos contextos onde o dizer da arte articula sentidos e diálogo.

Neste estudo, apresentamos a arte como espaço de criação – transcendência, capaz de produzir sentidos e sentimentos, contribuindo para conformar as trilhas do caminho, dos projetos e dos atos que ultrapassam limites e transformam realidades. Refutamos a ideia de arte como veículo, instrumento apenas, e optamos por tomá-la como dimensão dos sujeitos que potencializa a dialogicidade capaz de realizar a suspensão crítica e criativa onde se promove a reflexão das ações em saúde. De tal modo é que buscamos as situações vividas onde se favorece a escuta em rede da experiência coletiva tentando capturar o dialogismo trazido pela arte na gestão em saúde.

Na perspectiva de organizar os momentos e caminhos deste estudo e facilitar a compreensão do processo por parte dos que o acessarem, apresentamos um roteiro-síntese de como serão exibidos os conteúdos do estudo. O livro está organizado em três partes.

A primeira acolhe três capítulos. No primeiro, como aspecto que adquire certa densidade, a ambiência onde tentamos problematizar **a questão que nos propusemos estudar**.

No segundo capítulo, levantamos as trilhas teórico-metodológicas do estudo detendo-nos no delineamento da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, uma perspectiva metodológica desenvolvida por nós como forma particular da pesquisa-ação pensada por Barbier.

Ainda, nesse momento tentamos reconstituir historicamente os caminhos que nos levam a reencontrar a arte como objeto de estudo e as razões para pensar um processo de investigação, onde os que constituem esse objeto são também sujeitos coadjuvantes da ação. É que a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa é uma intervenção em pesquisa que inclui os agentes da ação como sujeitos coadjuvantes da reflexão em curso. Devemos sublinhar, desde já, que a arte nos leva a caminhos

e formas de lidar com a gestão popular em saúde que vão trazer transbordamentos no que se refere a formas do dialogismo.

Já no terceiro o capítulo, tentamos tecer conexões entre as dimensões conceituais da educação popular, que orienta este estudo e o campo da saúde coletiva, promovendo diálogos entre a educação popular, a gestão das políticas públicas e a educação permanente em saúde. Aqui, ainda, apresentaremos estas reflexões iniciais no contexto do vivido nas rodas das Cirandas da Vida, por meio das vozes de seus atores e atrizes coadjuvantes da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, a metodologia escolhida.

A segunda parte traz sete capítulos, onde abordamos os campos de ação-reflexão trazidos pelas falas dos atores coadjuvantes da pesquisa vivida mediante SETE SINFONIAS que compõem o campo empírico da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa.

Na terceira parte, que contempla dois capítulos, analisaremos de modo transversal a arte nas sinfonias expostas. É como se juntassemos e relacionássemos aqui as sinfonias todas. No que nomeio como rodas das Cirandas da Vida que são espaços de diálogo que podem ou não ter a presença de gestores buscamos aprofundar como se dá a dança do mundo subjetivo e do mundo das objetividades na arte popular. Por fim, trazemos as reflexões finais deste estudo.

Para compor os referenciais teóricos que dialoguem e orientem nossas reflexões, buscamos a ajuda de alguns autores, na perspectiva de produzir diálogos multirreferenciais entre campos tão férteis, como o da saúde e educação popular, bem como o da arte e do dialogismo, que ela instaura junto à gestão de políticas públicas.

Paulo Freire é sem dúvida, nosso grande referencial no campo da educação popular – é ele a referência de base das Cirandas da Vida. Buscamos com seus escritos fundamentar a discussão sobre experiência em saúde popular, situações-limite, autonomia e inédito viável nos contextos onde vicejam dialogismo e arte. Junto com os referenciais freireanos, buscamos também as ideias de educação popular de Miguel Arroyo (2001), Carlos Rodrigues Brandão (1985), além da referência filosófica de Martin Buber. Sobre dialogismo e polifonia, nos apoiamos nas concepções de Bakhtin.

Ao trabalhar com uma abordagem multirreferencial, outros diálogos vão se delineando, envolvendo a educação popular e outros campos do conhecimento. Dessa forma, à discussão trazida por Freire sobre o inédito viável, acrescento a de Spinoza e o diálogo com o ser e suas potências e sobre os afetos.

A discussão da multirreferencialidade está articulada às concepções de Ardoino (1998) e faz interface com a noção de constelações do Walter Benjamin (1985).

Além destas referências elegemos para nos nortear as obras de Brecht (1967) e Canclini (1984, 1997) sobre a intervenção da arte na transformação da sociabilidade humana. Acerca de processos criativos em arte, tomamos Bakhtin (2003), Spinoza (1996, 2003), Ostrower (1977) e Linhares (2003, 2007) como referências basilares; aqui procederemos a uma discussão sobre cultura.

Por outro lado, buscamos em Guattari e Rolnik (1996) seu conceito de grupo-sujeito e em Oscar Jara sua reflexão sobre experiência junto à ideia de sistematização.

Na perspectiva de traçar diálogos referentes à questão dos movimentos sociais em sua relação com os espaços da gestão pública, trazemos Santos (1998a, 2000c, 2005b), Melucci (1996) Gohn (2003) e Oliveira (1994), como interlocutores conceituais na perspectiva de debater os espaços de visibilização das resistências populares e os tensionamentos entre o princípio da comunidade e a esfera institucional.

Nesse contexto, a dimensão da territorialidade também é considerada; para compreendê-la, temos como principais referenciais teóricos Milton Santos (2000) e Durhan (apud PERLONGUER, 1995).

No campo da saúde coletiva, os diálogos se constituem principalmente com base em Campos (2000a), Teixeira (2004), Passos (2009), Fuganti (2009), Heckert, Passos e Barros (2009), Benevides e Passos (2005) e Cecílio (2001), Merhy (2005), Andrade et al. (2004), Stotz (1993), Stotz, David e Bornstein (2007), Valla (1998), Vasconcelos (1999, 2001) Pedrosa (2009) e Smeke (1989) Smeke e Oliveira (2001).

Onde sujeito e objeto se encontram, um pouco de história desse estudo

Caminhante nordestina, médica, cujos caminhos foram-se delineando ao caminhar, ao nos debruçar sobre o vivido, pudemos perceber como a arte em suas linguagens foi traçando trilhas na nossa vida com suas linhas singulares, iluminadas pelos princípios da educação popular.

Dessa forma, iniciamos a caminhada nesta tese na perspectiva de realizar uma descrição densa, que representa, não apenas um movimento de debruçar-nos sobre o vivido, mas, ao fazê-lo, tentamos extrair dele um sentido. Assim vamos

buscando constituir campos de fala e de gestualidades como atriz que pensa e informa o espaço, satura-o de tempo e incorpora-lhe a história (BAKHTIN, 2003) e, ao tomá-la nas mãos, “ergue sua fala como testemunha de sua experiência” (LINHARES, 2003).

*Início aqui nesse momento
A construção dessa minha narrativa
De como a educação popular
Foi permeando toda a minha vida
Vou tentar fazer um itinerário
Que possa estar impregnado de vivência
Não sei se vou conseguir tal
competência
E assim vocês vão desculpar
E pela ciência do que aqui vamos falar
Quem responde é a educação popular
E eu vou contar vou contar*

*Vou contar com alegria
Como entrou na minha vida
A educação popular
No sertão seridoense
Eu ainda pequenina
Vi-me alfabetizando
Outros meninos e meninas
Vou contar, vou contar...
Lutando contra a exclusão
Da escola normativa
Com seis anos de idade
Era uma eterna fugitiva
Mas com força de vontade
A inclusão foi decidida.*



*Vou contar, vou contar.
E entre o campo e a cidade
Muita coisa me marcou
Desde os negros do Rosário
Rezadeira e cantador
E as histórias de trancoso
Que meu tio-avô contou.
E eu vou contar
E já ficando mocinha,
A poesia eu descobri
E nos rastros dessas rimas
Muitos horizontes vi
E com arte em verso e prosa
A minha vida segui
Vou contar e vou contar...
Vou contar agora em prosa
Algumas coisinhas mais
Enquanto menina pobre
Que queria saber mais
E fui tentar medicina
Bem longe nas capitais
Vou contar
O cenário da história
Já não é só o sertão
E nas ensolaradas praias
Continua a ação...*

O cenário é de luta. A pobreza configura-se como situação-limite (FREIRE, 1999) onde o desejo de ser mais capaz de ação-reflexão-ação leva-nos por caminhos nos quais se cruzam e integram a Medicina oficial, fria, técnica,

normativa, biologicista, e a Medicina popular das feiras livres, dos curandeiros, dos terreiros, da homeopatia.

Para Linhares (2007), quando pensamos em caminhos de transformação social, partimos da ideia de que existem mudanças individuais e coletivas a serem feitas que envolvem sujeitos históricos que, por sua vez, modificam os processos sociais onde estão situados.

A chegada à Universidade permitiu-nos essa reflexão ao deparar-nos com a necessidade de sobrevivência e a busca de espaços onde esse movimento estivesse articulado ao de ampliar conhecimentos.

Essa possibilidade surgiu ao descobrirmos um projeto de extensão que nos levou para a favela do Japão, na periferia de Natal-RN, e ao programa Bolsa-Trabalho-Arte do Ministério da Educação (MEC)/Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)/Museu Câmara Cascudo-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do qual percorremos mais de vinte municípios do Estado, do litoral ao sertão, estabelecendo reencontros com a minha infância, a vivência no campo e a cultura popular.

Foram caminhos de prazer e conflito, encontro e confronto; neles algumas figuras marcantes: Manuel Priquitin, raizeiro de Caicó-RN, ensinou-nos o cuidado com as doses das plantas, os resguardos, a observação e o carinho; Maria, curandeira de Brejinho-RN, com a qual aprendemos a importância da intuição, do compromisso, da espiritualidade no processo de cura; e o charlatão de Ceará Mirim, que cobrava consultas e enganava aquele povo pobre e sem acesso ao sistema público de saúde, nos ensinou que nem tudo é compromisso no meio popular. E assim como para o caminhante o caminho faz-se ao caminhar, fomos aprendendo a aprender, pois, como disse Freire (2003a, p. 88), “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte”.

Dessa forma, a vivência cotidiana foi desvelando possibilidades de práticas em saúde onde o trabalhador-pesquisador contracenava com saberes da ciência e saberes do mundo da vida, percebendo-se como ator-sujeito social, com determinada forma de olhar a sociedade, permitindo-se definir novas relações com o saber e a formação. Nesse contexto, vi-mo-nos a desenhar trilhas na perspectiva de constituir “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 1998a, p.53), e que pudesse ser traduzido em sabedoria de vida.

Na arte, um encontro marcante com um dramaturgo pernambucano, militante da pastoral operária de Olinda, ao lado de Dom Hélder Câmara. Com ele conhecemos Shakespeare, mas também Marx, Florestan Fernandes e Paulo Freire, e percebemos a importância da luta política: entramos na militância. Mas ali vivemos o conflito de perceber que a linguagem dos discursos inflamados não era suficiente. Queríamos lutar contra a opressão, mas ansiávamos por outras formas, linguagens.

A pesquisa com a Medicina Popular levou-nos para junto dos repentistas, dos atores populares, dos mestres de reisado. Reencontramos os Negros do Rosário, conhecemos Patativa do Assaré e o teatro, encontro instigante, visceral e definitivo, que já dura mais de vinte anos.

Os caminhos da arte trouxeram-nos a riqueza de linguagens que nos permitiram aperceber de grupos e indivíduos a exercitarem seu potencial criativo. Assim, vivenciando de forma lúdica, mas também problematizadora, questões relativas ao seu processo saúde-doença se incluíam como sujeitos da produção do saber em saúde.

Nesse sentido, propomo-nos dialogar com Brecht (1967, p. 113), quando este se refere à necessidade de uma arte popular, “daqueles que produtores sempre foram objeto da política e agora tornam-se o seu sujeito [...] um povo que faz a sua história, transformando o mundo e a si próprio”.

O teatro foi configurando nossa prática médica, compondo cenários e construindo cortejos pelos vários lugares do Nordeste por onde passamos.

Um momento inesquecível: 1984: Chegamos à Lagoa Nova, no Rio Grande do Norte, um pequeno município de sete mil habitantes, onde a equipe de saúde era formada por nós, como médica, duas parteiras e duas auxiliares de enfermagem, e cuja população, predominantemente campesina vivia da plantação de caju e mandioca. Ao chegar, ouvimos o sino da igreja badalar vinte vezes em apenas um mês, anunciando os anjinhos de Deus, que a diarreia levava. Mesmo começando a trabalhar o soro oral, o sino continuava inexorável em suas badaladas fúnebres; no entanto, não nos desesperamos e naquele momento, mesmo sem conhecer ainda Paulo Freire, resolvemos não esperar na pura espera e conjugar o verbo “esperançar”. Pedimos ajuda à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), à Igreja, à escola, ao Sindicato dos Trabalhadores

Rurais. Algumas descobertas fundamentais: Pedro Henrique, liderança sindical e grande poeta-violeiro. Falamos do soro e da amamentação e o poema-cordel em um segundo estava em nossas mãos. Dinha, a professora, falou dos dramas, e logo o cordel foi teatralizado e assim fomos envolvendo professores, feirantes, estudantes, radialistas, sindicalistas e outros atores com os quais produzimos espetáculos que discutiam temas como a tuberculose, as doenças sexualmente transmissíveis, a importância do pré-natal entre outros contextos significativos, que circularam por áreas urbanas e rurais, levantando problemas e colocando os elementos para discussões que se faziam em seguida.

Nesse processo, ajudamos a criar o movimento Escambo de Teatro de Rua, que articulou, fortaleceu e mobilizou jovens e crianças em muitas cidades do Rio Grande do Norte e do Ceará, onde a fome e as dificuldades de acesso a políticas sociais foram o grande aspecto impulsionador de arte-resistência.

A presença de grupos de teatro de rua, com sua diversidade de linguagens e a singularidade de possibilitarem a intervenção da plateia nos espetáculos foram nos ajudando a compor uma estética situada. Por meio dessa estética, foi possível perceber a incorporação de categorias brechtianas que fundamentam o teatro épico (BRECHT, 1967, p. 78), tais como o *gestus social*², o *distanciamento*³ e a narração, que apontam para a possibilidade de exercer uma crítica construtiva, evidenciando processos, conflitos e contradições (BRECHT, 1967, p. 74, 201-202).

A utilização da roda como espaço cênico, com roteiros desenvolvidos tendo por base a improvisação, viabilizava a participação dos que não dominavam os códigos da leitura escrita, aspectos fundamentais dessa busca de expressividade popular. Em contextos grupais que envolviam crianças, adolescentes e adultos, possibilidades foram-se revelando: a improvisação com apoio de jogos, a criação musical com ritmos diversos como os benditos, o baião, a cantoria, o *reggae*, o *funk* e o *rock* e a produção coletiva dos roteiros, figurinos e adereços, reafirmavam o caráter grupal e coletivo do teatro, contribuindo para o processo de representação e significação das temáticas.

2 O *gestus social* é aquele “que é relevante para a sociedade, que permite conclusões sobre as circunstâncias sociais” (BRECHT, 1967, p. 78). Seria a expressão mímica e de gestos, das relações sociais que existem entre as pessoas de uma determinada época. “O gesto de trabalhar é um *gestus social*, porque toda atividade humana dirigida para o controle da natureza é uma tarefa social, uma tarefa do mundo dos homens” (BRECHT, 1967).

3 Para Brecht (1967, p.142) é a “técnica de representação que permite retratar acontecimentos humanos e sociais de maneira a serem considerados insólitos, necessitando de explicação”. “É historicizar, representar fatos e personagens como fatos e personagens históricos” (BRECHT, 1967, p.137). “Sua finalidade seria oferecer ao espectador, situado numa perspectiva social, a possibilidade de exercer uma atitude crítica e examinadora, em face dos acontecimentos apresentados evidenciando os processos, seus conflitos e contradições” (BRECHT, 1967, p. 158).

Ao concluir o Curso de Especialização em Saúde Pública, esses caminhos se direcionaram para o Ceará, mais especificamente à cidade de Quixadá, com o envolvimento no Programa Saúde da Família (PSF), onde o trabalho educativo se referenciou como pilar da estruturação do sistema local de saúde. A equipe de saúde, após a territorialização, onde se produzia um retrato da realidade local, com seus aspectos sociais, econômicos e culturais, cartografados em mapas vivos, articulava um grupo de atores comunitários ao qual se juntavam médicos, enfermeiros, agentes de saúde e até motoristas de ambulâncias.

Nesse processo, a educação popular constituiu-se base teórica para o desenvolvimento de novas relações, “através da ênfase ao diálogo, a valorização do saber popular e a busca de inserção na dinâmica local” (VASCONCELOS, 2001), tendo a identidade cultural como base do processo educativo, e compreendendo que o “respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural” (FREIRE, 1999).

A vivência com o teatro-fórum, uma das técnicas do Teatro do Oprimido, sistematizado por Boal (1975), foi um espaço-caminho essencial para a produção de cenas teatrais, apresentando a problematização e encenação do cotidiano, envolvendo a plateia em imagens/cenas que possibilitassem o rompimento com as situações de opressão, expressando a consciência compartilhada de um conflito e sua contribuição para que este pudesse ser superado. Nesse percurso, fomos envolvendo a equipe, associação de moradores, escolas e vigilância sanitária para discutir problemas como lixo, dificuldade de acesso à saúde, entre outros. Nós, profissionais de saúde, contracenávamos com líderes comunitárias e sanfoneiros da localidade, atores críticos e brincantes populares. Na plateia, prefeito e secretário de saúde tiveram que entrar na roda e discutir o que fazer.

*Mexe remexe, mexe no lixo
Mexe remexe, mexe no lixo
Pra termos saúde oh maninha
Se unir é preciso oh maninha*

(Recriação de música do cancionário popular nordestino)

Na Conferência Municipal de Saúde, essas experiências foram incorporadas num grande espetáculo. A equipe de saúde fez a sua parte: médicos,

enfermeiras, dentistas, agentes de saúde, viraram atrizes e atores ou criaram as condições para que os atores brilhassem em cena, fizeram direção vocal das músicas, ajudaram a feitura dos adereços. A população também fez sua parte, contracenando, customizando roupas, materiais, costurando figurinos... Nossa casa virou um grande barracão e assim...

*Vamos juntando,
Dois mais dois são quatro
Quatro e quatro oito, oito dezesseis
Cantando a vida, fé e esperança
Uma nova dança vamos outra vez (Hélio Junior)*

O gestor também fez sua parte. Articulou, brigou pelos recursos, ousou contribuir para realizar o sonho. E o espetáculo ganhou as ruas da cidade, pleno de vida, de alegria, contando a história de um povo, tentando conquistar sua cidadania.

*Pensar futuro agora
Porque o presente é resultado da história
Seguir em frente é o prazer de transformar
Mesmo sabendo que há muito a caminhar
Mesmo assim a gente canta
Que a consciência é uma dança
Uma ação, um despertar. (Hélio Junior)*

A experiência de Quixadá foi de grande relevância, não apenas para os que a vivenciaram. O Programa Saúde da Família dava seus primeiros passos no País e as inovações nos jeitos de pensar a atenção e o cuidado à saúde, surgidos naquela cidade do sertão central do Ceará, sem dúvida, foram fundamentais para a consolidação dessa estratégia no campo da atenção primária em saúde.

A Saúde da Família, mais conhecida como PSF, é hoje a principal estratégia governamental para pôr em execução o Sistema Único de Saúde (SUS) e reorientação da prática no âmbito da atenção primária. Propõe a organização do trabalho com base na adscrição de famílias em um determinado território, para as quais são estruturadas ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, garantindo a referência para os outros níveis de atenção. Segundo documento do Ministério da Saúde, o PSF visa à reversão do modelo assistencial vigente, elegendo como ponto central o

estabelecimento de vínculos e a criação de laços de compromisso e corresponsabilidade entre os profissionais de saúde e a população (BRASIL, 1994).

Andrade et al. (2006) referenciam esta estratégia como um modelo de atenção primária em saúde, focado na unidade familiar e edificado operacionalmente com a participação comunitária que tem como principais referências o modelo da vigilância à saúde e da Medicina de família de Cuba.

Apesar do impacto produzido pela implantação da referida estratégia, na saúde do Município, a mudança de gestor municipal, fruto da derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores, ensejou uma mudança nos rumos da política de saúde no âmbito local, fragmentando a equipe e levando os profissionais a buscar individualmente novos espaços. Naquele momento já nos perguntávamos: como pensar a sustentabilidade política de processos no campo institucional partindo do fortalecimento da autonomia dos sujeitos populares? Na verdade, *até que ponto têm se obscurecido o contexto cultural e a voz das populações, na implementação das políticas públicas em saúde? Como está, de fato, a ser considerada nas decisões e políticas públicas, como nas práticas sociais das unidades do sistema, a perspectiva popular na luta pelo direito à saúde?*

Enquanto nos perguntávamos estas questões, mais uma vez o cortejo teatral ganhava a estrada, desenhando trilhas que nos levaram à Bahia, para ser uma *beiradeira*⁴ em Curaçá, município vizinho a Juazeiro, onde vivemos um ano às margens do rio São Francisco.

Ali em Curaçá conheci um grande mestre – seu Valdemar, pesquisador popular da agronomia e da ecologia –, que falava com o Velho Chico, misturava cravos e feijão, criava vacinas com insetos e manipueira pra ajudar suas plantinhas a se protegerem dos insetos. Batizou os filhos da autora no rio e com ele aprendemos os segredos da argila, do respeito aos seres não humanos, mas aprendemos essencialmente o valor do afeto e da alegria.

Aqui recorreremos a Spinoza (1988), quando nos diz que nenhum ser humano é capaz de ficar imune aos afetos e quando nos fala da alegria como afeto que aumenta a potência de agir. Diz ele:

A natureza superior do homem é o conhecimento; que o homem está essencialmente unido a um todo que o ultrapassa. Este conhecimento,

⁴ Ribeirinha é a população que vive na beira do rio.

sendo o da união da mente com a natureza inteira, é não só intelectual, mas tem algo de afetivo, pois amamos o que conhecemos (Ética I, prop. VII). [...] Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as idéias dessas afecções (prop. XI) (SPINOZA, 1988, p. 197).

A vivência em Curaçá fez-nos pensar na dimensão da alegria e da amorosidade nos processos educativos. Diz Freire (1999, p. 160): “a alegria não apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Em meio a todas estas idas e vindas, víamos nestes percursos a dificuldade que tínhamos, como profissionais de saúde, de debater gestão, de ser escutada na proposição de caminhos; assim, ora nos situávamos tentando por completo ficar junto à perspectiva popular, ora fazer a esfera institucional onde trabalhávamos como médica, sempre, incorporar algumas linhas da riqueza dos saberes populares.

Voltamos de Curaçá, Bahia, ao Ceará – e desta vez o cortejo seguiu para Icapuí, e, ali, nas águas calmas da praia de Barreiras, nas dunas da Redonda e Ponta Grossa, vivemos mais uma grande paixão: a atuação na ação que protagonizávamos profissionais de saúde com a população local, nomeada Corpo Meu Minha Morada:

*Corpo meu minha morada
Desde que o sol explodiu
Minha alma em estilhaços
A natureza estende os braços
Renasce o mundo em desafio
Ray Lima*

Para definir esse processo, outra mestra – dona Vilaní, liderança comunitária da praia de Barreiras – disse assim: “conhecer e cuidar do corpo, pra conhecer e cuidar do mundo”.

Foi um tempo de reflexões, vivências e muita inteireza. Das caminhadas na praia às brincadeiras no mar, plantões a céu aberto, grupos populares e teatro. Ainda, o rádio, o programa Saúde no Ar. Ali nasceu Globina, personagem que criamos – menina danada. Guardamos essa personagem até hoje e o revivemos em um seminário, já durante o doutorado.

Criávamos os *scripts* com as linguagens técnicas sobre o corpo, contracenando com Ray Lima; trazíamos a linguagem popular, que se dizia assim:

- *Alô Ray, Ferreirinha, e todos esses ouvintes maravilhosos do nosso programa, muito bom dia... Olha, pessoal, eu estou morrendo de saudade, porque faz uma semana que a gente não se encontra. Por isso, todo mundo ligadinho, porque daqui a pouco tem viagem no pedaço!*

- *Muito bem Globina, por falar em viagem, pra onde é que vamos hoje, que eu estou doidinho pra viajar, já fiz até um preparo físico aqui com Ferreirinha, que é pra gente não cansar.*

- *Vamos pra onde, Globina? Você nem disse pra onde nós vamos viajar...*

- *Tchan, tchan, tchan! Hoje vamos ao nosso comando geral, por isso vamos correndo para a sede, e conhecer, ele, nosso comandante cérebro! Nele tem a sede de nossas idéias pensamentos e até sentimentos, sem falar que também cuida da memória, para podermos lembrar.*

- *Globina, esse rapaz então é danado de importante.*

- *E não? Veja, ele pesa mais ou menos 1,5 e a cor que predomina é cinza.*

- *Valha-me Deus, Globina e o bicho é cheio de voltas, mais parece uma rodilha de cobra... E porque os miolos são assim dessa cor?*

- *Porque a gente tem a substância cinzenta e a branca. A parte mais de fora é a cinzenta e a outra é branca. Mas venha cá, que eu quero te apresentar o sistema nervoso central.*

- *Por que será que até no cérebro sistema tem centro e periferia?*

- *Claro, o nosso sistema nervoso central é como se fosse um computador e aqui você tem o encéfalo e a medula espinhal...*

Ao final, quando o poeta J. Gomes sintetizava o que a gente dizia, juntando o técnico e o popular, algumas contradições persistiam, mesmo após as provocações sobre o centro e a periferia:

*O cérebro da gente é quem determina
Do resto do corpo todos os movimentos
E é quem controla nossos sentimentos
Já foi comprovado pela medicina
Por isso essa bola de massa tão fina
Sequer um pedaço não pode faltar
Pois ela deixando de funcionar
O corpo da gente ligeiro adoece
A mente fracassa e a gente enlouquece
Fazendo loucuras na beira do mar.*

Olhando o passado com o olhar do presente, relemos as marcas da história buscando uma nova anatomia, onde corpo, desejo e pensamento se transmutem como potência de acontecer e criar buscando a superação da ideia de biopoder para biopotência como propõe Fuganti (2009), de possibilidades de afirmação das diferenças, dos acontecimentos plurifocais, dos movimentos pluridimensionais do corpo e da vida. Mas essa é uma leitura do presente e nesse ir e vir desse caminho em espiral prosseguimos caminhando sobre as trilhas que traçamos.

Essa trajetória, que nos traz à chegada ao objeto de estudo desta pesquisa, tenta delinear um percurso, com algumas imagens. Elas nos devolvem ao desafio de refletir sobre uma ação – as Cirandas da Vida – onde atuamos, refletimos e intervimos coletivamente, em especial com o grupo que conosco vive a *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa*, no contexto da gestão atual em saúde. Podemos dizer que esta reflexão-ação, alvo do estudo, pretende produzir um conhecimento situado.

Este estudo apresenta-se como um desafio que nos leva a constituir uma nova ação-reflexão-ação, no sentido de pensar gestão popular no contexto do Estado, com suas linguagens e caminhos singulares em saúde popular. Na verdade, recortamos as esferas dialógicas da gestão popular em saúde e, nelas nos movemos com a arte também como linguagem da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa.

Os movimentos iniciais das Cirandas que advieram de um funcionamento em rede, de grupos que buscam a perspectiva popular (Rede de Educação Popular e Saúde – e Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde-ANEPS), possibilitaram-nos a aproximação com atores-autores do campo da educação popular e saúde. Provenientes destes movimentos populares,

em seus grupos, compõem o grupo-sujeito que assume conosco a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, atores e atrizes que representam coletivos da população. Eles fizeram este estudo e realizam comigo a ação das Cirandas da Vida.

Pensamos que o presente estudo, portanto, se abre como oportunidade de articular a experiência vivida a uma produção conceitual, até então muito pouco explorada – a que envolve saberes e dialogismo da esfera popular e institucional, no contexto da gestão municipal em saúde.

Voltando ao tempo – como dizíamos o Corpo Meu Minha Morada apontou os caminhos que ainda uma vez, com as Cirandas da Vida, vamos desenvolver e trilhar, junto às culturas populares e à saúde.

Dessa experiência surgiu o projeto de pesquisa para o mestrado e, mais uma vez, o teatro guiou o nosso percurso. O recorte da pesquisa de mestrado nucleava-se na reflexão mítica que encenava o protagonismo da parteira Bezinha e seus netos, sobrinhos e afilhados, que ousaram produzir um espetáculo cuja protagonista assumiu o próprio papel e mostrou que “mesmo sem saber ler os folhetos”, como dizia ela, pode-se refletir sobre a humanização do trabalho em saúde. No teatro-educação que aí se mostrava podia-se ver o reconhecimento e a visibilização de uma arte popular que permitia “a reconstrução criativa das experiências sensíveis e imaginativas do povo e a sua socialização, concebida como a redistribuição do acesso ao prazer e ao jogo criador”, (CANCLINI, 1984, p. 29).

Ao trazermos a discussão sobre saúde nos contextos de uma gestão que tenta dialogar com os movimentos populares, o fazemos, pois, na visão dos atores populares, ouvindo-os em suas falas com a arte, na perspectiva de compreender como em arte expressam e simbolizam seus processos de representação, recriação e re-elaboração da realidade, como sublinha Canclini (1984, p. 29).

Estaríamos a ver, com as expressões da arte popular, um movimento apontado por Canclini (1984, p. 29) onde as classes oprimidas elaboram uma escritura que “ganha o direito de existir enquanto produz a linguagem para nomear a transformação das relações sociais?” Ou, quem sabe, ainda no dizer de Canclini, transformando a linguagem reprodutora e as ressemantizando de forma a inserí-las em uma nova prática social libertadora?

Foram tantos cortejos e cenários... Desde assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), periferia de Fortaleza, no Grande Bom

Jardim, uma passagem de dois anos na Universidade Estadual do Ceará e, no centro de tudo, o teatro nos conduzia, como médica, a atuar junto às nossas raízes mais longínquas e junto a uma ancestralidade que aprendíamos a cada passo.

Da nação Turiuru, no sertão potiguar, de onde nos saiu a tataravó, vamos adentrar o universo da Medicina, da espiritualidade e da luta indígena Tapeba, pouco antes deste doutorado e da criação das Cirandas da Vida.

Desde o ponto de partida, conflitos com a instituição responsável pelo gerenciamento das ações de saúde – a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Normatização, “medicalização” e subalternização das lideranças indígenas. A pajé limpava o chão para os doutores, enquanto seu saber era negado, tornado invisível.

Na visão institucional, não era nosso papel contribuir na luta pela terra, na busca de apoios, na visibilização da experiência do magistério indígena, vivência ousada de protagonismo. Nesta experiência com os indígenas tapebas mais e mais nos inquietava com estes silenciamentos impostos ao povo; mais e mais tentávamos descobrir formas novas de ultrapassagem destes limites institucionais, que calavam o diálogo com as culturas populares.

E, mesmo em meio a estes limites extensos, ali, entre os tapebas, o teatro entrou na roda do toré sagrado, dançou na brincadeira do palhaço e as pernas de pau brincaram junto aos corpos de meninas e meninos indígenas que cantavam:

*É Deus no céu e os índios na terra
E quero ver quem pode mais é Deus no céu
É Deus no céu e a vacina na terra
E quero ver quem pode mais que a vacinação.*

Por este tempo, trilhas foram se cruzando e vimo-nos a tecer uma rede de grupos populares, em ações diversas: a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), uma edificação recente que nasceu da interação de pessoas advindas dos movimentos populares, universidades e serviços de saúde, com o objetivo de articular e apoiar movimentos e práticas de educação popular em saúde. Como em uma farinhada, vimo-nos, eu e outros companheiros, alimentando o desejo de preparar essa formulação coletiva de conhecimento e ação transformadora.

A caminhada foi possibilitando a nossa inserção em encontros entre o Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN),

às voltas com as lutas contra o estigma da hanseníase e os conflitos vividos pelos índios tapebas, na luta pela retomada das terras que lhes foram roubadas.

Também, na ANEPS, vivia-se a escuta atenta à arte e ao dizer populares: foram ricos os momentos de aprendizagem e partilha que fertilizaram reflexões com os grupos de Coco do Cariri, em sua feição de extenso sertão pobre e com o movimento Escambo Popular Livre de Rua, que traz os grupos à margem do teatro que se faz no eixo das grandes casas de espetáculo. Diálogos entre os Círculos de Cultura Brincantes, dos jovens do Pici e com os fóruns de teatro do Semearte vinculado ao Movimento de Saúde Mental Comunitária no Bom Jardim; estruturação de atos-limite envolvendo mulheres do Conjunto Palmeiras em sua luta contra a violência de gênero e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em sua intervenção que envolve, em ações cidadãs, jovens em situação de conflito com a lei ou em situação de exploração sexual.

A ANEPS, assim, tece uma caminhada que tem as cores e os desenhos dos movimentos que constituem a sua articulação no âmbito popular. Como espaço de articulação de movimentos e práticas, constitui também um segmento do movimento social, no sentido apontado por Touraine (1989), ao propor uma rede de micromovimentos que buscam “intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social”, constituindo “possibilidades de penetração/participação da sociedade civil na transformação da sociedade política”.

E retomo o coco de embolada para dizer:

*Vou contar uma história
Do que ora se desenrola
Nas terras do Ceará
Nascendo a menina ANEPS
A farinhada começou
O povo e a universidade
Logo logo se juntou
Vou contar vou contar
Vou contar vou contar
E logo a estudantada
Começou a conhecer
O que no meio popular
Estava a acontecer*

*Vou contar vou contar
Viram a massoterapia
E as plantas medicinais
Também círculos de cultura
Teatro e muito mais
Vou contar vou contar
O espaço da academia
Fez-se mais interativo
Aprendendo com o povo
A ser bem mais criativo
Vou contar vou contar
Trabalhando a realidade
Com base na experiência
Juntando vários olhares
Pensando uma nova Ciência*

Da interação e do protagonismo dos movimentos e práticas que constituíram a ANEPS surgem as Cirandas da Vida, objeto deste estudo.

Situadas no contexto da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, as Cirandas da Vida nascem como projeto e atualmente constituem-se ação de educação permanente, que busca a perspectiva popular na luta pelo direito à saúde.

Tendo como ponto de partida a possibilidade de delinear caminhos de reconstituição coletiva da memória social das comunidades periféricas de Fortaleza, expressas como suas histórias de luta e resistência, os atores e atrizes sociais envolvidos nas rodas das Cirandas da Vida apontam situações-limite e potencialidades, constituindo possibilidades de transformação da vida do lugar.

É nesse cenário das Cirandas da Vida que mais uma vez nos inserimos como médica, situando-nos, assim, como uma atriz protagonista, provida de consciência e iniciativa, capaz de pensar estratégias e produzir sentidos diante de um contexto (ARDOINO, 1998); nele se deu o estudo apresentado nesta obra.

2 A CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA E O DESAFIO DE FORMULAR COLETIVAMENTE UM DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Dantas, V.L.A.; Linhares5, A. M. B

Ao debruçar-nos sobre a caminhada das Cirandas da Vida na cidade de Fortaleza, trazemos, como pesquisadora implicada, o compromisso-desejo de ajudar a estabelecer uma reflexão compartilhada, cujos frutos possam saciar as fomes dos muitos sujeitos-atores envolvidos.

Pensar um percurso metodológico que favoreça a *implicação* do pesquisador, a dialogicidade criativa, a escuta sensível, a abordagem multirreferencial e a escrita coletiva (BARBIER, 2002) levou-nos aos caminhos de um estudo-ação. Nele, buscamos capturar as realidades, cujos processos estão sendo trabalhados na estruturação das rodas populares que constituem as Cirandas da Vida, onde o encontro entre grupos inter-geracionais busca localizar imagens de transformação, em suas potencialidades e desafios.

Partimos da compreensão de que, para traçar esse caminho, é necessário embasar a construção social da realidade, ouvindo e buscando outros sujeitos históricos ligados à problemática da gestão em saúde, em seu dialogismo com as culturas populares.

É então que, neste contexto em que procuramos capturar essa problemática das populações na luta por saúde, passamos a elaborar uma história de produção de conhecimento, que envolve o trabalho com as situações-limite, as quais exigem transformação. Estas situações são entendidas como mobilizadoras de atos-limite, que intentam fazer sua ultrapassagem. Assim é que pensamos um processo no qual população, trabalhadores de saúde e estudiosos do tema pudessem coletivamente desenhar os cenários destas transformações em diálogo e, também, que se pudesse flagrar a expressividade da arte que aí se punha à mostra.

Esse percurso metodológico propõe-se potencializar a constituição de sujeitos-atores nos diferentes momentos da pesquisa – eles atuarão de modo a “planejar, organizar e realizar, eles mesmos, suas mudanças, de modo consciente livre e inteligente, com o máximo possível de reflexão” (BARBIER, 2002, p. 77).

⁵ Cantora, compositora e dramaturga. Professora doutora da Universidade Federal do Ceará atuando como docente nos Programas de Pós-graduação em Educação Brasileira e Mestrado em Saúde Pública da UFC.

Tentar compreender como as pessoas e movimentos que estão nas rodas das Cirandas da Vida retratam sua vida e luta envolve tentar capturar o dialogismo que também se expressa nas linguagens da arte. Nesta busca, colocamos no centro da roda a importância de debater os padrões de sentir da experiência humana, em seus

[...] modos de acalantar, sentir a dor, o parto, o gozo, a traição, o choro, o crescimento dos filhos, a seca, a invernada, a partida para o longe de outras terras, o acarinhado de quem se agunea por um agrado, o modo de despejar na natureza seus sentimentos de homem ou de mulher, a fome (LINHARES, 2003, p. 21).

Ostrower (1977) afirma que não há razão para considerar a arte como algo deslocado da vida cotidiana, considerando que suas expressões são facilmente compreendidas mesmo por quem acredita nada saber sobre ela.

Diz ela:

[...] a arte é a linguagem natural do ser humano e sempre existiu para que todos a entendessem, embora fosse desenvolvida em sociedade. [...] todas as pessoas têm capacidade para perceber valores como a beleza, a justeza, o equilíbrio, o repouso, a tensão e a harmonia das formas no espaço (OSTROWER, 1977).

Nós, profissionais do campo da saúde, somos conduzidos por uma formação por demais tecnicista e “medicalizadora” – o que nos afasta desses modos tão significativos para a compreensão dos processos do adoecer e viver daqueles com quem trabalhamos nossa ação cotidiana.

Nesse sentido, no dialogismo das rodas das Cirandas da Vida, vamos buscar, nas várias linguagens da arte, dimensões mais totalizadoras do sujeito que, em geral, são esquecidas nos processos de conhecer – como a do corpo, da estética, da ética, da religiosidade, da afetividade. Assim é que buscaremos delinear um construto que vincule desejo e cognição, intuição e sensibilidade, deste modo tomando, como sujeito das práticas de saúde, esta compreensão mais totalizadora de ser humano.

E aqui vamos buscar em Paulo Freire a âncora para superar essa visão tecnicista em saúde. Para Freire, educar é tornar os sujeitos mais humanos –

humanizar é situar os processos e práticas educativas no âmago, nos anseios e nas lutas dos setores populares (ARROYO, 2001). Se o processo histórico foi engendrando a expropriação das condições de humanização por meio da fome, do desemprego, da exploração, como orientar nossa prática incorporando os princípios da dignidade, da emancipação e da justiça?

Arroyo (2001) traz algumas reflexões sobre as possibilidades de edificarmos nossa prática pensando no diálogo. Expressividade e dialogismo são portas de olhar de onde tentamos ver como convivemos e interagimos profissionais e população, por intermédio dos nossos corpos, nossas falas, nossas culturas, nossa arte, que são matrizes fundamentais de nossas identidades.

Dessa forma, a expressividade da arte, no dialogismo vivido na gestão das rodas da Ciranda, nos leva a buscar compreender a capacidade dos grupos de permanecer vinculados às fontes da vida e da morte nas suas comunidades, o que nos remete à importância do ato de criar, entendido como algo profundamente ligado ao viver.

O criar só pode ser visto num sentido global, como um agir integrado em um viver humano. De fato, criar e viver se interligam. [...] A natureza criativa do homem se elabora no contexto cultural. Todo indivíduo se desenvolve em uma realidade social, em cujas necessidades e valorações culturais se moldam os próprios valores de vida. [...] a sua criatividade que representa as potencialidades de um ser único, e sua criação que será a realização dessas potencialidades já dentro do quadro de determinada cultura (OSTROWER, 1977).

Os percursos que vivemos nas Cirandas da Vida nos estimulam à criação de laços solidários e comprometidos com a emancipação humana, vista também como a chegada das potencialidades dos sujeitos, em suas amplas dimensões.

A arte, nessa visada, parece se constituir como elo que articula saberes diferenciados, sensibiliza os diferentes atores envolvidos e exprime as representações que o homem manifesta com base na sua leitura do mundo na perspectiva de conhecer e intervir sobre a realidade (GEERTZ, 1989).

Na *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa*, forma como denominamos a Comunidade Ampliada de Pesquisa em nosso estudo, este lugar onde sujeitos em grupo se debruçam para serem companheiros no estudo das realidades das populações com a qual trabalhamos a observação participante, como procedimento

da investigação, se constitui “como um dos instrumentos fundamentais da pesquisa por enfatizar as relações informais do pesquisador no campo” (MINAYO, 1994, p.59-60), considerando a implicação dos atores pesquisadores com o projeto.

Barbier (2002, p. 21) propõe que a implicação dos sujeitos que fazem pesquisa também se dá “sob o ângulo da vida psicoafetiva do sujeito e de seu imaginário”, aspecto fundamental para a constituição da nossa visão de pesquisadores.

Para o autor, também, implicar-se consiste em reconhecer simultaneamente que, à medida que alguém implica o outro, também é implicado por ele. A implicação promove o engajamento profundo, uma espécie de radiografia do ser, particularmente quando o pesquisador tem como objeto de estudo pessoas em situação – limite. Neste contexto, a implicação de que falamos está ligada à interação dos sujeitos – atores na sua relação complexa com as suas realidades concretas.

Esse percurso também inclui os testemunhos e narrativas de vida que trazem as possibilidades de um saber coletivo carregado de historicidade, subjetividade e sentidos. As narrativas incorporam a oralidade e potencializam a atualização temporal e espacial desses atores – sujeitos em seus discursos.

Para traçar esses caminhos, propusemos a pesquisa-ação como base metodológica, onde encontramos algumas ferramentas já citadas, tais como: a observação-participante, a escuta sensível e escrita coletiva, que promovem a conformação de uma abordagem multirreferencial dos acontecimentos, situações e práticas individuais e coletivas (BARBIER, 2002), essencial a esse tipo de abordagem na qual o desenvolvimento de interfaces com diversos campos de conhecimento é imprescindível.

A escuta sensível, segundo Barbier (2002), está ligada à compreensão “do universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, reconhecendo-o e respeitando-o, sem, entretanto, aderir às suas opiniões, apoiando-se na empatia e na totalidade complexa da pessoa”.

A escolha da pesquisa-ação como caminho trouxe a necessidade de definir um grupo-sujeito (GUATTARI; ROLNIK, 1996), entendido como grupo que busca o lugar do seu desejo, sua singularidade.

O grupo sujeito no contexto deste estudo foi constituído por atores institucionais e comunitários que compõem as rodas das Cirandas da Vida nas seis regiões administrativas de Fortaleza.

O processo metodológico desenhado para a realização deste estudo, que cunhamos como *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa*, buscou referenciar-se em algumas propostas metodológicas, como a Comunidade Ampliada de Pesquisa e a Comunidade Ampliada de Pares.

Surgida no ambiente sindical, a *Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP)* é uma metodologia que conjuga, no mesmo processo, a investigação e a ação. Tem como referência os estudos do médico italiano Ivar Oddone, viabilizando a compreensão da importância do encontro entre trabalhadores e pesquisadores para que elaborem juntos novas possibilidades de saber, que venha a contribuir com a compreensão e intervenção nos espaços de trabalho em saúde, partindo do diálogo-confrontação entre conhecimento científico e experiência dos trabalhadores.

Segundo Athayde, Brito e Neves (2003, p. 13-14), essas comunidades surgiram na Itália, por volta dos anos 1960, com a retomada das lutas informais nas indústrias e o crescimento do movimento sindical e eram nomeadas como “Comunidades Científicas Alargadas (CCA)”. Ainda segundo ele, as bases teórico-metodológicas dessa proposta de investigação se direcionam para a problematização/entendimento da organização do trabalho, ampliando a visão do pesquisador.

Para Oddone (1986), essa forma original de pesquisa-ação, a que denominou “pesquisa não ritual”, surge em torno do tema das mudanças das condições de vida e trabalho, possibilitando a articulação de saberes formais e informais, e tem como objetivo o conhecimento do cotidiano em sua complexidade.

Schwartz (2000) chama a atenção para o contexto sócio-histórico onde a proposta surge caracterizada pela tensão entre um modelo econômico onde convivem a elevação da produção, baixos salários, parcialização imposta do trabalho, desgaste psicofísico da mão de obra, entre outros, e o movimento sindical que propunha um projeto de transformação da sociedade, no qual se articulavam luta operária e movimentos sociais mais gerais. Dessa forma, o movimento sindical reivindicava para si o direito de pesquisar o ambiente de trabalho e de lançar proposições para sua transformação.

Segundo Barros, Heckert e Coelho (2006), da experiência gerada no contexto operário italiano, surgiram três conceitos articulados, sobre os quais o modelo operário se instituiu, a saber: grupo operário homogêneo de produção,

validação consensual e não-delegação. O *grupo operário homogêneo* de produção diz respeito a um grupo de trabalhadores vivendo conjuntamente a mesma experiência de trabalho, incluindo-se os acúmulos e valores dos que já se foram. A *validação consensual* diz respeito ao julgamento coletivo no qual o grupo valida a experiência de cada trabalhador no que concerne às condições de trabalho. Por sua vez, a *não-delegação* refere-se à decisão de que a validação sobre a realidade das condições de trabalho e a fixação dos padrões de adoecimento a partir delas é papel do grupo homogêneo. Na perspectiva de Oddone (1986), essa decisão não tem o propósito de negar o saber dos especialistas, mas de valorizar a experiência dos trabalhadores.

Trata-se de um *diálogo crítico* entre os saberes fundados na experiência-vivência prática dos trabalhadores com os saberes “formais” de pesquisadores, configurando uma forma original de pesquisa-ação que altera os métodos da pesquisa tradicional, possibilitando a coautoria de todos os atores na pesquisa (ODDONE, 1986).

Neste sentido, a produção de conhecimento é vista como ativa, historicamente construída, contribuindo para a mudança do que está instituído. Para tanto, é necessário partilhar saberes, experiências e a própria crítica, lançando-se mão da expressão oral, da narração e da memória das atividades. Barros (2004, p. 91), aponta as Comunidades Ampliadas de Pesquisa como

[...] instrumentos valiosos nesse processo desde que possam ser reinventadas a cada viagem e por cada um que o utiliza, de forma a contribuir para inventar mundos, construir diários de bordo, cartografias. Uma carta de navegação não apenas “objetiva”, mas também “subjéctiva” política [...] que só serve para uma viagem, que só expressa a singularidade única e irrepitível dessa viagem, o que não impede que outros viajantes dela se sirvam para construir sua própria trajetória, sempre experimental, sempre aventureira.

Caminhar para a produção de conhecimento consoante esse percurso metodológico representa, portanto, a possibilidade de compreender a ciência como espaço permanente de refletir sobre a realidade, seus determinantes e condicionantes, e, com base nessa reflexão, elaborar coletivamente perspectivas críticas sobre ela, entendendo que são visões em movimento e não verdades imutáveis.

Esses espaços coletivos de análise e reflexão constituem aspectos fundamentais para a formação de atores sociais institucionais e comunitários sujeitos da produção de conhecimentos e tecnologias que possam contribuir para o “trabalho vivo em ato” (MERHY, 2005), onde o diálogo, a escuta, o debate e a crítica constituem momentos que não excluem a subjetividade e que não se separam da formação e da produção de conhecimento.

Outra referência para a preparação deste percurso veio dos escritos de Funtowicz e Ravetz (1997, p. 225, 228), que nomeiam Comunidade Ampliada de Pares, uma abordagem de pesquisa com a inclusão de todos os sujeitos “afetados por determinada questão, desde que estejam comprometidos com um debate genuíno”. Essa ideia rompe com a “suposição de que a expertise científica é o componente crucial da tomada de decisões concernentes quer à natureza quer à sociedade”. Esses autores consideram que, ante a complexidade das questões com as quais a ciência se depara na atualidade, torna-se premente a necessidade de enfatizar conceitos como incerteza, complexidade e qualidade.

Ainda segundo os autores, “os problemas atuais de saúde – ao nível individual, comunitário e ambiental – têm características comuns que os distinguem dos problemas científicos tradicionais. Sua escala é planetária e seu impacto, de longa duração. Os fenômenos são novos, complexos, variáveis e, com frequência, mal compreendidos” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997, p. 225, 228) e, no geral, as ferramentas de que dispõe a ciência não logra dar respostas efetivas a sua superação. Por outro lado, as pessoas cujos problemas ameaçam suas vidas e sustento têm, conforme, ainda, os autores “consciência aguçada de como os princípios gerais se materializam em seus ‘quintais’ e ‘possuem ‘fatos ampliados’, que incluem anedotas, pesquisas informais e mesmo informações oficiais publicadas em meios não oficiais”.

Nesse sentido, Funtowicz e Ravetz (1997, p. 122) reportam-se a uma ciência “pós-normal” para caracterizar a ultrapassagem de uma era em que a norma para a prática científica eficaz podia ser a rotineira resolução de quebra-cabeças (JACOBINA, 1999-2000), ignorando as questões mais amplas de natureza metodológica, social e ética, suscitadas pela atividade e por seus produtos; ou seja, o que se considera relevante como problema científico não pode advir apenas da curiosidade dos cientistas ou dos interesses de mercado. Ao fazer a crítica à

supremacia da prática científica hegemônica, os autores falam da complementaridade entre as “comunidades de pares – a restrita ou a ampliada”, encarando-as como complementares. A contribuição do que denominaram de ciência pós-normal está na superação do ideal lógico de predição científica em torno da ideia de “previsão de políticas”; da noção tradicional de “explicação científica” à possibilidade de convertê-la em “compreensão societária”. Dessa forma é possível caminhar no sentido da democratização paralela dos conhecimentos, maior participação nas decisões, visando ao gerenciamento mais sábio dos poderes do saber científico. Considerando os cirandeiros, como são denominados popularmente os atores e atrizes do meio popular, que trabalham articulando as cirandas nos territórios, mas que, ao mesmo tempo, se constituem atores populares, por sua militância histórica, ousamos incluir na *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa* a dimensão da *coautoria* dos atores populares de estudo e obra aqui apresentados.

A decisão de cunhar esse processo metodológico está calcada na compreensão de que, apesar de referendar as várias propostas há pouco descritas, seguimos um caminho singular que articula dimensões diversas dessas propostas sem, no entanto, seguir rigorosamente nenhum dos percursos sobre os quais discorreremos, incorporando outros referenciais com a arte e os círculos de cultura.

Antes de apresentar detalhadamente o desenho preparado faremos algumas referências sobre a escolha que fizemos para nominá-la. A referência às cirandas decorre não apenas do nome da ação que nos levou a este estudo, mas à importância das cirandas⁶ na qualidade de ritual da cultura popular nordestina. A pesquisa acerca da etimologia da palavra *ciranda* revela sua polissemia.

Afora as divergências linguísticas ou de sua origem, a ciranda nordestina é uma dança mais fortemente presente nas regiões praianas, especialmente do Estado de Pernambuco, porém, sua origem não se restringe ao litoral. Estudiosos do tema ressaltam que seu surgimento ocorreu, simultaneamente, em certas áreas, mais interioranas, da Zona da Mata Norte daquele Estado.

6 Para Jaime Diniz, um dos estudiosos sobre o tema, ela provém do vocábulo espanhol zaranda, instrumento de peneirar farinha daquele país o qual teria evoluído da palavra árabe Çarand, peneira grossa, crivo, designando também tabuleiro de madeira para secar rolas de cortiça, como anota Caldas Aulete no seu Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Para outros, ciranda designa dança de roda, trazida para o Brasil pelos portugueses, cuja origem remonta à alegria dos festejos pela boa colheita, tema examinado pelo filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971) em seu vasto e complexo estudo de Estética, obra publicada em vários volumes, em espanhol, pelas Ediciones Grijalbo, de Barcelona. Segundo Leite de Vasconcelos, a palavra vem da experiência de trabalho das mulheres juntas em serões, grafando, por esta razão, seranda e não ciranda.

Surgidas em espaços populares, envolveram inicialmente trabalhadores rurais, pescadores, operários, biscateiros, entre outros, no entanto, como manifestação comunitária, não impõe barreiras quanto ao sexo, cor, idade, condição social ou econômica. A batida forte do bombo ou de outros instrumentos sob a batuta do mestre cirandeiro que conduz a brincadeira, “tira as cirandas”, improvisa versos, atrai os cirandeiros cujas mãos se entrelaçam, girando, seguindo o balanço das ondas do mar, abrindo o círculo para os que chegam sem hora de entrar ou de sair. Se o espaço é pequeno, dificultando a movimentação, forma-se uma roda menor no interior da roda maior.

A *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa* traz esse referencial das cirandas como ritual popular para o seu percurso, buscando aprendizados que se fundamentam na possibilidade de nos percebermos sujeitos que aprendem” desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber” (FREIRE, 2000, p. 24).

Para ele, quanto mais o educador possibilitar aos estudantes perceberem-se como seres inseridos no mundo, tanto mais se sentirão desafiados a responder aos novos desafios. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com “dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente”.

A *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa*, portanto, traz essas referências e incorpora a dimensão da arte, as referências dos círculos de cultura sistematizados pelo educador Paulo Freire.

Estes se fundamentam em uma proposta pedagógica cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Para Freire, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando, a valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se ao seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. Nesse contexto, propõe uma práxis pedagógica que se compromete com a emancipação de homens e mulheres.

Concebidos na década de 1960, como grupos compostos por trabalhadores populares, que se reuniam sob a coordenação de um educador, com o objetivo de debater assuntos temáticos, do interesse dos próprios trabalhadores, cabendo ao

educador-coordenador tratar a temática trazida pelo grupo, surgem no âmbito das experiências de alfabetização de adultos no Rio Grande do Norte e Pernambuco e do Movimento de Cultura Popular. Não tinham a alfabetização como objetivo central, mas a perspectiva de contribuir para que as pessoas assumissem sua dignidade como seres humanos e se percebessem detentores de sua história e de sua cultura, promovendo a ampliação do olhar sobre a realidade.

Revela-se dessa forma a importância do aspecto metodológico, no fazer pedagógico, sem desvalorizar, no entanto, o conteúdo específico que mediatiza esta ação, possibilitando a tomada de consciência do educando mediante o diálogo e o desvelamento da realidade com suas interligações, culturais, sociais e político-econômicas.

Destarte, o Círculo de Cultura na qualidade espaciotemporal de socialização e de problematização, caracteriza-se como *locus* privilegiado de comunicação-discussão embasadas no diálogo que se firma da fala que, por sua vez, se fundamenta nas experiências os atores-sujeito e na produção teórica da educação e da escuta, a qual se orienta pelo desejo de cada um e cada uma apreenderem as falas do outro e da outra problematizando-a e problematizando-se.

Tendo como princípios metodológicos o respeito pelo educando, a conquista da autonomia e a dialogicidade, os círculos de cultura, tais como foram sistematizados por Freire, podem ser didaticamente estruturados em momentos tais como: a *investigação do universo vocabular*⁷, do qual são extraídas *palavras geradoras*⁸. Esse mergulho permite ao educador interagir no processo, ajudando-o a definir seu ponto de partida que se traduzirá na *tema gerador geral*, vinculado a idéia de interdisciplinaridade e subjacente à noção holística de promover a integração do conhecimento e a transformação social. A *Tematização*⁹, ou seja, processo no qual os temas e palavras geradoras são codificados e decodificados buscando a consciência do vivido, o seu significado social, possibilitando a ampliação do conhecimento e a compreensão dos educandos sobre a própria

7 Relação das palavras de uso corrente, entendida como representativa dos modos de vida dos grupos ou do território onde se trabalhará (estudo da realidade). Este momento permite o contato mais aproximado com a linguagem, as singularidades nas formas de falar do povo, e suas experiências de vida no local.

8 Unidade básica de orientação dos debates.

9 A codificação pode se dar por imagens expressas de várias formas – desenho, fotografia, imagem viva, – que por sua vez deverão suscitar novos debates. Parte-se da compreensão de que cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte.

realidade, na perspectiva de intervir criticamente sobre ela. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida.

A *Problematização* representa um momento decisivo da proposta e busca superar a visão ingênua por uma perspectiva crítica, capaz de transformar o contexto vivido. A ação de problematizar em Paulo Freire impõe ênfase no *sujeito prático* que discute os problemas surgidos da observação da realidade com todas as suas contradições, buscando explicações que o ajudem a transformá-la. O sujeito, por sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a detectar novos problemas na sua realidade e assim sucessivamente. Nesse sentido, a problematização emerge como momento pedagógico, como práxis social, como manifestação de um mundo refletido com o conjunto dos atores, possibilitando a formulação de conhecimentos com base na vivência de experiências significativas.

Assim o diálogo se constitui como elemento-chave no qual educadores e educandos sejam sujeitos atuantes. Para Freire (2003a), o diálogo possibilita a ampliação da consciência crítica sobre a realidade ao trabalhar a horizontalidade, a igualdade em que todos procuram pensar e agir criticamente com suporte na linguagem comum, captada no próprio meio onde vai ser executada a ação pedagógica e que exprime um pensamento baseado em uma realidade concreta. Diálogo nessa perspectiva, tem a amorosidade como dimensão fundante, contrapondo-se a idéia de opressão e dominação. Situa a humildade como princípio no qual o educador e o educando se percebem sujeitos aprendentes, inacabados, porém jamais ignorantes.

A ampliação do olhar sobre a realidade com amparo na ação-reflexão-ação e o desenvolvimento de uma consciência crítica que surge da problematização permite que homens e mulheres se percebam sujeitos históricos, o que implica a esperança de que nesse encontro pedagógico sejam vislumbradas formas de pensar um mundo melhor para todos. Esse processo supõe a paciência histórica de amadurecer com o grupo, de modo que a reflexão e a ação sejam realmente sínteses elaboradas com ele.

A democracia [...] é forma de vida, se caracteriza, sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem.

Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas comuns (FREIRE, 1991, p. 80).

Dessa forma, Paulo Freire fala de educação como conscientização, reflexão rigorosa sobre a realidade em que se vive, com o entrelaçamento das linguagens e suas respectivas lógicas epistêmicas, evidenciando os focos a serem problematizados pelo grupo, instigando o debate e constituindo uma rede de significados.

O Círculo de Cultura constitui-se *locus* da vivência democrática, de formas de pensamentos, experiências, linguagens e de vida, que possibilita o estabelecimento de condições efetivas para a democracia de expressões, de pensamentos e de lógicas com base no respeito às diferenças e o incentivo à participação em uma dinâmica que lança o sujeito ao debate, focando os problemas comuns.

A concretização da proposta metodológica que coletivamente criamos para a *Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa* está organizada em momentos não estanques e que podem acontecer simultaneamente ou em tempos diversos.

Dessa forma, compomos o caminho orientador das reflexões onde ideias e coisas se relacionam como as constelações com as estrelas (BENJAMIN, 1985, p. 56-57).

As idéias são eternas constelações, e, quando se concebe os elementos como pontos nessas constelações, os fenômenos passam a ser divididos e salvos ao mesmo tempo. E é nos extremos que esses elementos, cuja extração dos fenômenos é tarefa do conceito, aparecem da maneira mais nítida. A idéia pode ser circunscrita como uma formação que relaciona o singular-extremo aos seus similares.

Inicialmente, procedemos à definição do *grupo sujeito*, que, como já relatamos, foi constituído pelos seis cirandeiros e cirandeiros que protagonizam o processo em cada região da cidade. Esse grupo foi sendo modificado pela saída de alguns atores e atrizes e a inclusão de outros que ou se agregaram na caminhada ou tiveram seus papéis reconfigurados.

Uma vez constituído o grupo, passamos a trabalhar com os *relatos de cada ator/atriz*, as experiências vividas que os referendaram a ocupar esse lugar, ensejando leituras sobre o território e os questionamentos sobre as trilhas que empreenderam nas Cirandas.

Esses relatos e as *questões geradoras* levantadas por parte de cada um são relidos pelo grupo, que problematiza e produz reflexões e, por sua vez, suscitam a *escrita coletiva* constituída não apenas dos textos formais, mas também da produção de desenhos, músicas, textos teatrais, poemas e outros.

Essa *produção textual* retorna aos territórios pela ação protagonista dos cirandeiros, sendo rediscutida e socializada com os diversos atores e atrizes que fazem a Ciranda nesses territórios, por meio das *oficinas temáticas e círculos de cultura* e, dessa forma, vai sendo recriada, vivenciada, ressignificada, o que possibilita a estruturação de atos limite. Estes, por sua vez, retornam ao grupo sujeito em suas narrativas, permitindo a emergência de categorias a serem estudadas para facilitar a viabilização dos atos-limite promovendo um espaço permanente de estudo-ação-reflexão.

As linguagens da arte “transversalizam” todo o processo, desde a produção das falas, a problematização, a produção das sínteses e a estruturação dos atos-limite.

Como um estudo que se propõe a elaborar uma ação-reflexão-ação (*práxis*) com base na *experiência coletiva* vivida no processo das Cirandas da Vida, o grupo-sujeito propôs inicialmente essas e outras categorias-chaves, compreendendo que, como ação-movimento, novas categorias poderiam surgir no decorrer do processo.

As *situações-limite* apontadas pela população, bem como os *atos-limite* (as superações propostas e vividas para transformar o que se detecta como situação-limite) foram base para os enfrentamentos do princípio de comunidade e a esfera institucional. Com estes movimentos, cria-se uma perspectiva de engendrar o *inédito-viável*.

Em se tratando de uma proposta expressa do ponto de vista popular, os pesquisadores-atores sociais institucionais e comunitários vão se constituindo como co-autores da produção do conhecimento. Esta visa, em última análise, à transformação do mundo vivido das comunidades envolvidas nas rodas das Cirandas da Vida, em mundo pensado, crítica e criativamente – o que supõe o protagonismo dos atores e atrizes populares nessa vivência de *práxis* grupal.



3 EDUCAÇÃO, SAÚDE E GESTÃO POPULAR: O ESTADO DA QUESTÃO

Dantas, V.L.A.

Educação popular: o ponto de vista da população na luta pelo direito à saúde

A saúde coletiva insere-se em uma realidade social complexa, por isso deve ser pensada como campo interdisciplinar, articulado a uma totalidade social. Nesse sentido, é fundamental compreendermos a importância da formulação de um marco teórico que referencie a mudança de paradigma nas práticas de saúde, de forma a contemplar sua historicidade, contribuindo para a superação das contradições sociais, mediante espaços dialógicos de interlocução de saberes e práticas.

Ao situarmos este estudo em uma perspectiva dialógica, reportamos-nos à Smeke (1989) que, em sua tese de doutoramento, propõe-se a discutir saúde e movimento popular, não em sua polaridade, mas com base nas suas relações. Neste sentido, a autora aponta para a responsabilidade dos sujeitos sociais na transformação da sociedade, assim como para a possibilidade de elaborar novas formas de relacionamento entre esses campos, vislumbrando articulações entre os movimentos populares e a saúde em sua conotação de direito de cidadania. Tomaremos essas perspectivas e, com apoio nelas, prosseguiremos em nosso percurso.

Dizemos, então, que a dialogicidade necessária para que a articulação entre os movimentos possa constituir-se no cotidiano nos coloca ante o desafio de partir da escuta aos interesses populares expressos em suas lutas. É que temos tradicionalmente desconsiderado essa prática dialógica nos movimentos de aproximação das ações institucionalizadas em saúde. Como pontua Smeke (1989), essas aproximações devem abandonar as marcas que trazem das suas práticas sociais controladoras e normatizadoras, as quais buscam a manutenção das relações de poder historicamente construídas, assim como a recriação da dominação.

É sabido que essa formulação reflete, segundo Stotz (2005), uma formação calcada sob uma pretensa neutralidade política e estruturada em um saber técnico situado à margem da vida social. Para esse autor “aceitar as implicações de vivermos numa sociedade de classes, apesar do caráter público e democrático das instituições políticas, é um desafio à formação e à prática dos profissionais de saúde” (STOTZ,

2005, p. 9-30). Neste sentido, Loyola (1984), corroborando Stotz, nos faz refletir sobre a dimensão ideológica presente nessa “neutralidade técnica”. Diz ela:

Imbuído de uma ideologia que tem por função mascarar as relações de classe que ela encobre, o médico atua no sentido de preservar o monopólio de seu saber e autoridade indiscutida que a sociedade lhe outorga para dispor da doença, até mesmo do corpo e das sensações de seu cliente (LOYOLA, 1984, p. 228).

As questões expressas por Stotz (2005) e Loyola (1984) nos fazem questionar como nas práticas de saúde os diálogos se processam. Compreendemos da afirmação de Loyola sobre o poder médico que, em nosso contexto atual, ele se aplica também a várias categorias profissionais que atuam no campo da saúde e nos perguntamos pelos movimentos que se constituem, no sentido de superar essa situação-limite. Em que medida a arte ocupa esse lugar na conformação dos diálogos? De onde eles partem? O que nos apontam?

Por outro lado, vivenciamos no Brasil um movimento em que a sociedade busca redefinir e redesenhar o Estado com respaldo em uma ampla conjugação de variadas forças; em que as classes populares tentam a criação de uma sociedade política que se erga com novos parâmetros de justiça social (OLIVEIRA, 1994).

Aqui recorreremos mais uma vez à Smeke (1989, p. 33) quando, corroborando o dizer de Oliveira, nos lembra que o “Estado, sobretudo no Brasil, representa uma condensação da correlação das forças sociais nacionais e internacionais, politicamente organizadas, onde se articula toda uma importante fração tecnoburocrática”. Dessa forma, ainda referenciando o autor, a Política Social como um campo de práticas onde se revela a perspectiva de legitimação dos interesses deste Estado junto aos diversos setores sociais utiliza como referência as imposições dessa fração tecnoburocrática e os tensionamentos desses setores sociais. E a escuta ao mundo e voz popular? Como fazê-la?

Assim, nos situamos neste estudo, junto à perspectiva popular, que olha para a possibilidade da política de saúde, como política social, realizar o dialogismo entre a gestão e os movimentos e práticas populares. Dessa forma, buscamos perceber os processos instituintes de conquista democrática que se delineiam nesse dialogismo cujo devir aponta para caminhos de emancipação social. Com Smeke (1989, p.

33), vamos buscando realizar esse movimento que articula os sujeitos históricos, trazendo os atores envolvidos nas rodas das Cirandas da Vida, para chamar “o coletivo, como objeto mutante da política social; o social, como conformação em movimento; e o político feito jogo de forças capaz de estabelecer transformação”.

Podemos pensar a saúde coletiva, portanto, no contexto da produção de um processo emancipatório dos sujeitos sociais, como espaço de transformação ancorado na complexa realidade dos serviços públicos de saúde, promotor dos diálogos entre estes serviços e os movimentos sociais. Situamos, assim, inicialmente, a educação popular em saúde como um braço do movimento popular, na luta pelo direito à saúde e à vida.

A população brasileira se vê diante de imensas possibilidades de mudança social, malgrado a gravidade das desigualdades sociais, fruto do modelo capitalista vigente. Os movimentos sociais já percebem que é necessário retomar legados das lutas populares e que a transformação social exige que o princípio de comunidade realize o dialogismo junto à esfera estatal.

Por princípio de comunidade nos referimos à representação suscitada por Santos (2000c) em sua discussão sobre a Modernidade, que o apresenta, junto com o princípio do Estado e o princípio do mercado, como um dos pilares para um projeto emancipatório de sociedade. Tendo as ideias de solidariedade e de participação como fundamento, em contraposição ao princípio do Estado, Santos (2000c) referencia-se nas ideias de Rousseau em sua concepção de soberania popular, que afirma a obrigação política horizontal e solidária de cidadão a cidadão.

As políticas de saúde, no Brasil, passaram por mudanças significativas nos últimos vinte anos, que refletem, também, as conquistas populares no sentido da democratização dos serviços e do acesso da população aos processos decisórios. O SUS é emblemático dessas mudanças, no entanto, é preciso percebê-lo como um devir, um projeto social em edificação.

Para compreender a emergência de movimentos de educação popular no campo da saúde, recorreremos a Stotz (2005), que a examina à luz da implantação, do desenvolvimento e da crise do regime militar no Brasil entre 1964 e 1984, analisando esse fenômeno sob o ângulo das políticas de saúde.

Com a implantação da ditadura militar, a política de saúde voltou-se para a expansão dos serviços médicos privados, notadamente os hospitalares,

ocorrendo uma acentuada redução nos gastos com políticas sociais consequentes, o que alimentou o neoliberalismo no País (STOTZ, 2005; VALLA, 1998).

Os movimentos sociais, por sua vez, organizaram múltiplas estratégias de resistência, na perspectiva de estruturar enfrentamentos para os seus problemas cotidianos. Estes enfrentamentos reproduziram-se em diferentes espaços – culturais, políticos, religiosos – concretizando-se através das Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos pela moradia, pela religiosidade em suas múltiplas expressões. Nesse contexto adverso – o estágio avançado de mundialização do capital, que acirra processos de acumulação – surge uma série de estratégias populares, visando à superação das condições de opressão.

A educação popular, neste conjunto, representa um grande eixo orientador da maioria dessas experiências. No âmbito da produção de saber em educação popular são retomadas as propostas de educação de adultos sistematizadas por Paulo Freire e tantos colaboradores, como Carlos Rodrigues Brandão e Moacyr Gadotti. Para Smeke e Oliveira (2001, p. 123), “nestes ensaios de dizer e pensar com autonomia começa-se a gestar uma nova concepção de sujeito com base no coletivo”.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais avançam em seu processo reivindicatório, havendo uma centralização nas lutas pelo direito à saúde, nucleadas nas articulações levadas a efeito pelo movimento da reforma sanitária, que buscava estruturar o arcabouço legal para a viabilização de um sistema público de saúde, com base no princípio de saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

O movimento sanitário, segundo Smeke e Oliveira (2001, p. 125), faz uma crítica ao saber médico instituído, como tecnocracia que funciona em grande medida junto à privatização da medicina e busca nas práticas de educação popular e da pesquisa participante sistematizadas por Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, referenciais para a constituição de sujeitos sociais competentes e comprometidos com transformações sociais urgentes. Um marco na atuação do movimento sanitário foi a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, que produziu o referencial teórico para a constituição do SUS.

Essas conquistas se efetivaram em um cenário de intensa mobilização popular, onde a chamada “abertura política” trouxe à cena as vozes populares silenciadas por várias décadas de ditadura militar. Nessa mobilização popular, as

culturas populares passaram a fazer ecoar seus brados por justiça social contra o projeto neoliberal do Governo brasileiro, que apontava para a redução das políticas sociais, favorecendo a privatização, a mercantilização da vida e omitindo-se da afirmação dos direitos fundamentais dos seres humanos (DARON, 2003).

Essas reflexões nos remetem à importância da luta popular nos diversos momentos históricos, como espaço de tensionamento ante situações de opressão e, ao mesmo tempo, à necessidade de constituir diálogos para o enfrentamento dos desafios que separam o SUS, que é real, dos seus preceitos constitucionais. Não podemos desconsiderar o fato de que os processos formativos do campo da saúde ainda estão pautados por uma visão fragmentada e “medicalizadora” e, quanto à gestão, tem-se o predomínio de práticas verticalizadas e concentradoras de poder, o que nos remete aos desafios que entravam sua implementação.

Situarmo-nos do ponto de vista popular parece-nos também pensar o SUS sob a óptica da integralidade e da humanização; significa, pois, situar os cidadãos como centro dos processos de organização das práticas de saúde, a serem pautadas nos desejos e necessidades da população, dentro de quadros concretos de equanimidade.

Malgrado os extensos e graves desafios que permanecem, é possível vislumbrar cenários nos quais as ações de saúde estejam voltadas para o enfrentamento dos seus condicionantes, possibilitando encontros entre profissionais, gestores e população. Falamos desse lugar.

Buscamos fazer com que os encontros sistemáticos, como os vividos nas rodas das Cirandas da Vida, sejam realizados também como práxis formativa, capaz de fortalecer a formação política dos sujeitos populares, atores sociais destinados a vir a ser mais e de produzir novos saberes que contribuam para a inclusão social e a promoção da vida; ator social “provido de consciência e de iniciativa, capaz de pensar estratégias”, com suporte de uma intencionalidade e produzir sentidos diante de um contexto (ARDOINO, 1998).

A formulação de um discurso oficial, de ressonância mundial, que afirme a saúde em sua positividade, se concretiza com o movimento de promoção da saúde, cujas principais referências são construídas no Canadá, EUA e Europa Ocidental. Esse movimento se pautou por uma série de conferências internacionais, cujos documentos representam referências conceituais e orientações a serem seguidas pelos países participantes.

A Conferência de Ottawa (1986) traz a concepção de saúde como qualidade de vida, condicionada por fatores como alimentação, educação, renda, ambiente e justiça social (CZERESNIA, 2003). Essa concepção influencia a definição de saúde formulada durante a VIII Conferência Nacional de Saúde:

Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (BRASIL, 1986).

Os eixos propostos nas diversas conferências, contudo, apontam caminhos diferenciados e fomentam estratégias muitas vezes conservadoras, que retardam o passo das conquistas populares. Em vista disso, observamos que, enquanto a Conferência de Ottawa aponta para a criação de ambientes saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, a Conferência de Bogotá enfatiza a solidariedade e a equidade social, reiterando a importância da pesquisa na área como instrumento de participação e transformação social.

Andrade (2006), ao estudar os processos de intersetorialidade de Fortaleza e Curitiba, em uma análise comparativa calcada em uma extensa prática de argúcia ímpar, compreende que as estratégias de promoção enfatizam a transformação das condições de vida e trabalho que estão na base dos problemas de saúde e demandam uma abordagem intersetorial. Em nossa pesquisa, vamos, muitas vezes, ver a intersetorialidade proporcionando a revitalização da esfera institucional e falando do lugar da arte, em sua espacialidade concreta no território.

Voltando ao nosso breve histórico das conquistas sociais, podemos dizer que, no Brasil, o movimento de promoção da saúde constituiu sua singularidade por estar vinculado ao movimento da Reforma Sanitária, cuja característica principal é a luta pela cidadania, apoiada na ideia de saúde como direito.

Segundo Paula (2005), a promoção da saúde que se instaurou no Brasil não se reduz à convocatória da sociedade para mudar seus hábitos de vida e não defende a retirada do Estado das políticas de saúde. Para essa autora, ocorre em nosso País um entrelaçamento nesses modos de fazer saúde, no qual os indivíduos são convidados a atuar como sujeitos ativos em um processo que passa pela tomada de consciência de

seu corpo (ampliariamos o enfoque para uma conceituação de sujeito que comporte sua existência como ser complexo, multidimensional), e ao mesmo tempo pela necessidade de conquistar o acesso a uma atuação à saúde de qualidade e condições dignas de vida.

Pedrosa (2004) ao considerar o campo multidisciplinar e o caráter instituinte da promoção da saúde nos lembra que, apesar do sentido de mudança explícito em suas propostas de intervenção, ainda a olhamos como um devir instituinte cujas estratégias apontam para a promoção do bem-estar individual e coletivo.

Desencadear processos no campo da saúde coletiva, onde profissionais e população possam interagir e descobrir juntos formas coletivas de aprendizagem e intervenção nos contextos concretos pressupõe a análise e compreensão desses contextos em sua complexidade e a devolução aos sujeitos/atores das práticas educativas ao lugar de partícipes da produção do conhecimento coletivo, protagonizando ações para o enfrentamento dos seus problemas cotidianos.

Para isso, compreendemos a importância de que esses processos estejam embasados em uma visão de conhecimento como produção social e coletiva, necessariamente transformadora das condições que ensejam a pobreza e a opressão e centrada em uma perspectiva de educação como fenômeno permanente no qual a categoria experiência se constitui como aspecto fundamental.

Freire (1999, p. 102) discute a educação “enquanto ato de conhecimento, não só de conteúdos, mas da razão de ser de fatos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos, que explicam o maior ou menor grau de interdição do corpo consciente a que estejamos submetidos”. Arroyo (2001, p. 7), retomando Freire, refere-se à educação como diálogo entre sujeitos, os quais carregam seus processos, suas pedagogias.

Façamos um movimento para compreender estas construções.

A Educação em Saúde surge formalmente, no Brasil, no início da década de 1920, por iniciativa das elites políticas e econômicas, tendo sido fundamentalmente influenciada pelas experiências europeias dos séculos XVII e XIX, em que se postulava a importância das condições de vida sobre a saúde dos indivíduos e a necessidade de intervenção sobre elas, mesmo contrariando os interesses/desejos individuais. Surge, portanto, historicamente subordinada aos interesses dessas elites (VASCONCELOS, 2001, p. 14).

Voltadas para uma visão higienista e europeizante, etnocêntrica e hegemônica, as práticas de saúde em nosso País desconsideravam grandemente

o saber e as formas de ver e cuidar da vida da população, tendo um caráter excessivamente normatizador, que visava a garantir a manutenção do modelo concentrador de riquezas.

Baseada na concepção biológica do processo saúde-doença, a Educação em Saúde, naquele contexto, apoiava-se no pressuposto de que a mudança de atitudes e comportamentos individuais resolveria os problemas de saúde como um todo. Essa tendência da Educação em Saúde manteve-se hegemônica até a década de 1940, quando saúde passou a ser vista como capacidade de consumo de tecnologia por meio da assistência médica (SMEKE; OLIVEIRA, 2001, p. 120-121), e o trabalho educativo passou a incorporar essa visão, mediante a introdução de técnicas metodológicas modernas, tais como: a abordagem de grupos, formação de lideranças e utilização de técnicas audiovisuais.

Vasconcelos (2001, p. 11) aponta para uma mudança nas práticas educativas em saúde a partir da década de 1970, quando profissionais de saúde, insatisfeitos com as práticas realizadas nos serviços oficiais, passaram a buscar uma aproximação com os movimentos populares, tentando romper com o autoritarismo e a óptica normatizadora de condutas que as caracterizavam. Também aí se tentavam superações para as práticas tecnicistas e distantes da cultura das gentes.

Neste percurso, surgiram experiências cuja principal referência foi a educação popular – o que trouxe para o setor saúde uma cultura de relação com as classes populares que, apesar de muitas vezes contar com ações esparsas e contingentes, resistem e delineiam novos caminhos onde se percebe a possibilidade de reverter essa realidade elitista (VASCONCELOS, 2001) e que reitera o modelo da privatização da Medicina.

Para Smeke e Oliveira (2001, p. 124-125), o trabalho educativo busca ampliar-se e flexibilizar-se com base no questionamento sobre o autoritarismo das práticas vigentes, como também pela necessidade de reconhecer o papel da subjetividade como dimensão coletiva e processual nos processos educativos. Observa-se, também, a necessidade de articular o trabalho educativo à discussão de questões estruturais.

Neste contexto, a educação popular oferece um instrumental teórico fundamental para o desenvolvimento dessas novas relações, “através da ênfase

ao diálogo, a valorização do saber popular e a busca de inserção na dinâmica local” (VASCONCELOS, 2001, p. 14), tendo a identidade cultural como base do processo educativo e compreendendo que o “respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural.” (FREIRE, 1999, p. 86).

As culturas populares, então, situam-se aqui como espaço para a formulação de novos saberes, que contribuam para a inclusão social, o cuidado e a promoção da vida, ao potencializar a “construção de processos de participação popular como uma prática social de organização da vida cotidiana.” (SOPHIA, 2001, p. 6).

Stotz (1993), ao falar da natureza dos processos educativos desencadeados no cotidiano dos serviços de saúde e das comunidades onde se inserem os profissionais, lembra que esse fazer cotidiano, demanda desses profissionais o esforço criativo de articular possibilidades e potencialidades que possam resultar na transformação das práticas de saúde, de forma a romper com a óptica hegemônica.

Romper, assim, com a visão hegemônica em saúde significa, pois, pensar processos educativos no campo da saúde como possibilidades de produção de conhecimentos e saberes, onde profissionais e população possam interagir e descobrir juntos formas coletivas de aprendizagem e investigação capazes de vir a modificar a sua compreensão da realidade. O dialogismo dos grupos, nesse concerto, parece problematizar, hoje, o reconhecimento das pessoas do povo como sujeitos ativos, gestores da sua vida e, conseqüentemente, do seu processo saúde-doença.

Arroyo (2001), retomando os conceitos de Paulo Freire, acentua que, ao se trabalhar na perspectiva da educação popular em saúde, é necessário que o povo seja reconhecido como sujeito, que traz consigo sua história, sua trajetória e cultura; sua luta por autonomia para tomar decisões e transformar histórias coletivas. O autor ainda fala da necessidade de trabalhar considerando matrizes pedagógicas, ao modo de temas geradores, que auxiliem na constituição reflexiva dos sujeitos. Entre as matrizes citadas por ele estão o corpo, a palavra, o trabalho e as condições de convívio e interação. Em nosso trabalho, vamos ver que toda a vida popular vai sendo tematizada, em sua diversidade; as palavras e os temas geradores vão surgindo da luta cotidiana, mesmo que tenham de se banhar na reflexividade que a arte e o dialogismo das rodas possibilitam.

No cotidiano do trabalho em saúde, pois, surgem de forma conflituosa situações que explicitam a existência de racionalidades diferentes orientadoras

das práticas de saúde. Como estas diferentes racionalidades se explicitam nas práticas e diálogos vividos nas rodas das Cirandas?

Não se pode esquecer de que os conceitos, técnicas e valores oriundos do corpo de conhecimentos veiculados no espaço técnico-acadêmico, via de regra, não são acessíveis à população. Por outro lado, um conjunto de elementos provenientes do chamado senso comum, o saber de experiência feito, como define Freire (2008), sempre está presente no imaginário e no cotidiano das culturas populares. Às vezes ele é visto emblematicamente com a denominação genérica de Medicina popular. Que amplidões ofuscam e desvelam esta nomeação de Medicina popular e como estas práticas dialogam nesta gestão, nas rodas das Cirandas?

De modo geral, profissionais e gestores tendem, ao se defrontarem com as dimensões que revelam as práticas oriundas do senso comum, a dar-lhes um tratamento excludente, negando-as ou ignorando-as. Essas atitudes decorrem em parte do desconhecimento, fruto de uma formação profissional voltada apenas para as questões tecnicocientíficas, o que permite a manutenção da desigualdade no acesso ao conhecimento e o monopólio dos profissionais sobre o saber referendado pela ciência, que permite a manutenção da assimetria de poder historicamente edificada.

As lutas populares e a insuficiência dos saberes produzidos nos espaços formais; no entanto, no sentido de responder aos desafios presentes no cotidiano, potencializam a conquista de espaços para esses saberes no contexto dos serviços, na formulação das políticas de saúde e na estruturação de processos formativos no campo acadêmico, interferindo, mesmo, no processo formativo dos estudantes da graduação dos cursos da área da saúde, reconfigurando as práticas e desenhando novas trilhas para o estabelecimento dos processos de trabalho nesse campo. As Cirandas da Vida parecem evidenciar estas recusas a um saber imobilizador e parecem deixar aparecer um saber de novo tipo, eivado de contradições e conflitos, mas que se ergue em meio a práticas coletivas.

Um exemplo foi a vivência de leitura dramática conduzida pelo grupo Semearte do Bom Jardim, bairro situado na periferia de Fortaleza, com alunos do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará (UECE), para discussão sobre o Sistema Único de Saúde.

Aqui no bairro a saúde é uma piada
Tem que sair de madrugada pra poder ser atendido
Mas depois de ter sofrido noite inteira numa fila
Tem gente que até cochila e não é recebido
E enquanto isso, por aí se ouve falar
De um tal sistema único que está a se organizar
Esse sistema de saúde, dizem que é universal
Atendendo a todo mundo do pequeno ao maioral
Dizem, porém, que ele garante a equidade,
Pois quanto à necessidade, nem todo mundo é igual.
Esse tal SUS envolve o posto e o hospital
Corpo mente e a cultura das pessoas numa ação que é integral.



A educação popular e o campo da saúde: encontros possíveis sob a óptica da promoção e da gestão popular

Ao refletirmos sobre processos da gestão do trabalho em saúde, não podemos nos distanciar das lutas historicamente travadas pela conquista do direito à saúde e que configuraram o Sistema Único de Saúde. Este, por um lado, representa um dos mais avançados sistemas políticos de atenção concebidos, no entanto, vivencia diversos dilemas e desafios no que se refere à efetiva implementação dos seus princípios nas práticas cotidianas.

O controle social no SUS, emblematicamente representado pelos conselhos de saúde, institui-se como política, mas é na tensão permanente e cotidiana entre a sociedade organizada e as esferas de governo que novos direitos se constituem e se fazem valer aqueles já instituídos.

Campos e Amaral (2007) chamam atenção para a necessidade de estruturação de arranjos organizacionais que facilitem e mesmo estimulem o estabelecimento de vínculos, a “longitudinalidade”, a responsabilização clínica ou sanitária entre gestores, trabalhadores e usuários. Esses mecanismos têm como principal objetivo potencializar a democratização das organizações de saúde apontando para a possibilidade de cogestão da saúde coletiva e da clínica.

Pensar processos que apontem para a cogestão dos diversos espaços institucionais no campo da saúde coletiva pressupõe reconhecer os cenários da disputa, micropoderes e as diferentes concepções de saúde que constituíram as práticas nesses espaços. Também pressupõe o reconhecimento dos diversos agentes como sujeitos - protagonistas dessas práticas e a necessidade de potencializar a autonomia desses diversos sujeitos, possibilitando a constituição de diálogos e escutas sob a óptica da saúde como direito dos cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, o fortalecimento da gestão participativa no SUS implica o envolvimento da população na edificação das políticas de saúde e no compromisso com a autonomia das pessoas, que pode vir a ensejar desenhos concretos de ampliação dos espaços públicos, para o exercício do diálogo e dos pactos, respeitando as diferenças.

Essas reflexões introdutórias nos levam a alguns questionamentos iniciais para orientar a discussão e configurar um desenho do território cognoscível.

Como pensar processos no campo da saúde coletiva, onde gestores, profissionais e população possam interagir e descobrir juntos formas coletivas de aprendizagem e investigação? Como engendrar a problematização da realidade complexa do nosso cotidiano de trabalho numa perspectiva transformadora da realidade?

Efetivamente podemos promover a inclusão popular nos espaços da gestão e na estruturação do trabalho em saúde? Como? Haveríamos de descentralizar processos da gestão sem perder o norte do trabalho. De que modo isso pode ser feito mediante a escuta do princípio da comunidade?

Como pensar “o trabalho vivo em ato” (MERHY, 2005), onde em conjunto os atores sociais possam efetivamente, instituir-se como construtores e produtores de saúde?

Merhy (2005) fala sobre o trabalho em saúde como *trabalho vivo em ato* cujo objeto não é plenamente estruturado, possibilitando certo grau de liberdade

na forma realizá-lo, de forma a envolver subjetividades com base em *tecnologias leves* implicadas com a produção de relações entre os vários sujeitos envolvidos: os profissionais, os gestores e a população.

Segundo Andrade et al. (2004), “a municipalização e a descentralização da gestão do SUS aproximaram o cidadão do Sistema. Como consequência, obteve-se uma série de melhorias em questões relativas à sua organização, acesso, qualidade dos serviços, maior controle e participação social”.

Para Barreto et al. (2006), existe a necessidade de superação de novos desafios no campo da gestão, da organização da atenção à saúde e da formação e gestão do trabalho. Esta última é considerada eixo potencializador e transformador do SUS, podendo contribuir efetivamente para a mudança do modelo médico-assistencial, além de qualificar a gestão participativa e democrática do SUS, fortalecendo a esfera municipal.

A Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS), que se erige em meio às imensas lutas e contradições do Partido dos Trabalhadores, adotou a Estratégia Saúde da Família (ESF) como estruturante da rede de serviços de saúde do SUS no Município, buscando a ampliação efetiva da cobertura assistencial. A ampliação do acesso aos serviços foi, assim, trabalhada com apoio em critérios de avaliação de risco e vulnerabilidade nos diversos territórios na cidade.

Ao mesmo tempo, se buscou conformar um desenho organizativo e uma proposta da gestão que potencialize a efetiva participação dos diversos atores institucionais, na tentativa de constituir espaços coletivos para análise das informações e tomada das decisões. Campos (2006) amplia este auditório social, propondo, inclusive, a importância de fazer comportar, nestes espaços, além dos gestores e trabalhadores do campo da saúde, a sociedade civil, os cidadãos e suas famílias.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, um desses arranjos foi a organização de um colegiado gestor e de rodas da gestão no âmbito regional e local e das diversas redes assistenciais de saúde em Fortaleza. Nessa perspectiva, cabe interrogar: que pontos de ruptura e que dificuldades estes novos desenhos de participação e organização dos serviços evidenciam? Em que medida as rodas da gestão constituídas nas diversas redes assistenciais da saúde, em Fortaleza, promovem a inclusão dos atores populares e como as rodas populares das Cirandas dialogam com esses espaços instituídos da gestão?

Como um processo em construção, tem deixado emergir uma série de desafios e contradições, mas aos poucos algumas mudanças são percebidas. A implantação da política municipal de humanização é um dos exemplos em que essas mudanças se apresentam, com a implantação do acolhimento nas várias redes assistenciais, em um processo formulado coletivamente com a participação dos trabalhadores, trabalhadoras e dos cidadãos e cidadãs que incluem seus olhares e fazeres na ação cotidiana, fomentando a transversalidade e a “grupalidade”, apoiando a articulação de redes cooperativas e contribuindo para o fortalecimento de autonomia e protagonismo dos sujeitos e coletivos implicados na rede e a corresponsabilidade destes nos processos da gestão e atenção.

Na nossa experiência, como vamos ver, para falar também com uma imagem de transformação, realizamos junto a um Centro de Saúde da Família, na SER V, todo um processo de interação da gestão, trabalhadores de saúde e população do lugar. Tendo desencadeado círculos de debate com estes segmentos, conseguimos mudar a instância do poder e, então, as Cirandas da Vida passaram a ser coadjuvantes das rodas de gestão que, por sua vez, passaram a incluir os atores populares. A Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV), como um dos movimentos populares que tem ajudado a estruturar as ações das Cirandas, passou a acolher as iniciativas dos trabalhadores da Unidade de Saúde em sua sede e, ainda, abriga nela as rodas da gestão. Situações como esta podem nos mostrar sua pedagogia e a potência do dialogismo entre grupos, que possuem, cada um, também ambiguidades e conflitos, expressando processos instituintes e instituídos.

Observamos que as redes sociais possuem potencial analítico incomum: suas tentativas de efetivação parecem ensejar deslocamentos e modificações na forma de o sujeito se situar ante outros – parece que, nelas, os atores sociais se acham mais impulsionados para agir como sujeito coletivo e histórico. Quando, em seus processos de luta, as redes sociais são *chamadas* pela arte para produzir sentido nas discussões e ações concretas, com suas várias linguagens, parece que se alarga a visada e se *ultrapassa a idéia de que tudo se resumiria a uma troca de lugares e poderes*.

Por esta razão, as Cirandas da Vida, ao trazerem a perspectiva popular para o campo da gestão, e pensar a arte nesses espaços-tempos de luta vão delineando com base no campo da saúde, trilhas onde é possível articular esses dois campos:

o da perspectiva popular e o da esfera institucional. Também se pode ver é que são espaços que se transmudam.

Outra dimensão da experiência vivenciada nas rodas das Cirandas da Vida diz respeito aos espaços de escuta e diálogo propiciados aos gestores, em sua interface com os atores de várias gerações. Nestas possibilidades de participar dos diálogos inter-geracionais, vemos que se encontram a diversidade de olhares presentes no cotidiano das comunidades e refletem a complexidade a ser enfrentada pelos espaços institucionais na formulação das políticas. Como isso acontece?

Outro aspecto relevante tecido na experiência das Cirandas da Vida é a possibilidade de trabalhar pensando a integralidade do território, com suas culturas, seus fazeres, suas potencialidades e desafios de estruturar atos-limite intersetoriais, que devem tentar ser vigorosos o suficiente para romper com a fragmentação setorial. Para caminhar em direções tão difíceis de viver na prática, temos de nos perguntar constantemente: como incorporar o saber desenvolvido na vivência cotidiana como estratégia de resistência dos setores oprimidos?

Cirandas da Vida e o Sistema Municipal de Saúde Escola: a construção de processos formativos a partir da experiência cotidiana

As Cirandas da Vida no contexto da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas uma ação de educação permanente, estando inseridas no Sistema Municipal de Saúde Escola.

Barreto et al. (2006, p. 33) já nos falavam da importância de criar

[...] uma estratégia de educação permanente em parceria com as instituições de ensino, organizações não governamentais e movimentos populares, transformando toda a rede de serviços de saúde existente no município em espaços de educação contextualizada e de desenvolvimento profissional.

Segundo esses autores, esta “ideia-força busca superar o modelo hegemônico no século XX, centrado na idéia de complexos hospitalares de excelência que, por concentrarem a tecnologia mais avançada, teoricamente deteriam também o saber científico mais relevante e atual” (BARRETO et al., 2007, p. 33).

Dessa forma, além de potencializar a reorientação do modelo assistencial, o sistema de saúde escola poderá propiciar “mudanças qualitativas no processo de trabalho em saúde, contextualizadas em uma vivência educacional que tem como protagonistas os gestores e os trabalhadores da saúde, as instituições formadoras e as diferentes representações dos movimentos sociais e populares” (BARRETO et al., 2006, p. 33). Isso caracteriza um sistema cujo eixo central de desenvolvimento é o espaço do serviço e o seu território de abrangência.

A ideia de sistemas de saúde escola fundamenta-se em algumas ideias-força, como expressa o autor, tais como: *educação contextualizada*, onde a compreensão, ação e aprendizagem interagem com suporte na cultura, no interior de uma *comunidade de prática*, estruturada por sistemas de atividades socialmente organizados e sustentados por normas, valores e significações compartilhadas. Uma educação contextualizada implica, na visão do autor, *situações concretas de aprendizagem* no terreno da prática profissional e *desenvolvimento profissional* aos quais nos referimos anteriormente; *formação de profissionais de acordo com as necessidades de saúde da população e a tenda invertida* (ANDRADE et al., 2004).

Na ideia de tenda invertida (ANDRADE et al., 2004), o “mestre” vai à tenda do aprendiz, ou seja, o preceptor vai à Unidade de Saúde da Família e ao seu território de abrangência ajudar o aprendiz a refletir sobre suas práticas. Considera “os profissionais como fruto de um processo emergente das relações entre seres humanos e o ambiente físico, social e cultural”. Isso, na visão do autor, “significa adotar uma concepção do processo educação/ensino-aprendizagem voltada para a necessidade de formar trabalhadores (as) da saúde capazes de responder aos problemas reais da saúde das pessoas articulando conceitos cotidianos (senso comum/crenças) e conceitos científicos, na perspectiva de transformação da prática profissional”.

Essa proposta está fundamentada na concepção pedagógica sociocognitivista, originária da perspectiva sociohistórica de Vygotski (1988, 1987), que entende a aprendizagem de maneira progressiva sem negar a dimensão pessoal da aprendizagem, mas privilegiando um aspecto central: o papel da mediação social exercida pelo adulto ou pelo preceptor em processo de educação permanente.

Também para a perspectiva freireana (1999, 1987), outra base da proposta, que se centra na educação popular, educar não é simplesmente transmitir conhecimentos, mas estabelecer diferentes possibilidades para a sua constituição,

mediante uma relação dialógica, problematizadora, participativa e libertadora. Considera-se, ainda, a experiência como categoria chave nessa proposta do sistema municipal de saúde/escola.

As Cirandas da Vida, por sua vez, estão no contexto do Sistema Municipal de Saúde Escola como processo formativo que parte da leitura coletiva de situações-limite, na perspectiva de propiciar práticas de descentralização das ações de saúde e conferir aos sujeitos coletivos populares voz e espaço de reflexão-ação – *práxis* continuada.

Como espaço de articulação entre formação e experiência, busca potencializar o alargamento da visão de formação, ao considerar o *saber de experiência feito*, edificado nos movimentos populares, como elemento fundamental na produção e socialização dos saberes em saúde, ultrapassando a descontextualização dos conteúdos e a distância entre teoria e prática.

Como se dá realmente esta articulação entre experiência e formação? – nos perguntamos nas Cirandas de Aprendizagem e Pesquisa. É desse lugar de onde falamos que passamos a formular, junto às práticas cotidianas, um pensamento sobre formação que faça comportar a perspectiva popular, na luta pelo direito à saúde. Como isso acontece? – Esta é nossa pergunta de pesquisa. Esta indagação nos poderá deixar ver que estratégias as populações utilizam para transformar em políticas públicas ações que representam lutas e que já possuem uma história sedimentada, atravessadas por devires singulares.

Movimentos sociais e territórios vividos: o movimento pulsante do lugar

Ao constituir movimentos de e trilhas nas seis regiões de Fortaleza, as Cirandas da Vida enfrentam o desafio de conhecer territórios em sua complexidade.

A dimensão da territorialidade é aqui concebida não apenas como espaço geográfico, mas como território da vida (SANTOS, M., 2000), ou ainda território vivido, onde se incluem os que ali vivem, com suas culturas, seus modos de ver e andar a vida. Ao buscar localizar as histórias de luta e resistência, situações-limite, potencialidades apontadas pelos atores e atrizes que compõem as rodas populares das Cirandas, necessariamente perguntamos pelo lugar (PERLONGUER, 1995).

A realidade dos territórios em movimento onde as Cirandas atuam evidencia fenômenos complexos que vêm sendo discutidos por Perlonguer (1995),

tais como: a desterritorialização, concebida por ele como a fragmentação das redes de sociabilidade, fruto das migrações decorrentes da apropriação capitalista no seio da sociedade brasileira.

Esta tese propõe-se a perceber os espaços do diálogo e tensionamentos entre gestão e movimentos sociais populares no contexto do Município de Fortaleza. Neste contexto, recorreremos a Gohn (2003, p. 13), que se refere a movimentos sociais:

como ações sociais coletivas de caráter sócio-político-cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Segundo ela, os movimentos sociais têm atuado ns últimos tempos, principalmente através das redes sociais, utilizando-se de novos meios de comunicação popular e exercitando o que Habermas chamou de “agir comunicativo.

As narrativas dos atores populares nas várias regiões de Fortaleza evidenciam movimentos migratórios das populações situadas nas regiões mais pobres da cidade, seja em seus movimentos no Estado todo, seja na saga pela moradia, expressa pelos que vivem nas chamadas áreas de risco da cidade, produzem o que Perlonguer denominou de desterritorialização, ou seja, a perda dos vínculos identitários ao território em sua complexidade. As histórias de luta e resistência, no entanto, vão delineando o que Durhan (apud PERLONGUER, 1995) denominou de reterritorialização, ou seja a reelaboração dos seus rituais de sociabilidade, restaurando ou reconfigurando vínculos e formas de viver.

Linhares (2007, p. 2), reporta-se aos movimentos sociais “como uma construção analítica tecida no âmbito das ações coletivas”. Para ela, ante a tensão entre a ação política e a tentativa de elaborar sua organização, os movimentos realizam a mediação entre o princípio da comunidade e a esfera institucional, renovando as relações sociais cotidianas e, assim, promovendo intervenções nas políticas públicas.

Essas reflexões levam-nos a interrogar nesse percurso, como as rodas populares das Cirandas da Vida evidenciam essas nuances no cotidiano de uma proposta que se propõe desvelar a perspectiva popular na luta pela saúde.

Cirandas da Vida: o exercício de ampliar a esfera dos direitos sociais



Ao trazer para o foco deste estudo o preceito constitucional de saúde como dever do Estado e direito universal dos cidadãos e cidadãs brasileiros, temos que necessariamente fazer uma discussão, mesmo que breve, sobre as “políticas de saúde ao longo da República e suas repercussões sobre modos de intervenção nos problemas e necessidades de saúde, particularmente no que se refere à organização dos serviços e à utilização de tecnologias.” (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000).

Nessa discussão, buscaremos dialogar com Smeke (1989) e Stotz (2005) na reflexão que ora iniciamos.

Com Smeke (1989), nos reportamos à crise do capitalismo internacional durante os anos 1930, que determina a instauração de um Estado interventor na economia e, por conseguinte, propostas de reestruturação do cuidado à saúde, consolidando a visão de um enfoque unicausal para explicação do adoecimento. Este enfoque, segundo a autora, constitui-se “o método por excelência, pelo qual a

medicina pode servir ao projeto de dominação necessário ao avanço das relações capitalistas” (SMEKE, 1989, p. 5), onde o profissional médico impõe o seu saber e sua competência na tarefa de “medicalizar” a sociedade, como estratégia de dominação.

Esses enfoques modificam-se nos diversos tempos históricos e seus contextos sóciopolíticos e se conformam às políticas de saúde em seus tensionamentos com as forças sociais. Paim e Almeida Filho (2000) atentam para a diversidade de modelos assistenciais que surgem com base nesses vários enfoques explicativos sobre o processo saúde doença. Esses vão do médico-assistencial privatista aos programas especiais instaurados nos anos 1970 e, numa conjuntura mais atual, os modelos de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária, todos institucionalizados sob lógicas, legislações e estruturas distintas (PAIM; TEIXEIRA, 1993; SOUTO, 1996).

Aqui buscamos dialogar com Stotz (2005), que aponta o período de instalação da ditadura militar como cenário em que surgem os chamados programas de extensão de cobertura. Em um contexto de reformismo autoritário, “expressão das implicações políticas da continuidade do projeto de desenvolvimento capitalista a partir do Estado” (STOTZ, 2005, p. 11), a tecnocracia governamental vê nessas ações a possibilidade de reduzir as tensões sociais acarretadas pelas políticas de arrocho salarial e de concentração de renda até então vigentes.

Para Stotz (2005), problemas agudos de sobrevivência da população trabalhadora, decorrentes da intensa e elevada acumulação de capital às custas do trabalho e da desproteção social, acarretam verdadeira “crise sanitária”, que, segundo LUZ (1986, p. 148) produz “aumento da mortalidade infantil, dos índices de desnutrição, eclosão de epidemias como a meningite, ressurgimento ou aumento da incidência de certas doenças endêmicas como a tuberculose”. Segundo o autor, instalava-se o paradoxo de um regime militar que procurava se legitimar socialmente, procedendo de modo paralelo e progressivo ao desenvolvimento econômico, com aumento da renda nacional, diminuição da pobreza absoluta e extensão da previdência social que passou a ser operada por meio de convênios com o setor privado.

Aqui cabe lembrar um dos modelos influenciadores de propostas surgidas na década de 1970 no Brasil – o da Medicina Comunitária, pautado pelo princípio da integralidade da atenção, associado a propostas racionalizadoras, como

regionalização e hierarquização de serviços. Esse modelo também propunha o uso de tecnologias simplificadas, participação da comunidade e foi a base para alguns dos programas de extensão de cobertura de serviços de saúde a que nos referimos anteriormente, implantados no Brasil nos anos 1970, com uma intenção claramente focalizadora, e que posteriormente vão ser respaldados pela Declaração de Alma Ata e pela proposta de Saúde para Todos no ano 2000.

Daí surgiu o movimento sanitário que, apoiado nesta rede institucional, estruturado em torno de instituições acadêmicas, como os departamentos de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), do movimento estudantil (médicos residentes), do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) – começou a tomar forma e se expandir, em pleno regime militar.

O projeto da reforma sanitária inspirou-se na ideia de radicalização da democracia, apontando para a democratização da sociedade, do Estado, dos seus aparelhos, burocracias e práticas, implicando, em última análise, a reorganização das práticas de saúde.

Partindo da compreensão de que a saúde da população é resultante das formas de organização da sociedade e, considerando as suas dimensões, econômica, política e cultural, a proposta da reforma sanitária apontava para processos mais amplos e menos reformistas onde seria possível caminhar no sentido de identificar e superar as iniquidades, bem como responder as necessidades sociais em saúde (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000).

Com base nessas reflexões, cabe-nos problematizar na realidade de saúde em Fortaleza: em que medida, pensamos assim, em nossa prática, com as populações? Como na prática vou siar abraço minimizamos problemáticas que supomos resultantes apenas de um planejamento estatal, sem nos aperceber do pensamento excludente do sistema?

Apesar do SUS e seus preceitos constitucionais, ainda deparamos no cotidiano essas estratégias racionalizadoras que, certamente, são aspectos que não podem ser desconsiderados, no entanto, seria possível operacionalizar medidas desse nível, abstraindo-se contextos culturais específicos?

Aqui recorremos a Silva (2006) que, em sua dissertação de mestrado, tece uma discussão acerca dos modelos assistenciais em saúde com base nos escritos de Mendes (1980) e Silva Junior (1998). Ela fala da importância de buscar na teoria política a explicação para a crise da Medicina científica. Segundo essa perspectiva, a crescente monopolização dos capitais exige uma expansão das atividades do Estado no sentido de garantir infraestrutura econômica e legitimação de ordem social. Segundo a autora, a democratização da saúde é o caminho a ser percorrido, destacando como questão essencial a participação efetiva da população em todo esse processo.

Modificar a direção de um modelo assistencial em saúde, portanto, assevera Silva (2006), envolve um conjunto complexo de variáveis sociopolíticas que sustentam as formas da ciência e seu funcionamento concreto ante os dilemas do público e do privado.

Dessa forma, ao pensar o desenvolvimento de novos processos de trabalho que possam focar os determinantes sociais da saúde-doença, buscando, ainda, o fortalecimento da participação popular, entendemos que estes não devem parecer ficar pairando acima de qualquer crítica estrutural mais profunda – como também não devem ficar à espera de soluções nesse nível.

Assim fazemos algumas reflexões que vão no sentido da pergunta trazida por Silva (2006): como não esconder contradições e atuar compondo redes, laborando os micro-poderes e transpondo limites no trabalho cotidiano em saúde?

Considerando estas questões, situamos as Cirandas como estratégia de reflexão-ação vivida pela gestão atual em saúde municipal, em Fortaleza.

Lançadas em 2005, com a intenção de se constituírem um espaço de interação e interlocução dos diversos atores institucionais e comunitários na formulação de políticas sociais que interferem e atuam na produção de saúde, representa uma das estratégias visando a direcionar as políticas públicas municipais para uma democracia participativa, na perspectiva de estimular o protagonismo popular.

As Cirandas da Vida afirmam buscar trazer à tona o desafio de desenhar coletivamente uma proposta de educação popular que constitua um olhar multirreferencial na interface dos atores populares e institucionais, de modo a dialogar sobre ações coletivas de enfrentamento às situações-limite apontadas pela população, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social de Fortaleza.

Ao situarem-se no campo da educação popular, apoiam uma formação política que constitui o concerto dialógico envolvendo o princípio de comunidade e a esfera institucional e, dessa forma, propondo que o poder analítico dos grupos e movimentos populares possa dialogar sobre ações compartilhadas. É esse dialogismo, assentado também sob a forma de dizer da arte, que devemos examinar, ao estudar o como o princípio de comunidade intervém junto às esferas institucionais, neste processo que objetiva ser participativo e que inclui discussão, reflexão crítica e possibilidade de diálogo concreto.

As Cirandas afirmam, em sua constituição (documento de registros de discussão e diários de campo), a necessidade de promover a permanente interação dos diversos setores no campo da saúde e de todas as políticas sociais em cada local. Pensa-se ser possível, afirma seu texto eivado de intencionalidades junto à participação popular, o estabelecimento de processos integrados e interdisciplinares de trabalho, que poderiam vir a fortalecer o controle social dos serviços de saúde, mediante as instâncias que ultrapassem o legalismo dos conselhos populares e dos conselhos locais, regionais e municipal de saúde, malgrado sua importância.

Dessa forma, as Cirandas da Vida como ação institucional articulada e potencializadora do trabalho em rede da ANEPS descortina espaços-cenários de “dialogicidade” cuja singularidade está na polifonia de vozes e na estruturação de ações onde convivem saberes diversos emoldurados sob a óptica da inclusão. Escutá-las é o objetivo maior deste estudo.

No texto metodológico do seu projeto de base, as Cirandas da Vida afirmam ser importante captar, sob linguagens várias, atos-limite capazes de reconhecer a possibilidade de promover a vida e construir o inédito viável, mesmo dentro de limites. Como afirma Freire (2000, p. 15), o inédito viável é

Uma palavra que traz nela mesma o germe das transformações possíveis voltadas para um futuro mais humano e ético. Uma palavra que carrega no seu âmago, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontades e possibilidade de saber, fragilidade e grandeza humanas.

As situações-limite no contexto das Cirandas da Vida são vistas como o lugar de se problematizar as transformações. Está escrito no texto metodológico das Cirandas da Vida: “são situações-limite aquelas que exigem transformação no

contexto local, por dificultarem a concretização dos sonhos, desejos e necessidades coletivas das populações.”

Para Freire (1987), as “situações-limites” envolvem trabalharmos os “percebidos destacados” e, ainda, se referem à chegada das dimensões humanas e tarefas históricas e concretas das pessoas, em sua atuação social:

[...] não devem ser tomadas como barreiras insuperáveis, além das quais nada existisse. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freios, em que elas se configuram como obstáculos à sua libertação, se transformam em “percebidos destacados” em sua “visão de fundo”.

Revelam-se, com efeito, como realmente são: “dimensões concretas e históricas de uma dada realidade. Dimensões desafiadoras dos homens [...]” (FREIRE, 1987, p. 90).

Propõe o texto metodológico das Cirandas da Vida:

Essa retomada crítica das lutas da comunidade entendidas como as respostas aos desafios mais prementes da realidade, as festas populares, a arte e a cultura em suas celebrações, tem potencializado o compartilhamento de saberes e incorporado a visão da integralidade a partir do trabalho com a memória social, buscando construir imagens de futuro ou de sonho a partir dessas imagens de transformação.

Assinala, também, o texto sobre a metodologia das Cirandas da Vida, a necessidade de, em sua metodologia elaborar:

[...] uma análise coletiva sobre o processo, onde as potencialidades e subjetividades possam ter espaço e onde atores diversos possam tecer redes de solidariedade e trilhar caminhos de interdisciplinaridade e dialogismo.

Para que esse diálogo possa efetivamente se instituir, parece ser necessário o estabelecimento de uma leitura plural do processo, dialógica e interdisciplinar, propõe o texto das Cirandas. Aqui acrescentamos: multirreferencial nos termos que Ardoino (1998) propõe, considerando que esta multivocalidade encerra em si sistemas de referência distintos e heterogêneos que não se reduzem entre si, conforme parece fazer avançar o texto acima.

Como dissemos, lê-se em um dos registros (relatórios) das Cirandas da Vida:

Os encontros e oficinas das Cirandas da Vida vêm possibilitando a construção de espaços de escuta à população, capazes de potencializar os processos de territorialização, planejamento e avaliação permanentes vividos pelas equipes do PSF de cada regional; proporcionando que o saber gestado nesses espaços possa alimentar as práticas de saúde locais. A tentativa de incorporar abordagens populares como farmácias vivas, terapia comunitária e massoterapia, entre outras, no contexto dos serviços públicos de saúde, além de potencializar as práticas culturais da comunidade como estratégias de promoção e cuidado à saúde, têm tentado criar caminhos que vão nessa direção de escuta popular.

Em outro texto (relatório de trabalho) sobre o início das Cirandas da Vida e sua metodologia, vemos que

[...] para realizar a escuta das populações, pode-se levantar as situações-limite, que exigem transformação e a partir daí, suas histórias de luta e resistência, uma vez que elas falam de caminhos já percorridos e traçam retomadas do que foi vivido, agora tentando levantar as potencialidades, os limites e as vozes do presente, em uma postura que saia do imobilismo e faça cada um da roda buscar seu encontro com outros e seus fortalecimentos possíveis.

Podemos depreender desse texto que as comunidades apontam as situações-limite vivenciadas e, então, estudam-se as potencialidades locais para o enfrentamento destas, tentando buscar a memória coletiva dos grupos e pessoas. Os limites, pelo que se viu exposto há pouco, parecem ser vistos de vários ângulos – os “percebidos destacados”.

Ao considerar as potencialidades locais, recuperando a visão freireana do que isso significa, buscamos promover o diálogo entre esta e a ideia de potência trazida por Spinoza, quando este acentua que a “potência universal de toda a natureza não é mais do que a potência de todos os indivíduos em conjunto”. Para ele cada indivíduo tem o supremo direito a tudo o que está em seu poder, ou seja, o direito de cada um se estende até onde se estende a sua potência determinada, devendo transferi-la para a sociedade, de forma a que só ela detenha, sobre todas as coisas, o supremo direito de natureza (SPINOZA, 1988, p. 325).

É importante ressaltar a visão deste pensador sobre a natureza humana como relação com os demais. Para ele, os seres estão necessariamente em relação uns com os outros engendrando os agenciamentos possíveis.

Diz ele: “Um corpo se compõe com o meu quando aumenta minha potência de agir, enquanto um outro corpo decompõe o meu quando diminui o meu poder de ação” (SPINOZA, 1988, p. 325).

A potência para Spinoza é a própria essência dos seres, seu poder de ação. A potência das ideias que se conformam coletivamente, seguindo a lógica spinoziana, está na possibilidade dos encontros, das composições, do poder de afetar e de ser afetado por eles. Segundo ele, alguns encontros produzem um aumento de potência, enquanto outros produzem uma diminuição da potência de agir deles.

Dessa forma, é fundamental em seus próprios limites viver a liberdade de promover bons encontros que aumentem nossa potência de agir e não viver ao acaso deles. Essa parece ser também a essência dos atos limites propostos por Paulo Freire.

Assim é que, nos registros feitos (relatório) sobre as situações-limite trabalhadas nas regionais de Fortaleza, estão apontadas a violência, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a moradia na área de risco, sempre articuladas às potencialidades dos atores e atrizes locais para superá-las. Sigamos com o texto (relatório):

A partir da definição das situações-limite, foram estruturadas, oficinas temáticas, articuladas com instituições e movimentos que trabalham e atuam com o tema, com o objetivo de buscar estudar e realizar enfrentamentos coletivos no âmbito das regiões envolvidas, sempre partindo das potencialidades locais de luta.

A problematização partiu de um mergulho na memória, fazendo a reconstituição da história do grupo e dos problemas norteados por perguntas geradoras, expressas e socializadas através das rodas de conversa. As linguagens artísticas, como o teatro, a música, a poesia, entre outras, são formas de contar e pensar sempre trabalhadas. O reencontro das pessoas das diversas comunidades com essa memória, tem explicitado desafios importantes a serem enfrentados pelo conjunto dos atores.

No que diz respeito à dificuldade de acesso aos serviços de saúde, esses desafios afirmaram a necessidade de redimensionamento da atenção à saúde prestada, expressa no desejo de um maior diálogo e respeito à comunidade. O aprofundamento temático é feito com base na articulação entre os vários saberes e na tentativa de contribuição com a reorganização da atenção – o que se presume permitir a ampliação da perspectiva sobre o assunto.

A humanização é um dos principais focos da discussão, suscitando a necessária convergência de caminhos que tenham por base o diálogo, a solidariedade e a compreensão de que o fazer compartilhado torna a humanização possível.

Essas reflexões envolvem expressões artísticas como teatro, *hip-hop*, artes plásticas, entre outras, produzidas coletivamente com arrimo em perguntas geradoras que buscam traçar os diferentes percursos e perfis das situações-limite apontadas.

Seguindo o relatório,

As expressões artísticas como espaço de criação e problematização, representam, também, a possibilidade da emergência do lúdico, do simbólico, dimensões em geral subtraídas dos processos formativos e de pactuação política. Buscamos, dessa forma, construir uma análise coletiva sobre o processo, onde as potencialidades e subjetividades possam ter espaço e neste sentido, os jogos, o lúdico, a arte, têm sido aspectos marcantes.

A arte, por sua capacidade de permanecer vinculada às fontes da vida e da morte das comunidades, envolve a criação de laços solidários e comprometidos com a libertação, constituindo-se como elo que articula saberes diferenciados, sensibiliza os diferentes atores envolvidos e exprime as representações que o homem elabora com respaldo na sua leitura do mundo na perspectiva de conhecer e intervir sobre a realidade (GEERTZ, 1989).

Então, algumas perguntas geradoras alimentaram e nortearam a discussão dos atos-limite: onde estão os espaços expressivos e reflexivos no cotidiano das equipes de saúde representadas por médicos, enfermeiros, agentes de saúde, auxiliares de enfermagem coordenadores, e todas as categorias profissionais que compõem o universo das unidades de saúde?

Pensávamos onde estariam as artes dos possíveis sabores e cores da culinária popular, que pudessem favorecer o prazer de reconstruir formas de

se alimentar ante a descoberta de estar diabético ou hipertenso. Lembrávamos: haveria de se tocar na arte de reconstituir movimentos de superação dos limites físicos produzidos pela hanseníase ou pelo inevitável processo do envelhecer

Quando seguíamos para as regionais, atuando também como preceptora da Residência de Medicina de Família e Comunidade, inquiríamos a nós mesmas: como poderíamos tornar mais belos e acolhedores os espaços das unidades de atenção à saúde, mesmo em meio a verbas escassas, graves problemas de infraestrutura e recursos?

Como estruturar um processo de trabalho onde a palavra que dirigimos aos nossos interlocutores e interlocutoras, sejam eles companheiros e companheiras de trabalho, ou pessoas que nos procuram para resolver seus momentos de crise (doença), possa constituir ação comunicativa que traduza respeito, afetividade, e na qual nos reconhecemos uns aos outros como sujeitos-atores desse processo, considerando as possibilidades de limites de cada um; palavra que apoia, mas que também explicita e aclara os conflitos?

Como edificar um processo de trabalho no qual a palavra que dirigimos aos nossos interlocutores e interlocutoras, sejam eles companheiros e companheiras de trabalho, ou pessoas que nos procuram para resolver seus momentos de crise (doença), possa constituir ação comunicativa que traduza respeito, afetividade, e na qual nos reconhecemos uns aos outros como sujeitos-atores desse processo, considerando as possibilidades de limites de cada um?

Eu via: a palavra comum, repartida, que pode aclarar conflitos. Como articular espaços em nosso cotidiano onde os corpos e almas de todos e todas possam interagir, conviver com amparo na escuta sensível, no toque carinhoso, no olhar que acolhe?

Já em relação à violência, a conformação das reflexões tem envolvido expressões artísticas como teatro, *hip-hop*, artes plásticas, que buscam traçar os diferentes percursos e perfis da violência nas comunidades. Como diz o texto do relatório,

As expressões produzidas refletem os diversos eixos tais como violência contra criança, juventude, gênero e os direitos de cidadania. A arte, nesse complexo, tem sido apresentada pelo conjunto dos atores especialmente crianças e jovens como principal ato-limite para o enfrentamento da questão e as Cirandas da Vida têm afirmado buscar vias de reconhecer

nessas expressões a possibilidade de promover a vida, construindo assim o inédito viável.

A discussão acerca das dificuldades de moradia nas áreas de risco possibilitou a reflexão sobre as diversas dimensões do tema-problema, revelando a necessidade de problematizar as causas e determinantes da ocupação do mangue e seus impactos sobre a vida dessas pessoas.

No estudo dessa sinfonia, forma como nomeamos cada movimento das regionais (neste estudo, nosso sobre o trabalho das Cirandas da Vida), outras questões foram evidenciadas como: a ausência de políticas de geração de emprego e renda, o confronto entre as leis de proteção ambiental e a realidade concreta de pessoas vivendo em ambientes hostis, onde a falta de oportunidades enseja agressões ao ambiente, onde os impactos sobre a saúde das pessoas, provocados pelo sal, o mercúrio e a falta de saneamento, são evocados com insistência por todos.

Outro aspecto importante que iremos valorar em nossa escuta refere-se à participação das crianças, que protagonizam diferentes ações, na tentativa de participar dos momentos de reconstituição da história do seu bairro. Interessante é adentrar o modo como estas se acham como moradores que percebem os problemas do lugar; como entendem o que sejam as potencialidades e como contam dos seus desejos e sonhos sobre espaço urbano.

Em registros feitos em relatórios, lê-se:

Em ambiente de ludicidade as crianças são sensibilizadas a expressarem suas formas de compreensão do lugar onde vivem, por meio de desenhos, música, teatro, dança, entre outras manifestações artísticas. Protagonizando processos, interferem no direcionamento e na tomada de decisões assim como na definição de políticas públicas que levem em consideração a participação infantil. Com assento garantido nas rodas das cirandas, as crianças têm influenciado as demais gerações, provocando mudanças de atitude e interferido nas decisões coletivas.

Como ocorrem de fato essa escuta e essa narrativa infantil no contexto de diálogo das Cirandas?

Freire (1999) refere-se à multiculturalidade não como justaposição de culturas ou como poder exacerbado de uma sobre as outras, mas propõe uma



liberdade *conquistada*, onde cada cultura se move e respeita a outra, dialogando criticamente e estruturando novos cenários de prática social. Haveria uma cultura da infância? Foi esta a pergunta feita na Comunidade Ampliada de Pesquisa.

Refletir sobre um processo onde se articulam o princípio de comunidade e a esfera institucional governamental, na perspectiva da multiculturalidade, remete-nos ao desafio de desvelar os espaços sociais de contradição e conflito, mas nos obriga a retomar a esperança como bandeira (FREIRE, 1999).

Essas inquietações materializam-se em perguntas que podem funcionar como leituras da prática coletiva e expressão do discurso interior que, ao se verbalizar, contribui com o movimento de compreensão do vivido, que não deve deixar de lado as dimensões subjetivas dessas vivências.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, há uma colocação importante sobre o valor do pequeno mundo de cada um e de cada grupo nas regionais:

“Busca-se, assim, fazer uma suspensão crítica sobre a realidade social que estamos a vivenciar, tentando tecer conexões entre os micro-universos das comunidades e sujeitos-atores/atrizes envolvidos(as) nas Cirandas em meio à complexidade do tecido social e dos enfrentamentos a serem feitos.”

Que cotidiano revela o modo de acontecer dessas intenções?

PARTE II

SETE SINFONIAS PARA UMA CIRANDA NA CIDADE: CENÁRIOS-CAMPOS DE AÇÃO-REFLEXÃO NA CIRANDA DE APRENDIZAGEM E PESQUISA

4 PRIMEIRA SINFONIA - ALTERIDADE E TRANSFORMAÇÃO: A ARTE COMO POTÊNCIA HUMANA AJUDANDO A PENSAR O CUIDADO COM A VIDA

Dantas, V.L.A.;¹⁰ Filho, João Soares da Silva

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina
(Cora Coralina)

Uma vez constituída a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, as narrativas dos cirandeiros e cirandeiros desencadearam movimentos que, por sua vez, configuraram trilhas por onde as Cirandas da Vida marcaram sua passagem nas diversas regiões da cidade, junto aos seus atores protagonistas. Na realidade, as Cirandas da Vida, como movimento permanente de ação-reflexão-ação foram sendo reconfiguradas no percurso desta pesquisa ação, nele gerando atos-limite, potentes em seu poder de transformação, que se entrelaçam e se intercambiam em um movimento circular como as cirandas e, ao mesmo tempo, complexo como a própria vida. Em cena o grupo sujeito: atores e atrizes protagonistas deste espetáculo em suas narrativas. Com a palavra Johnson Soares – João Soares da Silva



*Sou quem vai nesse galope,
Contra o destino,
Só levo um menino
Pra lembrar quem fui
Se a vida é passageira
No trem da esperança,
Vou plantando trilhos
Pra quem vem depois.
Faço uma canção de amor
Para esquecer que é só dor,
Pro menino não chorar,
Faço uma canção de ninar,
Faço palhaço,
Tiro o riso da cartola,
Pois hoje tem circo,*

¹⁰ Músico, arte educador graduado pela UECE, especialista em gestão escolar.

*Tem marmelada sim senhor
Tem o povo nas ruas
E tem um cantador
Eu sou do Pirambú
Músico
E sou da ANEPS.*

Sou músico, compositor e professor, militante do Movimento de Cultura Popular do Pirambu (MOCUPP). Durante os anos oitenta a comunidade do Pirambu explodia numa efervescência cultural e política. Fazíamos parte do Grupo de Teatro Amador do Pirambu ligado à paróquia de N. Senhora das Graças e às CEB's e é nesse ambiente onde aprendemos a tocar violão e fazer política. Certo dia fomos convidados a assistir uma peça de teatro na Fundação Estadual Bem Estar Menor do Ceará (FEBEMCE)-PIRAMBU. Era a Fábrica Ativa. Até então o teatro que a gente fazia era um teatro bíblico. Conhecer aquela turma foi fantástico e logo depois eles nos convidaram para se apresentar na primeira Amostra de Arte do Pirambu onde tocamos para todo mundo. Quando nos demos conta já estávamos na diretoria do Movimento de Cultura Popular do Pirambu (MOCUPP), tínhamos sido recrutados por uma organização política clandestina e continuava rezando, tocando na igreja do Pe. Haroldo. A nossa arte já fazia a reflexão sobre a violência do ambiente...

*Pirambu das ruas imundas
E meninos velhos
Que correm ao som
Das balas da polícia (Carlos Careca).*

Mas também de nossas belezas, potencialidades,

*As praias do Pirambu
Tem a cor de qualquer mar
Em suas areias
Fui moleque feliz
De amaciar a bola
e singrar
Em velas brancas (Aluísio C. Barreira).*

Certo dia, perambulávamos pela sede da regional I e por acaso encontramos um artista que então era produtor das ações culturais da regional que nos convidou pra participar do primeiro evento das Cirandas da Vida na comunidade Vila Velha. O tempo todo o pessoal falava de Freire e ali, vimos de fato, a educação popular acontecendo: as pessoas do meio popular se colocando de igual pra igual com as pessoas da gestão municipal. Ao final da reunião fomos procurados por um dos atores das Cirandas e recebemos um convite para integrar aquela ação.

No início não entendíamos o que um arte-educador, um músico, tinha a ver com as temáticas da saúde, mas após uma conversa com os cirandeiros aceitamos o convite e fomos aproximando a nossa visão original de saúde, daquela que as Cirandas traziam.

O prelúdio: olhares sobre o mangue

A roda da Ciranda girava com música e dança, nucleando dizeres, ajudando a pensar o cuidado com a vida. O cirandeiro Johnson, arte-educador, oriundo do movimento popular de cultura do Pirambu, vai falando do mangue em Vila Velha e das Cirandas, girando no mangue e no Pirambu. Lembra das lutas travadas pelo direito de ficar, de conquistar um lugar.

Na verdade, desde o início do trabalho em Vila Velha região de mangue e de luta por moradia, em torno da qual se nucleou o trabalho com esta regional – Johnson, o cirandeiro, observou a ideia de movimento e sinfonia, história coletiva e reconstrução da comunidade, atingida pelas desconstruções da violência:

As primeiras rodas das Cirandas no bairro Vila Velha foram se constituindo como movimentos de uma sinfonia, que foi incorporando atores populares e institucionais, onde foi possível trabalhar a reconstrução das histórias coletivas da comunidade, em suas possibilidades de transformação da vida do lugar, a partir do encontro entre grupos intergeracionais.

A seguir, Johnson explicita algo desse tempo em que se foram nucleando as pessoas, com base nas suas histórias de lutas coletivas e grupos intergeracionais:

A ideia era ter uma visão inicial que recortasse os grupos que atuam com cada ciclo de vida, em uma reflexão sobre o que foi vivido em termos

de lutas comunitárias. A participação da comunidade incluiu crianças, jovens e adultos. Entre as crianças e jovens, foram envolvidas não apenas as que estão na escola e entre os adultos, não apenas as lideranças formais. Foram convidados também jovens e crianças, vinculados aos grupos culturais locais (grifo nosso).

As histórias de vida privilegiam justamente o homem simples, o homem médio, como observa o estudo de Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1995, p. 14) sobre Histórias de Vida: “o homem qualquer, de quem se pode pensar que é o mais representativo dos modelos culturais da sociedade.” A importância do testemunho e de sua força como experiência, em vez da superavaliação da verificação, como também a possibilidade de contar com a capacidade de reconstrução do vivido (e, pois, da reflexão sobre os fatos) aparece de modo contundente nas *histórias de vida pessoais e nas histórias de lutas coletivas* que se escutavam em Vila Velha.

A articulação no campo institucional era expressa como um dos aspectos determinantes em nossa experiência, uma vez que tínhamos como propósito constituir diálogos entre a esfera institucional e o princípio de comunidade. Assim, envolvemos todos os setores da SER I, tais como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Defesa Civil e outros, inclusive o Secretário Regional. Apesar de os vários setores da Secretaria Executiva Regional I termos apresentado a ideia das Cirandas da Vida, a adesão foi diferenciada e, em alguns lugares do âmbito institucional, os conflitos com nossa proposta foram manifestos.

O processo das rodas das Cirandas se constituiu, pois, de forma diferenciada nos diversos grupos geracionais e foram desencadeados com apoio em algumas *perguntas geradoras*, na perspectiva de localizar imagens de transformação com base nas potencialidades locais. A reflexividade vivida nas rodas, com respaldo na busca das imagens de transformação nos mostra atores sociais desenvolvendo confrontos sem se distanciar da prática social vivida, sem se subtrair da relação concreta que vivenciavam uns com os outros. É como se observássemos o fazer a si mesmo da ação social, em seu desvelar-se.

A ideia que se tinha era a de que as perguntas geradoras poderiam ir nos conduzindo para a captura das imagens de transformação e, pois, guia para o estudo dos cirandeiros – pesquisadores que compõem a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa.

O trabalho com as crianças: arte e brincadeira na construção do retrato da comunidade

Uma das questões singulares na experiência das Cirandas foi, sem dúvida, a inclusão das crianças como atores importantes da constituição do olhar sobre a comunidade. A princípio, não tínhamos clareza de como incluí-las. Nesse sentido, a experiência dos movimentos de onde provinham os cirandeiros, tais como o Movimento Escambo Livre das Ruas e o ESCUTA, em suas vivências de arte com crianças, foram determinantes para o percurso produzido desde aquele movimento, o primeiro deles.

As crianças expressaram com o corpo, com desenhos e vivências circenses e de teatro de rua, o retrato de sua comunidade, do que elas gostam e do que não gostam, mostrando como percebem as questões que permeiam o seu cotidiano. Da fala de Josevania Dantas, cirandeira que iniciou a formulação de uma escuta à perspectiva da criança, nas rodas das Cirandas da Vida, escuta-se:

O corpo fala em movimentos coreográficos espontâneos e plenos de vivência cotidiana: as muriçocas, os tiros, os conflitos entre a polícia e os moradores, a própria dança, o esporte, como espaços de criação e transformação de um cotidiano permeado de tantas dificuldades.

Esses corpos diminutos cheios de graça crescem e se equilibram nas pernas de pau e falam, cantam, gesticulam, a contar uma história de caminhantes que peregrinam por uma cidade tão grande, mas onde não conseguem um lugar para morar... Escutemos como se dizem:

*Tombei, tornei tombar.
Quero um lugarzinho pra gente morar...
Dona Mariquinha se eu pedir você me dá
Um lugarzinho pra gente poder morar*

O manguço surge como o lugar possível e as crianças cantam essa chegada no cortejo de meninos e meninas brincantes nas pernas de pau:

*Oh, raia o sol suspende a lua,
Hoje à noite ninguém dorme na rua*

*Pisei na copa do meu chapéu
Olha o vento que vem lá do céu*

O retrato falado da comunidade revela o que as crianças gostam na comunidade; mas os problemas cotidianos logo se revelam:

- *Aqui é legal: tem a paisagem verde, o ar puro, o canto dos passarinhos...*
- *Tem a quadra, brincadeira de carimba, a dança, tem siris e caranguejos...*
- *O problema é quando chove: a água entra nas casas e é todo mundo correndo com os cacarecos na cabeça, senão a água leva tudo. A lama vem bater no joelho...*

E nesse ritmo as crianças cantam para contar os pedaços da história de todo dia. Assim, as dificuldades de moradia... se misturam com a vitalidade brincante da infância:

*Pipoca, amendoim torrado
A chuva era grossa e derrubou o meu barraco.*

A violência logo se faz escutar; surge nos relatos das crianças, revelando que policiamento não significa segurança:

- *A minha mãe tem uma banquinha de bombom e outro dia ela tava lá, e viu um cara atirar, assaltar e só muito tempo depois a polícia chegou. Foi atirando e ia pegando na minha irmã pequena. Enquanto isso, o ladrão saía andando assim.... (e faz o gesto dele, mangando um pouquinho e cantando):*

*Pompeu, Pompeu.
O que aconteceu?
Lá vem a polícia.
Quem acode eu?*

A participação das crianças foi reveladora da necessidade de incluí-las nos debates e transformação da realidade, resguardando aquilo que é próprio do seu

momento de vida: o aprender com apoio no universo infantil e com base no seu saber de experiência feita, como propõe Freire (2008).

- No mangue quando a maré enche é difícil se deslocar para ir à escola...

- A moradia é ruim, pois não tem posto médico, as ruas não são asfaltadas, é difícil a ida ao colégio, pois as ruas são esburacadas; tem muita lama e os colégios são distantes...

- Estão jogando lixo no mangue e acabando com os siris. Antes tinham muitos pés de mangue e agora estão todos destruídos por causa das invasões.

Dessa forma, as crianças revelavam sua potência de reflexão sobre a realidade em suas múltiplas dimensões. Traziam para o cenário das Cirandas uma ideia do ambiente que não se descola das situações de exclusão que perpassam o não-acesso à saúde, à educação, à moradia e que, por sua vez, ocasionam violências que os mecanismos criados pelo Estado para coibi-las terminam por acentuá-las. Ao mesmo tempo, as crianças ousam com maior espontaneidade constituírem-se protagonistas de atos-limites, trazendo suas vivências para os grupos de arte locais, como a Companhia Vidança e tornando-as caminhos possíveis de transformação.

A juventude na roda da Ciranda: sonho e desafio

Ao tomarmos esta sinfonia como espaço inicial de reflexão das trilhas percorridas pelas Cirandas da Vida, de certa forma, a referendamos como lugar de onde olhamos o percurso metodológico empreendido. Nele, desde já se vislumbra o dialogismo entre o princípio da comunidade e a esfera institucional – fundamento de uma ideia da gestão que se clarificava a cada passo.

Assim é que, também para as rodas com os jovens, o encontro inicial foi revelador das possibilidades da arte como espaço não de só de criação, mas também de escuta aos atores juvenis. Nesse processo, deparamos algumas singularidades, decorrentes do próprio perfil dos cirandeiros: contávamos com partícipes de movimentos de juventude (como o Movimento de Meninos e Meninas de Rua) e, também, com partícipes de movimentos que lidam com diversas linguagens da

arte em seu cotidiano. Além disso, era marcante a presença de jovens de um grupo artístico local, o Vidança, nas rodas das Cirandas.

As linguagens do teatro, dança e música brotavam como formas singulares do dizer dos jovens, que traziam das ruas suas experiências com arte e iam delineando um percurso que seria a marca das Cirandas nos seus momentos dos diálogos com as juventudes.

Desse modo é que, entre os jovens, a discussão girava e pausava-se em torno da violência sofrida, tanto no ambiente doméstico quanto nos momentos de atividades escolares e no cotidiano da comunidade. Os relatos de cada adolescente refletiram as dificuldades vivenciadas ante a insuficiência prática das políticas de educação, saúde e, principalmente, de oportunidades de trabalho e renda. Diante de uma realidade marcada pela dificuldade de acesso à escola, oportunidades de profissionalização e de lazer, os jovens elaboram suas estratégias de enfrentamento.

As expressões culturais surgiram como opções concretas de resistência e transcendência da realidade. Isto aparece de forma explícita na fala de um jovem:

[...] quase todos os meus amigos estão na penitenciária ou na lama das drogas, eu ainda estou resistindo graças ao trabalho do Vidança.

No geral, os jovens colocam a falta de oportunidades sociais de trabalho, em especial, como o foco central da sua problemática – e a leem como violência; a partir daí essa fala sobre a violência é tocada em seus vários matizes. Nessa história da gente comum se ia reconstituindo o movimento subterrâneo das sociedades e dos grupos sociais juvenis. O como dessa expressividade e dessa escuta adentraremos, ao estudar com detalhe a sinfonia da regional, lugar onde o clamor da juventude se torna revolta e dor.

Para o cirandeiro Johnson, que se envolveu naquele primeiro encontro, algumas singularidades se apresentavam no que diz respeito à participação da juventude naquele território. Ouçamos o que nos diz acerca dessa questão:

Havia, naquele primeiro encontro, vários jovens: desde o jovem pai e mãe à juventude organizada especialmente em grupos de arte como o Vidança, grupos de quadrilha, grupos de capoeira. O que chamou atenção nas falas daqueles jovens, foi o nível de consciência com relação aos problemas do

mangue e o desejo de enfrentamento das situações de adversidades do território, especialmente a moradia. Talvez essa preocupação tenha a ver com o fato de muitos serem pais e mães ainda adolescentes, o que os chama para uma responsabilidade que, a princípio, não seria o esperado nesse momento de vida. Nesse grupo de Vila Velha não se percebia a presença do que alguns cirandeiros nomeariam, mais depois, de jovens vida loka, embora a presença deles no território já se esboçasse na fala de alguns jovens presentes (grifo nosso).

Dessa fala podemos vislumbrar, desde aqui, como a juventude se posiciona claramente, problematizando o seu lugar social. Parece que, como vamos ver em outros momentos deste trabalho, essa problematização feita pela juventude inclui aspectos subjetivos do estar no mundo e aspectos mais marcadamente preocupados com o mundo da vida comum das pessoas do lugar. Podemos dizer que quase sempre se reduziu o dizer das juventudes a falas mais subjetivadas ou a discussões sobre os determinantes sociais e políticos, sem considerar que, como estamos a ver, estas duas solicitações da vida estão finamente estruturadas.

A escuta nossa, como grupo (dos cirandeiros) depois, em avaliações intragrupo, evidenciou, com amparo especialmente nas falas de Thiago Porto, a necessidade das Cirandas da Vida constituírem estratégias para o trabalho com jovens vida loka (nomeados pelo universo das instituições, quase sempre como “jovens em conflito com a lei”).

Os adultos: retratos de uma história de luta e resistência

Os relatos da ocupação do mangue revelam uma série de outros problemas sociais. A presença de jovens que constituem família muito cedo, e passam a dividir o espaço de moradia com os pais, criam logo a necessidade de ampliar suas residências ou buscar outra forma para garantir o direito de morar... Na base de todos os problemas, na leitura que se fazia, parecia que uma fala em surdina ia evidenciando a dificuldade de trabalho e renda:

- Dizem que liderança é ladra, é corrupta... se nós vamos ao governo pedir algo, não é de graça... é dos nossos impostos.

- Existe uma coisa onde se fica com adolescentes (7 a 13 anos) para que os pais procurem emprego? Nesse projeto, o PETI, os filhos de catadores de lixo, muitos deles não tem o café da manhã...

As situações-limites foram entendidas na discussão como aquilo que dificulta a concretização dos sonhos, desejos e necessidades da população. Também nesse momento a discussão foi desencadeada por perguntas geradoras e, mediante o desvelamento delas, se iniciava a busca por caminhos de superação dessas realidades. Essa busca de compreensão partilhada, no entanto, ia ser aprofundada nas oficinas temáticas, onde se tentava buscar também potencialidades locais de atuação conjuntas.

As falas dos presentes revelavam, então, as dificuldades vividas pela população nesse território; as contradições que permeiam o cotidiano e as micro relações de poder que se estabeleceram nas diferentes conjunturas.

A diversidade e amplitude das questões apresentadas nas rodas onde se discutiam as *situações-limite* e nas *oficinas temáticas* remeteram a ação das Cirandas da Vida à necessidade de participarmos de várias políticas setoriais da SER I, para que pudesse haver esclarecimentos, confrontos, diálogos e, assim, se desse sequência aos *enfrentamentos* que a população sugeria.

As falas sobre esses momentos – leitura das situações-limite, oficinas temáticas e enfrentamentos – parecem sugerir que havia a ideia de avançar no sentido crítico, confrontando o já pensado no âmbito de cada política e o que foi expresso pelas rodas das Cirandas como possíveis. Ouçamos mais:

- Vila Velha II e III têm como limite duas redes de prostituição... Tinha uma mulher chamada Sargento que vinha pegar as adolescentes no fim de semana.

- Hoje me sinto indignada por não terem respeito pela liderança comunitária... Hoje, nós somos: enfermeira, professora, mãe... Vivemos várias coisas e vários conflitos; o pessoal vai à nossa porta pedir café, lanche... O pessoal daqui... Tudo que se precisa falta aqui...

- Um dos principais problemas que eu pude observar foi a questão da violência, educação, saúde... Pra resolver todos esses problemas tem que ter a questão da economia... Acho que deve se criar setores pra fazer isso...

As situações-limite apontadas, como vamos detalhar, foram expressas pelas crianças e jovens sob a forma de dança, percussão e desenhos, que revelaram, entre tantos outros aspectos, a dificuldade de acesso às políticas públicas, como educação, saúde, moradia, geração de trabalho e renda.

Kuenzer (1992) já assinalava que a necessidade de democratização das relações sociais, bem como a intensificação dos avanços científicos e tecnológicos, constituem condicionantes fundamentais no desenvolvimento da sociedade globalizada em que vivemos, e, assim, produz-se uma crise do princípio educativo, vivido nos moldes em que ele se apoiava. A formação da força de trabalho juvenil, agora, tem de considerar as bases tecnológicas postas pelo capitalismo hoje. Desse modo é que temos de pensar formação juvenil como qualificação para o trabalho – visto de um modo ampliado, em seus aspectos culturais, educacionais, políticos – mas, também, temos de pensar de que forma se vai romper ou lutar contra fortes e complexos mecanismos estruturais que constituem a macroeconomia. As visões de conhecimento que temos tido que temos ajuda os jovens a compreender as complexas relações sociais e os interesses envolvidos no mundo do trabalho?

Alguns estudos mostram que a procura de trabalho está ligada a uma estimulação mais larga para o consumo; temos discutido isso quando vivemos processos educacionais com juventudes? Benoit-Guilbot (1990) sugere que haveriam de se desenvolver nos tempos de agora capacidades de aprendizagem que incluíssem saberes sobre normas, valores, laços sociais, ética do trabalho em um conjunto temático que ele nomeia de “qualificação social”. Ainda, haveria de se pensar nas questões subjetivas, que buscam no próprio sujeito a base das condições indispensáveis para sua inserção no mundo do trabalho. Assim, como observam Tesser e Luz (2002), “a análise sobre a procura de emprego ou ocupação deve envolver as questões subjetivas e objetivas articuladas com o conjunto de políticas públicas, mormente a econômica, que tanta influência exerce sobre as oportunidades de trabalho e renda”.

Nos relatórios das Cirandas da Vida se veem explicitadas, como que desenhando o lugar, as falas ouvidas pelos que compõem a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

A comunidade enfrenta cotidianamente o abastecimento precário de água e energia, ausência de coleta de lixo, inexistência de telefones comunitários, precariedade no transporte público, que não chega ao local pela dificuldade de vias de acesso... E há um canal de escoamento de águas pluviais permanentemente contaminado, devido à falta de esgotamento sanitário, ao destino inadequado dos dejetos, à impossibilidade de construção de fossas... como agravantes da problemática de justiça ambiental em Vila Velha.

Era por demais eloquente a ansiedade quanto à possibilidade de remoção da área de risco; e os conflitos entre lideranças e comunidade configuraram a situação-limite escolhida para a primeira oficina temática:

- Por que vão mexer com a área de risco? Houve técnicos da polícia, da UFC... Nós queremos ficar aqui.

- Eu acho que a gente não vai enganar o povo com nada, com saída pra outro lugar. Isso não dá certo. A gente elege os representantes e eles não mudam isso!

As apresentações, contudo, no seu prosseguir, vão descortinando, por seu turno, caminhos e potencialidades para preparação do inédito viável. A experiência nova da arte (porque novos os atores sociais e o contexto dialógico) provocava certo distanciamento importante: retirava-se algo quase invisível do cotidiano e se dava a esse fato moldura estranhada ou, no dizer de Brecht, “certo distanciamento”.

É como Brecht (1957, p. 207) ensinava: “o ato de distanciar significa também conferir celebridade a um acontecimento, é-nos possível assim apresentar certos acontecimentos simples como se fossem célebres”.

Proseguiu-se: a dança foi, então, sem dúvida, um traço marcante da cultura local, expressa no Vidança, nos grupos de quadrilha, de axé. O esporte trazia as cenas populares de jogos e práticas de carimbas, capoeira, acrobacias na areia, entre outros. Os jovens traziam na dança, na música, os registros juvenis em suas lutas para conquistar novos horizontes, focos de luz que, segundo diziam, “precisava da gente ter o que fortalece”, para que se pudesse conquistar “um espaço na sociedade” – concluíam.

Atos limites – os moradores do mangue na saga da luta pela moradia

Com o objetivo de compreender e refletir com essa população a ocupação desse “território de risco”, em que condições se está vivendo nele, que estratégias de trabalho se dispõem e que impactos a ocupação desse espaço traz sobre a saúde dos moradores, foram estruturadas oficinas temáticas, reiteramos, onde a problemática foi discutida com o conjunto dos atores.

Partindo dessa contextualização, os grupos de debate, envolvendo jovens e adultos, discutiram as várias dimensões do tema problema. Nos relatos feitos pelos partícipes da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa registramos:

O processo de discussão foi conflituoso. Os moradores estão angustiados com a perspectiva de perder a moradia conquistada; e reagiram com as armas de que dispunham: algumas lideranças se retiraram da discussão, outras resistiam em se dividir em pequenos grupos.

Sempre se avalia insuficientemente o papel do risco nas lutas sociais. O risco de “perder coisas na luta”, de “entregar o que se vive para outros que não se sabe bem...” parece deixar os grupos avaliando: vale ou não vale encontrar esses novos parceiros e buscar novos campos de luta comum?

...E a arte ia aprofundando o espaço de interação que nascia, mediado por um dizer pleno de sentidos e de possibilidades de explicitar diferenças:

*Mandei fazer uma Casa de Farinha
Bem maneirinha que o vento possa levar
Oi passa sol, passa chuva, oi passa vento.
Só não passa o movimento do cirandeiro a rodar*

A reconstrução da história da luta dessas pessoas para a conquista da moradia foi problematizada, em especial quando se tentava discutir as causas e determinantes da ocupação do mangue e seus impactos sobre as vidas dos que viviam em Vila Velha e cercanias.

A discussão da ocupação foi formulada gradativamente, nas rodas da Ciranda. Então, o dialogismo se instaurou com respaldo na “historicização” da luta da comunidade, feita ao modo da arte. A historicização, ao ser vivida também

sob a forma da arte, parecia impelir os sujeitos (BRECHT, 1957, p. 186) a uma libertação da familiaridade que resguarda as pessoas de qualquer mudança ou intervenção. Nas palavras do cirandeiro (segundo relato): - *Estariamos refletindo e avançando uma educação política ou naturalizando a injustiça?*

Aprofundemos o que os relatos trouxeram.

Para alguns moradores, já em 1995 andaram pessoas pelo mangue de Vila Velha. Outras, apontam os anos de 2001, 2002 como sendo o dos inícios da povoação no lugar. De todo modo, chegar envolve assumir um espaço social e um locus concreto, fisicamente falando; local que é disputado em meio a competições mais ou menos veladas:

- Fui uma das primeiras pessoas que chegou aqui. Observa-se que algumas pessoas se apropriam da situação e delimitam espaço, inclusive garantindo a concessão do uso para uma ou outra pessoa.

Alguns relatos, ainda, explicitam quão significativa é a presença dos sem-teto na área do mangue – ali parece que se há de reencenar constantemente a luta por um espaço possível – um lugar para viver?

- Morava de aluguel, vendi tudo o que tinha e comprei um terreno... Há um ano e oito meses venho construindo.

Outro aspecto evidenciado na fala dos participantes é a ação governamental de desapropriação das famílias, em virtude da especulação imobiliária nas áreas costeiras:

- Morava na Costa Oeste; fui indenizada com o valor de três mil e oitocentos reais; comprei um pedaço de terra e estou construindo há oito meses.

O êxodo rural também aparece como dimensão importante na formação populacional das áreas de risco:

- Morava de aluguel no interior em Redenção; há quatro meses estou morando aqui.

A dificuldade de acesso à moradia evidencia outras questões, tais como a necessidade de políticas de geração de emprego e renda, em especial para juventudes. A economia informal como a principal estratégia de sobrevivência das pessoas que vivem no mangue é apontada pelo depoimento de uma moradora de Vila Velha:

- Sou autônoma hoje, mas já trabalhei como auxiliar de serviços gerais. Morava no Jardim Iracema e estou na ocupação há um ano e dois meses.

“A dificuldade de conseguir um espaço impele as pessoas a provocar agressões ao ambiente” – observam os cirandeiros. Dessa forma, humanos e natureza produzem uma luta permanente pela sobrevivência, na qual ambos saem feridos, mas onde se vê o esforço da sobrevivência:

- Vim do Jardim Iracema...no fundo da minha casa tem uma lagoa, venho aterrando com muito esforço.

Muitos moradores, preocupados com a presença dos órgãos da Prefeitura e do Estado nas rodas das Cirandas fazem com vigor maior a defesa da permanência da área. É evidente o conflito entre os moradores e a visão que a Prefeitura de algum modo insiste – a de “crime ambiental” (devido ao fato desta população residir em local de mangue). Veja-se nos relatórios dos cirandeiros, que compõem a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

A relação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente tem se revelado conflituosa e sua atuação não tem possibilitado a construção de diálogos. A Secretaria chegou ao local, em um momento anterior, de forma autoritária e coercitiva, com o objetivo de expulsar os moradores da área de ocupação, promovendo o embargo de todas as obras iniciadas, instalações elétricas etc. Isso gerou por parte da população uma atitude defensiva no sentido de garantir a manutenção da moradia conquistada a qualquer preço e uma hostilidade para com os diálogos com a Prefeitura.

A arte parecia trazer certa força dionisiaca surgente nas rodas das cirandas. Como diz Fischer (1976, p. 50): “a condição do ‘ficar fora de si mesmo’ é a de um enérgico esforço de recriação do coletivo, da unidade (rompida) do mundo”. Na

verdade, como o autor observa, a arte, ela própria é uma realidade social.

Por outro lado, como anota Fischer (2002, p. 49),

à medida que o homem vai se separando da natureza e do coletivo, e que a unidade com o grupo vai sendo destruída pelo individualismo, com a propriedade privada e com a divisão de trabalho, parece haver uma busca da unidade que se tinha no mundo arcaico do totem, por meios diversos, em especial a arte.

Fischer mostra essa busca de unidade, quando registra a descrição de Strelow sobre as cerimônias que juntavam ritual à arte (FISCHER, 2002, p. 48-49) e que assim expressavam certo caráter arcaico, de busca do coletivo e da unidade que o totem (símbolo do próprio clã imortal) inspirava:

Logo que uma mulher sabe que está grávida, isto é, que um ratapa (totem) entrou nela, o avô da criança esperada vai a uma árvore mulga e corta um pequeno tjurunga (o secreto e oculto corpo totêmico que une o indivíduo a seus ancestrais e ao universo), no qual ele faz com um dente de gambá sinais ligados ao totem ancestral, que é o seu totem... O totem – o totem ancestral ou o descendente – o que significa seu portador (aquele que nas cerimônias encarna o totem por seus ornamentos e por sua máscara) aparece nas canções como unidade indivisa (grifo nosso).

Poderíamos dizer que essa busca de unidade estava a ser tentada nas Cirandas em Vila Velha? As Cirandas e o contexto do diálogo que elas teciam, também por meio da arte, traziam de volta algo da natureza gregária dos grupos sociais que ali estavam?

Ouçamos mais a população:

- Daqui não saio, daqui ninguém me tira; queremos trabalho e um local digno para viver.

- Quando eu cheguei aqui, esse mangue era cheio de bandido, era lugar de desova e de estupro. Nós não somos bandido, somos gente de bem. Por que botar polícia atrás da gente?

- Viemo morar aqui porque foi esse o lugar que a gente conseguiu.

- *Vamo deixar de enrolação e vamo dizer logo: vocês querem que a gente diga quem é que fica e quem é que sai, é?*

Ao mesmo tempo em que marcavam seu lugar de dizer e seu espaço, enfrentando as visões dos que pertenciam à Prefeitura, os moradores de Vila Velha iam revelando as conquistas e as necessidades percebidas no convívio cotidiano dali:

[...] não tinha luz, nem água e até hoje não tem iluminação pública.

Interessante é que os moradores também revelavam os espaços que são inadequados e apontavam formas de solucioná-lo:

- A parte baixa do mangue alaga quando chove...

[...] Na Vila Velha III quando chove alaga...

Nesse contexto da rodas das Cirandas da vida, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos do mangue detêm-se sobre as transformações de realidades e os enfrentamento dessas situações-limite.

Dessa forma dialógica, algumas ações foram estruturadas; sempre ousando provocar a constituição e o fortalecimento de grupos de trabalho – no sentido de fortalecer as potencialidades apontadas – e, nesse caminho, as ações comuns iam sendo tentadas, conforme asseriu o cirandeiro-pesquisador da área:

Se a gente trabalha com a comunidade e seus grupos, temos de pensar as ações que façam os grupos viver. Uma dessas ações foi a realização de uma oficina de teatro para discutir as possibilidades de um grupo com mulheres empreendedoras, na perspectiva da sócio-economia-solidária. A questão norteadora do encontro foi a organização da produção artesanal das mulheres, para a venda coletiva dos produtos e aprimoramento da qualidade.

Na roda, ao som de um violão, os registros da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa lembram as oferendas que chegaram, em uma das rodas, com uma das artesãs de Vila Velha, que trouxe um tapete e disse:

Aprendi com a minha tia; trouxe também toalhas com ponto de cruz, centro de mesa e algumas fotos. Os meus trabalhos custam cinco reais.

Ante a expressão espontânea da artesã, diz a cirandeira:

- Isso é fruto da nossa inteligência. Vamos buscar caminhos e pensar como construir juntos, como juntar tudo isso.

A cirandeira se incluía como cooperadora dessa trilha proposta; ao situar-se como sujeito da ação comum a ser empreendida, não estaria levando mais claramente o outro a se ver como *sujeito conhecedor*? Parecia haver ali histórias cruzadas, trocas de saberes e de lugares que, ali, criavam a intersecção da ação com o conhecimento.

Assim é que, ao propor interpretações da realidade comum, cada sujeito que convivía no dialogismo das rodas fornecia a si mesmo elementos para um novo pensar e sentir, podendo situar-se, então, diante do que estavam a viver ou do que se propunham fazer de modo diferente.

Por esse novo modo plural de tentar desvendar as problemáticas comuns indagadas é que o cirandeiro-pesquisador Johnson teve necessidade de fazer reflexões mais aprofundadas sobre a moradia em Vila Velha, e, como seus antigos moradores eram os índios, foi buscá-los. Das discussões desse tempo, o registro da estranheza com que parecia serem recebidas estas ações:

A interface com os Distritos de Meio Ambiente e a Educação, segundo pensamos, deve possibilitar ao setor saúde organizar interfaces com a população indígena da etnia Tapeba e construir reflexões onde o olhar dos povos tradicionais é compartilhado com os moradores do mangue hoje. Penso que se pode fazer mediações nesse sentido. Como elas serão aproveitadas pela esfera institucional? Pelo que estou vendo, esta escuta e estas práticas não são familiares aos funcionários de lá.

Johnson referia-se à possível rigidez dos modos institucionais de lidar com problemas sociais. Ali, nas rodas da Ciranda, os problemas pareciam buscar seus núcleos para estabelecer o autocentrimento, e, então, os grupos criarem com a arte, também, uma transformação cujas consequências poderiam ter impacto

sobre as estruturas e as relações presentes no mundo de vida de Vila Velha. Continuemos com a fala do pesquisador-cirandeiro Johnson:

Nesse processo das rodas iniciais de Vila Velha, grupos culturais como o Vidança, Emaús e outros grupos locais foram fundamentais na construção dos primeiros atos-limite. A interação com a [Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza-] HABITAFOR e o estímulo ao envolvimento de atores locais nas plenárias do Orçamento Participativo possibilitou a inclusão de trinta e cinco famílias na liberação de moradias populares em áreas próximas ao mangue. Isso não é suficiente, é quase risível. No entanto, pode-se dizer que a esfera política está a ser tentada com vigor? Esta nossa escuta não garante mudanças – ela garante o que?

[...] A articulação com a Empresa de Limpeza Urbana (EMLURB) viabilizou o início da coleta de lixo no lugar, o que vem proporcionando algumas mudanças importantes, como por exemplo, o fato das crianças passarem a organizar a coleta seletiva do lixo. Seria isso a esfera política revivida?

Este acima nos ajuda a refletir sobre a intersectorialidade no âmbito da gestão municipal, como espaço de articulação entre as políticas e setores. Olhando a partir da saúde, dialogamos com Andrade (2006, p. 32), com o qual perguntamos: “como operacionalizar políticas públicas intersectoriais capazes de impactar os determinantes e condicionantes de saúde da população?” Na experiência vivida no mangue em Vila Velha, notamos que essa possibilidade que timidamente se delineava ia adquirindo um novo contorno quando a arte tomava seu lugar nesse diálogo com a gestão. O que se pôde ver de grande riqueza na intersectorialidade que se anunciava foi a possibilidade do princípio da comunidade assumir a dianteira, como novos sujeitos sociais, no diálogo com a gestão ali representada pelas instituições de saúde, moradia, limpeza urbana, ambiente, educação dos poderes municipal e estadual do território. Assim é que vimos o Vidança, como grupo artístico atuante no território, protagonizar movimentos de articulação com escolas locais que propiciam a ida da arte para a escola e o estabelecimento de uma diversidade de relações parceiras. Nesse tempo, um grupo de mulheres articuladas junto ao movimento EMAÚS partiu para demandar uma experiência com teatro fórum que pudesse ser um campo de reflexões sobre economia

solidária. Estávamos mais uma vez a ver novos sujeitos sociais, do lugar da arte partindo para o diálogo com a esfera institucional?

Nos diálogos que se travariam tentando dar conta de uma intersectorialidade que ai se gestava, também se tensionava o que as políticas públicas podiam trazer para a comunidade e o que no plano do concreto, de fato, as instituições estatais e municipais conseguiam ali realizar?

Ao mesmo tempo, a discussão nas rodas das “Cirandas da Vida” fomentava o diálogo da gestão municipal com a população de centenas de famílias excluídas, órfãs das políticas públicas ao longo dos anos, que se perdia no que fazer diante do confronto nítido entre as leis de proteção ambiental e a realidade concreta de pessoas de Vila Velha. A fala do cirandeiro é reveladora dessas contradições:

Viver no mangue é irregular, mas se buscou, lutou no Orçamento Participativo por moradias. A população havia criado todos os vínculos necessários para viver ali.

Sair para outro lugar, ter que articular outras formas de sobreviver, pagar água, luz, transporte [...] Terão dinheiro para isso? – eles pareciam se perguntar de algum modo.

E agora como pesquisador, pergunto: Como não ficar refém do que se está propondo? Será que é bastante ajudar a ampliar a consciência e reflexão sobre o ambiente? Se não, como seria ir além disso?

As rodas iam, decerto, possibilitando a reflexão sobre as diversas dimensões do tema problema, e revelando a necessidade de adentrar causalidades e determinantes da ocupação do mangue. Seus impactos sobre a vida dessas pessoas iam mostrando retratos de uma história que precisava ser conhecida, debatida e transformada. E, assim como eram estabelecidos, também passavam a ser construtores de identidades.

O que seria morar no mangue hoje – área de proteção ambiental permanente, um ecossistema, vital para o equilíbrio ambiental da cidade? As expulsões das populações pobres tinham uma história dolorosa e a população tinha informações de inúmeros logros, como os do Iguatemi (*shopping center* de Fortaleza, erguido em região de mangue):

- Por que não tiram o governador do Iguatemi? Ali é área de mangue!

Diante desse contexto, o cirandeiro-pesquisador traz uma outra questão:

Será que é possível construir tecnologia social que possibilite a permanência daquelas pessoas nos arredores do mangue? Como se poderia replantar o mangue sem sair dali.

E a discussão vai trazendo a dimensão do território afetivo, amoroso, das pessoas com seus vínculos ao lugar de ficar e a pergunta vai se reconfigurando:

Como conviver com o mangue e criar ambientes de vida trabalhando a dimensão do cuidado? Como a arte pode ajudar as pessoas a construir esse processo de ação-reflexão-ação?

As reflexões acerca do processo explodem em musicalidade e poesia na voz de artistas locais, como o próprio cirandeiro-músico Johnson:

*Para a sede
Tínhamos o rio
Para a fome,
O peixe,
O caranguejo,
Às vezes o pão.
Para os pulmões,
O ar,
O verde também para os olhos.
Aí vieram os outros,
Uns poucos,
Armados de ideias,
Réguas e metas mirabolantes,
Trouxeram papéis,
Legalizaram tudo,
Expulsaram uns tantos,
Trouxeram amordaçados,
Tomaram posse.
Vieram os tratores.
Para a segurança, também soldados.*

*Produziram sal do sal dos homens.
Encheram de óleo os rios.
Asfixiaram os peixes.
O mercúrio profanou as profundezas da terra.
Depois de tudo arrasado,
O mato todo derrubado,
Gastado as gentes da terra,
Se foram com seus bolsos abarrotados.
E na terra agora devastada,
Uma outra luta começava:
Homens, mulheres e crianças,
Pela divisão dos despojos.
Às vezes,
Uns contra os outros,
Às vezes,
Contra a natureza,
Mas sempre,
A favor da vida.
Pelos tortuosos caminhos das batalhas diárias pela sobrevivência,
Num lugar que um dia fora exuberância,
Agora apenas a esperança
Na gritaria dos meninos:
Como fossem plantinhas,
Matinho teimoso,
Que continua a reviver
A cada corte.
A cada queima.*

Outros atores locais trazem sua versão poético-musical na linguagem do repente nordestino

*Era pobre, muito humilde e não tinha onde morar
Não podendo escolher, vejamos onde fui parar
Na área de manguezais da Barra do Ceará
Eu dei tudo quanto tinha, a tv e o celular
E agora vem um moço, querendo me expulsar
Mas não sabe o sacrifício que eu tive que passar
(Jacinto e mulheres do mangue)*

A subida ao rio Ceará foi um momento importante. No encontro temático “Olhares sobre o Mangue”, discutíamos como seria importante para os moradores do mangue, ouvir outras pessoas que também convivem com essa realidade; descortinar outras percepções sobre essa realidade. Foi então que resolvemos navegar no rio Ceará. No barco que nos levava, estavam homens, mulheres e crianças moradores do mangue, jovens do Vidança, atores institucionais do campo da saúde, da educação e do meio ambiente a ouvir dos índios Tapeba que vivem do outro lado do mangue como o cuidado com sua preservação representa também a preservação da sua cultura e sua identidade. Aquele foi também um momento de estabelecer vínculos com o trabalho grandioso de duzentas e oitenta bailarina-dançarinos-percussionistas locais do Vidança que decidiu retomar o espetáculo de dança com a temática do mangue para contribuir com a discussão que estávamos a travar.

Nesse novo olhar ao mangue, com os índios indicando o caminho, retomamos a questão do ambiente e da saúde. Nesse contexto, o cirandeiro Johnson retomou o relato sobre a experiência e a interface com o Vidança. Diz ele:

No encontro “Olhares sobre o Mangue” o espetáculo do Vidança sobre o qual já nos referimos, foi o mote para aprofundarmos a problematização sobre a situação limite para a qual buscávamos transformação. O espetáculo nos levava a pensar sobre coisas que os discursos, por vezes inflamados dos moradores nem sempre deixavam transparecer. É como se aqueles meninos e meninas nos dissessem com arte, coisas sobre o ambiente e mais especificamente o mangue, que não estava claro na fala. Mas sabíamos que o grupo tinha uma leitura sobre a agressão ao ambiente e seus impactos. Essa leitura se dúvida ajudou a gente a construir boa parte da reflexão sobre o mangue. Percebendo a importância do grupo para o processo, fizemos a provocação de retomar o espetáculo incluindo novas crianças do mangue, o que, aliás, já era um desejo da coordenadora do Vidança. A nós das Cirandas, coube a tarefa de mobilizar as crianças. Ao grupo, incluí-las no universo da dança.

Da fala do cirandeiro vamos retomando aspectos importantes dessa sinfonia. Reavemos a importância desse dizer com arte no diálogo com Linhares (2004, p. 57), que nos lembra as possibilidades de nos relacionar com o mundo, não apenas mediante o pensamento lógico, o verbal, mas de outras formas

que propiciam aos sujeitos vivenciar a “história de sua cultura, mediante suas próprias palavras e imagens, desse modo particular que é o processo criativo ao modo da arte.” Outro aspecto que a fala nos revela diz respeito ao processo de problematização como possibilidade de ir além dos questionamentos, mas pensar a elaboração de atos-limite com base nas potências e no protagonismo dos atores locais, especialmente aqueles que trazem a arte como principal forma de expressão. Os movimentos que se desvelaram nessa sinfonia pareciam-nos evidenciar o protagonismo desses artistas do território animados pela proposta das Cirandas, sempre partindo da escuta aos seus desejos e potências.

O Vidança já tinha a proposta de trabalhar com as escolas do território. Reconheciam a importância de levar essa temática do mangue e do ambiente para o espaço escolar trabalhar e queriam fazer isso com o que fazem cotidianamente. Terminaram por criar processos formativos nas escolas, com dança, para além da ação com as Cirandas. Mas o interessante é que até então eles não se viam como atores de promoção da saúde e nem de cuidado ao ambiente, ou não viam ligação forte entre essas questões e o trabalho que faziam.

Ouvindo o cirandeiro, parece-nos que até ali não parecia claro também para os cirandeiros o fato de que estávamos percorrendo um caminho de promoção da saúde e de cuidado ao ambiente. Poderíamos dizer, com Viana, Oliveira e Espírito Santo (2007), ao estudar a saúde junto à população de Manguinhos, favela do Rio de Janeiro, que ali também “a violência traz para dentro da saúde a necessidade de resgatar o que é saúde”.

Havia, contudo, momentos com a unidade João Medeiros, a comunidade e com os setores regionais, onde a temática da discussão era essa problemática da qualidade de vida do mangue – tocávamos na ideia de saúde, então, vindos de outros lugares. Como os bichinhos de mangue que ficam escondidinhos e de repente aparecem – no dizer das crianças.

O Vidança – essa Companhia de Dança com sede no local e que faz um trabalho com a população - tinha demandas em relação à unidade de saúde – elas se efetivariam um dia? Nos perguntávamos. Com todo esse trajeto, o Vidança passou a requerer a presença da equipe de saúde, algumas vezes, no próprio Vidança, já que eles reuniam grande parte da população infanto-juvenil do território de atuação da equipe de PSF.

Como observava Campos (1997, p. 109): “hoje podemos considerar que os denominados centros ou postos de saúde, ou ainda unidades básicas, são o núcleo do modelo assistencial dos sistemas locais.” Alguns serviços ainda permanecem inspirados na Medicina Comunitária, mas sem estruturar estratégias locais próprias, enquanto outros já realizam suas reflexões-na-ação sobre saúde coletiva.

A “Tenda Invertida”, perspectiva de ação em saúde pensada por Andrade et al. (2004), altera concepções muito localizadas das unidades ou centros de saúde e vai até onde estão as populações, em uma progressiva reorientação da programação espacial, dos equipamentos, das tecnologias, do pessoal e de toda a rede básica.

A rede pública de saúde traz novas perspectivas, como anota Campos (1997, p. 168), ao modificar sua atuação e incorporar novos modos de ação em saúde coletiva. Assim é que, para o autor,

A implementação dessas mudanças permitiria uma nova relação com a demanda, incorporando-a para progressivamente reorientá-la, superando tanto a imposição de recortes e de restrições de acesso sempre que há um predomínio muito marcado da racionalidade capitalista, como a postura passiva do pronto-atendimento, que a tudo absorve sem dispor de meios adequados, ensejando o fenômeno da eterna repetição de uma demanda que sufoca a iniciativa das equipes de saúde.

Ora, em Vila Velha, já parecia clara para o PSF a necessidade de trabalhar com as escolas locais e os centros educacionais de natureza diversa, como o Vidança, que tinha bem marcado seu caráter de formação em arte. Com pouco o Vidança foi manifestando a necessidade de incluir mais as crianças do mangue. Reconheciam a importância de a escola trabalhar o tema e a potencialidade da arte que faziam nesse processo. Passou, então, o Vidança, a criar processos formativos em conjunto com as escolas, transformando a ação com as Cirandas, como também junto ao PSF, em um claro exercício de intersectorialidade, agora vivida “do povo para as instituições de saúde”, pois, como observa Junqueira (2004, p. 27), a intersectorialidade pode ser tomada como “a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social.”

O que se via do Vidança, conforme o relato dos cirandeiros-pesquisadores, era

[...] um contingente grande de crianças e jovens; uma aliança com grupos culturais locais e agências educacionais diversas; um trabalho minucioso e cuidadoso das mães de crianças e de adolescentes, que juntam pequenos retalhos com os quais vão colorindo os corpos; as coreografias de dança propondo uma estética diferente, onde se revelam o cotidiano dessa comunidade que se ergue e sonoramente nos diz que a população local está em movimento.

Nessa costura, desenvolveram-se também ações na linha da socioeconomia solidária, com a arte e partindo da necessidade concreta de colocar a dança em cena – isso com recursos financeiros parcos. Dentro desses limites, a perspectiva de novos aprendizados e de uma nova estética explicita-se na fala do cirandeiro:

Quando os meninos são convidados a superar determinadas questões relacionais de gênero, incluindo-se em um processo da dança, até então ocupado quase que exclusivamente pela presença feminina [...] A construção de instrumentos percussivos com materiais recicláveis, sua inclusão rítmica e coreográfica nos espetáculos revela uma dupla desmistificação: por um lado a presença masculina no mundo da dança e por outro a produção de uma musicalidade para a dança que nasce dos ritmos e sons do território.

Segundo o pesquisador-cirandeiro na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, um dos atos-limite propostos com essa interação foi a releitura coreográfica do espetáculo anterior do grupo sobre o mangue, incluindo novos dançarinos e dançarinas moradores e moradoras do mangue, sobre o que já nos reportamos. Nesse processo, articulamos outros atores como o Grupo Formosura, que trouxe para a coreografia outros marcadores como a acentuação da presença masculina a dos ritmos percussivos e a recriação do texto poético com a inclusão das leituras locais sobre o processo.

As trilhas desenhadas pela ação das Cirandas da Vida na SER I, em sua circulação “do mangue ao Pirambu”, evidenciam como os movimentos empreendidos pelo Pirambu em sua história de luta e resistência vão determinando percursos “do Pirambu ao mangue” que explicitam a saga da luta pela moradia.

Nesse percurso se dá a aproximação das Cirandas com outro grupo de arte: o Raízes Sertanejas que retoma a história do Pirambu lembrando que ali se passou por um processo de degradação ambiental com a venda das dunas para a especulação imobiliária. Trazem, pois, imagens do Pirambu antes da explosão populacional, quando este era uma vila de pescadores. Estas se presentificam nas letras das músicas, nas coreografias e nos figurinos.

*Praias do Pirambu
Progresso quer matar
Arpoador, Cacimba
Me faltam rimas
Pra te exaltar
Jangadas que me levam
Palhas que o vento traz...
(Carlos Careca)*

Por outro lado, a ação deliberada do Estado voltada para afastar as pessoas das regiões costeiras para dar lugar a empreendimentos, especialmente aqueles da especulação turística, do ramo imobiliário e da carcinocultura enseja novos êxodos, inclusive para regiões de Fortaleza, sempre em situação de acentuada precarização de suas condições de vida. Projetos de urbanização se produzem junto a esses movimentos de migração e reocupação e não há um correspondente trabalho de cuidado nestes espaços ditos “Áreas de Proteção Ambiental-APA”. Ao mesmo tempo, os estudiosos sobre o tema não consegue se articular de forma efetiva com os movimentos e organizações populares, no sentido de socializar as reflexões produzidas em seus estudos e pesquisas, sobre como conviver com o mangue e criar ambientes de vida trabalhando a dimensão do cuidado.

Outros percursos com arte foram surgindo como espaços possíveis de registrar e sistematizar o vivido de forma a socializá-los com outros que não estiveram nas rodas das Cirandas. Assim é que o cirandeiro Josenildo compõe o gibi “Olhares sobre o Mangue”. Sua releitura ocorre na linguagem dos quadrinhos. Diz ele:

A ideia foi registrar as vivências de crianças, jovens e adultos nas rodas de diálogos para reconstituição da história de luta e resistência, e nas

oficinas temáticas que problematizaram a vida dos moradores daquela região. A história em quadrinhos ao narrar com imagens e diálogos essa história viva, tem se constituído uma ação comunicativa das Cirandas e vai transformando documentos formais em linguagem artística.

Neste contexto, na qualidade de pesquisadora implicada, ousamos também estabelecer nossa versão poética sobre o processo. É como se essa licença poética nos autorizasse a apontar possibilidades de novas formas de dizer na academia, também ao modo da arte:

*Ciranda gira, girar
Cantando o mangue, cantar
Viver no mangue, viver
Me meto no mangue pra sobreviver.
Pra chegar aqui lutei
Mas aqui chegando fiquei
Muitos caminhos percorri
Mas aqui lugar achei
Minha casa consegui!
O mangue chora e eu também
O mangue adoce e eu também
Quem nos adoce
Quem nos enfraquece
É o capital!
Quem nos fortalece
Quem nos envivece
É a nossa luta
Organização.
Queremos a morte?
Não!
Queremos a vida
Do mangue
Do povo
Da nossa poesia
Da nossa alegria
O que precisamos?
Tecnologia!
Como construir?
Juntinhos faremos
O mangue sorrir*

*O peixe alimento
Até o siri
Adeus ao lamento
A um tempo sangrento
Chega de exclusão
Chega de partida
E de imposição*

A arte, nos diálogos das Cirandas da Vida, teimava em poder ajudar as pessoas a desenvolver caminhos de ação-reflexão-ação. Por vivermos esse processo poderíamos dizer que, além de mapas sociais, isto é, de projetos coletivos de cultura de paz que possibilitam e criam novos paradigmas, seria preciso que pudéssemos pôr em cena os desafios da conquista de novas subjetividades, pois “de nada valeria desenhar mapas se não houvesse viajantes para percorrê-los” (SANTOS, 1988, p. 168)



5 SEGUNDA SINFONIA: AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E POPULARES DE CUIDADO COMO CENÁRIO DE HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE: ITINERÁRIOS SOB A PERSPECTIVA DO PROTAGONISMO POPULAR

Dantas, Vera L.A.; Florêncio¹¹, Antonio Edvan; Nascimento¹², Francisco Josenildo Ferreira; Filho¹³, Antonio Honrato

As ondas sonoras das Cirandas da Vida ampliam as rodas e acolhem novos sujeitos. Nessa sinfonia os cirandeiros Edvan Florêncio, Josenildo Nascimento e Honorato Filho, fazem coro para construirmos de forma compartilhada as reflexões sobre a humanização.

Sou Antônio Edvan Florêncio, nasci no Ceará, em Massapé. Ainda adolescente vim pra Fortaleza em busca de melhores dias e com minha família enfrentamos as dificuldades de conseguir lugar pra morar. Chegamos a viver em barracos em áreas de invasão mas, com muito esforço, através da luta popular, fomos conquistando nosso espaço.

Entre cedo para o movimento sindical através do Sindicato dos Comerciários e dali para a militância no Partido dos Trabalhadores. Naquela época de muita repressão, terminei sendo despedido e então passei a trabalhar com uma pequena lanchonete em um quiosque na praça de Messejana. Aquela altura já estava na militância dos movimentos que também se inicia com as Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral Operária, na região do Palmeira e Ancuri.

Em minha caminhada fui me vinculando à Associação Santo Dias que tem desenvolvido trabalhos na região do Ancuri, Lagoa Redonda e Curió. Através da Associação Santo Dias tive oportunidade de trabalhar como monitor de Educação de Jovens e Adultos, fiz minha formação em várias práticas de cuidado como massoterapia, farmácia viva, shiatsu, reflexologia, terapia comunitária,



¹¹ Historiador, especialista em Terapias Holísticas e educador popular atuando no Espaço Ekobé e nas Cirandas da Vida.

¹² Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, é ilustrador, quadrinista, cineasta e educador popular atuando nas Cirandas da Vida.

¹³ Enfermeiro, ator e educador popular atualmente atuando na rede de saúde do município de Fortaleza

radiestesia, bioenergética e reiki. As formações no campo da educação popular foram decisivas para que eu pudesse assumir o trabalho de facilitador nas diversas formações promovidas pela Associação e o Movimento Pastoral tanto em relação às práticas de cuidado quanto em Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/ Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), relações humanas, dinâmicas de grupo, educação ambiental e outras, além de coordenar as ações de saúde da entidade.

Nessa caminhada atuei como professor de História e fiz o Curso de Licenciatura Específica em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú e também fui eleito conselheiro local de saúde.

Em 2006 conheci a ANEPS e passei a atuar no Espaço Ekobé como cuidador e também como facilitador das oficinas e cursos que ali aconteceram. Nesse tempo fui iniciado em *Reiki* e fiz a formação até o nível de mestre, tendo me envolvido com a formação, em *reiki*, de mais de 100 trabalhadores de saúde e pessoas do movimento popular e foi a interação com a ANEPS que me trouxe até as Cirandas da Vida.

Na realidade, as histórias de luta e resistência desses sujeitos vão contribuir para a reconfiguração dos percursos das Cirandas da Vida, como movimento permanente de ação-reflexão-ação gerando atos-limite, potentes em seu poder de transformação, que se entrelaçam e se intercambiam em um movimento circular como as cirandas e, ao mesmo tempo, complexo como a própria vida.



Meu nome é Francisco Josenildo Ferreira do Nascimento e desde criança sempre fui muito criativo. As brincadeiras do meu tempo de criança, eu sempre criava e, muitas vezes, copiava dos programas de TV. Tive um a banda de lata, onde construímos nossos instrumentos. Em meio a tantas brincadeiras, sugeri a meus colegas a criação de uma fábrica de histórias em quadrinhos, isso influenciado pela primeira revistinha da turma da Mônica que li aos 10 anos. Dessa fábrica imaginária só restou eu, e desde então os campos de futebol, que era a minha segunda casa, fui deixando aos poucos e substituindo por lápis e papel.

Ainda adolescente, comecei a produzir quadrinhos, que pareciam rabiscos, mas que tinham sentido e logo comecei a criar meus próprios personagens que eram, no início, meus colegas de escola. Começava aí o sonho de ser um desenhista de Histórias em Quadrinhos (HQs). Aos meus quinze anos os personagens já eram conhecidos na escola e os professores liam meus gibis. Através de uma professora consegui fazer um curso de introdução às HQ na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mas logo meu sonho foi por água abaixo com a separação dos meus pais, o que me forçou a correr atrás de trabalho para lutar pelos meus sonhos. Queria fazer vestibular também. Trabalhei em várias fábricas, supermercado, livrarias e numa lanchonete, até que, por fim, comecei a trabalhar na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no projeto Cirandas da Vida.

A igreja católica foi o berço de minha caminhada. Lá eu pude colocar em prática minhas ideias e comecei a trabalhar com teatro para crianças e jovens. Tomava conta de um grupo de celebração para crianças, participava de movimentos como: Pinte o Sete, Grito dos Excluídos, Pastoral da Juventude do Meio Popular. Cheguei ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim facilitando voluntariamente uma oficina de História em Quadrinhos, mas precisei me afastar das atividades do movimento para ter que trabalhar e os trabalhos que eu conseguia não me deixavam com tempo para mais nada. Foi através de uma oficina de teatro que voltei ao Movimento e dessa oficina surgiu o grupo Semearte que me aproximou também da ANEPS.

Fui chamado para trabalhar nas Cirandas da Vida em dois mil e cinco. Minha função seria produzir o material gráfico e educativo para o projeto. Mas minha experiência era autodidata. Eu não tinha idéia de como colorir os desenhos ou diagramar uma história em quadrinhos num computador. Comecei a pesquisar na internet e a procurar livros que me dessem informações, mas a verdade é que não encontrei muita coisa. Com muita luta e dedicação, fui aprendendo as técnicas e assim fui produzindo as primeiras revistas. A última revista que produzimos, a partir de uma das oficinas que facilitei, já tem às técnicas de desenhos que aprendi em curso de desenhos e HQs. Nessa caminhada, fui buscando aprender e ampliar meus conhecimentos e meus horizontes. Hoje faço um curso de computação em uma faculdade privada, aprendi noções de cinema de animação e realizei um sonho: produzi e dirigi um filme com tecnologia alternativa tendo os companheiros do Semearte como atores, que está circulando nos espaços culturais do nosso bairro.

Sou Antônio Honorato Filho e a minha infância aconteceu num sítio chamado Mata Fresca, distrito de Aracati, mas que tem maior proximidade com Icapuí. Nasci de uma família rural, de pai agricultor e mãe doméstica. As dificuldades foram muitas mas desde cedo já existia em mim esse gosto pela arte. Participava dos cortejos que os palhaços de circo faziam para divulgar seus espetáculos e assim eu ganhava as entradas dos circos. Logo acendeu em mim uma vontade de ser artista, mas para uma família pobre do interior do Ceará isso era quase que impossível. Meu pai percebendo que eu era franzino demais para aguentar o cabo da enxada um dia disse logo: – esse aí num pode nem com a enxada.



O jeito que tem é ele estudar pra ser alguma coisa na vida. Dediquei-me um pouco mais aos estudos e logo estava lendo fluentemente, para espanto de todos que não acreditavam que seria possível uma criança pobre do interior aprender a ler sozinho. Para poder continuar a estudar, tive que deixar a minha família para morar em outra cidade com outra família. Em um festival de leitura, ganhei o primeiro lugar com um texto de Monteiro Lobato. A partir daí as coisas começaram a mudar em minha vida. Fui participar das oficinas de teatro que naquela época já existiam em Icapuí e logo estava em contato com Manoel Bandeira, Mario Quintana, Brecht, Fernando Pessoa dentre outros. Formamos o primeiro grupo de teatro de Icapuí que se chamava Girassol. Ali aprendíamos técnicas de respiração, expressão corporal e vocal e começamos a trabalhar com espetáculos cenopoéticos. Me envolvi com o Movimento Escambo e comecei a trabalhar na minha cabeça a possibilidade de dar oficina de teatro. A oportunidade surgiu com um grupo de jovens da Cidade de Iracema no Ceará e gerou a Companhia Teatral Esperança Viva, que resistiu por mais de seis anos naquela cidade.

A aproximação com a saúde surgiu em Icapuí e depois através do Projeto Município Saudável, da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará, que acreditou no meu trabalho e por mais de dois anos pude facilitar oficinas teatrais na cidade de Crateús, Pedra Branca e Sobral onde montamos espetáculos discutindo temáticas de saúde. Em Sobral, originou-se a Oficina do Riso que é hoje um trabalho ao qual eu estou cada vez mais ligado e onde foi possível perceber mais de perto a

forma como a arte transforma a vida e a saúde das pessoas. É essa experiência com a Oficina do Riso que me traz para as Cirandas da Vida em Fortaleza. Nessa caminhada começou a se aclarar a idéia de que, trabalhar com educação popular, com a pedagogia Freireana, isso tudo tem modificado e potencializado mudanças significativas na minha vida, no meu modo de pensar e de agir comigo e com os meus semelhantes.

Da dificuldade de acesso ao protagonismo popular na produção do cuidado

Em diálogo com os cirandeiros, a roda viva das Cirandas traz para o centro a questão da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, situação limite que desponta inicialmente no bairro Serrinha, na IV região administrativa da cidade de Fortaleza. A ideia da dificuldade de acesso aos serviços de saúde como situação-limite foi nomeada pelos idosos que se constituíram protagonistas do processo das Cirandas no lugar.

A problematização da situação-limite partiu de um mergulho na memória do vivido pelos participantes nos encontros das Cirandas na região e percorreu uma reconstituição da história do problema norteadas por questões geradoras, expressas e socializadas por meio de rodas do diálogo e das diversas linguagens artísticas, como o teatro, a música, a poesia, entre outras.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro¹⁴ Elias compartilha sua releitura poética das falas dos atores comunitários. Aqui podemos apreender momentos fundamentais de como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde aparece de há muito nos cenários de nosso país e adquire novas configurações no passar do tempo:

*Dona Maria foi logo dizendo
Na Fortaleza dos anos 50 a 80:
Adoecer nem pensar
O que não podia era faltar raiz
Pra gente fazer o chá
Dor de Cabeça
Dor de barriga*

¹⁴ Cirandeiro é a simbologia adotada pelas Cirandas da Vida para designar o coordenador das ações em cada região.

Ou na partes...
 Que partes?
 Vixe Maria!
 E quando ocorria trauma na coluna ou na bacia?
 Era osso!
 Vixe Maria!
 E se fosse preciso uma intervenção cirúrgica?
 O que?
 Uma cirurgia mulher...
 Vixe Maria!
 Da periferia para o Centro
 O transporte era um pau de arara...
 E na Praça José de Alencar havia o SANDU...
 Vixe Maria!
 Alguém aqui ainda lembra do SANDU?
 Vixe Maria!
 Atenção básica...
 Na Periferia?
 Eu acho que nem a terminologia havia
 Vixe Maria
 E a média complexidade?
 Vixe Maria!
 Home pare de falar assim que só essas palavras já causam agonia...
 Vixe Maria!
 Dona Maria se lembra de tanta estrepolia...
 E tome chá
 E tome chá
 Azia e má digestão?
 Em toda gestão havia
 E tome chá
 E tome chá
 Só que era um chá bem diferente do chá de Dona Maria
 Dona Maria também lembra de quando o SUS criado
 A Assembleia Constituinte foi um movimento legal
 E ela lembra ainda que também houve uma tal Oitava Conferência
 Nacional
 Uma tal de Reforma Sanitária
 E muitos outros movimentos que falavam de melhorar a saúde
 E dona Maria assevera que até hoje o povo fala
 Que muita coisa mudou, mas que num tá fácil a vida

Vixe Maria!
 Fila nunca acabou...
 Vixe Maria!
 De tão real que ela é
 Até de nome mudou... novos tempos... Agora tem até um tal de fila virtual
 que lota o computador...
 Vixe Maria!
 E o povo da saúde fala que a tal fila virtual tem a ver com outra coisa que
 nem me lembro...
 É tanta palavra que eles inventam... ah, lembrei: demanda reprimida.
 Vixe Maria!
 Esta tal fila virtual causa muita morte e dor:
 Só que muita gente morre e sofre na real.
 Sabe disso o doutor, o gestor, o prefeito, o vereador, do presidente ao
 senador
 Todos sabem que a vida não é fácil não...
 Mas eu sei que o SUS apesar de tudo isso é uma benção...
 Sem o SUS a vida seria muito pior...
 Vixe Maria!
 Mas eu já falei demais
 Fale um pouco seu doutor
 Olhe Dona Maria:
 Fila a fila real e virtual
 O desafio é superar
 Atenção básica avançou, impossível não notar, Dona Maria!
 Mas a média complexidade, essa precisa ainda avançar...
 Olhe Dona Maria, eu estou me esforçando para a senhora me entender...
 Vixe Maria!
 Mas o senhor me entendeu, né, doutor?
 Tudo que eu falei pro senhor?
 Olha Dona Maria, sim, sim, entendi, mas isso não basta. Preciso fazer um
 estudo de caso...
 Vixe Maria!
 Pois doutor, saiba, o senhor que meu estudo é bem pouquinho, mas só que
 eu gravei tudo que um poeta falou. E ele falou foi bem assim:
 Que a saúde não é dada
 É conquista popular
 Que ontem
 Hoje
 E sempre

*É preciso a gente lutar
Interferir
Participar
Ocupar os espaços e ter tomada de atitude
Porque só assim
A gente fortalece o SUS
E transforma o contexto da saúde
Num foi bonito doutor? O que o poeta falou?
Foi sim, foi sim
Acho que vou tomar do seu chá
Coloque aí um pra mim!*

A escrita poética trazida pelo cirandeiro permeia todo o desencadear do processo da discussão naquele território. O transporte do pau de arara, feito nos tempos do SANDU; a Assembleia Constituinte; a Oitava Conferência Nacional; a reforma sanitária e, atualmente, a fila virtual, a demanda reprimida e a percepção de que a saúde não é dada, é preciso luta... são referenciais avaliativos que mostram toda uma percepção de movimento e luta em educação popular e saúde.

A população, inclusive, parece dar-se conta de uma espécie de “desespacialização” e deslocalização da administração, em tempos de capital mundializado, ao falar de “demanda reprimida”, associando-a à “fila virtual” e seus problemas. Como diz Santos (2000a), será que não estaríamos fazendo a “colonização da solidariedade” das populações oprimidas, em função das estratégias de regulação ínsitas nas políticas públicas em nosso País – estratégias que, na hibridez das falas e lutas, também atendem as lutas populares?

Segundo ele

Brincando, cantando e se movimentando, as pessoas foram vivenciando as possibilidades de ir conhecendo o outro, rompendo com o preconceito, a atitude fria, distante e técnica que afasta os profissionais da população, não sem construir com o grupo uma reflexão inicial após a vivência. O espetáculo construído pelos cirandeiros para a aula sobre acolhimento no curso de humanização foi referenciado como o momento mais marcante daquele curso. E foi a partir de trechos do espetáculo que a problematização foi construída discutindo o que humaniza e o que desumaniza as relações entre esses atores (SANTOS, 2000a).

E, assim, música e teatro permeiam a problematização sobre a dificuldade de acesso da população aos serviços de saúde relidos poeticamente pelo cirandeiro Elias:

*Ó que fila sonolenta
Sandália nos pés
Muita dor e empurrão
Lá vou eu buscando saúde
Mas o posto não tem prontidão
A garganta já não aguenta
Estou rouco de tanto gritar
É que a dor do povo aumenta
E esta fila não sai do lugar
Nesta fila que é bem longa
O direito e a lei já não valem o que é
Cá estou mendigando assistência
E doutor se mandou, deu no pé
O atendente pergunta o motivo
Por que vim para me consultar
É que a dor do meu corpo aumenta
E esta fila que não sai do lugar Uma fila e outra fila
Segue o povo nesta procissão
Na real e na virtual
A dor não passa e a senha na mão
O sistema não sabe o motivo
O sistema não tem coração
É que a dor do povo aumenta
Pela falta de humanização
Se no médico e na enfermeira
Também faltar esse coração
Se o gestor não fizer sua parte
Pra mudar essa situação
Esse povo vai continuar
A sentir muita dor e aflição
Não vai ter quem segure a revolta
Desse povo que tem coração*

O dizer poético do cirandeiro traduz as contradições do cotidiano e vem permeada de histórias vividas nas unidades de saúde. A ideia de saúde como direito dos cidadãos, conquista da luta política de atores e de organizações populares, se

entrelaça com dificuldades na interação dos profissionais e a população, reflexo, entre outras questões, de uma formação excessivamente voltada para a dimensão técnica, resultante do modelo biomédico ainda hegemônico.

As rodas das Cirandas como espaços privilegiados dos diálogos revelam sua potência na reflexão e, mesmo, na resolução de alguns problemas da saúde do lugar, apontados pelos atores populares. Em um caso descrito pelos sujeitos da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, fez-se uma discussão poética (descrita há pouco) que trouxe à tona uma situação na qual a necessidade de resolver uma questão contingente, como a realização de um curativo pós-operatório, em um domicílio geograficamente distante da unidade de saúde, pôde ser resolvida mesmo sem a unidade ter o veículo disponibilizado. Como? Com o diálogo gerado entre a coordenadora da unidade, familiares da pessoa a necessitar desse cuidado e outro ator comunitário com capacidade de realizar o procedimento, desde que a unidade disponibilizasse o material. São casos como este que mostram como o diálogo provocado pela intervenção “cenopoética” possibilita a explicitação do conflito e a formação de atos-limite capazes de realizar transformações.

E segue o cirandeiro com sua reflexão:

Os participantes passam a refletir sobre os dois lados da moeda. Não é apenas o profissional que desumaniza as relações. A população também. O que leva cada um a agir dessa forma? O que está por trás de cada atitude, seja dos profissionais ou da população? Vamos continuar acirrando as diferenças? Ou vamos procurar o que nos une?

Este discurso é gerador de outras reflexões e questionamentos impulsionados também pela nossa implicação no processo. Como a população realiza em seu cotidiano a mediação entre o local e o geral, entre as reflexões sobre as lutas históricas pela conquista da saúde como direito universal e as dimensões subjetivas das relações entre trabalhadores e população? Haveria um apagamento da percepção de que a gestão é composta por esse conjunto de atores e uma super valorização e personificação desse problema complexo na pessoa do profissional?

Ao evidenciar essa questão, não estamos a desconsiderar a importância da subjetividade, tampouco negamos a necessidade de problematizar a dinâmica das relações na consolidação do trabalho em saúde. A subjetividade na relação

do profissional com a população é, sem dúvida, ponto de grande relevância, que necessita estar articulado à discussão mais geral do projeto de saúde e de sociedade.

Em uma das rodas das Cirandas na SER IV, como atriz implicada¹⁵, acompanhamos o momento há pouco descrito, em que a questão das relações entre população e serviço de saúde foi problematizada com a música cênica e o teatro. A música do então cirandeiro Júnio Santos, parte do espetáculo *Por Trás das Grades*, animou trabalhadores e gestores da saúde e atores comunitários a constituírem colunas, ao modo das quadrilhas nordestinas, onde estes vários segmentos contracenavam. As pessoas, ao cantarem a música, caminhavam em suas respectivas colunas na direção da outra, ao mesmo tempo em que eram instigadas a perceber a barreira que os separava. A música trazia a seguinte metáfora:

*Já faz um tempo que não caio nos seus braços
E sem abraços não dá mais pra caminhar
Romper as grades acabar com o sofrimento
Por um fim nos lamentos
É reclame popular*

A arte naquele momento trazia à cena outros elementos além da verbalização. Em arte, o sentido não é redutível ao que se pode verbalizar. Como observa Linhares (2003, p. 83), “por deixar o significado deslizar, a arte, sem apunhalar um sentido único, mas abrindo-se o signo para um feixe de significações, realiza como que a suspeita de que as coisas estão plenas dos possíveis”. Dessa forma, segundo a autora, provoca uma desfamiliarização que permite o desatrelamento da função referencial da palavra em seu sentido estrito, situando-nos diante de novas formas de ver. “Um sentido que não estava ali antes” (LINHARES, 2003, p. 83).

Ostrower (1977), por sua vez, corrobora os possíveis da arte não redutível à verbalização, ao lembrar a importância do conteúdo expressivo das formas cuja articulação se faz com apoio na expressividade das formas e que no caráter não verbal da comunicação artística é que reside a possibilidade da arte poder ser compreendida mesmo por pessoas não eruditas, com base na inteligência e na sensibilidade.

15 Nessa ocasião, participávamos como personagem do espetáculo *Por Trás das Grades*.

Transfigurar a realidade com a arte vai permitindo a explicitação dos conflitos e a percepção de que as barreiras têm dimensões maiores e diversas do que se percebia a princípio. Os trabalhadores verbalizaram a precarização no trabalho, as condições materiais da unidade, a demanda excessiva da população aos serviços e a dimensão humana das pessoas envolvidas no trabalho em saúde – dimensões que se foi desocultando nas rodas.

Os gestores trouxeram a questão da insegurança, a dificuldade de ter as equipes completas, do carro disponível apenas em alguns turnos por semana e outras problemáticas dessa ordem. Os atores comunitários, por sua vez, lembravam que a dificuldade de acesso aos serviços vem de longa data e que, desde a unidade de saúde, edificada em mutirão, a população já lutava pelo direito à saúde.

Expostos os conflitos vividos no acesso aos serviços, alguém trouxe a reflexão sobre a importância de se formular espaços que possibilitem novas visões do âmbito relacional em questão e, nesse sentido, os atos-limite vão sendo propostos cenicamente, também, à medida que se vai desvelando a complexidade do problema: “*Os profissionais e gestores de um lado e o povo do outro, têm agora o desafio de romper o muro a partir da conquista mútua*”.

Esse quefazer da experiência das Cirandas nos remete uma vez mais aos “possíveis da arte”. Parece-nos que expressar o cotidiano em seus conflitos, contradições e potências com arte, nos permite realizar uma espécie de *transposição metafórica* que se cria em consequência da singularidade da arte como modo de superação do real dado. A transposição que se dá por meio de metáforas, em arte, se caracteriza por uma sintetização (ao modo da arte) que articula conteúdos sublinhados pela população, mas que se recompõem no texto artístico, produzindo um novo dizer.

Segundo Linhares (2003, p. 230), a arte nos permite “dar sentido ao humano no mundo, na imaginação, ao expressá-lo e reorganizá-lo numa obra feita”. Para a autora, a arte no processo de conhecer chama a si a utopia e conhecer ao modo da arte nos permite incorporar dimensões e elementos do ser que ela envolve na produção do sentido; um sentido que, como estamos a ver, não se reduz ao que é aprisionado pelo conceito verbal.

Não podemos esquecer que nessa transposição metafórica, que se dá no contexto das Cirandas, como lugar de produção de sentidos por meio da arte, há

que considerar o diálogo como lugar em que ocorre a mediação nesta produção de sentidos.

A transposição metafórica a que nos referimos reflete, ainda, uma espécie de hibridização ao modo como definiu Canclini (2006, p. 19), que a considera um fenômeno intercultural, em que, com amparo na criatividade individual e coletiva, “estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Dessa forma o que se produziu com a linguagem “cenopoética” como ato limite (ato de transformação), vivido da interação dos atores institucionais e comunitários, resulta por ser uma espécie de ressemantização das discussões, com respaldo nas especificidades das linguagens da arte, que não abandona por completo os conteúdos de realidade.

A singularidade dos percursos metodológicos escolhidos para realizar as rodas das Cirandas da Vida, ao incorporarem todo esse trabalho por meio da arte, que traz as diversas dimensões sobre as quais refletimos anteriormente, foram determinantes, na ampliação do olhar sobre a situação-limite apontada: a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Outro aspecto determinante dessa ampliação diz respeito à implantação da Política de Humanização no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, na qual o acolhimento foi o dispositivo inicial dessa implantação e contou com o apoio de assessores técnicos da Política Nacional de Humanização (PNH), o que promoveu a mobilização de vários atores da Secretaria Municipal de Saúde.

Criada em 2003 pelo Ministério da Saúde, e entendida como transversal às diversas ações e instâncias gestoras do SUS, a Política Nacional de Humanização (PNH) se consolida, segundo Benevides e Passos (2005, p. 570), na afirmação da indissociabilidade entre gestão, atenção à saúde e incitação à produção de autonomia. Insiste na ideia de buscar modos de nos produzirmos como sujeitos, capazes de administrar os processos de trabalho, colocando-se ante o desafio de provocar inovações nas práticas gerenciais e nas práticas de produção de saúde e de experimentar novas formas de organizar serviços, produzir e circular saberes e poder.

Consoante Benevides e Passos (2005, p. 389), a PNH, propõe-se buscar “outras respostas à crise da saúde, identificada por muitos, como falência do modelo SUS”. Reafirmar o SUS tem, entre outros, o sentido de afirmar a unidade de um sistema que reativa o comum, permite a comunicação, a comunidade

de interesses, compromissos e a comunhão de sentidos (HECKERT; PASSOS; BARROS, 2009), rompendo, dessa forma, com a imprecisão e fragmentação que caracterizaram historicamente outras propostas humanizadoras.

Estas produzem, segundo Fuganti (2008, p. 84), práticas de humanização em saúde marcadamente individualizadas, tutelares e “piedosas, produtoras de um cuidado moral e/ou prescritivo que, bem ao gosto do biopoder, desconsideram as qualidades nômade da vida e promovem o enfraquecimento da potência do trabalho enquanto espaço de produção de autonomia e protagonismo nos processos do viver.”

Para estes autores com quem estamos a dialogar, a PNH, reivindica, no seu fazer, o acionamento da nossa potência de normatividade, tal como defendida por Canguilhem (1990), como experiência de tomar a vida em seu movimento de produção de normas, e não de assujeitamento a elas. A diversidade normativa, constituinte do vivo, em meio ao qual experimentamos, nos movimentos coletivos, também cria nossa humanidade (NEVES; MASSARO, 2009). Estariam aí a potência e o desafio da PNH como política pública?

Nessa perspectiva, a PNH adota como princípios metodológicos: a transversalidade, entendida como aumento do grau de abertura comunicacional intragrupo e intergrupos; a inseparabilidade de atenção, gestão e protagonismo dos sujeitos e coletivos; as diretrizes: a ampliação da clínica, a cogestão e a participação, os direitos dos cidadãos, a valorização do trabalho e do trabalhador, o acolhimento, a ambiência e o fomento de redes (HECKERT; PASSOS; BARROS, 2009).

A PNH (BRASIL, 2007, grifo nosso), assim sendo, “almeja: a redução das filas, do tempo de espera e a ampliação do acesso com um atendimento acolhedor e resolutivo baseado em critérios de risco e vulnerabilidade”.

A política no âmbito do Município, segundo o relatório da gestão municipal (FORTALEZA, 2007a), tem a perspectiva de configurar novas relações entre gestores, trabalhadores e usuários, na articulação da rede de cogestão do cuidado à saúde, segundo a ética e responsabilização do indivíduo consigo mesmo, com o outro e com a consolidação do SUS. Esta política direciona-se para materializar-se por meio de algumas diretrizes e dispositivos como: acolhimento com classificação de risco e vulnerabilidade, apoio matricial, clínica ampliada com projetos terapêuticos singulares, cogestão, escuta qualificada para usuários e trabalhadores, formação

em saúde e comunidade ampliada de pesquisa, qualidade de vida e saúde para os trabalhadores da saúde e grupos de trabalho de humanização.

A proposta geral da política, ao contextualizar o acesso em uma proposta mais ampla que inclui a dimensão da subjetividade dos vários atores envolvidos e da co-gestão, assim como o convite aos cirandeiros para contribuir com essa implantação, mesmo sem que isso fosse objetivamente discutido, foram promovendo a ressemantização a que nos referimos.

Assim, portanto, a humanização, que inclui a questão do acesso à saúde, passou a ocupar a centralidade das discussões dessa trilha que ultrapassa os limites territoriais da SER IV, onde surge originalmente, e envolve todas as regiões da cidade. A inclusão dos cirandeiros na operação da política e da temática da humanização como uma das trilhas orientadoras da ação das Cirandas da Vida surge, então, na perspectiva de delinear caminhos onde os diversos sujeitos pudessem efetivamente incluir-se e participar da feitura do processo, sempre considerando a singularidade da experiência vivida com arte nas Cirandas como categoria-chave.

Ostrower (1977) traz algumas reflexões sobre a experiência com arte. Para ela uma questão fundamental ao trabalhar com a arte é

[...] a possibilidade de se vivenciar o fazer. Quando as pessoas participam ativamente da feitura de formas, vendo-as nascer sob suas mãos – nem que sejam poucos traços – não só se cria uma situação afetiva imediatamente carregada de associações, como também o exemplo concreto é sempre mais eloqüente do que explicações abstratas.

A humanização nas rodas das Cirandas da Vida, nesse novo contexto, vai portanto em sua sinfonia direcionar o estabelecimento de atos limites (que realizam transformações) em todas as regiões da cidade, com singularidades regionais, desafio importante a ser enfrentado pelo conjunto dos cirandeiros na interface com os gestores e equipes de saúde dos territórios. Estes desafios passam pelo redimensionamento da atenção, feito com amparo na integralidade do cuidado em saúde.

Recorrendo a Pinheiro e Matos (2001), nos reportamos à integralidade como princípio orientador do Sistema Único de Saúde (SUS) que incorpora um conjunto polissêmico de sentidos e usos. Segundo esses autores, do ponto

de vista legal (tal como está escrito na Constituição, no que se refere ao SUS), a integralidade é a integração de atos preventivos, curativos, individuais e coletivos, em cada caso dos níveis de complexidade. Cecílio (2001, p. 113) refere-se à *integralidade focalizada*, que se materializa em alguns serviços de saúde procedente do esforço das equipes no sentido da escuta atenta e cuidadosa aos cidadãos, em suas necessidades de saúde. O autor refere-se, ainda, ao conceito de *integralidade ampliada* como “o resultado da articulação de cada serviço com uma rede complexa composta por outros serviços e instituições” (CECÍLIO, 2001, p. 113). Segundo esse autor, a integralidade ampliada nunca se realizaria plenamente apenas no esforço individual, já que é objetivo da rede uma formulação coletiva.

Pinheiro e Matos (2001), por sua vez, apontam que, “pela perspectiva dos usuários, a ação integral tem sido freqüentemente associada ao tratamento digno, respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo”.

Com base nessas reflexões, trazemos para esse estudo a ideia de integralidade tal como defendem Pinheiro e Matos (2001) – como conceito ético, plural e democrático e como manifestação e prática social que se materializa no acesso com qualidade, na interação e na inclusão dos diversos saberes e práticas contidas nas experiências de vida dos seus vários atores.

Ao articularmos a noção de integralidade ao cuidado, referenciamos Boff (2002, p. 98), que nos leva a pensar que a lei suprema do universo é a da interdependência de todos com todos. Para ele, tudo está relacionado com tudo em todos os pontos e em todos os momentos do sistema cósmico:

Sobrevivemos graças a bilhões de células que interagem em nosso corpo e graças a bilhões de bactérias, mitocôndrias e outros corpos que vivem dentro dessas células, que por sua vez formam organismos, corpos, sistemas, interconectados com o meio natural e cósmico. Esta cooperação de todos com todos funda uma nova ótica que, por sua vez, origina uma nova ética de convivência, cooperação, sinergia, solidariedade, de cuidado de uns com os outros e de comunhão de todos com todos e com a Terra, com a natureza e com seus ecossistemas. Sem cuidado, a vida não sobrevive.

Dessa forma, com Boff (1999), nos reportamos ao cuidado como relação amorosa com a realidade, cuja ética se orienta na defesa da vida e das relações

solidárias e pacíficas entre os seres humanos e com os demais seres da natureza. Entendemos, assim, com Boff, que pensar a saúde sob a óptica do cuidado significa, também, incluir dimensões como a espiritualidade, compreendida como a capacidade de transcender, de unir, ligar, religar e integrar os seres humanos entre si e com o mundo; pensar a cordialidade e a convivialidade, estreitando as relações; a compaixão como capacidade de compartilhar a paixão com o outro, de sair do seu próprio círculo e entrar no universo do outro em sinergia. Assim propomos que possamos pensar a humanização na saúde.

Essas reflexões nos levaram a repensar os caminhos a trilhar para chegar a esse cuidado, uma vez que as rotinas nos sistemas públicos e também nos privados ainda estão dirigidas para a dimensão biológica da saúde doença e para práticas voltadas para um caminho terapêutico que nega essas dimensões de que falamos agora. É nessa perspectiva que buscamos apoio em outros paradigmas e outras formas de cuidado que ainda estão fora dos sistemas oficiais de saúde, pelo menos no Brasil, para pensar de forma complementar esses caminhos terapêuticos.

O *acolhimento*, pois, como dispositivo da política municipal de humanização é abraçado pelos cirandeiros e cirandeiras que se envolvem na implantação municipal, regional e local, contribuindo com a elaboração da metodologia das oficinas e com a facilitação desta, mediante a incorporação de princípios e técnicas da educação popular, tais como: a escuta, a conquista compartilhada do conhecimento, a problematização, a dialogicidade e a arte como espaço de criação e produção de sentidos.

A contribuição das Cirandas da Vida, acerca da humanização, concretizou-se na reflexão feita em vários momentos dessa formulação teórico-prática nos territórios das unidades de saúde ou das regionais, em nosso Estado e, mesmo, no País, onde venceu a dimensão pedagógica deste trabalho. A produção de espetáculos teatrais, histórias em quadrinhos, cordéis, músicas e outros textos poéticos animaram momentos importantes no cenário municipal e nacional, em uma transposição metafórica, que se inseria em toda a discursividade gerada.

O espetáculo teatral “Por Trás das Grades” já referenciado, dirigido pelo cirandeiro Júnio Santos, representou uma dessas contribuições ao colocar em cena situações concretas de barreiras ao acesso da população à atenção em saúde. O espetáculo fez parte do Curso HUMANIZASUS promovido pela Secretaria

Municipal de Saúde, sendo visto por cerca de três mil trabalhadores da rede.

*Ai saúde, por onde tu andarás
Ai saúde chega de olhar pra trás
Quero saúde humanizada
Quero atitude
Quero parar de implorar
Quero respeito
Sem preconceito
É meu direito
Tê pedir para mudar
(Junio Santos)*

No âmbito nacional os cirandeiros e cirandeiras ocuparam a cena em vários momentos elaborando reflexões, intervenções sempre transversalizadas pela arte, como no poema seguinte, produzido para uma oficina nacional da política de humanização, realizada em Brasília em 2006, onde, enquanto atriz implicada no processo, fui convidada a apresentar a experiência das Cirandas como um caminho possível para se pensar o acolhimento sob a perspectiva popular.

*Pensar então o acolhimento
Sob a perspectiva popular
Nos remete a reflexionar
Sobre o envolvimento com a população
Os gestores e os trabalhadores
Precisam chegar à comunidade
Aprender outros saberes e verdades
Pra saúde poder se humanizar
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar*

*Precisamos pensar novos cenários
Que promovam a vida e a inclusão
Dos sujeitos-atores cidadãos
Nos seus desejos e necessidades
Construir novos processos de trabalho
Que incorporem o saber popular
É necessário e também é ousadia*

*Que precisamos experimentar
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar*

*O saber que é da experiência
Nosso grande Paulo Freire já dizia:
É forjado no cotidiano
Pra enfrentar as questões do dia a dia
É também um saber coletivo
Onde muitos ensinam e aprendem
Onde a gente aprende a ser mais gente
Lutando pra realidade mudar
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar*

*Por fim a educação popular
Propõe-se a lutar contra a opressão
Pra que as pessoas sujeitos cidadãos
Possam aprender a dirigir os seus destinos
E assim quem trabalha na saúde
Precisa ter um pouco mais de atenção
E cuidar com a cabeça e o coração
Não querendo ser dono da verdade
Pois se a gente ouvir a comunidade
No que ela tem a nos ensinar
Nosso trabalho em muito vai mudar
Vai ficar mais alegre e criativo
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar*

*Aprendemos também com Paulo Freire
Que pra educar é preciso humanizar
Situando a prática educativa,
Nos anseios da luta popular
Para sermos humanos é preciso
Trabalhar com justiça e dignidade
Pensar em riscos e vulnerabilidades
Traçar caminhos rumo à emancipação
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar*

*Trabalhando em um território que é vivo
Precisamos saber dialogar
Interagir com o corpo, com a fala
E também com a cultura popular
Numa escuta sensível e afetiva
Aprendendo a aprender e ensinar
Novos vínculos vão se construindo
Tendo por base a solidariedade
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar
(Vera Dantas)*

Com base no poema reproduzido, pudemos problematizar com gestores e trabalhadores de vários estados do Brasil as possibilidades da educação popular e da arte como caminhos para a inclusão dos atores populares com seus saberes e práticas. O poema enquanto linguagem artística, permitiu-nos com seu poder de síntese referenciar conceitos e matrizes pedagógicas, promovendo o diálogo entre os princípios, diretrizes e dispositivos da Política de Nacional de Humanização (PNH) e categorias e princípios da educação popular. Dessa forma, à ideia de escuta qualificada¹⁶ proposta pela PNH foi possível associar o que nomeamos de escuta sensível e afetiva, capaz de incluir a amorosidade. À discussão de riscos e vulnerabilidades, trazidas pela PNH, pudemos acrescentar a importância de considerar os desejos e necessidades dos cidadãos. Também com base na poesia, foi possível evidenciar encontros entre a educação popular como proposta dialógica, emancipatória, e os princípios, diretrizes e dispositivos da PNH ressemantizados pela transposição metafórica proporcionada pela arte. Assim se cria, por meio da arte, um espaço simbólico onde está a experiência das Cirandas em Fortaleza, que dá concretude às dimensões conceituais apontadas pelo poema na qualidade de linguagem poética. Neste contexto, nos permitimos interrogar: seria essa possibilidade de debater conceitos e questões cotidianas mediante a arte

¹⁶ Para a PNH (BRASIL, 2007) a escuta qualificada é criar condições para que o cidadão possa verbalizar seus problemas, conflitos, dúvidas, dificuldades pessoais, familiares e sociais relativos à situação que vivencia naquele momento, através da qual os profissionais podem captar nas falas das pessoas que os procuram, não somente aspectos relacionados às doenças ou riscos, mas também aspectos dos seus direitos de cidadania que ampliam as possibilidades de resgate da condição de sujeito. Dessa forma, deve propiciar a responsabilização e a busca de respostas pactuadas pela equipe e entre equipe e cidadão, respaldada por instrumentos técnicos, fluxogramas, elenco de ofertas e protocolos locais.

uma contribuição das Cirandas à PNH? Estaríamos, ao incluir os atores, saberes e expressões culturais populares nessa discussão nacional, ajudando a articular o acolhimento sob a perspectiva popular?

No âmbito do Município, os cirandeiros e a coordenação das Cirandas vão compondo o Grupo de Trabalho de Humanização e dessa forma se envolvem na construção metodológica da implantação do acolhimento na atenção básica, trazendo o olhar da educação popular para os vários momentos dessa consolidação. Desse modo, há de se considerar nesse percurso da humanização: a problematização, na perspectiva dialógica; a conquista coletiva da metodologia de formação dos facilitadores do processo de acolhimento e o tensionamento para a inclusão dos atores populares, também como facilitadores de implantação, nos territórios dos centros de Saúde da Família.

Nesse percurso da humanização, a arte vai permeando a intervenção dos cirandeiros, seja no âmbito regional ou local, ensejando vários textos poéticos e musicais, cenas teatrais e outras formas de produção de sentidos e metodologias participativas que vão proporcionar a acolhida e sensibilização dos atores institucionais e comunitários convidados a facilitar o processo. Assim, também se problematizam os conteúdos temáticos trabalhados nas oficinas com os facilitadores e em alguns centros de Saúde da Família, o que acontecia, reiteramos, mediante as transposições metafóricas vividas com a arte. Nas palavras do cirandeiro Elias,

A partir da nossa participação nas oficinas de acolhimento na SER IV em uma das unidades de saúde, a gente foi percebendo o quanto havia discórdia entre a coordenação e os funcionários; e a oficina foi preponderante para problematizar sobre as tensões havidas no ambiente de trabalho. Foi preciso construir com eles a problematização sem focar a situação isolada daquela unidade. Para isso, criamos uma estória para realizar a discussão e nomeamos “Torre de Babel”, a partir da qual propusemos a seguinte questão geradora: Como nos percebemos atores capazes de desfazer a “Torre de Babel” que permeia as relações nos ambientes de trabalho? As respostas apontaram para a importância do diálogo entre os trabalhadores da Unidade, a gestão e a população. Dessa forma, a gente ia conseguindo perceber que muitos profissionais estavam envolvidos com o desejo de melhorar sua prática e que vários outros não se colocavam por inteiro, nem eram sensíveis para assumir posturas mais cooperativas, mostrando assim as contradições que temos nos serviços.

A fala do cirandeiro nos remete novamente à importância de travar diálogo com alguns autores que fazem referências teórico-conceituais para o embasamento da Política Nacional de Humanização, e, com eles, podermos situar mais uma vez nossas reflexões sobre a temática.

Inicialmente com Heckert, Passos e Barros (2009), lembramos a polissemia do conceito de humanização, suas imprecisões e enunciações diversas que, segundo os autores, referendam práticas de administração e modelos de atenção em saúde nem sempre coincidentes. Segundo esses autores, alguns profissionais de saúde, ou mesmo cidadãos que acessam o Sistema Único de Saúde (SUS), referem-se à humanização, como sinônimo de tratamento respeitoso, carinhoso, acolhedor, tolerante, dialógico, aceitando as diferenças e recobrando a dimensão humana nas práticas de saúde. Outros, evocam a humanização com suporte no acolhimento resolutivo, participação no SUS, corresponsabilidade, inclusão, controle social, ética, valorização do trabalhador, transformação do SUS, entre outras.

Essa polissemia também é observada por estes autores (HECKERT; PASSOS; BARROS, 2009) em relação à produção acadêmica sobre o tema, que refletem sobre o assunto com base em dois grandes eixos: um deles parte do entendimento da humanização como vínculo entre profissionais e cidadãos que acessam os serviços e circunscreve a temática prioritariamente no campo das relações interpessoais. O outro eixo diz respeito à qualidade do cuidado e inclui a valorização dos trabalhadores e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, cuja concretude ocorre pelas melhorias na estrutura física e organizacional dos serviços de saúde; inclusão do acompanhante nas consultas e internação; formação dos profissionais de saúde, entre outras. Temos expresso de outro modo, dimensões mais relacionais e outras mais estruturais.

As falas do cirandeiro refletem, de certo modo, essa polissemia. Em alguns momentos, as relações interpessoais ocupam de forma central a releitura poética do cirandeiro, como é possível apreender do texto que transcrevemos a seguir:

As Cirandas também foram chamadas a contribuir com a revitalização dos Conselhos Locais de Saúde. Em outra unidade, o conselho estava fragmentado e confuso, predominava a disputa vazia e uma concorrência vazia, que não estava gerando participação. Na reunião em que o presidente renunciou, havia uma apatia sobre como tocar os trabalhos.

A impressão que aquele encontro causava é que as pessoas estavam lá como que à força. O debate parecia meio que inócuo e então resolvemos problematizar com arte tendo por base os questionamentos da população: Pra que serve mesmo esse Conselho? Essa problematização gerou uma música que hoje compõe um CD, lançado pelo Ministério da Saúde em 2008 e começa assim:

*Você quer um bom Conselho,
Faça o Conselho ser bom,
A promoção da saúde,
A saúde da saúde
Passa por um bom Conselho*

Outras sínteses poéticas são apresentadas pelo cirandeiro Elias nos encontros da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, a exemplo do que transcrevemos a seguir, produzido como síntese de um dos encontros com os facilitadores do acolhimento na SER IV:

*Guardei cuidados e afetos
Guardei sentimento bom
Guardei um gesto concreto
Guardei paz interior
Guardei todos os olhares
E os saberes que há
Guardei isso e tudo mais
Simplesmente pra te dar
Este jeito de acolher
Traduz participação
Nesta troca de energia
Que transcende da razão
Um obrigado, um bom dia
Faz-se mística acolhedora
Abre um caminho de luz
Pela ação transformadora*

A síntese poética do cirandeiro nos permite, ainda, estabelecer novos diálogos entre a educação popular e a política de humanização. A dimensão relacional do acolhimento se explicita na ideia de troca, dos olhares diversos, do

transcender à racionalidade objetiva, e dialoga com a ideia de *mística*¹⁷, que faz referência à forma como nos encontros dos movimentos populares se elabora o momento de acolhida que, no geral, também representa um instante de reflexão sobre a questão a ser discutida. Esse momento de acolhida, feito também por meio da *mística*, constitui uma abordagem ritualística, que inclui, ao mesmo tempo, reflexão, sensibilização e vivência corporal, vividas com linguagens da arte.

Em encontro da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa quando discutimos a temática da humanização, o cirandeiro Elias relatou como as oficinas para implantação do acolhimento realizadas na SER IV e na SER V, nesta última, mais especificamente no Centro de Saúde da Família Edmilson Pinheiro, possibilitam aliar à dimensão relacional do acolhimento a discussão do acesso, da cogestão dos processos e da importância das redes e organizações populares. O texto que segue nos permite vislumbrar a transposição metafórica da arte, a que nos referimos, produzindo um novo dizer, que inclui, ainda, os princípios da educação popular. Vejamos de que forma:

*A cidade é um desafio
De saúde social
E o drama deste povo
Nem sempre há gente que cuide
Cartão e computador
Não nos garantem saúde*

*Acolher o cidadão
Conversar e conviver
Compartilhar o saber
Dedicar-lhe atenção
São fatores que constroem
Essa humanização*

*Humaniza SUS se faz
Com gente organizada
Que cuida e se dedica
Desta missão integrada
Trabalhador da saúde*

¹⁷ A *mística* é uma vivência carregada de simbolismo que, em geral, marca momentos importantes da luta popular, na perspectiva de contextualizar, demarcar, animar e celebrar; de forma performática e interativa, sonhos, preocupações, alegrias, derrotas e vitórias, esperança e luta política (BOGO, 2002).

População bem cuidada

*Ensinar e aprender
Aprender e ensinar
Eis o caminho que faz
A educação popular*

*Acolher é atender
Que se transforme o sistema
Satisfação garantida
É vida com qualidade
Sem demanda reprimida
Com direito e liberdade
Saúde pra quem precisa
Sonho de feliz-cidade.*

Nos diversos momentos aqui referidos, pudemos exercitar a observação participante como participe das Cirandas e médica atriz implicada na estruturação da metodologia, na produção textual e na facilitação do processo de implantação do acolhimento na atenção básica. Essa caminhada permitiu-me observar potencialidades e contradições geradas pela participação dos cirandeiros. Alguns, apesar do envolvimento sistemático nas oficinas regionais e, em alguns territórios, também na implantação do acolhimento nos Centros de Saúde da Família (CSF), explicitavam certo ceticismo em relação a mudanças, especialmente no que se refere às unidades de saúde de seu território, onde a duplicidade de papéis ensejava conflitos – o cirandeiro era a um só tempo ator da gestão municipal, militante do movimento popular e usuário do serviço, ao qual recorria em seus momentos de adoecimento, nem sempre sendo atendido satisfatoriamente.

Em um dado momento, quando necessitei levar um familiar a uma unidade de saúde, mais especificamente uma unidade hospitalar, fui bem “acolhido” pelas pessoas que fazem a gerência do serviço, que logo me encaminharam para o atendimento, talvez pelo fato de me conhecerem enquanto cirandeiro. O problema foi quando chegamos ao profissional que executa a ação. A frieza daquele profissional em relação ao ser humano que estava à sua frente chegava a ser grotesca, mesmo eu sabendo que um certo distanciamento se fazia necessário naquele momento para garantir

a presteza na resolução da situação de emergência. Após o retorno pra casa os profissionais da unidade de saúde da família fizeram uma visita domiciliar onde a acolhida que esperávamos ter tido naquele espaço hospitalar, aconteceu enquanto atitude humanizada, mas não conseguiu gerar o acesso no tempo necessário e aí tive de buscar outras formas para conseguir os exames necessários a tempo, tipo ligar para um profissional conhecido e pedir ajuda. Isso me faz perguntar: o que estamos realmente chamando de acolhimento? O acesso não faz parte dele? (grifo nosso).

Trata-se acima de uma fala reveladora do quanto os desafios estão postos para que se possa efetivamente alcançar a humanização no cuidado à saúde e nas práticas da gestão, pelo menos no que diz respeito à realidade de Fortaleza. Campos (2000a) nos chama atenção para esses desafios, lembrando que podemos situá-los em vários planos. O plano político, onde se pode discutir considerando as possibilidades de formação de sistemas públicos de saúde que se constituam eficazes com origem em modelos democráticos da gestão; o plano epistemológico e o plano organizacional ou da gestão.

Campos (2000b) propõe arranjos organizacionais que potencializem a reestruturação do processo de trabalho, constituindo espaços coletivos para cogestão da saúde coletiva e da clínica, de forma a facilitar a feitura de vínculos, a relação horizontal no tempo e a corresponsabilização clínica ou sanitária entre trabalhadores e usuários. O autor a que nos referimos agora lembra que essa não é uma tarefa simples, exigindo desenvolvimento institucional e dos sujeitos envolvidos com o processo.

Assim, ao trazermos essas reflexões para o campo empírico, não podemos deixar de nos reportar a questões recorrentes nas várias falas poéticas e nos depoimentos dos cirandeiros, sobre a visão fragmentada e mecanizada com relação à saúde, percebida pelos atores populares em relação à atuação de muitos profissionais de saúde e que, segundo Campos (2000b), também dificulta a constituição de vínculos e a responsabilidade sanitária, praticamente impedindo a clínica compartilhada.

Ao mesmo tempo, a demanda excessiva sobrecarregando os profissionais, a convivência com múltiplos empregos, comumente fruto da precarização no trabalho, é tematizada nas rodas das Cirandas e referendada nas diversas falas poéticas, explicitando,

ainda, como a população percebe as questões estruturais (representadas na idéia do acesso aos serviços) e as distingue das dimensões mais singulares e relacionais.

A Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa desvela o *como* acontecem, na implantação da política de humanização, relações hierárquicas verticais, barreiras ao acesso à população e fluxos oficiosos¹⁸ que ainda persistem, revelando microestruturas de poder, sem falar no reducionismo tecnicista que predomina na ação cotidiana de alguns profissionais de saúde, especialmente no espaço da urgência - situações-limite trabalhadas permanentemente nas ações das Cirandas.

Não víamos essas contradições como barreiras intransponíveis (FREIRE, 1999) e os diálogos “cenopoéticos” problematizavam as possibilidades de transformação:

*Enquanto faltar moradia;
Enquanto criança houver na rua;
Enquanto um só não estudar;
Enquanto um só não comer bem;
Ou sem saúde houver alguém,
Tal é o desafio...*

- Não entendo muito bem dessas coisas, porém acredito que a saúde só existe devido e em função das pessoas.
- Sem dúvida. E por falar em pessoas, nós aqui, por que estamos tão distantes uns dos outros?
- Tem razão. Por que nesses momentos de reflexão e avaliação dos processos terapêuticos somos tão formais e frios como as máquinas tendem a ser?
- Pois é. Boa provocação.
- Então vamos nos olhar mais. Vamos nos juntar.
- A aproximação pode ser física, mas também é anímica.
- É fundamental que entre nós haja escuta e compreensão.
- E por outro lado, não deixemos nenhum cidadão fora do alcance dessa escuta.
- Nenhum mesmo. Com todas as diferenças, singularidades, costumes, limitações.
- Principalmente os menos favorecidos, os excluídos por suas diferenças
- Aqueles que não aprenderam ou não têm sequer forças para aprender a usufruir os bens que a comunidade dispõe e oferta.
- O desafio é juntar saber científico com saber popular; valorizar a cultura do povo e transformá-la em potência de produção e promoção de saúde e cidadania.
- Por isso todos merecem atenção: o trabalhador da saúde e o trabalhador usuário.

18 Ao usarmos a expressão fluxos oficiosos, estamos nos referindo a percursos produzidos nos serviços e nas redes de saúde para além do que está posto nas normas e protocolos e que revelam relações clientelistas entre os atores, burlando as listas de espera para consultas e exames especializados, acesso a leitos de internação hospitalar, ou mesmo a distribuição de fichas para atendimento em unidade de saúde.

- *Sim. Todos devem ser cuidados e valorizados. Todos merecem nossa escuta.*

(Trecho cantado por todos):

- Escuta, escuta!

O outro, a outra já vem.

Escuta e acolhe.

Não importa a quem

Bem, ouvido de profissional não hiberna

- Profissional que se preza

Faz orelha criar pernas

E corre logo atrás da voz

Daquele que se calou

Porque quem cala não consente,

O silêncio sim pode ser um indicador:

De opressão? De medo? De baixa autoestima?

O que está por trás do mutismo de nossa gente?

Estimulando sua fala, sofisticando nossa escuta, ela pode virar sujeito, deixar de ser paciente”

[...]

Se tiveres que me acolher

Que me acolhas por inteiro,

De vida inteira, cultura adentro.

O diálogo é que nos traz [...]

Acho que te compreendo ao me apreender.

Em saber solidário nos transformando

Mais humanos nos tornamos.

Clínica, terapia, ser cuidado;

Pelas singularidades reconhecidas dos papéis que assumimos

Construímos nossos vínculos.

Agora nos aporta a tolerância

E o diálogo como guia seguro

Na resolutividade dos problemas.

Retomando mais uma vez a questão da dialogicidade, Teixeira (2004) refere-se ao “acolhimento dialogado, isto é, como uma *técnica de conversa* passível de ser operada por qualquer profissional, em qualquer momento de atendimento, isto é, em qualquer dos encontros, que são, enfim, os “nós” da imensa rede technoassistencial da saúde”.

Para o autor, o acolhimento na perspectiva dialógica deveria pautar as *redes de conversa* ocorrentes no âmbito dos serviços de saúde, como apoio ao processo

de conhecimento das necessidades daqueles que os procuram. O acolhimento, portanto, está fundamentado no reconhecimento do outro como um legítimo outro; e de cada indivíduo como insuficiente, necessitando da completude do conjunto dos participantes vinculados. Assim o sentido de uma situação é fabricado pelo conjunto dos saberes presentes; portanto, a arte da conversa não homogeneiza os sentidos nem faz desaparecer divergências, mas deixa emergirem sentidos que se encontram no ponto de convergência das diversidades (TEIXEIRA, 2004).

Nas diversas rodas das Cirandas, os diálogos, pois, proporcionaram a incorporação de saberes gestados nos espaços populares, que, poderiam dizer, compõem redes de conversa. Em nossa prática essa rede de conversa proporciona ainda o que nomeamos como *transmutação vivida na ação*, conceito que criamos para dar significado à concretude que adquire a rede de conversa ao corporificar-se em experiências populares como farmácias vivas, terapia comunitária, *reiki* e massoterapia. Em nossa vivência, essas práticas em saúde puderam se vincular aos processos de trabalho das unidades de saúde.

Assim, assinalamos a noção de que essa transmutação da rede de conversa para o âmbito da experiência prática não acontece de modo mecânico; há uma reinvenção que o âmbito do fazer exige.

O percurso da vinculação desses atores populares e suas práticas ao universo dos serviços e da gestão em saúde também favorece a inclusão de novos participantes nos conselhos locais de saúde e maior inserção das equipes de saúde da família nos seus territórios de atuação. Sobre este fato, a cirandeira Beth relata na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

As nossas experiências começam com os movimentos pastorais, com o resgate dos conhecimentos dos antepassados sobre as plantas medicinais, rezas e outras práticas de saúde de um tempo onde era difícil o acesso a hospital ou postos de saúde. As Cirandas da Vida vieram fortalecer o movimento popular e as práticas de cuidado. As experiências das pessoas, simples mas riquíssimas em conhecimentos e atitudes de solidariedade na área da saúde, foram valorizadas e fortalecidas com as várias ações em educação popular como oficinas de Farmácia Viva, cursos de reflexologia, massagem terapêutica e tantos outros etc. além de vários convites de universidades, postos de saúde, escolas. Essa visibilidade e reconhecimento do nosso trabalho, fez com que a Célula de Atenção Básica contratasse

alguns massoterapeutas para atuar nos postos de saúde, o que veio a dinamizar a saúde e favorecer no atendimento, a possibilidade do toque, do alívio do stress e do convívio entre profissionais e população. Ao mesmo tempo, muitos de nós, militantes do meio popular, passamos a ser vistos pelos profissionais, pelos coordenadores de unidades e pudemos entrar para os conselhos locais e regionais de saúde. No conjunto Palmeira, hoje temos vários conselheiros que são massoterapeutas, terapeutas comunitários e que nunca tinham conseguido entrar nesses espaços, embora tenham anos e anos de luta comunitária

Assim, a “dialogicidade” foi âncora para o trabalho desenvolvido com vistas às transformações necessárias à superação das situações limite identificadas nesses espaços de escuta e potencialização do acesso à saúde. Por meio do exercício do dizer em arte vivido com a problematização das situações e atos-limite e suas transposições metafóricas, alcançou-se o âmbito da prática em uma transmutação da ação bastante fértil. Desse modo, pode-se dizer que foi suscitada, em certo ponto da história popular, alguma convergência de caminhos e compreensões no fazer compartilhado que tornava a humanização possível.

As Cirandas da Vida e a integralidade no cuidado: trilhas desenhadas com base nas práticas populares

Seguindo a trilha da humanização, a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa encontra as *práticas integrativas e populares de cuidado* na fala da cirandeira Beth. Segundo sua vivência com os movimentos populares em Fortaleza, ela pode se articular fundamentalmente com um conjunto de práticas de cuidado que emergem e resultam de três atores sociais impulsionadores: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e as Pastorais Sociais, os Movimentos de Mulheres e a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS).

As práticas já existem nas comunidades há muito tempo, desde as CEBs, o trabalho com as pastorais sociais- pastoral da saúde, pastoral da criança, os movimentos de mulheres. Mas todos esses movimentos se juntaram a partir da ANEPS. As várias entidades que têm essa potencialidade de trabalhar com as práticas.

Pensar a saúde das coletividades é antes de tudo levar em conta as situações concretas presentes na vida que precisam ser discutidas, superadas, na perspectiva de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos implicados. Isso pressupõe que consideremos a dimensão da subjetividade e das singularidades individuais, familiares e comunitárias.

A Política Nacional de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), criada em março de 2006 (BRASIL, 2006c), pelo Pacto pela Vida¹⁹, referenda a Saúde da Família como estratégia de reorientação do modelo de atenção básica em saúde no Brasil e centro ordenador das redes de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), o que implica responsabilização dos profissionais que estão nas várias redes assistenciais, dos gestores e da população.

Dessa forma, propõe-se a arquitetar caminhos que potencializem a resolubilidade com base no engendramento de vínculos. O texto institucional (BRASIL, 2006c) referenda a responsabilização das equipes com as famílias do território onde atuam na perspectiva do cuidado, o que inclui a “convivência”, com base na qual o ser humano desenvolve a dimensão de alteridade e de respeito, valores fundamentais da experiência humana (BOFF, 1999).

Campos (2000b), com ânimo no Método Paidéia, propõe ampliar a visão sobre a clínica, o que vem ao encontro das propostas de atuação em Saúde da Família, ofertando referências conceituais, arranjos organizacionais e instrumentos que apoiam a organização do trabalho e a humanização na saúde. De acordo com esse autor, a humanização da clínica e da saúde pública depende de uma reforma da tradição médica e epidemiológica que possibilite “combinar a objetivação científica do processo saúde/doença/intervenção com novos modos de operar decorrentes da incorporação do sujeito e de sua história desde o momento do diagnóstico até o da intervenção”.

Pensar a clínica sob perspectiva ampliada pressupõe uma compreensão sobre o processo saúde-doença que ultrapasse o paradigma biomédico tradicional, incorporando recursos diagnósticos e propostas de solução (CAMPOS, 1999,

¹⁹ Um dos componentes do Pacto pela Saúde do SUS estabelece um conjunto de compromissos prioritários, com metas pactuadas para a redução da mortalidade infantil e materna, o controle das doenças emergentes ou endemias, como a dengue e a hanseníase, e a redução das vítimas por câncer de colo de útero e da mama, reforçando um compromisso comum dos gestores do sistema de saúde, o que facilitará o controle da sociedade sobre o desempenho do sistema. Tem, ainda, como diretrizes estabelecer a Política Nacional de Saúde do Idoso, elaborar e implantar uma Política Nacional de Promoção da Saúde e consolidar a Atenção Básica à Saúde, tendo como prioridade o Programa Saúde da Família (PSF) (BRASIL, 2006).

2006) produzidas de forma compartilhada entre os diversos atores envolvidos. Sublinhamos que incluir o cidadão nessa construção compartilhada, não deve ser visto apenas como objeto da intervenção profissional e sim como sujeito que pode, com sua participação e autonomia, contribuir com seus saberes e potências para o seu projeto terapêutico.

Essa perspectiva é referendada por Campos (2000a), também no plano da saúde coletiva, quando acentua que ampliar e compartilhar a clínica é constituir processos de saúde nas relações entre serviços e comunidade de forma conjunta, participativa e negociada, o que pressupõe a necessidade de compartilhar saberes e poderes, trabalhando os conflitos que advêm dessa prática.

Assim sendo, a ideia de ampliar o olhar sobre a clínica não significa desconsiderar ou desvalorizar as abordagens disciplinares e sim valorar a perspectiva de integrar essas várias abordagens para um manejo mais efetivo dos problemas que enfrentamos na complexidade do trabalho em saúde. As problemáticas do cotidiano em seus contornos singulares nas diversas situações culturais exigem dos profissionais uma abordagem mais do que multiprofissional, uma abordagem transdisciplinar, como quer Campos. Pensamos, contudo, que deveríamos pensar uma abordagem multirreferencial, que dê conta de incluir os saberes da experiência dos cidadãos que procuram o serviço e que possa apontar para superar a fragmentação tecnicista do modelo biomédico, na edificação dos processos de trabalho em saúde.

A proposta da Clínica Ampliada busca se constituir uma ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas, reconhecendo que, em um dado momento e situação singulares, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação. Outro aspecto diz respeito à urgente necessidade de compartilhamento, com os cidadãos, dos diagnósticos e condutas em saúde, tanto individual quanto coletivamente, promovendo sua participação e adesão no projeto terapêutico que foi nomeado por Campos (2000b) como Projeto Terapêutico Singular.

Destarte, buscando dar concretude à proposta, Campos (2000b) apresenta a ideia de arranjos e dispositivos da gestão que privilegiem uma comunicação transversal na equipe e entre equipes; a produção de técnicas relacionais que

permitam uma clínica compartilhada; a capacidade de escuta do outro e de si mesmo, de lidar com condutas automatizadas de forma crítica, de trabalhar com a expressão de problemas sociais e subjetivos, com família e comunidade, ao mesmo tempo que proporcionem aos profissionais de saúde o suporte para que eles possam lidar com as próprias dificuldades.

Alguns desses arranjos e dispositivos vão ao encontro do trabalho da estratégia Saúde da Família, como as ideias de responsabilização sanitária por um território e a conquista de vínculos entre as equipes e os cidadãos, aos quais já nos referimos, anteriormente e que se tornam possíveis haja vista a atuação longitudinal/horizontal das equipes no território. Essa atuação longitudinal (que faz permanecer a equipe no território) e a horizontal (que produz ausência de hierarquia intragrupo de trabalho) permite conhecer os condicionantes de saúde, identificar riscos e vulnerabilidade de grupos, famílias e pessoas fundamentais para desenvolver os projetos singulares de intervenção.

Campos (2000a) recomenda, ainda, a criação de equipes de referência, cuja atuação no plano da atenção secundária se diferencia de um simples encaminhamento para consultas ou procedimentos especializados, tal como ocorre hoje em muitas cidades do Brasil. Contrapondo-se à ideia de uma ação contingente caracterizada como um procedimento de referência ou contrarreferência, essas equipes se encarregariam da atenção ao longo do tempo, ou seja, de maneira longitudinal, à semelhança do preconizado para equipes de Saúde da Família na atenção básica.

O Projeto Terapêutico Singular apontado por Campos (2000b) e referenciado por Cunha (2005) representa um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, para um sujeito individual ou coletivo, resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar, com apoio matricial, se necessário, como forma de propiciar uma atuação integrada da equipe em que todas as opiniões são importantes para ajudar a entender o sujeito com alguma demanda de cuidado em saúde, assim como para definição de propostas de atuação.

Nesse percurso, muitos desafios vão exigindo uma ultrapassagem da formação tecnicista dos profissionais, porque, na concepção de clínica ampliada, responsabilizar-se perante o desafio maior de produzir saúde é antes de tudo incorporar ao ato terapêutico a valorização do outro, a preocupação com o

cuidado e, sobretudo o respeito com a visão de cada um (a). Pensamos que esse dialogismo que a humanização está a ensaiar fertiliza a reflexão-na-ação feita pela perspectiva popular em saúde e que viemos de descrever as nuances.

Assim pensando, saúde não pode ser entendida como algo que vem do exterior, tampouco diz respeito apenas à sua dimensão fisiológica ou material, mas requer algo que nos remete à singularidade de cada ser vivo e sua potencialidade de enfrentar novas situações e formular também coletivamente suas superações para os desafios cotidianos. O exercício da cidadania se manifesta à medida que as pessoas se corresponsabilizam pelo seu processo saúde-doença.

Para Luz (2005), a saúde do País vive um momento de crise que tem como raiz o próprio paradigma biomédico, que rege a Medicina contemporânea. Segundo essa autora, este paradigma afasta-se do sujeito humano sofredor em sua totalidade viva que deixa de ser o centro do seu objeto e do seu objetivo como prática terapêutica.

Pelo olhar de Boff (2002), a globalização de sociedades do capitalismo avançado leva à perda de valores humanos nos planos da ética, da política e da convivência social de modo que a valorização do individualismo, do consumismo, do poder instituído como fontes privilegiadas de consideração e status, exacerba a privatização dos meios de produção e promove a desigualdade no acesso aos bens necessários à vida em escala mundial.

A sociedade neoliberal levou até as últimas consequências esta visão. Por isso, os governos administram desigualmente os bens públicos, privatizam, planejam políticas públicas e sociais pobres para os pobres e ricas para os ricos e poderosos negando a alteridade e se posicionando em contradição com a ética.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) incorpora alguns princípios para a elaboração das práticas de atenção à saúde, tais como: a universalidade, a equidade e a integralidade, esta última entendida como um conceito complexo que incorpora a pessoa, com suas múltiplas e singulares necessidades, submetidas às mais diferentes situações de vida e de trabalho, que a levam a adoecer e a morrer.

O SUS, ao trazer a integralidade como princípio ético, nos remete à necessidade de lutar por um conjunto de valores que se encaminhem para uma sociedade mais justa e equânime no sentido de produção da saúde.

Por esta lógica, temos uma contradição onde se tem nos contextos de vida da população todo um arsenal de práticas que se orientam na direção da

ultrapassagem do paradigma instituído (OLIVEIRA, 2008) e, concomitante, observa-se que a organização dos serviços de saúde ainda se pauta hegemonicamente pela racionalidade biomédica.

Apesar da importância inquestionável do sistema de saúde oficial ofertado à população, não podemos negar outros itinerários terapêuticos por ela percorridos, na sua busca de recuperação da saúde e superação dos agravos vivenciados cotidianamente.

Barros e Tesser (2008) definem como medicinas alternativas e complementares um grupo de sistemas médicos e de cuidado à saúde, práticas e produtos não presentemente considerados parte da Biomedicina e que podem ser organizados em: sistemas médicos alternativos (homeopatia, medicina ayurvédica e outras); intervenções mente-corpo (meditações, orações, entre outras); terapias biológicas (baseadas em produtos naturais não reconhecidos cientificamente); métodos de manipulação corporal e baseados no corpo (massagens, exercícios); e terapias energéticas (reiki, ch'i gong, dentre outras). Segundo ele, quando essas práticas são usadas junto às práticas da Biomedicina, são chamadas complementares; quando são empregadas no lugar de uma prática biomédica, consideradas alternativas; e quando são aplicadas conjuntamente baseadas em avaliações científicas de segurança e eficácia de boa qualidade, são chamadas integrativas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) caracteriza essas práticas como “medicina tradicional” que define como “práticas, enfoques, conhecimentos e crenças sanitárias diversas que incorporam medicinas baseadas em plantas, animais e ou minerais, terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios”.

Luz (2005) formulou um esquema analítico-classificatório dessas práticas, através do que denominou racionalidade médica, que está constituída pela morfologia do homem (Anatomia, na Biomedicina), dinâmica vital (Fisiologia), sistema de diagnóstico, sistema terapêutico e doutrina médica (explicação sobre a forma de adoecimento e cura), tendo como base uma visão cosmológica. Tais dimensões distinguem o que Luz nomeia de sistemas médicos complexos – como a Biomedicina ou a Medicina ayurvedica – de terapias ou métodos diagnósticos outros como os florais de Bach, a iridologia, o *reiki*, etc.

Segundo Luz (2005), as racionalidades da homeopatia, da medicina tradicional chinesa e da medicina ayurvedica estão configuradas em um “paradigma vitalista”,

onde noções como energia, sopro, corpo energético, desequilíbrios individuais, forças naturais e “sobrenaturais” têm papel importante, integrando natureza e homem numa perspectiva de macro e microuniverso, de forma a considerar a doença como ruptura de um equilíbrio interno (no microuniverso) e relacional. Essa visão do paradigma vitalista, segundo nossos estudos e de outros autores como Linhares (manuscrito de sala de aula)²⁰ e Oliveira (2008), se conectam à formas de pensamento vinculados a paradigmas emergentes, capazes de incluir, segundo propomos, as aquisições do pensamento espiritualista e de matriz indígena e afro-brasileira. Os paradigmas emergentes, entre os quais o vitalista, parecem permitir maior interação e compreensão das situações de crise vivenciadas pelas pessoas e parecem conferir maior apoio às mudanças e aprendizados advindos da experiência do adoecimento, contribuindo para a “desmedicalização” e para a promoção da saúde.

A percepção gerada pela experiência com o sofrimento parece impulsionar a necessidade de considerarmos alguns outros conceitos basilares no processo saúde-doença e que envolvem a intuição, a energia vital, o ectoplasma, os corpos energéticos, o holismo, entre outros, impondo-se a necessidade de repensar práticas de saúde dentro de novos espaços éticos e de conhecimento.

Nos rituais do cuidado e cura, com aplicação de técnicas alternativas e complementares, associa-se a concepção de saúde integrada ao bem-estar físico, mental, social e espiritual, estimulando cada sujeito a assumir a responsabilidade de sua saúde-doença, contribuindo para a produção de autonomia, entendida como a capacidade das pessoas intervirem no seu destino. Nesse sentido, os profissionais que atuam com essas práticas identificam-se como pares na reorientação das atitudes, crenças e hábitos dos cidadãos, valorizando, também, nessa visada, os fatores emocionais, espirituais, sociais, bem como procedimentos que harmonizam e estimulam o potencial de reequilíbrio da pessoa tendo como categoria central a saúde e não a doença.

O campo das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), portanto, contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – de Medicina Tradicional (MT) e Medicina Complementar/Alternativa (MCA) (WHO, 2002). Neste campo, é possível identificar uma série de abordagens que buscam promover uma escuta

²⁰ Manuscritos de aula proferida na disciplina Espiritualidade e Saúde para alunos da graduação em medicina da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2008.

acolhedora, a constituição de vínculos, a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção integral do cuidado humano, especialmente do autocuidado.

A instituição da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, por meio da Portaria GM/MS nº 971, de 03 de maio de 2006 (BRASIL, 2006b), promove a inclusão no SUS das práticas integrativas e complementares, definindo objetivos e diretrizes gerais e específicas para cada grande área de atuação das práticas, a saber: Homeopatia, Medicina Chinesa e Acupuntura, Plantas Medicinais e Fitoterápicos e Termalismo Social/Crenoterapia.

A PNPIC propõe a estruturação e fortalecimento da atenção em Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no SUS, em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica – em caráter multiprofissional. Propõe, ainda, o desenvolvimento de estratégias de qualificação e incentivo à divulgação e à informação dos conhecimentos básicos das PIC para profissionais de saúde, gestores e usuários; apoio à informação e divulgação em diferentes linguagens culturais; apoio a experiências de educação popular, estímulo a ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral; o fortalecimento da participação social; o provimento do acesso e ampliação da produção pública de medicamentos homeopáticos, fitoterápicos entre outros (BRASIL, 2006b).

Compreendemos que a criação da PNPIC representa um avanço no sentido da superação das contradições relatadas anteriormente, ao incorporar algumas das práticas que constituem os itinerários terapêuticos há pouco descritos. Sua inclusão nas ações de estratégias de atenção em Saúde da Família, portanto, corrobora os princípios de universalidade, integralidade e equidade que estruturam o SUS e pressupõe o acesso democrático aos serviços de saúde, por todos os cidadãos e em todos os níveis de complexidade do sistema, com ênfase na atenção básica, considerando o indivíduo na sua totalidade, respeitando as peculiaridades e necessidades individuais e coletivas.

Consideramos da maior importância ofertar aos profissionais de saúde que atuam no âmbito dos territórios de atenção à saúde da família oportunidades de interagir e aprender com os sujeitos populares suas vivências de cuidado, considerando o “saber-de-experiência-feito” (FREIRE, 1987, p. 77) como espaço privilegiado de reconstrução das práticas de saúde na perspectiva da integralidade e da autonomia dos vários sujeitos nos territórios da vida (SANTOS, M., 2000).

A visão sobre os vários territórios possibilita o reconhecimento de saberes e práticas que historicamente são constituídas sob o protagonismo dos sujeitos populares em sua diversidade e singularidade, como já referendamos. Incluir estes saberes e práticas no contexto do trabalho em saúde pode representar um caminho significativo na conquista da autonomia desses sujeitos e da integralidade da atenção.

Em um país enorme como o nosso, algumas dessas práticas conseguem apontar possibilidades de interfaces destas práticas com a formação acadêmica, bem como com a produção de saberes sobre o cotidiano do trabalho em saúde.

Em alguns municípios brasileiros, há iniciativas de inclusão dessas práticas integrativas como complementares ao trabalho das equipes de Saúde da Família ou mesmo da atenção, secundária e terciária, o que parece fortalecer os vínculos da rede de conversação instaurada, ampliando a perspectiva dos profissionais e da própria população sobre a realidade.

As Cirandas da Vida, em seu percurso, potencializam o protagonismo de movimentos e organizações populares como a Associação Mulheres em Movimento, Associação Santo Dias e Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), que incluem, em sua ação cotidiana, práticas integrativas e complementares de cuidado – como massoterapia, reflexologia, *reiki*, terapia comunitária, autoestima, entre outros – e que vêm ao longo do tempo lutando pela sua inclusão na rede pública municipal.

Essas práticas realizadas por atores desses espaços estão presentes inicialmente em CAPS e unidades básicas de saúde da SER VI, como CSF Pedro Sampaio, Melo Jaborandi e Evandro Aires de Moura e no CAPS Geral da SER V, cogerido pelo MSMCBJ, e, em alguns destes espaços, estabelecem diálogos com a residência de Medicina de Família e Comunidade.

O percurso vivido desencadeou um movimento de tensionamento de massoterapeutas, acompanhado pelas Cirandas, que culminou com a contratação de quatorze massoterapeutas pelo Sistema Municipal de Saúde de Fortaleza, os quais passam a atuar em Centros de Atenção à Saúde da Família e CAPS de várias regiões da cidade, especialmente da SER V e SER VI.

Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Saúde estabelece uma parceria com o Projeto Quatro Varas, coordenado pelo professor doutor Adalberto Barreto (UFC), no sentido de realizar a formação em terapia comunitária, massoterapia

e resgate da autoestima²¹ de trabalhadores da rede municipal de saúde e outros atores comunitários. Essas ações chegaram até mesmo a incluir a edificação de ocas comunitárias nessas duas regiões com o objetivo de acolher essas práticas.

Apesar de ter sido iniciado sem o envolvimento dos atores das Cirandas da Vida, no decorrer do percurso, alguns cirandeiros se inseriram no movimento, especialmente na Oca do São Cristóvão, onde o encontro dos atores comunitários com os profissionais de saúde ensejou novos diálogos e possibilitou o fortalecimento da organização popular local em relação às práticas de cuidado. Vejamos como a cirandeira Beth narra esse processo na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

Quando a Oca do São Cristóvão foi construída fomos provocados a fazer toda a ornamentação com cortinas de conchas. Aí começamos a nos encontrar para fazer as cortinas e pensar como seria o funcionamento. Como a hora melhor para juntar os trabalhadores do posto e o povo da comunidade era a hora do almoço, começamos a fazer um feijão com rapadura e ali começamos a discutir como seria nossa participação na Oca. Foi um momento importante pra nós, porque voltamos a nos encontrar pra falar do que estamos fazendo e pensar que ter essa Oca pra dar visibilidade às nossas práticas era uma grande vitória. Fomos levantando as pessoas que poderiam estar ali, cuidando e que práticas iríamos trazer. Ali também surgiu a ideia de nos organizarmos em rede e resolvemos criar a Rede de Massoterapeutas e Terapeutas Holísticos

21 Terapia comunitária: técnica grupal baseada na abordagem sistêmica, no princípio da circularidade, que permite ao participante compreender que tudo é causa e efeito e que todos são corresponsáveis pelo que vivem. Por meio desta técnica, os conflitos, depois de reconhecidos, são trabalhados no sentido de serem enfrentados, buscando caminhos de convivência mais saudáveis. Nesta perspectiva, todo problema tem seu poder e valor de comunicação, é através dele que se pode expressar os conflitos das inter-relações. Com o passar das sessões o grupo cria sentido de pertença, produz e reforça laços de amizade, resgata valores culturais e a dimensão de sua consciência é ampliada, fazendo com que cada indivíduo se encontre com sua identidade, tornando-se mais capaz, integrando os elementos bio-psico-sócio-espirituais que compõem a vida (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM, 2009).

Massoterapia A massoterapia é uma forma tradicional de cura e restauração da saúde que se caracteriza pela aplicação de força ou vibração sobre tecidos do corpo promovendo a estimulação da circulação de sangue e linfa e a oxigenação dos tecidos. Existem diversos tipos de massagem terapêuticas, tanto ocidentais quanto orientais.

Resgate da autoestima: Técnica grupal onde são trabalhados os aspectos bio-psico-sócio-espiritual dos/as participantes. Desta forma, os grupos vivenciam o resgate da identidade, da cultura e da autoestima. O referencial teórico e prático é baseado na abordagem sistêmica e no grupo de resgate da autoestima, sendo usados elementos da abordagem transpessoal. A concepção de ser humano nessa abordagem acredita no potencial infinito de cada pessoa, na sua capacidade de promover a transformação e de favorecer a compreensão da consciência como fonte de si. A psicologia transpessoal dispõe de técnicas e instrumentos para facilitar o desbloqueio de situações traumáticas, usando a via do transcendente em um espaço de tempo mais curto que outras terapias convencionais. A visão transpessoal como fundo, o terapeuta e o grupo como matéria prima e a dimensão espiritual como costura, formam a base visível e invisível de todo o trabalho desenvolvido na comunidade. O formato adotado em cada encontro é constituído de: acolhimento, trabalho de consciência corporal e apresentação do tema através de vivências (atividades lúdicas, artísticas, jogos, etc.). (MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM, 2009).

(REMTM) para lutar de forma integrada para a inclusão das terapias holísticas nas políticas de saúde em Fortaleza.

A Oca do São Cristóvão, que tem como coordenadora Fátima Castro, massoterapeuta e militante da Associação Mulheres em Movimento, consegue de certa forma manter vivo o protagonismo popular. Em roda de diálogo realizada durante um projeto de intervenção do curso de Especialização em Gestão, promovido pelo Sistema Municipal de Saúde, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ela nos fala da potência da Oca como produção de cuidado:

A Oca Comunitária de São Cristóvão já vinha funcionando como espaço de aconchego e acolhimento, através das práticas de cuidado, desde 12 de abril de 2007. Hoje a oca tem 18 pessoas atuando, entre voluntários e trabalhadores que fazem aqui as suas práticas. Em menos de um ano de atuação já foram aplicadas 138 terapias comunitárias que envolveram 1.253 partilhas; 104 terapias de autoestima; 2.832 atendimentos de massoterapia; 119 argiloterapia; 182 atendimentos pela mãe de santo; 125 atendimentos pela rezadeira e 75 atendimentos de reiki, em um total de 832 terapias individuais.

Ainda segundo essa atriz popular, a Oca do São Cristóvão também é lugar de visitação por parte de grupos organizados por ONGs, movimentos populares, universidades, CSF, SMS, SER (todas as regionais), CAPS, CEB,s, entre outros que vivenciam as formas de acolhimento ofertadas pela Oca.

Apesar dessas potencialidades, Lima (2009), partícipe da Ciranda Aprendizagem e Pesquisa, chama atenção para a fragilidade das relações que se instituíram entre essa oca e as unidades de saúde situadas em seu entorno e que prestam o cuidado mais convencional. O autor, ao referir-se à Oca do São Cristóvão, lembra que, “apesar do investimento da gestão na inclusão desses saberes e práticas: Cirandas da Vida, Terapia Comunitária, Massoterapia, etc., isso não tem sido incorporado como prática duradoura pelas equipes.”

Como continua observando Lima (2009):

As Ocas em geral não têm uma relação direta com o trabalho das equipes e seus contatos com as unidades de saúde são assistemáticos, gerando

descontinuidades e subutilização do potencial que elas apresentam para a formação e cuidado dos trabalhadores, assim como a promoção da saúde.

As reflexões desse autor/ator cirandeiro nos fazem refletir sobre a distância e, ao mesmo tempo, a potência dessas práticas de cuidado populares como complementares à preparação dos projetos terapêuticos singulares das equipes de saúde. A potência das práticas de cuidado expressa-se nas contribuições trazidas das culturas locais e do saber da experiência que, por sua vez está calcado nas necessidades de superação dos desafios cotidianos. Também, potência por chamarem a dimensão da integralidade que emerge da experiência popular e inclui a subjetividade, a religiosidade e a arte, entre outras das diversas dimensões do viver humano.

Por outro lado, o desafio dos gestores e trabalhadores é superar sua visão de saúde ainda hegemonicamente edificada sob o olhar reducionista do modelo biomédico para explicar a saúde-doença e a visão cartesiana de ciência para a produção de conhecimento. Mesmo levando em conta as reflexões desse ator cirandeiro, na qualidade de médica-atriz implicada, pudemos observar que, em relação às práticas integrativas e complementares de cuidado, há nuances na experiência popular de agora que singularizam essas relações no Espaço Ekobé e sobre as quais nos deteremos a seguir. É que há pontos de luz que essa experiência do espaço Ekobé nos ensina a visualizar, em seu nascedouro.

O Espaço Ekobé foi delineado na interface da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e o Ministério da Saúde, como forma de estabelecer diálogos entre os saberes disciplinares da Universidade, aqueles desenvolvidos na prática profissional e os gestados com amparo nas experiências de movimentos populares.

O Espaço Ekobé, que em tupi guarani significa *vida*, foi estruturado durante a 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho de 2005, em parceria com a UECE e a Secretaria Municipal de Saúde, onde estudantes, pesquisadores, cientistas, professores, enfim, a comunidade acadêmica pôde conviver com movimentos e práticas de Educação Popular e Saúde, buscando novas perspectivas que possibilitassem a superação da distância entre Ciência e Sociedade.

Desde então, os movimentos e práticas populares de saúde de Fortaleza e região metropolitana gerem coletivamente o espaço Ekobé, viabilizando um processo formativo protagonizado por eles e destinado às comunidades acadêmicas, serviços de saúde, bem como aos próprios movimentos. Ouçamos a voz da cirandeira Beth, na Ciranda Aprendizagem e Pesquisa:

Hoje a universidade convida a gente a participar das aulas e os alunos também vão à comunidade. Nós temos recebido muitos alunos e sempre é bom, pois eles também têm um saber e aí quando a gente se encontra tem essa partilha.

Seria essa ação do Ekobé uma experiência de extensão comunitária fomentada e gerida pelo movimento popular? Vejamos como o cirandeiro Elias parece fazer uma leitura nesse sentido.

*Quando a extensão vai ao povo
É a universidade que sai de si
É o universo popular que a atrai
A academia e os acadêmicos
Os mestres e os doutores
Passam a pisar o chão real
De um saber popular que também ensina
Dá-se a troca de valores
Saberes que se completam e se ajudam
Quebram-se paradigmas e preconceitos
E anunciam-se novos conceitos*

*Quando a universidade se deixa cuidar
E se deixa atrair e se deixa tocar
Pelo saber e pela prática popular
As ciências se aprofundam
Com novas junções e conexões
Que o popular revelam
É assim que a experiência demonstra
Que quanto mais encontros
Mais possibilidade de abraços
Mais olhares e sorrisos se manifestam
Nesta extensão popular*

*E o que dizer de uma outra extensão?
A extensão que aqui no Ceará se faz?
Quando a universidade não se estende
E não amplia o seu olhar
Na direção do universo popular
O universo ao redor em movimento
Apruma o seu olhar na direção universitária
Ciente de que o caminho de aprender
É o mesmo de ensinar
Mas afinal que outra extensão popular
Pode haver e haverá de ser?*

*A extensão popular comunitária!
Como forma de dizer para a universidade
Que o popular vai ao campus
E que o campus precisa vir ao campo!*

Desse modo, o cirandeiro realiza a transposição metafórica que produz um novo dizer, em meio ao tensionamento vivido no espaço instituído de produção de conhecimento, que é a academia e, ainda, ousa elaborar novas práticas de extensão sob a perspectiva popular. Com base nessa transposição metafórica com arte, ousamos provocar um diálogo entre a fala poética do cirandeiro e a ideia que Boaventura Santos nomeia de *ecologia de saberes* e que parece convergir para o que a fala popular está a nomear como extensão comunitária, na intenção de influir sobre a produção de conhecimento e a inclusão das dimensões sonegadas em saúde.

Para alargar a discussão, recorremos a Santos (2005a), que chama atenção para a possibilidade de a universidade se encaminhar para realizar uma espécie de *funcionalização da extensão*, devido aos interesses do capitalismo global, que pretende transformá-la numa vasta agência de extensão do modo capitalista de mercado. Ao mesmo tempo, o autor vislumbra (SANTOS, 2005a, p. 54), também, a possibilidade de “concebê-la (à extensão) de modo alternativo ao capitalismo global, com a participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.”

A ecologia de saberes é, segundo o autor, uma forma de extensão ao contrário, ou seja, de fora para dentro da universidade, e consiste na possibilidade

de promover diálogos entre o saber produzido na universidade e o que ele denomina como “saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade” (SANTOS, 2005a, p. 56). Este é também um dos sentidos em que se pode apreender do discurso poético do cirandeiro Elias, quando fala da complementaridade de saberes.

Com a ideia de ecologia de saberes, Santos (2005a) também produz a crítica ao que denomina de falta de confiança epistemológica na ciência produzida na universidade. Segundo ele, ao especializar-se no conhecimento científico e considerá-lo a única forma de conhecimento válido, a universidade contribui e desvela uma desqualificação e, mesmo, marginalização dos grupos sociais que não tiveram acesso ao conhecimento acadêmico. Aqui trazemos à cena, para este diálogo, um momento do cirandeiro Ray Lima, quando propunha a reforma agrária do conhecimento como necessidade de reconfigurar a desigualdade no acesso ao saber em saúde. Arremata Santos (2005a): “ou seja, a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva”.

Continuando este diálogo fértil, o cirandeiro Elias fala da necessidade de a universidade produzir novos valores, conexões, aprender e ensinar, e realizar movimentos em direção ao universo popular, acolhendo-o.

O que a fala popular reclama parece ser algo próximo do que Santos (2005b) nomeia como *tradução intercultural*: “práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo”. Poderíamos dizer que essa dupla via pode contribuir para a conversão da universidade num espaço público de interconhecimento, onde os cidadãos e os grupos sociais podem dialogar sem se colocarem na posição de produtores de saberes excludentes?

Pode-se dizer que o que está acontecendo, em diversos lugares da luta popular por saúde, inclui também essa busca de uma reorientação solidária da relação universidade-sociedade? Estariam os atores do Espaço Ekobé, ao propor a extensão comunitária, protagonizando de certo modo uma espécie de ecologia dos saberes?

Os atores dos movimentos que fazem a ANEPS, ancorados nas farinhadas culturais realizadas nos espaços de atuação comunitária dos movimentos, onde se levantavam as necessidades e potencialidades desses movimentos, foram

propondo ações no Espaço Ekobé, em campos como a cultura, o cuidado em saúde e a formação. Essas ações, iniciadas com o protagonismo desses atores e atrizes populares, desencadearam movimentos de aproximação com os conteúdos temáticos de algumas disciplinas integrantes dos cursos da área da saúde na graduação e pós-graduação, bem como com os processos de educação permanente desenvolvidos nos serviços de saúde, no sistema municipal de saúde escola de Fortaleza e movimentos populares. Criou-se, pois, um espaço de encontro em que esses diversos atores passaram a enxergar as possibilidades de uma práxis compartilhada que pudesse fortalecer a todos os partícipes e destacar o saber popular, tantas vezes negligenciado.

As práticas integrativas e complementares de cuidado existentes no contexto dos movimentos populares de Fortaleza representam a principal singularidade da atuação do Espaço Ekobé, que mantém desde 2006, no *campus* da UECE, um calendário de práticas como massoterapia, reiki, reflexologia, rezas, entre outras, como ação militante desses movimentos e que estão disponibilizadas a estudantes, trabalhadores e pessoas das comunidades.

Aqui retomamos a reflexão anterior do cirandeiro Ray Lima (2009) sobre as dificuldades na conformação de uma relação mais sistemática e mais horizontal entre as práticas populares de cuidado e as equipes de saúde. Em relação ao Espaço Ekobé, é possível perceber algumas diferenças, talvez decorrentes da relação entre o espaço e a universidade. Essas singularidades nos levam a retomar a leitura de limites pelos que fazem a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa como a que Lima aponta.

Em outro momento da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, a cirandeira Beth problematiza o cuidado feito pelas práticas populares que nomeamos de integrativas e complementares, tomando como referência a interação do Espaço Ekobé com os centros de Saúde da Família (CSF) que se situam em seu entorno:

Começamos a visitar os CSF mais próximos, conversando com as coordenadoras e aí surgiu a pergunta: o que é o Espaço Ekobé? Com isso, tivemos a necessidade de esclarecer alguns questionamentos como: o que já existe? Quem envolve? Percebemos que a divulgação é fraca, pois muitos nem sabem da existência do espaço e do que ele realiza mesmo naqueles CSF's onde aconteceram as vivências de cuidado ao trabalhador. Fomos discutindo a importância de começar por estes para construir esse

intercâmbio com o espaço. Hoje temos recebido pessoas que vêm dessas unidades encaminhadas pelos profissionais para que sejam cuidadas no Ekobé. A supervisão dos CAPS da Regional IV nos convidou para estar em um momento da supervisão, falar sobre as práticas com os profissionais para referendar os encaminhamentos. Alguns também vieram participar das formações. Quanto aos professores trazem sempre os alunos ou nos convidam para as aulas. Isso tem feito a diferença.

Por outro lado, esses atores dos movimentos populares ocupam o espaço Ekobé, referenciando-se como facilitadores de processos formativos, inclusive nos cursos de graduação e pós-graduação e, também, em agendas políticas que lidam com ações de educação permanente em saúde, realizando uma espécie de extensão comunitária, como dissemos.

“Foram vários os percursos formativos que se estruturaram a partir dessa interface da educação popular como norteadora das propostas pedagógicas e do protagonismo dos movimentos sociais que fazem a ANEPS, em Fortaleza, e a consideram um dever”. (DANTAS, V. et al., 2008). No ano de 2007, foram realizados 14 processos formativos, facilitados predominantemente por atores populares e que envolveram aproximadamente 350 participantes, entre os quais podemos citar: residentes e preceptores de Medicina de família e comunidade, estudantes da graduação da UECE e Universidade de Fortaleza (UNIFOR) dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia, Filosofia, trabalhadores da rede básica de saúde e de hospitais municipais, entre outros.

O cirandeiro Edvan, que veio a se incorporar posteriormente às rodas das Cirandas da Vida, tendo se tornado mestre em reiki no próprio Espaço Ekobé, ao mesmo tempo em que atuava como facilitador de processos formativos com massoterapia, reflexologia e farmácia viva, relata, em encontro da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, como se constituiu ator protagonista desse processo, vivenciando o aprender e ensinar com atores comunitários e institucionais.

Como militantes da Associação Santo Dias e outros movimentos da ANEPS, fomos convidados a fazer parte de uma prática que pra mim foi revolucionária. Realizar uma formação atuando como facilitador, tendo como alunos pessoas que faziam parte da universidade e também trabalhadores de postos de saúde ou mesmo de hospitais, quebrou alguns

paradigmas pra todos nós. É que durante muito tempo as práticas ditas alternativas de saúde sempre receberam os rótulos negativos pois muitos trabalhadores e professores universitários se consideravam donos do saber. Com esse grupo mesclado pudemos ver alguns desses preconceitos caírem por terra por que puderam ver a possibilidade de uma prática complementar a outra. Além disso ter uma certificação da universidade como facilitador foi uma forma de reconhecimento da importância dos saberes populares e valorização do nosso trabalho como educadores.

A narrativa do cirandeiro nos faz refletir sobre os possíveis do diálogo entre o popular e o acadêmico nesse sentido nomeado por Santos de *ecologia de saberes*, entendido também como complementaridade, percepção do inacabamento, que é também capaz despertar de potências. A consciência das incompletudes desses vários atores, ao lado do reconhecimento dos atores e atrizes populares como educadores, parecia-nos funcionar como uma espécie de força motriz capaz de promover ação solidária entre educadores e educandos. Parecia que a solidariedade entre mentes e mãos, lhes despertava a potência de ser-no-mundo, como sujeitos que se fazem com os outros e nessa edificação engendram possibilidades e não determinismos (FREIRE, 2000).

Como resultado dos processos de farmácia viva realizados no Ekobé, pudemos perceber a contribuição de cada um. Na implementação de um canteiro as pessoas trouxeram outros cuidados como o da permacultura, da agricultura orgânica, novas técnicas de produzir as fórmulas, além de outras plantas que não estavam ainda no nosso universo de trabalho, como por exemplo, as plantas usadas para os banhos e outros rituais da afro-religiosidade. Ter profissionais como farmacêuticos, biólogos, alguns até professores das universidades, assim como mães de santo e outros cuidadores populares proporcionou essa troca de saberes onde todos pudemos aprender um pouco mais.

Uma coisa que chamou a atenção de nós que facilitamos as oficinas foi a valorização do curso em si pelos que dele participaram. O interesse das pessoas, sua assiduidade aos encontros, as perguntas, a busca por textos e o compromisso com o estágio que se deu no próprio Espaço Ekobé, foi gratificante e motivador para nós. Esses estágios garantiram a continuidade do atendimento no espaço e ali pudemos perceber a atitude cuidadora e comprometida dos alunos que chegaram mesmo a sair em busca de pessoas para serem cuidadas nas salas de

aula, quando o espaço ainda não era muito conhecido. Alguns desses cuidadores tornaram-se cuidadores permanentes e se envolveram em outros processos formativos realizado no Ekobé ampliando a oferta de cuidados ofertado. Alguns incluíram em seu leque de práticas, além da reflexologia, a farmácia viva, massoterapia e o, disponibilizando esses saberes e práticas para a continuidade do espaço vindo a fortalecer, não apenas os atores em si, mas os movimentos de onde vieram e a visibilidade das práticas.

Um desses percursos, onde particularmente estivemos envolvidas, diz respeito à formação de cuidadores com a terapia reiki. Originária do Japão, inclui-se nas chamadas terapias energéticas (BARROS; TESSER, 2008), cuja base conceitual vincula-se, segundo Luz (2005), ao “paradigma vitalista”, onde noções como energia, sopro, corpo energético, desequilíbrios individuais, forças naturais e “sobrenaturais” têm papel importante, integrando natureza e homem numa perspectiva de macro e microuniverso, de forma a considerar a doença como ruptura de um equilíbrio interno (no microuniverso) e relacional.

Este paradigma configura o que Luz (2005) denomina sistemas complexos, como a medicina tradicional chinesa e a medicina ayurvédica, onde a percepção gerada pela experiência com o sofrimento impulsiona à necessidade de alguns outros conceitos para compreensão do processo saúde-doença, como a intuição, a energia vital, o holismo, entre outros, impondo-se a necessidade de repensar a prática dentro de um “novo” espaço ético.

Ao mesmo tempo, os procedimentos utilizados em práticas como a do *reiki* contribuem para a harmonização e estímulo do potencial de reequilíbrio do ser, tendo como categoria central a saúde e não a doença, o que possibilita maior interação e compreensão das situações de crise vivenciadas pelas pessoas e apoio para as mudanças e aprendizados advindos dessa experiência do adoecimento, contribuindo assim para a “desmedicalização” e promoção da saúde.

A terapia *reiki* baseia-se na harmonização de canais energéticos denominados *chakras*, por onde circula a energia vital que nutre órgãos e sistemas situados ao longo da coluna vertebral, mediante a imposição das mãos. O processo formativo constituiu-se de momentos que acontecem, por um lado, a discussão teórico-conceitual sobre o tema e, por outro, um momento ritualístico característico das chamadas medicinas tradicionais, em que o mestre realiza a iniciação.

São quatro os momentos da formação em *reiki*: o despertar - iniciação, a transformação, o mestre de si e, finalmente, a formação de mestre-professor, cuja dimensão ética é o aspecto central da discussão, feita com apoio em princípios como a gratidão, a honestidade, a confiança, a amorosidade e a serenidade colocadas no tempo presente. A esse momento, segue-se o de autocuidado, em que o iniciado realiza a auto aplicação, diariamente, com o objetivo de buscar o próprio reequilíbrio e só então deve iniciar o processo de cuidado ao outro.

Cada um dos seminários foi seguido por um período de aproximadamente três meses em que os reikianos realizaram aplicações semanais no Espaço Ekobé.

Esse percurso favoreceu a criação de vínculos entre o grupo de mestres reikianos formados, que está constituído por médicos da rede municipal, estudantes universitários da UECE e militantes de movimentos como a Rede dos Terreiros (SER I), movimentos de mulheres (SER VI), pastorais sociais (SER IV), movimentos de saúde mental (SER V), rede de terapeutas holísticos (várias regionais), movimentos de grupos espíritas e práticas de cuidado (SER VI) que há mais de um ano atua de forma permanente no Espaço Ekobé, contabilizando mais de quinhentos atendimentos no espaço propriamente dito e em eventos para onde o espaço se desloca com suas práticas (DANTAS, V. et al., 2008).

Tendo em vista formar uma rede de terapeutas *reiki* no contexto da Secretaria Municipal de Saúde e das comunidades por onde giram as Cirandas da Vida, esse grupo de mestres *reiki* iniciou, em 2009, 150 pessoas nessa abordagem terapêutica. Isso implicou a inclusão do *reiki* em trinta unidades básicas de saúde, três CAPS e três hospitais municipais.

A caminhada das terapias complementares despertou o interesse da Associação dos Mestres e Terapeutas *Reiki* do Distrito Federal, que congrega mestres e terapeutas *reiki* de todo o Brasil, e, enquanto entidade legitimada para credenciamento dessa modalidade terapêutica, a qual é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde e considerada como atividade profissional pela Justiça do Trabalho desde janeiro de 2007, que incluiu os mestres do Ekobé em seus quadros profissionais e disponibiliza atores para cuidar da progressão na formação desse grupo. Como atriz implicada nesse processo, nos fizemos mestra de *reiki* e a vivência com o *reiki*

[...] ajudou-me a refletir sobre as escolhas que fiz ao longo da vida e como julgo e aceito as escolhas daqueles e daquelas com quem convivo. A busca da verdade, que aprendi faz-se na humildade e na aceitação do outro, tem me ajudado a trilhar a cada dia sob a luz da ética solidária e compreensiva. Tenho me sentido como um passarinho aprendendo a voar e descobrindo as delícias desse vôo. Como reikiana aprendi que sou parte de um todo no qual, como parte, posso ser todo, me percebendo corresponsável por esse todo. Dessa forma o reiki ensinou-me que ética, respeito e liberdade precisam ser conjugados em cada ato, em cada encontro, em cada momento de cuidado.

Como espaço de ação articuladora da ANEPS, no Ceará, o Ekobé contribui para a visibilidade das práticas populares de saúde, promovendo o seu intercâmbio e tentando constituir espaço de interlocução com as instituições atuantes na atenção e na formação em saúde, na perspectiva de incorporá-las ao Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando a produção de novos conhecimentos sob o protagonismo popular.

Desse processo vivido no espaço Ekobé, surgiram outros espaços e instrumentos de sistematização das práticas educativas e de cuidado em saúde, como também de reorientação e democratização das políticas de saúde. A interface com a UECE possibilita interação dos vários movimentos e destes com as universidades, o que resulta em atividades de formação, sendo possível integrar o saber acadêmico e popular.

O cuidado ao cuidador: diálogos com o trabalhador de saúde

Dos diálogos estabelecidos com os trabalhadores durante a implantação do acolhimento, surge uma questão importante, explicitada pelo cirandeiro Márcio:

A escuta aos trabalhadores a partir da interface com alguns Centros de Saúde da Família na SER IV, SER V e SER VI revelou pra gente a necessidade de contribuir com o processo de cuidado a esses trabalhadores em algumas unidades de cada regional. Na discussão sobre o acolhimento ficou claro que os trabalhadores de saúde também passam por situações de sofrimento e isso já aparecia na Serrinha no I Exercício das Cirandas. A demanda excessiva, as condições de trabalho que deixam a desejar, a situação de contratação dos trabalhadores em saúde, gera insegurança

e falta de estímulo para o trabalho, pois muitos trabalhadores ainda são terceirizados, Alguns nos diziam textualmente: falam de acolher a população, e quem nos acolhe?

O percurso empreendido pelas Cirandas potencializa um dos dispositivos da Política de Humanização, que é o cuidado ao trabalhador de saúde. Pelo que vivemos, essa luta por viabilizar e fazer avançar as políticas em saúde tenta incluir da forma como vimos de dizer as reivindicações dos trabalhadores, no que se refere à produção do cuidado a eles direcionado. Vivências de massagem, grupos de autoestima, *reiki*, entre outras, estão a ser incluídas, como observamos, nos processos formativos realizados no Ekobé e em outros espaços que se lhes assemelham.

Os cirandeiros Beth e Márcio falam como se deu o cuidado ao cuidador:

Assim, resolvemos convidar os movimentos que já trabalhavam com essa questão do cuidado ao cuidador, para facilitarem esse processo nas unidades de saúde. E a escolha recaiu na Associação Mulheres em Movimento e no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, que são entidades envolvidas nas rodas das Cirandas e da ANEPS. A escolha desses movimentos se deu pela experiência que acumularam trabalhando com resgate e fortalecimento da auto-estima e também porque as Cirandas têm a proposta de dar visibilidade e fortalecer as experiências populares.

Silva et al. (2008) falam sobre a formulação do processo metodológico das oficinas de cuidado, realizadas nos centros de Saúde da Família e CAPS de Fortaleza e direcionadas aos cuidadores (trabalhadores destas unidades de saúde):

A metodologia foi construída coletivamente pelos atores dos movimentos e das Cirandas e foi organizada trabalhando temáticas como: identidade, auto-estima, autocuidado, relações interpessoais, potencialidades e compromisso, na perspectiva de gerar uma proposta permanente de cuidado aos trabalhadores nessas unidades, partindo do seu protagonismo e das suas próprias potencialidades. O processo tem incluído técnicas musicais, vivências corporais, leitura de textos, construção de mandalas e tem como base princípios e concepções da educação popular, tais como autonomia, autoralidade de sujeitos populares, saber-de-experiência-feito e protagonismo, como base do processo educativo.

A interface com a gestão está explicitada na fala da cirandeira Beth:

A discussão sobre a escolha das unidades foi trabalhada junto aos Distritos de Saúde das Regionais e pactuada com os gestores e trabalhadores, respeitando alguns critérios tais como: a atuação das Cirandas da Vida no território, a existência de conflitos explícitos entre trabalhadores e gestores ou entre estes e a comunidade. Em alguns lugares, acolhemos a sugestão da gestão regional e resolvemos atuar em unidades onde as Cirandas não tinham inserção, mas que incluímos pela necessidade de contribuir com as dificuldades relatadas. Apesar do desejo dos coordenadores em envolver todos os trabalhadores, isso não foi possível em todas as unidades, em função dos turnos de trabalho e da própria disponibilidade de tempo dos facilitadores, mas no geral, os encontros têm envolvido uma média de vinte e cinco trabalhadores em cada unidade.

Segundo relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde,

As oficinas tem contribuído com a dimensão pedagógica e terapêutica das rodas de gestão, além de visibilizar e fortalecer a experiência e o protagonismo popular na formação dos trabalhadores em saúde; tem sido calorosamente recebida pelos gestores e trabalhadores das unidades, revelando as potencialidades da interação serviço-comunidade e da complementaridade de saberes no trabalho em saúde (FORTALEZA, 2007b).

Esse processo envolveu o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST), que buscou os cirandeiros, na perspectiva de apoio pedagógico ao trabalho de cuidado ao trabalhador da saúde – um dos dispositivos, como estamos a ver, da política de humanização. A forma de inserção das Cirandas nesse trabalho aos que cuidam é explicitada na fala da cirandeira:

Conversando com o pessoal do CEREST, eles trouxeram a importância de estarmos juntos pensando o cuidado ao trabalhador de saúde que, mesmo trabalhando com a saúde das pessoas, em geral é desprovido de alternativas para relaxar, trabalhar sua auto-estima, as relações de equipe. Então nos convidaram para participar de uma oficina com duas unidades de saúde, onde trabalhariam com o coletivo dos trabalhadores. O mais importante é que podemos participar do processo como um todo. Desde pensar os

objetivos, a metodologia e não apenas acolher no momento da oficina. Pudemos fazer com o CEREST esse trabalho de construção compartilhada.

As Cirandas, em sua trilha de reflexão-na-ação popular em saúde, pois, articula experiências populares que ocupam espaços no sistema público de saúde do Município de Fortaleza, revelando potencialidades e desafios no que se refere a possibilidades de interação dos saberes técnicos dos profissionais com os saberes da experiência dos cuidadores populares.

A oficina do riso e a humanização do cuidado em saúde

Uma das estratégias delineadas com base na Sinfonia da Humanização via os dispositivos do acolhimento e do cuidado ao trabalhador da saúde em sua interface com a arte. É o que cunhamos como Oficina do Riso, protagonizada pelo cirandeiro Honorato Filho. Trata-se de um processo formativo envolvendo trabalhadores do setor saúde, na perspectiva do atendimento humanizado, que trabalha técnicas de pantomima, mímica, respiração, meditação e de *clown*, tendo como principal referência a experiência vivida pelo médico Patch Adams, que se alia às vivências dos palhaços populares e do teatro de rua - de onde provém o nosso ator protagonista. Faz ainda um estudo sobre o riso como terapia.

Segundo o cirandeiro Honorato Filho,

As oficinas trabalham o resgate da auto-estima, a partir do resgate da criança interior e representam um momento de reflexão para os próprios trabalhadores que acontece a partir de técnicas de meditação, principalmente as meditações ativas de Osho, além de vivências de teatro de rua e terapia comunitária. A escolha dos trabalhadores das unidades e não de pessoas que já trabalham com teatro, como acontece em outras experiências, se dá pelo fato de que essas pessoas continuam na unidade de saúde e na comunidade. A oficina possibilita, então, que o profissional atue no território que ele conhece e contribui e que o palhaço humanize a unidade...

Segundo o cirandeiro, a formação dos palhaços terapeutas evidencia a potencialidade do riso nos processos de acolhimento à comunidade, como

também na sensibilização dos profissionais, no sentido de rever a forma de cuidar daqueles que buscam as unidades de saúde.

Pensamos que nas unidades deve haver lugar para as pessoas se encontrarem com sua criatividade; deve haver espaços para brincadeiras e imprevistos, que podem ser cuidados de formas mais próprias ao modo de nossa cultura viver o riso. As aproximações entre pessoas, dentro de contextos cuidados com amorosidade, podem chamar o riso e a sensibilidade para os aspectos brincantes da vida.

Apesar da potência do riso, contudo, o processo revela desafios e contradições. Aqui recorremos a Bakhtin (2003, p. 370), a nos lembrar que o riso chama à cultura da “pluritonalidade”, à libertação das situações de impasse, abrindo as portas ao popular e ao universal. “Só as culturas dogmáticas e autoritárias são unilateralmente sérias”. O riso, segundo Bakhtin (1993), não recusa o sério, mas liberta-o do dogmatismo, do medo e impede que o sério se fixe e se isole da integridade inacabada da existência cotidiana.

Ouçamos a fala do cirandeiro:

Os palhaços terapeutas têm realizado movimentos no sentido da promoção de diálogos com a arte. Têm conseguido trazer as manifestações artísticas para dentro das unidades de saúde. uma das palhaças, que também é Agente Comunitário de Saúde, trouxe um sanfoneiro para a unidade... As pessoas estão ativas, animam a unidade nas datas comemorativas, nas atividades dos grupos de idosos, de gestantes, nas campanhas de vacinação, nos eventos de mobilização contra a dengue... Na SER III, as palhaças cirandeiras da SER II, depois das oficinas feitas conosco criaram um espetáculo sobre o câncer de colo uterino. Por outro lado, temos atuado na animação e acolhimento em eventos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ou, mesmo, em eventos universitários como o Mundo UNIFOR (Universidade de Fortaleza). Mas a grande questão é que alguns palhaços não encontraram na coordenação local apoio para a realização das atividades, que não eram vistas como trabalho e às vezes eram de certa forma marginalizados e ridicularizados.

Do relato do cirandeiro, percebe-se que, apesar da ideia de um trabalho mais concretamente inserido no cotidiano da unidade de saúde, as ações se constituíram em ações contingenciais, fragmentadas e que não são conformadas

como fazer do dia a dia. Dizemos também que a potência do riso pode ser agregada aos projetos terapêuticos singulares em saúde, por despertarem o que Spinoza nomeia como paixões alegres.

O processo vivido como tentativa de potencializar o riso envolve médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde e profissionais da recepção das unidades básicas e da rede de saúde mental.

Das oficinas que se fazem nascem personagens e situações brincantes, contextos de recepção e acolhida são revistos e a proposta é que se integrem ao trabalho do terapeuta /cuidador/trabalhador em saúde, passando a compor com sua ritualidade do riso e o que ela chama a si a abordagem e a elaboração do projeto terapêutico singular.

O cirandeiro, no entanto, traz suas preocupações no que diz respeito à concretização dessa proposta. É que, tendo em vista as situações-limite há pouco delineadas e o fato de que, dadas a extensão territorial do Município e a multiplicidade de funções do cirandeiro (funções que se reconfiguram no trabalho cotidiano), o tempo e os espaços parecem não permitir maior acompanhamento efetivo do que está sendo feito.

Após a realização das primeiras oficinas sentimos a necessidade de acompanhar o trabalho de cada um. Ver o que tem sido possível fazer. Quais os impactos para a unidade de saúde, os trabalhadores e a comunidade. Nos juntamos para planejar, avaliar e trocar experiências na perspectiva de aprimorar o trabalho e agregar novos elementos, refletir e aprender com o que estamos fazendo para que as coisas possam acontecer no dia a dia e não só em momentos pontuais. Mas para isso temos dois grandes desafios. O primeiro é sensibilizar os gestores da importância do trabalho enquanto cuidado à população e também ao trabalhador. Ajudá-lo a entender que essa nova forma de atender que o palhaço cirandeiro traz para as práticas de saúde traz a integralidade e novas tecnologias para o cuidado, permitindo ao trabalhador ao transformar sua prática, também se transformar. Para isso estamos pensando em realizar um desdobramento das oficinas, no sentido de que os terapeutas do riso possam planejar sua ação de forma articulada com o conjunto dos atores das unidades, possibilitando que outros trabalhadores possam ser ganhos para a causa. Pensamos ainda em realizar uma oficina de aprofundamento para alguns dos palhaços que se identificarem com a possibilidade de multiplicar

essa idéia e que poderiam se constituir como referência regional para atuar formando novos palhaços terapeutas e acompanhando o trabalho daqueles já formados.

Da fala do cirandeiro, pode-se apreender o fato de que ocorreram mudanças significativas nos que conseguem fazer nascer o seu palhaço. Parece que por meio desse caminho pedagógico do riso, se pode refletir não apenas sobre o cuidado na unidade de saúde, mas também sobre as dimensões intrapsíquicas das pessoas e sobre o agir na vida cotidiana.

Uma das terapeutas passou por uma situação familiar de desafeto amoroso que lhe deixou em conflito consigo e com os outros. Para ela o toque amoroso eram situações falsas. Não conseguia se realizar no trabalho porque não conseguia fazer nada coletivamente; tinha dificuldades de conviver, até mesmo com os filhos. Isso lhe acarretava sofrimento e isolamento. Durante a oficina, conseguiu romper alguns dos bloqueios, a partir das técnicas de meditação, vivências em grupo, resgate da criança interior que trazemos em nós... E na caminhada do riso ela foi conseguindo resgatar elementos importantes do convívio com os filhos e da retomada de sua vida afetiva e profissional.

A participação dos palhaços terapeutas em eventos da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito local, regional e geral, produz, segundo o cirandeiro, novas demandas de formação, especialmente partindo da rede hospitalar – o que explicita a importância dessa linguagem artística, advinda dos universais *clowns*, na humanização.

Está em fase de planejamento a realização de uma oficina dirigida aos profissionais da rede hospitalar do Município. Ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de sistematizar a experiência, elaborar indicadores sobre seus procedimentos pedagógicos e incluí-la em movimentos menos eventuais.

Outras potencialidades podemos ainda desenvolver: o trabalho com fantoches, contagem de histórias, entre outros. Dessa forma, conclui o cirandeiro:

A oficina do riso possibilita vivenciar a humanização no contexto das relações dos seres humanos, um ser que é ao mesmo tempo cidadão, trabalhador, gestor, e que se relaciona consigo mesmo e com o outro... Assim o riso, possibilita a todos se perceberem produtores de saúde. Ao

mesmo tempo se constitui uma tecnologia de acolhimento aos usuários dos serviços de saúde. O aprendizado de algumas técnicas usadas na oficina propicia ao trabalhador o resgate de sua própria história de vida, o que pode ser utilizado como instrumento para os momentos de cuidado individual e coletivo, trazendo para todos os atores do serviço a possibilidade de um cotidiano de trabalho mais prazeroso, amoroso e criativo, onde se pode ser ao mesmo cuidado e cuidador.

A humanização e a produção de histórias em quadrinhos

Na Ciranda de Aprendizagem e pesquisa, a temática da humanização trouxe à cena a linguagem gráfica, mais especificamente a produção de Histórias em Quadrinhos como possibilidade de formulação teórica, sistematização das discussões e potencialização da criação coletiva.

Trazida pelo cirandeiro Josenildo, revela-se como espaço comunicativo da prática pedagógica das Cirandas, que surge, de início, das potencialidades desse ator protagonista que fala de como essa trilha das artes visuais se delineou nos percursos da humanização:

Uma de minhas funções dentro das cirandas é facilitar oficinas e vivências de quadrinhos e, nessa caminhada, temos nos envolvido com adultos, jovens e crianças. [...] No início, sempre tinha alguém me auxiliando. Mas com tempo precisei caminhar com minhas próprias pernas. Comecei, então, a facilitar as oficinas estando à frente do trabalho. Dessa vez, Mayana Dantas, estudante de filosofia que trabalhava conosco como apoio técnico, começava a me acompanhar. Como éramos convidados para realizar vivências curtas e as rodas das Cirandas onde reuníamos as crianças eram, no geral, encontros rápidos, comecei a pensar então uma metodologia que pudesse ser utilizada nesses espaços e tempos.

Ao falar assim, o cirandeiro revela-nos a descoberta que se faz ancorada na prática, da experiência feita. Sigamos com a sua fala:

Desenvolvi uma forma de construção de quadrinhos através de recortes, onde os participantes montariam seus painéis. Os diálogos poderiam ser criados a partir de temas discutidos em grupos e escritos em balões de diálogo e colados nos painéis.

Nas primeiras oficinas, as crianças desenhavam aquilo que representasse seus sonhos, seus medos, suas dores, seus sentimentos, seus desejos, sua raiva e tudo que representasse sua realidade. Eram desenhos soltos, criados em folhas de papel A4.

Com o tempo, começamos a trabalhar vivências de HQs. As oficinas começaram a ganhar mais espaço e passamos de simples vivências para oficinas com uma carga horária maior, onde além da expressividade se juntava falas.

Do seu discurso, apreende-se como ele amplia seu olhar e compreende mais a mais a importância dessa linguagem, não só na discussão das situações-limite, mas como expressividade e fala – acrescentamos, também, como espaço de exercício do protagonismo infantil e de suas leituras de mundo.

As histórias produzidas sempre tinham a ver com a realidade de vida das crianças e jovens. Muitas até abrangiam situações-limite discutidas nas comunidades. O gibi produzido sobre a Granja Portugal traz um pouco da discussão realizada na comunidade e traz em seu conteúdo o sonho das crianças por um bairro melhor. A fala das crianças. O roteiro é das próprias crianças da comunidade...

Aqui nos remetemos a Canclini (1997) que traz à cena a importância das histórias em quadrinhos na cultura contemporânea ocasionando novas técnicas narrativas, combinando tempo e imagens em um relato de quadros descontínuos que evidenciam a potencialidade visual da escrita e a dramaticidade que pode ser condensada em imagens estáticas.

Outro aspecto importante da proposta das Cirandas tal como está descrita no relatório de gestão, (FORTALEZA, 2006) é a potencialização dos atores locais no sentido de contribuir para a ampliação dos seus horizontes. Ouçamos mais uma vez o Josenildo sobre a socialização das oficinas de histórias em quadrinhos:

A última oficina de quadrinhos que promovemos abordou o tema da Humanização na saúde. Nós resolvemos convidar crianças e jovens que haviam se envolvido nas oficinas de noções de histórias em quadrinhos que fizemos nos anos anteriores, para aprofundar a idéia de possibilitar a essas pessoas sua expressão nas técnicas dos quadrinhos e na temática da humanização na saúde. Iniciamos com

nove adolescentes e jovens das diversas regionais, além de Mayana e eu como trabalhadores do projeto.

Segundo se depreende da fala do cirandeiro, a imagem parece guardar possibilidades expressivas que não trazem os limites do sentido aprisionado pelo conceito. Também observamos que o trabalho com imagens pode funcionar como sendo utilizado como síntese de temas geradores a serem explorados nas rodas de desvelamento de realidades. Canclini (1997) nos diz que a linguagem dos quadrinhos põe em evidência uma sociedade na qual as fronteiras podem estar em qualquer parte.

A oficina foi construída com base no conhecimento prévio dos participantes, trabalhando em uma abordagem teórico-vivencial, partindo de ideias força e imagens geradoras de reflexão, articulando a discussão conceitual à produção de imagens e roteiros acerca do tema. O conteúdo programático incluiu a discussão acerca da educação popular com a linguagem do cordel, o SUS e a luta popular na conquista da saúde como direito; utilizamos vídeos e produção de imagens sínteses, a leitura de materiais acerca da Política Nacional e Municipal de Humanização e a contextualização do projeto Cirandas da Vida (NASCIMENTO, 2008).

Do relato do cirandeiro, é possível apreender a perspectiva de elaboração coletiva do conhecimento, base referencial desta proposta metodológica:

Nas oficinas trabalhamos com leituras do cordel “Educação Freiriana” do poeta João Santiago, parte do texto teatral “Pacientes pacientes” do grupo Semear, que discute o SUS, seus princípios e as dificuldades de acesso da população aos serviços como forma de problematizar, com os atores e atrizes envolvidos, referências acerca dos princípios da educação popular do SUS e da política nacional e municipal de humanização.

A produção técnica da história também foi permeada por essa perspectiva da formulação coletiva do conhecimento e suas possibilidades:

Toda a construção e caracterização dos personagens e dos roteiros, assim como a própria metodologia da oficina foi coletiva e articulada a momentos de vivência nas unidades de saúde, onde a situação foi

problematizada com atores comunitários, trabalhadores e gestores locais, para a construção do gibi. No processo houveram algumas desistências, fruto das dificuldades de acesso e compreensão, mas o gibi produzido está assinado coletivamente por cinco atores juvenis, que partilham de forma igualitária para sua construção, embora cada um construa de forma diferenciada a sua contribuição (DANTAS, M. et al., 2008).

O processo foi revelador das potencialidades dos atores na reflexão acerca do tema da humanização na saúde, além de promover a “autoridade” de atores populares juvenis. Em sua fala, o cirandeiro detalha o percurso metodológico vivido:

Após a leitura dos textos, foram trocados os papéis e cada um leu o que o outro escreveu para, então, desenhar a representação do que se discutiu. Este encontro serviu para esclarecer mais sobre a metodologia das Cirandas, que tem como ponto de partida a reconstituição da história da comunidade por idosos, adultos, jovens e crianças. No enfrentamento das situações-limite se unem o saber popular e o acadêmico. Nesse momento discutimos as possibilidades de enfrentar a situação-limite de forma coletiva e percebemos que a arte é uma maneira de expressar as angústias, de conversar, de dialogar (grifo nosso).

Em encontro ampliado da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, outros atores desvendam, as estratégias de trabalhar coletivamente as diferenças e contradições, sempre na perspectiva de fortalecer as potências dos sujeitos.

Resolvemos fazer uma visita à uma unidade de saúde para pesquisarmos opiniões de pessoas que acessam o serviço, dos trabalhadores e da coordenação. Nós imaginávamos que, pelo menos os profissionais estariam antenados com a ideia, mas o que vimos e ouvimos na unidade era muito diferente do que a teoria mostrava. O acolhimento naquela unidade ainda não funcionava e então ficamos pensando como íamos escrever sobre uma realidade que não vimos. Foi então que tivemos a ideia de escrever a história real e o sonho.

Também aqui é possível perceber movimentos de produção compartilhada do conhecimento e do exercício da “autoridade” dos atores populares. Mais uma cirandeiro Josenildo traz em sua fala o detalhamento desse percurso:

O maior desafio da produção do gibi da humanização foi a provocação das Cirandas vivida como desafio para fazermos essa produção coletivamente. Fugindo à regra das produções que, em geral, exibem uma assinatura individual, essa HQ teria a assinatura de diversos autores, jovens das comunidades da periferia de Fortaleza e que já haviam participado de oficinas que realizamos. Cada autor trazia em sua bagagem um traço diferente com estilos diferenciados de desenho como, por exemplo, o mangá, cartum, ou mesmo um estilo mais americanizado. Naquele momento já nos perguntávamos como iríamos fazer isso. Decidimos produzir inicialmente tirinhas de humor tipo aquelas de jornal. Depois resolvemos construir o roteiro da história principal e o grupo chegou ao consenso de dividir a história em dois momentos que representariam o real e o sonho em relação à humanização. A construção do roteiro com todos participando foi muito interessante. Uma pessoa pensava a ideia geradora, vamos dizer assim, um tema, ou uma situação, outro por sua vez pensava o desenvolvimento ou o conflito da história e outro ou outra pensava o final. Esse processo seguimos também para a produção das tirinhas, aliás começamos com elas.

E o sonho da humanização? Nessa produção compartilhada de conhecimento deixavam-se ver as dobras: a realidade e o sonho. Justapostos ou enfrentando-se? O riso e a releitura das imagens parecem também provocar certo estranhamento que dá espaço a leituras novas e possibilidades de transformações:

Na construção dos desenhos, as tirinhas foram o momento da produção de cada um e possibilitou aos que ainda não tinham conseguido dar ritmo e qualidade à sua produção, no que se refere as técnicas, a possibilidade de mostrarem sua potência. Por outro lado, ficamos pensando sobre qual estilo de desenho melhor se adequaria e como fazer dialogar dois estilos diferentes em uma mesma história, no caso o meu e o do Wilton. Como já tínhamos decidido que a história trabalharia o real e o sonho, então decidimos que o sonho seria representado na linha do estilo desenho americano, que a princípio é um estilo de desenho mais realista. Ao mesmo tempo, pensamos que a realidade, por trazer tantos problemas, poderia estar simbolizada por um estilo mais leve de desenho, como o cartum, que foi a linguagem trazida pelo Wilton. Para nós, naquele momento, era como se a arte, ao trazer o cômico, pudesse nos ajudar a mudar aquela realidade que se transfigura a partir do riso que o desenho provoca.

A produção coletiva de histórias em quadrinhos, refletindo a edificação da política de humanização em Fortaleza, configura uma linguagem comunicativa acessível a diversas faixas etárias que podem se entreolhar; revela a potencialidade dos atores juvenis comunitários como produtores de reflexões e tecnologias pedagógicas e comunicativas, possibilitando a discussão sobre o tema em diversos ambientes, como escolas, grupos, unidades de saúde, entre outros.

Portanto, urge enxergar o horizonte das potencialidades humanas, sobretudo objetivando a superação das situações-limites identificadas pelos grupos e reconhecer as possibilidades e a criatividade que cada ser utiliza em seu percurso rumo à emancipação e à capacidade para a tomada de decisões.

Como disse Freire (1997, p. 99),

[...] o sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz.

Freire (1987, p. 30) relaciona essa questão com as condições sociais que promovem ou determinam a desumanização referindo-se a elas como distorções da vocação humana de *ser mais*. O autor afirma, ainda, que a luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, somente é possível porque, mesmo considerando a desumanização, um fato concreto na história, ela não significa *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que alimenta subjetividades aviltadas e que geram a violência dos opressores e, assim, o *ser menos*.



6 TERCEIRA SINFONIA: O CANTO COLETIVO DAS ESCOLAS NA PRODUÇÃO DA VIDA

Dantas, Vera L. A; Lima²², Ray.



Seguindo suas trilhas sinfônicas, as Cirandas da Vida ocupam mais um território: a escola. Para falar desse percurso, o cirandeiro Raimundo Félix de Lima (Ray Lima).

*“Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte do tédio
Que vai de mim para o outro.”
(Mário de Sá Carneiro)*

Nascido nas águas do rio Camaratuba, em Mataraca, Paraíba, rente às aldeias indígenas dos potiguaras de Baía da Traição. Também sou potiguara, negro e injustiçado como a maioria dos brasileiros. E, no enfrentamento dessa condição desfavorável em relação às elites dominantes, a gente vem de lutas políticas ancestrais e práticas de resistência e transformação social; seja partindo da cultura ou educação, seja arte ou saúde.

Em nossas andanças, ancoramos no Rio de Janeiro onde, além da graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cursamos teatro na Escola Martins Penna. Aliás, o teatro aportou em nossa história a partir de 1979, ao integrarmos o Grupo Revelação de Teatro, contribuindo posteriormente com a formação de vários grupos no Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará com a expansão do Movimento Escambo.

Voltando ao Nordeste, pousamos para uma luta intensa de quatro anos (1989/92), quando, com outros guerreiros, fundamos o Movimento Escambo Popular Livre de Rua. Em Janduí construímos as bases para vários projetos importantes que acabaram por acontecer em outros lugares no campo da educação, da saúde, do desenvolvimento local, da arte e da cultura: no Ceará (Icapuí, Aracati, Fortim e Maracanaú); Maranhão (Imperatriz); Paraíba (Catolé do Rocha). Em

²² Poeta, cenopoetas, bacharel em Letras e especialista em Gestão em Saúde, é um dos fundadores do Movimento Escambo Livre de Rua e participante do Grupo Pintou Melodia na Poesia e Vila de Poetas.

Icapuí destacamos nossa contribuição, na área da cultura: os Showniões, os Núcleos Culturais, os espetáculos da emancipação e o programa *Amaciando o Gosto Descobrimos o Rosto*, que se propunha a valorizar a cultura popular buscando visibilizar o trabalho de mestres da cultura popular e contribuindo com a formação de diversos grupos de arte.

Na área da saúde, ajudamos a construir o Projeto Corpo Meu Minha Morada que pretendia uma mudança da racionalidade biomédica para uma visão mais ampla, holística e participativa de saúde. Outras experiências merecem nossa lembrança como a as experiências envolvendo arte, educação e desenvolvimento territorial: o Programa Zumbi e o Projeto Desenvolver – consórcio intermunicipal que pensa o desenvolvimento local sustentável, focado no combate à pobreza, a partir das vocações socioeconômicas e culturais da região e tendo a juventude como protagonista. Ainda o final dos anos 80 e início dos 90, apresentamos ao Nordeste, em primeira mão, o reinvento dos estilos performáticos e cênicos, sob a forma de cenopoesia, quando fomos para a cidade de Janduís-RN, onde eclode, em 1991, o movimento Escambo Teatral de Rua, atual Movimento Escambo Popular Livre de Rua.

Cirandas da Vida e o espaço escolar – um diálogo em permanente construção

Seguindo nosso caminho de constituição dos diálogos, aqui a ideia de encontros entre saúde e educação ancorados na arte busca sua concretude no envolvimento de artistas dos territórios que, assim, problematizam, mediante as linguagens da arte, situações do cotidiano escolar em interface com a promoção da saúde. Tomaremos a visão juvenil na perspectiva dos estudantes, como núcleo da nossa reflexão.

O cirandeiro Ray Lima tece algumas reflexões sobre a aproximação das Cirandas da Vida com o espaço escolar que, segundo ele:

Tem acontecido desde seu início (essa aproximação), através da participação de estudantes, gestores e professores nas rodas que, em muitos momentos aconteceram dentro do próprio espaço físico de algumas escolas municipais... E uma proposta de estreitar essa aproximação surge da compreensão de que o território escolar pode se constituir numa comunidade de aprendizagem.

Ao considerar a escola como um território, uma comunidade de aprendizagem, recorreremos a Lima e Dantas (2009), partícipes da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, que a apresenta como “um lugar de vida, onde são tecidas relações a partir de situações carregadas de historicidade”. Os autores nos remetem à escola como comunidade organizada, que parte da necessidade de articular e se envolver em um projeto próprio, cujo início pressupõe um diagnóstico, não apenas das carências, mas destas faltas articuladas às suas fortalezas, para, de forma cooperativa e solidária, buscar seu sonho de emancipação.

Ray Lima continua sua reflexão sobre a necessidade de tecer conexões entre a prática escolar e os territórios onde a escola se insere:

Essa aproximação tem sido sugerida por estudantes e outros atores e atrizes da comunidade Cirandas, explicitando a necessidade de aproximar o saber produzido no contexto escolar do saber-de-experiência-feito, como denominou Paulo Freire, no sentido de que ambos venham contribuir para a superação das situações-limite vivenciadas e percebidas no contexto das comunidades.

Lima e Dantas (2009) exprimem como a escola “para compor sua legitimidade social necessita articular os conhecimentos ali construídos pelos estudantes ao “saber fazer, ao saber ser e ao saber viver juntos”, tomando como referência três dos quatro pilares da educação do futuro apresentado por Delors (1999), com base no entendimento de que capacidades e conhecimentos somente têm sentido se tiverem ligação entre si. Também podemos ver que a perspectiva que considera as Cirandas como uma comunidade de aprendizagens, apontada em Ray Lima, nos traz a ideia de uma convivência carregada de historicidade.

Nesse sentido, o cirandeiro continua seu relato:

Essas questões apontaram para a relevância de inserir a proposta das Cirandas da Vida no contexto do projeto pedagógico de algumas escolas, inicialmente na perspectiva de aprofundar a reflexão acerca da violência, principal situação limite-apontada nas rodas das Cirandas em várias regiões de Fortaleza, construindo atos limite coletivos com base na educação popular, que potencializassem o fortalecimento de vínculos entre a comunidade escolar e o território.

A fala do cirandeiro Ray Lima revela suas indagações como pesquisador envolvido com a dimensão pedagógica do processo das Cirandas, onde a arte ocupa espaço significativo:

Desde que me reconheço como artista e educador, principalmente a partir de 1989, quando iniciamos a experiência cultural de Janduís-RN, começamos a indagar sobre o papel e a importância da arte na interação com a educação. Nesses caminhos nossas experiências têm apontado para a importância da aprendizagem com prazer e alegria e então temos pensado que talvez caiba ao artista transformar-se e/ou reconhecer-se como educador, e ao educador transformar-se e/ou reconhecer-se como artista (grifo nosso).

A fala do cirandeiro, portanto, traz, para compor os movimentos iniciais dessa sinfonia, alguns princípios que vão delinear as nuances da proposta pedagógica das Cirandas na sua interface com a comunidade escolar. Ao colocar em cena o *prazer* e a *alegria* no processo de aprender, o cirandeiro nos anima a dialogar com Spinoza e seus construtos sobre os afetos e como eles nos afetam.

Para Spinoza (1996), o afeto passional (paixões) depende dos fatores externos, que podem ser alegres ou tristes. O autor parece considerar que o afeto possui sua *potência de agir* que se manifesta também no corpo; e afirma que as ideias que nutrem esses afetos também possuem sua potência de ação. Veja-se:

Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as ideias dessas afecções. Quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, entendo então por paixão uma ação, nos demais casos, o sofrer a ação dessa paixão. (SPINOZA, 1996, p. 197).

As paixões alegres nascem da compatibilidade entre suas causas exteriores e nós (nosso mundo interno), e aumentam nossa potência de agir e pensar, ao fortalecer o que Spinoza nomeia de *conatus*. É que, quando em paixão, o sujeito parece mover-se na direção de uma compatibilização entre o seu agir e o mundo interno, e esse movimento se insere no que Spinoza chama de “esforço de existir” ou *conatus*. Vejamos como o autor afirma isso:

Conatus (esforço em latim) – “Toda coisa, enquanto está em si, se esforça por perseverar no seu ser.” Este esforço de nossa essência em perseverar na existência é o próprio Conatus. É a essência atual do corpo e da alma, sendo uma força interna para existir e conservar-se na existência (SPINOZA, 1996, p. 6).

Diz Spinoza (1988, p. 19) que as paixões alegres aumentam a potência de agir, na medida em que fortalecem nosso “conatus” ou nossa potência de existir, afirmando que a alegria é “a passagem de uma perfeição menor a uma perfeição maior”, Chauí (2006, p.125), em “Espinosa: poder e liberdade” já observava essa questão:

São fortes os afetos nascidos da alegria, isto é, do sentimento de que nossa potência de existir e agir aumenta em decorrência de uma causa externa. Assim, o primeiro movimento de fortalecimento do *conatus* ocorre quando passa de paixões tristes a paixões alegres e é no interior das paixões alegres que, fortalecido, ele pode passar à ação, isto é, ao sentimento de que o aumento da potência de existir e agir depende apenas de si mesmo como causa interna.

Podemos sugerir que a potência da arte está na possibilidade de produzir *paixões alegres*, nos termos de Spinoza, e que a promoção da saúde e a educação, na interface com a escola, é um lugar para esse esforço se dizer?

Freire (2000), em *Pedagogia da Autonomia*, também reitera a alegria como componente fundamental da prática educativa, apontando para uma relação entre esta e a esperança. Diz Freire (2000, p. 80): “Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e aluno juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria.”

Ao mesmo tempo o cirandeiro Ray Lima traz em suas reflexões esse dialogismo entre prática artística e prática educativa. Aqui nos reportamos às indagações de Linhares (2003, p. 44) sobre a possibilidade de se falar de “uma educação política e estética que inclua um trabalho do conhecer a partir dos processos de pensamento que se usam em arte e que se vinculam estreitamente

aos padrões do sentir humano.” Aqui se vê a prática artística conectar-se a uma matriz política, que não descola da ideia da arte como “padrões do sentir das culturas humanas” (LINHARES, 2003, p. 44).

Dessa forma, às indagações iniciais, o cirandeiro acrescenta algumas reflexões, fruto da sua experiência vivida, o que parece ser um modo de juntarmos a educação estética à educação política. Assim, vemos como Ray Lima reafirma a importância da arte no âmbito das políticas públicas locais, como canal de potencialização da participação popular:

De algum modo, tem mexido com a educação em alguns municípios ao longo do tempo como Janduís-RN, Icapuí-CE, Aracati-CE e, mais recentemente, Maracanaú-CE, para darmos exemplos concretos. Constatam-se na experiência educacional desses municípios transformações no comportamento de muitos educadores, gestores e estudantes impulsionados por ações estratégicas como: Recriação, Escambo Teatral de Rua e Caminho do Mato; Escola de Arte e Esporte e Showniões; Programa Zumbi de Desenvolvimento das Aprendizagens; e Escola Zumbi, respectivamente. Essas estratégias, quando vinculadas às Políticas Públicas Locais, principalmente às de Educação e Cultura, abriram muitos canais de participação da população.

Como Linhares (2003) já afirmava, a crítica da cultura deve se apoiar em uma crítica da racionalidade instrumental e da lógica que mantém a desumanização:

Hoje, como assessor artístico-pedagógico das Cirandas da Vida buscamos contribuir com a discussão da arte como um dos caminhos definitivos nos processos de educação permanente e popular do sistema municipal de saúde de Fortaleza. Bem, refletir por meio da arte seja a partir de espetáculos, vivências ou intervenções cenopoéticas também é um modo de pensar e interagir com o mundo, uma forma de perceber a vida. Vivo dizendo que as linguagens artísticas operam com outra razão possível [...] para além do explicável, do provável, do científico. Razão esta que precisa ser considerada no que pode haver de essencial na formação das pessoas, se temos como horizonte uma sociedade mais centrada nas forças positivas do humano.

Situar a potência transformadora da arte nos conduz, pois, ao tensionamento entre arte e racionalidade; entre arte e ciência hoje e entre a arte no contexto da experiência formativa em saúde, do ponto de vista popular e os enfrentamentos com a ordem social maior. Acrescentamos, ainda, a necessidade de centrar a discussão da escola como comunidade de aprendizagem, e, pois, lugar de promoção da saúde, junto ao horizonte das potências humanas a desenvolver - o que nos remete mais uma vez ao diálogo com Spinoza.

Considerando a importância de desvelar essas questões de fundo, retomamos os movimentos que deram concretude a essa sinfonia.

Nos encontros iniciais da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, Lúcia Vasconcelos, então cirandeira-articuladora da Região III, reconstitui a história dessa aproximação entre as Cirandas e o espaço escolar. Ouçamos sua fala:

Essa ideia de trabalhar com as escolas, começa na regional III, onde as Cirandas têm se concentrado na região do Pici, que representa um conglomerado de bairros como Planalto Pici, Henrique Jorge, Antônio Bezerra, Bela Vista e outros. O Pici era uma base militar dos americanos, durante a segunda guerra mundial e que foi depois ocupada por migrantes, fugidos da seca, tendo abrigado durante muito tempo áreas de desova de corpos mortos pela polícia. Na década de oitenta, com o agravamento da problemática de moradia em Fortaleza, foram se dando novas ocupações, também impulsionadas pela CEBs e outras estratégias organizativas. Nessa região, as ações das Cirandas têm sido protagonizadas pelo conjunto de movimentos que têm a arte e a cultura popular como foco de sua atuação e que apontaram a violência como situação limite a ser enfrentada. Foram muitas as situações e formas de violência referidas pelos jovens e crianças da comunidade: agressões entre crianças, relações autoritárias entre professores e alunos, violência doméstica, exploração sexual, agressões nas ruas como assaltos e assassinatos.

Ao trazer para o contexto dessa sinfonia a temática da violência, a cirandeira nos provoca à reflexão sobre o que foi vivido no contexto dos territórios por onde se movem as Cirandas da Vida, de forma a estruturar pontes entre a temática e o espaço escolar. Assim, como médica e atriz implicada nessa história, pudemos também reconstituir momentos nos quais, nas rodas geracionais com os jovens da comunidade, pudemos ouvi-los, na linguagem do rap e do teatro,

sobre como a escola contribuía ou deixava de contribuir para a produção ou para o agravamento da violência na comunidade.

Diziam eles, utilizando as linguagens da arte, sobre como as escolas estavam distantes das suas realidades e necessidades dos que ali viviam; e falavam das quadras e bibliotecas fechadas à comunidade que havia nesses locais – singulares ofertas para vivenciar a arte e o lazer. Por outro lado, nos momentos intergeracionais, ouvíamos, em alguns territórios, professores e lideranças comunitárias que traziam para a roda relatos do “vandalismo dos jovens” a depredar o patrimônio público e promover situações de violência dentro e fora da escola.

Fazemos nossas a pergunta de Arroyo (2004, p. 43): o que nos escandalizaria seria que os filhos do povo tivessem comportamentos impróprios do povo ordeiro? E, como continua ele (ARROYO, 2004, p. 44),

[...] o que nos assusta é que todos os setores infantilizados na cultura política: povo, infância, mulheres usem comportamentos que lhes são impróprios que as elites sejam violentas é normal, faz parte do jogo do poder, da acumulação e produção da riqueza, mas do povo e de seus filhos, se espera que sejam ordeiros, pacientes, sem ambição, submissos e silenciosos.

Voltando ao relato da cirandeira Lúcia, na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, podemos ver como, diante das situações-limite apontadas com relação à escola e com relação aos contextos vividos no Pici, a população discutiu os atos-limite (de transformação) olhando para a potencialidade dos grupos de arte locais.

São muitos os grupos aqui do Pici atuando com arte. O ESCUTA²³ desenvolve várias ações com arte e educação popular, como o Círculo de Cultura Brincante, o Círculo de Fantasia, o Reisado, sendo que algumas delas diretamente com as escolas daqui, mas temos outros grupos como o Soltando a Voz, Utopia... Todos envolvendo jovens da comunidade, com muitas possibilidades de atuarem como educadores e que não têm tido oportunidades para realizar essa atuação.

Nesse contexto de debate, os documentos das Cirandas da Vida explicitam como a proposição de atuar junto às escolas públicas municipais naquela região da cidade estendeu-se para os territórios de atuação das Cirandas nas seis regiões de

Fortaleza. Observávamos que a violência como situação-limite era apontada em todas as regionais e víamos que, para o enfrentamento da violência, deveríamos envolver crianças, adolescentes e jovens nessa reflexão.

Os cirandeiros e outros atores comunitários apontaram nas rodas das Cirandas, em várias regiões, grupos de arte dos territórios cuja prática artística se vincula de alguma forma à luta popular. Estes grupos foram convidados a encaminhar seus partícipes, de modo que pudessem contribuir com a problematização da violência e de outras situações-limite que estavam a exigir transformação. Sempre retornava a linguagem da arte.

Buscávamos, pois, a produção de um espaço pedagógico compartilhado entre professores e artistas-educadores populares, que pudesse fazer dialogar os saberes da arte e os conteúdos necessários para uma concepção alargada de currículo, capaz de se alcançar o mundo da vida, da arte, do cotidiano.

Aqui a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa se faz mais uma vez sinfonia e traz à cena o poeta-educador Júnio Santos, cuja fala poética desencadeia junto aos cirandeiros uma série de reflexões, com as linguagens da arte, sobre aspectos conceituais, concepções pedagógicas e a perspectiva de educação como direito fundamental:

*Escola
Tem que ser boa toda hora
Tem que ter livros pra ler
E o direito é aprender*

A música cênica provoca no encontro temático sobre a experiência vivida na sinfonia Cirandas nas Escolas uma série de questionamentos, explicitados pelo cirandeiro Ray Lima: “Por que temos as escolas que temos e não outras? Qual a relação dos conhecimentos produzidos (ou reproduzidos) na escola com a vida que levamos e a sociedade ou o lugar em que vivemos?”

A discussão sobre a escola que temos ocupou em vários momentos o centro da discussão nas rodas das Cirandas da Vida, entre os cirandeiros ou na comunidade, especialmente nas rodas com juventude. Aqui nos reportamos a Arroyo (2004), quando traz a dimensão da instituição escola e sua historicidade – os tempos e espaços de formação como lugares da sua organização como cultura instituída. Também Linhares (2003, p. 18) mostra que, como para as classes

23 Espaço Cultural Frei Tito de Alencar.

populares, o trabalho é sacrifício, a escola extirpa dimensões que não são as desse tipo de trabalho (explorado), que é o modo como o trabalho é vivido pelas classes populares. Por isso a escola deixa relegadas dimensões como a artística, a espiritual etc., que são dimensões do ser que aprende não tão coladas na utilidade que o mundo do trabalho exige para as classes desfavorecidas. Assim é que, em muito, a escola parece funcionar, para as classes populares, “como se fora um vestibulo onde se mutila dimensões e se prepara o corpo para um trabalho que é sacrifício”.

O cirandeiro Johnson, também participe da gestão de uma escola estadual em seu território, o Pirambu, nos chamava atenção para as dificuldades cotidianas de uma escola que não consegue pôr no seu projeto político-pedagógico as situações concretas que enfrenta:

O Pirambu enfrenta, de forma bastante contundente, problemas que são decorrentes da ocupação desordenada do território e que vão repercutir numa situação social extremamente complexa e marcada pelo tráfico, brigas de gangue e outras coisas. Na escola onde trabalho, esse ano tivemos vários meninos, alunos nossos, envolvidos em questões como essas e também vários assassinados. Mesmo assim, essas questões não são discutidas, pelo contrário, são silenciadas a não ser em oportunidades como essas que as Cirandas ocupam a escola com arte. E, enquanto os meninos morrem ou migram da escola para o tráfico, nós continuamos a insistir em separar os conteúdos curriculares do mundo da vida. Temos professores e gestores que acham que trazer a arte pra escola é perda de tempo, é prejudicar o aluno no seu processo de ler, escrever e contar.

O relato que vimos é provocador de novas reflexões e inquietações expressas pelo cirandeiro Ray Lima nos seguintes termos:

Por que tendemos a aceitar facilmente o que está posto, adequando-nos às regras impostas, moldando as expressões de nossas experiências, nossos conhecimentos acumulados, e quase sempre negando nossos modos de viver e pensar? O que nos faz, muitas vezes, repetir modelos que não se afinam com o que acreditamos e defendemos?

O questionamento do cirandeiro aclara algumas provocações que as Cirandas parecem fazer também em sua interação com a escola. Seria essa

experiência com arte na escola uma oportunidade de questionar essa normatividade exacerbada que se confere a ela? A arte na escola seria um modo de fazer dialogar os saberes da experiência produzidos no contexto dos movimentos populares?

O cirandeiro Johnson, durante encontro da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, aponta algumas possibilidades, trazendo referências contextualizadas dos seus territórios. Assim é que o cirandeiro revela potências locais expressas nas linguagens da música e da dança na interação com as equipes de Saúde da Família e com a residência de Medicina de família e comunidade:

Na SER I, as rodas das Cirandas têm girado em torno de algumas ações na região do Pirambu. O envolvimento da juventude foi bastante impulsionado pelas equipes do PSF que trabalham no CSF Guiomar Arruda, que propuseram trabalhar discussões sobre violência e gênero, drogas e sexualidade, a partir de uma abordagem participativa e dialógica em parceria com a equipe das Cirandas. Foi iniciado um caminho de discussão entre esses atores e atrizes sobre o processo de inserção no tecido social, já que o território é dividido entre gangues rivais. Dessa forma começou a descortinar-se uma proposta envolvendo a CIA Vidança, o grupo Raízes Sertanejas, que trabalham questões locais a partir da arte, cultura, dança e o corpo com escolas do território, por entendermos, também enquanto educadores, a importância de envolver a escola com essas temáticas e também para que ela valorize o saber que é da comunidade.

O relato do cirandeiro nos faz refletir sobre uma questão mais ampla e que diz respeito à integração das políticas de saúde e educação. Como, então, poderíamos olhar para a experiência das Cirandas nas escolas públicas municipais de Fortaleza como um dos caminhos possíveis para essa integração, tendo o território, suas situações-limite e potencialidades, como base para a elaboração de processos interdisciplinares e multirreferenciais de trabalho?

A Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, ao trazer à cena a integração das políticas, provoca novos questionamentos, e, na fala do cirandeiro Ray Lima, se expressa a preocupação da educação como direito. Assim questiona o cirandeiro: “Em que medida a educação em seus aspectos pedagógicos e legais, realiza ou facilita sua realização como direito universal?”

A discussão do direito à educação que se “interficia” com a do direito à saúde é percebida com a experiência vivida nesta sinfonia das Cirandas nas

Escolas, ainda como devir, como algo a ser conquistado no tensionamento entre a esfera institucional e o princípio da comunidade. Sobre isso Arroyo (2004, p. 69-71) nos lembra como a ideia de direito passou a compor o imaginário social e docente, mas da abstração como esses sujeitos de direitos são percebidos. E ele questiona sobre esses sujeitos, sem história, sem rostos, sem trajetórias. E ainda com Arroyo perguntaríamos como essa educação, que é direito de todos, convive com formas tradicionais de seleção que reprovam e excluem

[...] cidadãos concretos com classe, raça, vivências de cidade, de rua, de sobrevivência, de campo [...] com os tradicionais rituais classificatórios: alunos especiais, com problemas de aprendizagem, lentos, defasados, desacelerados, reprovados, repetentes e agora convive tão pacificamente com as novas classificações moralizantes: alunos com problemas morais de conduta, indisciplinados, drogados (ARROYO, 2004, p. 72).

Articulando essa discussão ao campo empírico, ouçamos a fala do cirandeiro Thyago, que nos permite apreender mais fortemente a indignação diante das situações de exclusão de uma parcela expressiva da juventude do território onde vive e atua como cirandeiro. Em seu depoimento é dito:

No contexto do Grande Lagamar, que envolve comunidades situadas na SER II e na SER VI, existe um grande número de jovens em situação de conflito com a lei, e que a escola não tem incluído a não ser em horários noturnos através de projetos de outro setor da prefeitura que funcionam na escola. A escuta desses jovens “vida loka” nos mostrou que a dificuldade de acesso ao lazer é algo bastante significativo pra eles e aparece em suas falas, como exemplo, a necessidade de abertura das quadras das escolas públicas do Grande Lagamar aos finais de semana (para o esporte), o que é algo que consegue juntar as várias “tribos”. Falam ainda, de como a escola e a saúde através de seus professores e trabalhadores precisam pensar outras formas de interagir com esses jovens, mais respeitosa, mais amorosa. A escola não é vista como algo da comunidade, do jovem. Se ela se fecha pra ele, ele não a reconhece como sua e aí pixa, depreda, porque não tem com ela sentido de pertença.

As reflexões do cirandeiro Thyago são emblemáticas do olhar dessa parcela da juventude sobre a óptica de educação predominante nas escolas que, a exemplo da saúde, revela a fragmentação e o alijamento da proposta da escola da realidade

cotidiana. Parece que a escola, como espaço de concretude de política pública universal, que deveria promover a inclusão, muitas vezes resulta por possibilitar e estimular um “caminho oficioso” de pertença a ela – um caminho de violência por tê-la como uma escola negada a essa parcela da juventude.

Assim, retomamos Arroyo (2004) para com ele perguntar: “que compreensão temos da educação como direito? Diante das tensões vividas atualmente nas escolas, conseguimos ver os alunos como sujeitos portadores de direitos? Todos? Apenas os bem-sucedidos e os bem-comportados?”

Outras questões surgidas na problematização dizem respeito à necessidade de debater a democratização dos processos vividos no contexto escolar, o intercâmbio com grupos de arte do território e a contribuição com um processo de educação permanente voltado para os ouvintes estudantis, ancorado nas linguagens da arte e na educação popular. A ilustração seguinte sintetiza os momentos de formulação da problematização.



Fonte: Fortaleza, 2008b.

Lima e Dantas (2009) referem-se à “arte e a cultura como elementos fundamentais no processo de desenvolvimento da educação cidadã”. Para os autores, a arte deve ser compreendida como transposta à visão instrumental, como algo mais amplo, que pode representar “o próprio modo orientador da pedagogia.”

As reflexões e inquietações trazidas pelos cirandeiros para a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa materializam-se em perguntas orientadoras da necessidade de refletir sobre essa trilha das Cirandas: “*Em que medida as ações das Cirandas da Vida, a partir da trilha Cirandas nas Escolas, em seu dialogismo com os atores comunitários (estudantes, gestores e facilitadores) e institucionais (saúde e educação) torna possível a superação de limites no contexto da relação comunidade, escola/educação e promoção em saúde?*”

A essas perguntas somam-se outras, que ajudam a conformar a problematização sobre as possibilidades de interação de arte e saúde no espaço escolar, de forma a envolver as potencialidades da juventude do território. Como? Partimos, sempre, da constituição de atos-limite para as situações-limite percebidas no contexto escolar em sua interação com a saúde.

Como formar redes a partir das expressões de arte e envolver a escola para atuar com a juventude?

Esse foi o desafio. Retomando o encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro Ray Lima expressa que a Ciranda e outras experiências por ele vividas podem ser potentes para estimular projetos de vida individuais e vinculá-los ao mundo dos projetos coletivos no território. Veja-se:

Apoiados em experiências concretas que vivemos nos diversos territórios por onde temos passado, no Rio grande do Norte e no Ceará, aos quais já nos referimos anteriormente, poderíamos dizer que a arte tem propiciado a produção de saberes coletivos e individuais, de maneira crítica e criativa, capazes de alterar não apenas as visões e práticas político-pedagógicas no âmbito da comunidade escolar, como fora dela, em seu entorno. Dessa forma, a experiência com a arte tem contribuído para a construção de projetos de vida, a partir de mudanças sentidas na trajetória social de crianças e adolescentes, educadores e famílias.

A Proposta político-pedagógica: contribuições para a formação de um pensamento crítico-transformador no dialogismo saúde-educação

A Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa traz para o centro da roda a articulação e a formação dos artistas-educadores, com vistas à formulação compartilhada do processo pedagógico a ser realizado em onze escolas municipais de ensino fundamental, escolhidas com base na pactuação entre os cirandeiros e os distritos de saúde e educação nas seis secretarias executivas regionais-SER.

Para o cirandeiro Ray Lima,

Um aspecto facilitador desse processo refere-se à capilaridade que as Cirandas têm no meio popular e sua capacidade de inserção nos territórios, articulando saberes e práticas, assim como sua vocação pelo trabalho em rede, tecendo relações com e entre os mais variados atores sociais, institucionais e não institucionais diretamente ligados ou não ao setor saúde. Aliás, vale destacar sua contribuição junto às comunidades e aos espaços de formação do Sistema Municipal Saúde Escola – SMSE quanto à ampliação do conceito de saúde através da educação popular, que tem se concretizado na produção de tecnologias leves, praticadas no âmbito do sistema municipal de saúde do município de Fortaleza.

Respaldados na fala do cirandeiro cabe perguntar-nos: que princípios orientadores percebemos nas práticas pedagógicas realizadas pelas Cirandas da Vida e em que medida eles dialogam com os princípios da saúde e da educação?

Que tecnologias leves²⁴ as Cirandas produzem nessa caminhada com os grupos de arte dos territórios e em que medida elas podem iluminar os processos pedagógicos vividos com os profissionais de saúde ou mesmo nas escolas?

De que forma esses processos podem contribuir para a interação saúde e educação?

No que diz respeito à interação saúde educação, os percursos das Cirandas, no seu propósito de problematizar a violência e outras situações-limite apontadas

24 Segundo Merhy (2005, p. 49-50), O trabalho em saúde é centrado no trabalho vivo em ato e não pode ser capturado na lógica do trabalho morto, expresso somente nos equipamentos/máquinas (tecnologia dura) e nos saberes estruturados (tecnologia leve-dura), pois no campo das intervenções assistenciais há abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário/cidadão, em um processo de relações, que envolve tecnologia de relações (tecnologia leve) de encontros de subjetividades, de produção de vínculo, autonomização (aqui definida como a capacidade do indivíduo de governar o modo de conduzir a sua própria vida) e acolhimento.

pela população, trouxeram a necessidade de constituir diálogos com outros setores e projetos do campo da saúde que atuam no espaço escolar.

No processo fomos construindo diálogos com o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas-SPE, conduzido pela área técnica de DST e AIDS, com o grupo das escolas promotoras, técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Distritos de Educação e as escolas e fomos percebendo que são muitas as temáticas presentes no cotidiano juvenil e nos projetos políticos pedagógicos das escolas. A possibilidade de trabalharmos com um universo temático mais amplo foi sendo configurada, mas a escolha das escolas onde atuaríamos, foi definida a partir da constatação de situações de violência na escola ou em suas cercanias (FORTALEZA, 2007a).

O relato do cirandeiro Ray Lima sobre a forma de envolvimento dos artistas e a edificação da proposta traz possibilidades de reflexão sobre diversos aspectos da questão.

Um dos aspectos diz respeito à forma de escolha dos educadores-artistas para facilitar as oficinas. Por um lado, o convite dirigido aos grupos partícipes da Rede de Arte Cultura, outra sinfonia sobre a qual nos debruçaremos posteriormente. Este se deu com base em um perfil estabelecido pelo coletivo dos cirandeiros que, segundo documento de avaliação anual das Cirandas (FORTALEZA, 2007a), constou de experiência com facilitação de oficinas, tempo de participação no grupo ou atuação com a linguagem artística e envolvimento com a comunidade em seus movimentos de organização e luta popular.

Outra dimensão singular da proposta diz respeito ao trabalho pedagógico empreendido com o grupo de artistas-educadores populares.

Ancorada nos princípios da educação popular, e tendo os próprios cirandeiros e cirandieras facilitando o processo, a proposta consistiu em que os saberes dos atores e atrizes dos grupos e movimentos locais que trabalham com arte tivessem vez e voz na mesma roda, expressando sua singularidade, sua peculiaridade rítmica, medrando ações grupais onde se pudesse experimentar a riqueza da construção coletiva.

Ainda considerando essa diversidade, entendemos a necessidade de constituir um olhar multirreferencial na abordagem, com base no qual se pudesse

produzir uma leitura plural, buscando trazer o ponto de vista popular sobre as realidades que desejávamos mudar, em sua complexidade e heterogeneidade.

Tendo como referência esta proposta pedagógica, gestores, professores, estudantes, educadores populares foram envolvidos, além da comunidade do entorno da escola em seu processo de elaboração. O percurso metodológico vivenciado na constituição da experiência sempre considerou a diversidade de saberes e lugares que constituem o universo complexo da comunidade onde se insere a escola, tendo como aspectos fundantes a “dialogicidade” criativa, a escuta sensível e a escrita coletiva.

Segundo Ray Lima,

Uma das preocupações era a de aprofundar a discussão sobre educação popular a partir de uma abordagem vivencial que pudesse incorporar as dimensões subjetivas e coletivas dos processos e propiciar a construção metodológica das oficinas de forma coletiva e problematizadora. Nesse sentido buscou-se a reconstituição da memória de cada grupo, a discussão sobre as relações que construiu com escolas e comunidades de seu território de atuação e a preparação da proposta de trabalho para desenvolver esse momento na escola, envolvendo estudantes, professores, pais, gestores e equipes de saúde. Conhecer a experiência prévia de cada um, seus desejos, sonhos, projetos de vida era outra questão que considerávamos fundamental por entendermos que o trabalho do educador necessariamente envolve a dimensão subjetiva, o desejo, a amorosidade.

Considerar a subjetividade dos educadores populares, para o conjunto de atores e atrizes das Cirandas da Vida, tal como expressam em um dos documentos sobre o processo, representa aspecto-chave da proposta. Possibilitar a esses educadores a oportunidade de trabalhar apoiados em suas crenças e escolhas, de refletir sobre quem realmente são nessa história, por onde trilhar e o papel de cada ator/atriz envolvidos no projeto, foi um dos aspectos orientadores da proposta político-pedagógica.

Para uma reflexão importante no que concerne ao respeito à experiência prévia dos diversos atores e atrizes envolvidos, vamos buscar mais uma vez em Freire a âncora, quando ensina que “respeitar os saberes” de “senso comum” ou produzidos na experiência existencial não significa limitar o ato educativo a esse

saber, mas dialogar com ele, problematizá-lo. Dessa forma, é possível, segundo ele, elaborar um saber relacional, como síntese articuladora entre os saberes apreendidos na escola da vida e aqueles proclamados na vida da escola.

Quando nos referimos ao respeito a esses saberes, o inscrevemos considerando como Freire (2000) a identidade cultural dos educandos e a compreensão de que subestimar a sabedoria que resulta da experiência sociocultural seria, simultaneamente, equívoco de atitude científica e manifestação inequívoca da presença de uma ideologia elitista no que fazer educativo.

A arte como aspecto transversal a todas as ações das Cirandas permeia também aqui os diversos momentos do processo. Nesta direção, a arte é vista como indispensável para a formação do cidadão, inclusive para as práticas sociais e para o trabalho.

Continuemos com o relato do cirandeiro:

Trabalhamos a acolhida com brinquedos cantados e jogos cooperativos com o objetivo de trabalhar o ritmo, a cooperação, a integração e o espírito coletivo no trabalho. A problematização sobre a educação foi construída com base em questões geradoras que abordaram as dimensões conceitual, pedagógica e cidadã em sua relação com o território. As sínteses produzidas pelos grupos tiveram como orientação a inclusão das linguagens da arte que trazem em se saber de experiência feito como o teatro, a música, a poesia. Também buscamos sintetizar com arte a reconstituição de suas experiências, a concepção do seu aprendizado, as linguagens com que cada um constrói sua prática artística e os lugares onde ela se realiza.

As linguagens artísticas mais uma vez revelam a potência de sua dimensão problematizadora no rap produzido pelos facilitadores como reflexão às questões norteadoras:

*Escola que eu quero
Olha só o que me deram
Popular, igualitária
Envolve e me atraia
Escola que eu quero
Olha só o que deram.
Loteada, privada,*

*Fechada para os donos do saber
Não valoriza o povo
Tampouco o seu saber
Escola que eu quero
Olha só o que deram.
Sistema educacional
Diretor senhor feudal
Mantenedor do sistema formal
Fecha a escola
Para a riqueza local
Não cumpre o seu papel
Educação = defasagem = evasão
Educador que deseduca
Forma o Brasil que caduca*

Essas reflexões partem da compreensão das potencialidades da arte como espaço de produção de saberes e sentidos, a partir dos quais consideramos a possibilidade de promover a ampliação da percepção de seres humanos, como sujeitos criativos e afetivos, na perspectiva de fomentar a participação popular e o protagonismo infanto-juvenil na promoção da saúde e da vida. Nesse sentido, retomamos a proposição de Lima (2009) sobre o artista transformar-se e/ou reconhecer-se como educador, e o educador transformar-se e/ou reconhecer-se como artista, inserindo-se no universo pedagógico das escolas.

Sigamos com o relato do cirandeiro:

Do material produzido pelos artistas, pudemos apreender a diversidade de suas leituras e referências para o que compreendem como processo educativo e que giram em torno de autores como: Frei Beto, Leonardo Boff, Paulo Freire, José Comolin, Florestan Fernandes e Nietzsche. No que diz respeito à concepção de educação esta aparece como base de libertação e como saber coletivo, como processo e vivência que transforma a realidade, abrindo-se a um mundo de conhecimento e de convivência.

Nesse percurso inicial com os facilitadores, percebíamos, como pesquisadora implicada, que, apesar das leituras diversas ou mesmo da escassez de leitura escrita por parte de alguns, o conjunto dos facilitadores trazia a perspectiva de uma educação libertária, processual e coletiva, onde a vivência é expressa como dimensão fundamental.

A diversidade de referências soava para os que conduziam as Cirandas como a possibilidade de trabalhar a “dialogicidade”, compreendendo a importância da alteridade que, para Rolnik (1992), remete ao plano das forças e das relações, ao encontro dos seres, no qual cada um afeta e é afetado, produzindo certa instabilização que enseja transformações. Neste sentido, buscamos mais uma vez Bakhtin (2003) para nos lembrar que os sujeitos do diálogo se alteram em processo (devir) e que não se posicionam como coisa muda, mas como sujeitos que também falam e respondem.

Ao mesmo tempo necessitávamos ter uma ideia das concepções de arte trazida por esse grupo de artistas com bases conceituais tão diversas e trabalhar coletivamente os caminhos possíveis. Tendo como referência metodológica os círculos de cultura freireanos questões como: onde está a arte em mim? Onde poderia estar a arte na escola pública? E onde arte, educação e saúde se encontram no cotidiano escolar? Constituíram o mote para a problematização que buscou ainda localizar as situações-limite, as imagens de transformação e os potenciais para seu enfrentamento.

A problematização representou para o processo com os facilitadores a possibilidade de refletir sobre suas vivências cotidianas com arte, uma espécie de distanciamento, no dizer brechtiano, em que a reflexão traduz a possibilidade de ação transformadora, como propõe Carneiro (2005, p. 25) ao discorrer sobre as ideias de Freire,

Problematizar é diferente de apresentar respostas prontas para a solução dos problemas. É diferente também de apresentar a realidade como algo já posto, imutável, a qual é preciso se adaptar. Responder questões implica em pensar. Pensar é aproximar-se da realidade e destruir mitos. Pensar coletivamente é diferente de pensar para alguém, ou para um grupo. A ação transformadora da realidade só é possível a partir das descobertas coletivas. É desta forma que se estabelece o diálogo. É assim que estará sendo restituída a palavra que foi roubada do povo oprimido, no decorrer dos séculos. Junto com a palavra, é restituída a cultura, as formas de expressão.

Para os jovens foi um momento de olhar para sua ancestralidade, para o ser brincante que há em si, para pensar a escola além dos muros; uma escola integral,

espaço para discussão e acolhimento cuja potência como educadores pudesse ser reconhecida mediante a vivência com as linguagens da arte. Dessa forma, a reflexão sobre a arte e sua importância como espaço de criação, expressão e produção de saber é referendada pelos atores partícipes das Cirandas nas Escolas.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, entretanto, o cirandeiro Ray Lima problematiza:

Apesar do anseio de pensadores, arte-educadores, educadores populares e sociais de incorporar a arte de maneira mais sistemática no trabalho de formação para a cidadania não existe a convicção e a firmeza de outros setores da sociedade, e mesmo no meio educacional, de que esta seja o motor principal de um processo educativo, embora seja aqui compreendida como imprescindível, tanto quanto outros conhecimentos e recursos pedagógicos que contribuem para a formação integral do indivíduo.

A reflexão do cirandeiro naquele momento inicial foi retomada por alguns facilitadores durante o processo, haja vista as dificuldades de articular efetivamente o processo por eles conduzido à proposta pedagógica da escola, funcionando a experiência em algumas escolas, de certa forma, com certa marginalidade à atividade cotidiana.

Um dos momentos mais interessantes dessa caminhada das Cirandas com os artistas da rede de Arte e Cultura em sua interface com as escolas aconteceu durante um dos encontros de avaliação. Naquele momento, pudemos ver a importância de deixar espaço para as incertezas, a improvisação. O cirandeiro Ray Lima fala desse momento na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa.

Havíamos pensado um momento de interação inicial, mas como os facilitadores não chegaram todos no mesmo momento, já não havia tempo para o que planejamos. Então de forma bem espontânea, fizemos uma provocação sobre o porquê de os artistas quando vão a um encontro formal não ousarem quebrar o gelo, romper com o pré-estabelecido e propor algo diferente ou intervir no processo em questão, no formato das linguagens e práticas de suas artes. Dentro do espaço educativo isso tem um significado muito grande. Se por um lado o educador pode facilitar processos pedagógicos transformadores, criativos, por outro ele também pode estar alimentando processos conservadores, repetindo

modelos maquiados como inovadores, revolucionários que servem a uma elite que se mantém no poder há séculos. Feita a provocação, veio aquele silêncio e... em seguida as pessoas começaram a jogar no centro da roda objetos, pertences, alimentos, etc. e a partir deles refletir o que trouxe, deixou de trazer, ofertar...

Essa ocasião ensejou uma produção poética coletiva amparada nos objetos em cena, na verdade, o que cada um representa como simbologia e expressão daquele momento e que aqui transcrevemos em parte:

*O homem dependente da caneta que abre portas e janelas para a vida;
A chave que transfere para o papel o que estava trancado na mente;
A caneta que é chave para abrir a mente (do homem e da mulher que
Se prende ou se solta das verdades e mentiras,
“das restrições mentais” deste mundo [...]
Há também os objetos de tirar som – as chaves
Do conhecimento que abre o(s) universo(s) em movimento;
As chaves da vida, instrumentos de apitar o movimento vital
De criação, recriação e reinvenção do mundo;
As pessoas também são chaves ou não – pessoas chaves,
O ator e a atriz chave, o problema chave, a pergunta chave,
A palavra, a idéia chave, a escolha chave, o momento chave;
As chaves necessárias para abrir o cofre da vida,
portas e janelas do mundo não feito e porvir.*

Essa produção é, por sua vez, relida pelo cirandeiro Elias, que a socializa com os facilitadores, gerando novas reflexões com o coletivo dos atores.

*A sabedoria abre portas e abre trilhas por onde a vida circula.
O conhecimento é como um chaveiro, com muitas chaves,
cada chave serve para abrir uma porta.
E cada poeta é lugar de passagem, de entrada e saída.
Portas trancadas, portas travadas sugerem segurança,
prevenção e medo, mas sugerem também bloqueios, cativeiros e isolamento.
Há sempre um lamento do outro lado da porta,
um desejo de liberdade, um sonho de felicidade,
um olhar que sonha com uma réstia de luz [...]
A cada dia, no correr do tempo e da história, novas chaves aparecem, surgem*

*para abrir as portas desse visto mundo e desvendar seus mistérios.
O medo e a alienação desconstroem a chave.
Quantas chaves sem função e quantas portas precisam ser abertas neste mundo são!
A chave não é o bastante.
O saber que não circula não abre portas e janelas,
Não desacorrenta a alma, não constrói pontes, não desata os NÓS do EU e não
ajuda o EU ser mais.*

A formação dos facilitadores, portanto, produz esse diálogo reflexivo em que os diversos sujeitos se constituem, ao mesmo tempo, como educadores e educandos, conscientes de seu inacabamento, mas buscando chaves em sua ação cotidiana que lhes direcionem na possibilidade de *ser mais*. Assim, como diz Freire (2000), “as pessoas começam a agarrar sua história com as próprias mãos e com isso a educação muda”.

Em busca da formação de redes: a escola e a atuação com a juventude

Com a animação dos atores e atrizes de grupos e movimentos partícipes da Rede de Arte e Cultura, delinearam-se os primeiros movimentos das Cirandas nas Escolas cujo percurso metodológico foi estruturado coletivamente durante o percurso formativo que descrevemos e que juntou, em alguns momentos, cirandeiros e artistas de cada região e outros os artistas de cada linguagem específicas das várias regiões. Esse foi um exercício importante de interdisciplinaridade. Fazendo um paralelo com a ideia de campo e núcleo sistematizada por Campos (2000b) no método Paideia, dizemos que a arte e educação popular constituíram o campo comum do processo nucleado pelas várias linguagens artísticas que se “interfocaram” em vários momentos.

Esse caminhar propiciou, segundo Ray Lima, em seu relato na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa,

O desenvolvimento da autonomia desses facilitadores que vivenciaram inicialmente a metodologia que eles próprios ajudaram a formular e o intercâmbio de saberes ao fazerem dialogar linguagens artísticas diversas e as experiências vividas em seus grupos de origem.

Foram onze escolas distribuídas nas seis regiões administrativas da cidade, onde, efetivamente a ação foi concretizada. A ilustração mapeia as escolas em relação à territorialização regional:



Segundo documento oficial das Cirandas da Vida (FORTALEZA, 2008b), a escolha das linguagens foi feita com base na potencialidade local, na vinculação dos estudantes às ofertas realizadas pelas Cirandas e incluíram o teatro, a dança, música e percussão, o grafite e o rap.

A formulação metodológica aconteceu no decorrer de uma oficina, onde cirandeiros e facilitadores discutiram as categorias e os caminhos metodológicos das Cirandas da Vida e, ancorados nessa discussão, foi consenso o fato de que o ponto de partida era conhecer as comunidades escolares, seu projeto político-pedagógico e sua interação com a comunidade, iniciando pela reconstituição da história de luta e resistência da escola, envolvendo estudantes, pais, professores, gestão e trabalhadores da saúde no território. Essa recuperação da memória, a exemplo das outras ações das Cirandas, foi a base para a definição de situações-limite e potencialidades locais.

Para o cirandeiro Ray Lima,

É justamente, partindo dessa escuta-leitura cuidadosa que as Cirandas da Vida vão tecendo, construindo e reconstruindo seus processos de trabalho e de atuação junto aos territórios, recolhendo olhares e práticas e devolvendo visões coletivamente melhoradas e possibilidades de práticas cidadãos renovadas e potencializadas, envolvendo todos os atores implicados, principalmente educadores e educandos, “discutindo a vida, o lugar onde mora, a escola onde trabalham ou estudam...”

O encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa trouxe na fala dos cirandeiros singularidades do processo em cada região da Cidade. Ouçamos o cirandeiro Johnson.

Na SER I, foram vários processos mas a escola que ocupamos inicialmente foi a Escola Municipal Erondina Cavalcante localizada no bairro Vila Velha. O processo envolveu o Chefe do Distrito de Saúde da SER I, estudantes, professores, pais, agentes comunitários de saúde, representantes do projeto Escolas Promotoras de Saúde, além dos cirandeiros, é claro. Para acolhe a todos preparamos uma composição musical que fala da importância de estarmos juntos nessa construção

*Cirandá cirandê
Nessa roda eu também quero entrar
Cirandê cirandá
Par e passo nos teus braços rodar
Tu me ensinas que eu te ensino
O caminho no caminho
Com tuas pernas minhas pernas andam mais.*

E ele continua:

Uma das potencialidades da escola, a Rádio Escola Liderança que é um programa real existente há quatro anos, foi apoiada pelo [Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência] -UNICEF e ela ONG Catavento, terminou sendo a linguagem escolhida para contar a história de luta e resistência. Ali nos chamou atenção o sentido de pertença dos estudantes à escola. Um dos estudantes conta sobre a construção da horta dizendo de como ela ocupou o espaço da praça onde só havia acúmulo de lixo. Hoje a gente come as verduras da escola. Os meninos aproveitaram o programa de rádio simulado pra fazer os recadinhos do coração, mas também para expor suas insatisfações, como por exemplo, o fato de que a escolha das músicas que tocam na rádio não inclui o gosto dos estudantes. Ele dizia: a rádio só toca [Música Popular Brasileira] -MPB que é o gosto do professor. A entrevista do programa foi o espaço onde eles colocaram as situações limite a serem enfrentadas como a questão do preconceito de gênero relatado a partir de uma situação vivida por um deles.

Do relato do cirandeiro, é possível apreender a problematização vivida com a reconstituição da história de luta e resistência da escola que, ao mesmo tempo,

deixa entrever a articulação intersetorial como potência local, o envolvimento da escola com o território e a inclusão de tecnologias comunicativas no processo pedagógico. Ao mesmo tempo, traz à tona contradições importantes que refletem a manutenção de relações hierárquicas verticais entre estudantes e professores, assim como a dimensão do preconceito permeando o processo pedagógico e as relações no cotidiano da escola. Nesse sentido, refletimos sobre a distância que ainda temos a percorrer para a efetivação de uma escola que decididamente rejeita a discriminação em suas variadas formas de se expressar. Lembrando Freire (2000, p. 40), “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humana e nega radicalmente a democracia”.

As contradições e dificuldades do processo também se evidenciam na fala da cirandeira Beth, revelando a diversidade na interação dos facilitadores, a escola e a comunidade que dão contornos singulares à experiência no que diz respeito à mobilização, à interação com a comunidade e seus movimentos, às linguagens e até o perfil dos estudantes envolvidos.

Na SER VI foram 04 escolas e em duas delas foi trabalhada a linguagem do teatro e a mesma temática, no caso a violência. Em uma delas o grupo foi formado essencialmente por crianças e a adesão restrita da gestão escolar gerou dificuldades no acesso e na manutenção de espaço para a realização das oficinas, bem como para a mobilização e sensibilização dos estudantes. A outra escola que escolheu essa linguagem trouxe como facilitador, um jovem que já fazia voluntariamente oficinas de teatro na escola. Nessa escola já vinham acontecendo há mais ou menos um ano, discussões envolvendo a escola, a comunidade e outras políticas setoriais da região junto a uma ação denominada Fortaleza de Paz com a perspectiva de reduzir os índices de violência na comunidade e do qual as Cirandas fizeram parte desde o início. Ali apesar dos problemas gerados pela violência na comunidade gerou retomada dos horários, mas o processo contou com o apoio total da escola em seus vários componentes. Já as escolas que trabalharam a linguagem do grafite trouxeram para a roda outro tipo de estudante. Aqueles mais problemáticos os que inclusive se envolvem com a produção de atos violentos na escola e na comunidade. Também aqui trilhas já desenhadas pelos facilitadores na sua interação com a escola produziram um movimento potente que se manteve mesmo após a conclusão da oficina.

O cirandeiro Jair Soares, que se agregou ao corpo de cirandeiros após o trabalho como facilitador em uma escola situada na SER IV, revela no encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa que, experimentar a riqueza processual da construção coletiva, com os vários atores e atrizes (comunitários e institucionais) implicados atuando como sujeitos de todos os momentos da sua elaboração, representou para ele, mais do que os conteúdos temáticos que acessou, o ganho essencial dessa experiência. Vejamos o que diz em artigo publicado por Soares (2008)

Durante seis meses atuamos nas escolas municipais das seis regionais de Fortaleza, utilizando as linguagens como: percussão, teatro, *hip hop*, etc., na perspectiva de estar fortalecendo as escolas e discutindo com crianças e adolescentes as situações limite de cada bairro. Começamos a prosa com o corpo gestor da escola, logo em seguida com os alunos e alunas. Partimos da história de vida de cada participante, depois a história da escola, e por último as situações limite da escola e do bairro. As crianças e adolescentes começaram a ler o mundo com outros olhos, discutir e problematizar as situações de seu bairro como: violência, drogas, problemas no atendimento, nas unidades de saúde. Além de estarem mostrando todo seu potencial artístico e criativo, atuando como sujeitos de direitos e fortalecendo o protagonismo juvenil.

A experiência das Cirandas no contexto das escolas públicas municipais de Fortaleza nos revela possibilidades que ainda se expressam como devir se pensamos a escola como radiadora de formação de redes para atuação com a juventude, tal como propunha o cirandeiro Ray Lima. A interação com os movimentos e grupos de arte nos territórios e sua inclusão no processo pedagógico das escolas seria um caminho a ser trilhado?

Arte e Cirandas da Vida: o protagonismo popular na produção e sistematização de saberes e conhecimentos

Desse percurso coletivo – cirandeiros e artistas-educadores, pelas escolas de Fortaleza – uma formulação importante tem relação direta com a sistematização das experiências e a produção de reflexões protagonizadas por estes últimos com a mediação pedagógica das Cirandas.

A necessidade de sistematizar o vivido foi objeto de reflexão em um dos momentos de avaliação, por compreendermos a singularidade do que estamos produzindo como conhecimento, entendendo também a importância de articular esse conhecimento local àqueles produzidos por outras pessoas em outros lugares ao longo da história humana. Daí a importância da sistematização das experiências que vivenciamos.

Por sistematização entendemos a interpretação crítica da experiência vivida, partindo do seu ordenamento e reconstrução, na perspectiva de compreendê-la em profundidade, apropriar-se e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido (HOLLIDAY, 2006). Segundo o autor, aprender e compartilhar são dois verbos que não podem ser desligados do exercício de sistematizar.

Outra questão importante tratada por Holliday (2006), relativa à sistematização, diz respeito ao inédito que constitui cada experiência, que é, portanto, irrepetível e inesquecível. São as experiências que nos fazem ampliar horizontes rumo ao inédito viável, mas este nos remete, como disse Freire (2000), à importância e à necessidade de aprender com a experiência do outro como atitude permanente dos que creem não possuir verdades definitivas acabadas. Perceber-nos em nossas experiências vividas como seres inconclusos nos inscrevem em um permanente movimento de busca.

Holliday (2006) também nos chama à atenção para o fato de que toda experiência é histórica e coletiva, mas vivida individualmente pelos sujeitos que a constituem. Nesse sentido, precisamos ir além do seu registro, da perspectiva de guardá-las na memória. Sistematizar é, segundo ele, reconstituir um projeto vivo dotado de intencionalidade e inclui necessariamente uma análise e interpretação crítica para que dela possamos extrair aprendizagens e compartilhá-las, além das fronteiras do território de nossas singularidades.

Nessa perspectiva, ainda recorrendo à Holliday, (2006) e Freire (2000), os diversos atores foram provocados a protagonizar a sistematização das próprias experiências, exercitando a “autoralidade” e nos aproximamos da compreensão dos fenômenos sociais em sua dinâmica viva, como sujeitos-protagonistas implicados nessa edificação histórica. Sobre isso diz Freire (2002, p. 61):

O homem se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade. O homem é desafiado constantemente pela realidade e a cada um desses desafios deve responder de uma maneira original. Não há receitas ou modelos de respostas, mas tantas respostas quantos forem os desafios, sendo igualmente possível encontrar respostas diferentes para um mesmo desafio.

As reflexões produzidas apontam para algumas, questões, como vínculos possíveis entre arte e educação, escola, saúde e comunidade, o papel da arte no processo educativo formal e as linguagens artísticas como espaço coletivo de produção de saberes e tecnologias educacionais e comunicativas.

O trabalho produzido por uma das facilitadoras para a II Mostra do Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza é revelador da potência da música nessa perspectiva.

A linguagem musical permeou todos os momentos da oficina potencializando aos estudantes vivenciem os vários ritmos musicais, especialmente aqueles que falam de perto à cultura nordestina como baião, maracatu, além de outros significativos para o grupo como o rap e o *funk*. O processo incluiu a descoberta do corpo como expressão de musicalidades, a composição coletiva de músicas a partir dos ritmos trabalhados, culminando com a produção de instrumentos percussivos e possibilitando a manutenção do grupo enquanto espaço de criação da escola. Também foi trabalhada a dimensão do canto assim como outras questões como a disciplina e auto-confiança. A produção musical trouxe a temática da violência sob a ótica dos estudantes que contribuiu com a problematização da questão na escola e na comunidade. O processo contou com o apoio do conjunto dos trabalhadores e da gestão escolar, apontando para a importância da interação escola-comunidade (ALMEIDA, 2008).

Segundo Holliday (2006), para sistematizar, é imprescindível um projeto com base no qual desencadeamos um processo que valoriza o saber cotidiano, buscando compartilhar e confrontar as interpretações dos diversos sujeitos e identificar as tensões entre o projeto idealizado e o processo vivenciado. Daí a importância de compreender esse processo, não apenas como intercâmbio

descritivo ou narrativo das experiências, mas também como movimento de explicitação de seus ensinamentos e de análise e reflexão das mudanças que se processam e os fatores que as determinam e das opções tomadas. No entendimento de Jara, ao sistematizar uma experiência, contribuimos para engendrar seu sentido e ousamos lançar sobre ela um olhar panorâmico.

A reflexão produzida por outro ator desse processo nos permite apreender como a arte constitui diálogos entre o processo pedagógico e as situações-limite.

Na Escola Maria de Lourdes Jereissati, a pactuação inicial ocorreu entre a cirandeira regional, a direção da escola e o facilitador que discutiram critérios de escolha dos estudantes a serem envolvidos. As oficinas, iniciadas com a reconstituição de luta e resistência da escola, apontaram a ausência de espaços de lazer e a violência como situações-limite a serem enfrentadas. A linguagem artística escolhida foi o grafite, trabalhada no sentido da construção de uma história, depois grafitada no muro da escola a ser posteriormente transformada em animação. O processo revelou a potencialidade de crianças e adolescentes da escola em produzir desenhos, conhecer e misturar cores e problematizar a sua realidade, evidenciando a importância da arte nos processos pedagógicos e contribuindo para a promoção da saúde e o protagonismo infanto-juvenil (LIMA, 2008).

O ato de sistematizar implica, portanto, olhar para o projeto político-pedagógico que nos orienta e produzir saberes e tecnologias que nos ajudem a olhar a realidade, ampliando a consciência e nos percebendo potentes para protagonizar processos de transformação da realidade, mudanças nas relações de poder no sentido da emancipação dos atores e atrizes envolvidos. Nessa perspectiva, arte e educação popular se articulam nas reflexões produzidas por outro facilitador que também se incluiu no grupo condutor das Cirandas da Vida após esse percurso:

No momento de reconstituição da história as crianças mapearam o território marcando espaços de morte e de vida com o objetivo de perceber que espaços relacionam com a problemática da violência. Trabalhando o corpo como possibilidade de expressão e criação de personagens, as crianças vêm construindo cenas e diálogos teatrais sobre a escola e seu cotidiano, animados por questões geradoras trazidas pela referência aos círculos de cultura. Outras questões foram

tematizadas como a discussão sobre as eleições municipais e o papel dos políticos na superação das situações-limite destacadas. Apesar da riqueza do processo e do interesse da direção da escola, questões tais como horário e espaço físico disponíveis para a oficina geraram dificuldades (NOGUEIRA, 2008).

Ainda perspectivando a produção dos educadores-artistas para refletir acerca da sistematização, lembramos desse processo como espaço de percepção de contradições e desafios com base nos quais podem ser traçadas estratégias de superação. É o que se apreende dessa produção também apresentada na Mostra do Sistema Municipal de Saúde Escola:

Um deles diz respeito à própria adesão do conjunto de atores da comunidade escolar que tem gerado dificuldades no acesso e manutenção ao espaço para a realização das oficinas, mobilização e sensibilização dos estudantes para se manterem no processo. A falta de interação com os profissionais de saúde tem sido apontada como outro fator desafiante já que a Ciranda é um projeto do setor saúde. Apesar das dificuldades o teatro tem se revelado para os que persistem um espaço de criação a partir do qual é possível reler a realidade de forma crítica, percebendo as injustiças sociais e que possibilita pensar caminhos de transformação social (RÉGIA, 2008).

Por fim, uma dimensão fundamental dessa perspectiva de sistematização e que vamos apreender, não apenas em Jara Holliday, mas também em Boaventura Santos, está presente na produção desse facilitador cuja interface com as Cirandas e a Escola está além dessa ação. Falamos da necessidade de caminhar no sentido da democracia participativa; de trabalhar a perspectiva da ecologia de saberes (SANTOS, 2005b), traduzida como o diálogo horizontalizado entre saberes diferentes, partindo da compreensão que vivemos em um planeta multicultural, onde existem diferentes maneiras de formulação dos problemas e de lutar pelas suas soluções.

A comunidade do Barroso II identificou como potência o protagonismo da própria comunidade e dos atores juvenis que a constituem e que, no geral, apesar de serem vistos por muitos como a causa da violência, são em verdade vítimas da falta de acesso a políticas que gerem vida cidadã ao invés de, como dizem, “vida loka”. O Movimento Nacional de

Meninos e Meninas de Rua-MNMMR tem tido uma atuação importante na comunidade e na própria escola, através do grupo Nada Consta. O movimento tem construído no bairro, trilhas de protagonismo juvenil e enfrentamento à violência e à exclusão social com base nos quatro elementos do *hip hop*: o DJ, o grafite, a dança de rua e o *rap*. O processo de articulação dessa proposta teve a participação de professores, gestores, estudantes e pais. Os encontros foram iniciados com a reconstituição da história de luta e resistência da escola, contada por esses vários atores e discutindo também a história de vida desses meninos e jovens na perspectiva de trabalhar projetos de vida cidadã (CASTRO et al., 2008).

Essas reflexões são reveladoras da importância da sistematização como espaço de pensamento sobre a experiência e parecem evidenciar que a vivência ensinou a esses atores populares a possibilidade de protagonizar uma produção de conhecimento, exercitando assim a “autoralidade”. Recorrendo mais uma vez a Freire (1977, p. 13),

[...] No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais completas.

Das evidências do processo aos desafios que delas se evidenciam: o inédito viável

O encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa traz a provocação: O que vemos nessa caminhada?

A cirandeira Beth Silva é a primeira a se manifestar:

É inegável a contribuição da trilha Cirandas nas Escolas. É uma oportunidade de quebrar barreiras de fazer algo diferente de construir algo junto (em grupo) e partilhar saberes, de valorizar pessoas e trabalhar os talentos (das crianças, adolescentes e artistas-educadores). [...] As crianças querem brincar, mas elas estão ali para a oficina de teatro. Fazem teatro o tempo todo. Fazem espetáculo que é apreciado por todos por que são verdadeiras nas expressões, no jeito, na maneira de responder naquele ambiente que é só delas. Ao mesmo tempo quando falamos em violência, são tomadas como cúmplices de uma situação que elas não têm culpa nenhuma.

Alguns resultados refletem-se em outros processos como o Projeto Saúde na Escola (PSE) em Fortaleza, que articula políticas e atores institucionais e cuja construção metodológica foi inspirada nessa proposta.

A caminhada, segundo o cirandeiro Ray Lima,

Evidenciou a necessidade de rediscutir a proposta com o conjunto dos atores na perspectiva de maior apoio da escola e inserção no projeto político pedagógico, assim como fortalecer a interface com a unidade de saúde e com outros setores que potencializem a inclusão de outras ações e de outras políticas sociais para o contexto da comunidade.

Com singularidades e desafios regionais, o processo caminhou no sentido de experimentar a riqueza da construção coletiva, onde os vários atores e atrizes/ sujeitos, (comunitários e institucionais), implicados no processo puderam, em alguma medida, constituir-se sujeitos históricos em todos os momentos da sua formulação (FORTALEZA, 2008a).

Outros desafios, no entanto, são apontados pelos cirandeiros como inacabamentos do percurso. A interface saúde-educação no contexto do território é ainda um devir, pelo menos na perspectiva não instrumental entre os dois setores.

Considerar as potencialidades e os grandes problemas dos territórios que circundam as escolas, os centros de saúde, como base da organização de processos de trabalho intersetoriais e interdisciplinares, são situações-limite a serem enfrentadas. Mesmo considerando os avanços, ainda percebemos, como médica e atriz implicada, tímido o crescimento da educação como processo emancipatório e de formação permanente para práticas do diálogo, da interação, do abraço solidário e das aprendizagens mútuas no contexto das práticas e serviços de saúde.

O cirandeiro Ray Lima retoma outra dimensão importante a ser olhada e repensada: a questão cultural. Essa parece ser uma provocação do cirandeiro ao processo:

[...] a questão cultural deve ser revista, repensada e melhor cuidada no contexto escolar. [...]. Se sonhamos em ser alguma coisa, o somos pela cultura. É por ela que nos movimentamos. É com ela que somos capazes de lidar com as certezas e incertezas da vida. E é por meio dela que nos transportamos para outras dimensões fora do que entendemos por real para compreender e transformar a própria realidade [...]. Por isso tudo

a cultura, mais que um tema importante, é uma dimensão da educação escolar que indispensavelmente deve ser tratada como política pública em caráter permanente (LIMA, 2008).

Ao propor a cultura como dimensão fundamental da política educacional na escola, trazemos, para dialogar com as proposições do cirandeiro, Arroyo (2004), ao nos lembrar que a cultura não é referencial destacado na formação dos educadores. Diz ele: “Não vamos à escola nem à nossa docência com esse olhar da cultura”. Ao mesmo tempo Freire (2000, p. 62), nos diz: “O mundo da cultura que se alonga em um mundo da história é um mundo de liberdade, de opção, de decisão, mundo de possibilidade em que a decência pode ser negada, a liberdade ofendida e recusada”. Dessa forma, o autor nos lembra sobre a importância de respeitar a “alma da cultura”, mas insiste: “uma coisa é respeitar; a outra é manter e encorajar alguma coisa que não tem nada a ver com a visão do educador”.

Nessa perspectiva, o cirandeiro lembra que há muito a ser transformado na cultura que atualmente orienta a prática educativa, e, nas palavras de Freire, diz que, se é cultural e histórico, pode ser mudado. Assim refere-se à necessidade de repensar a gestão da escola em uma perspectiva da gestão compartilhada: *Precisamos encontrar forma de trabalhar o respeito e a inclusão dos estudantes como sujeitos legítimos da gestão escolar, desde sua participação na tomada de decisões sobre os destinos de sua educação aos processos de aprendizagens cotidianos.*

Partindo da compreensão de que as políticas se efetivam na realidade concreta pelo envolvimento dos seus diversos atores, o Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza elaborou uma proposta de integração das políticas de saúde e educação, no âmbito do Município, na perspectiva de constituir o percurso orientador do Programa Saúde na Escola, recentemente lançado pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

Pensar a caminhada e a articulação das políticas de saúde e educação nos remete a refletir a integração entre dois campos que estão próximos no cotidiano, mas distantes na compreensão de um em relação ao outro. Assim é que os cirandeiros se envolveram na formulação metodológica, que incluiu também outros atores das secretarias de saúde e de educação e contempla a metodologia elaborada pelas Cirandas para a reconstituição da história de luta e resistência da escola, como um dos passos do planejamento integrado entre os dois setores e a comunidade.

Segundo relatório da gestão (FORTALEZA, 2008), nessa proposta, o território é expresso como base para a constituição das interfaces necessárias entre escolas e unidades de saúde situadas nos respectivos territórios e aponta para o respeito à experiência prévia e os saberes dos diversos atores e atrizes envolvidos, o que não significa limitar o ato educativo, mas dialogar com ele, problematizá-lo, elaborar um saber relacional, como síntese articuladora entre os saberes apreendidos na escola da vida e aqueles proclamados na vida da escola (FREIRE, 2000).

Entre os desafios postos à interação das duas políticas está a compreensão de que esses campos estão interconectados com a vida em sua complexidade, e a ousadia de assumir, em conjunto, a gestão e a responsabilidade sobre estes movimentos, não necessariamente no plano da “medicalização”, conformando dimensões sociais, culturais, espirituais e também pedagógicas.

Portanto nos cabe perguntar: como pensar a interface saúde e educação, buscando a superação do olhar fragmentado e reducionista do paradigma biomédico que “medicaliza” a atuação dos profissionais de saúde em sua atuação na escola? Como engendrar com a comunidade escolar um olhar ampliado sobre os processos de adoecimento e as possibilidades de intervir nesse processo com base nas dimensões sociais, culturais, espirituais e também pedagógicas? O que produz bons encontros, os que ativam potências, paixões alegres no dizer de Spinoza, entre os sujeitos da saúde e da educação?

Respaldados nessas reflexões, a contribuição das Cirandas para esse percurso metodológico se dá fundamentalmente, tendo como âncora a educação popular como proposta dialógica e problematizadora, incorporada a permanente aprendizagem, que se pretende possa ser assumida também institucionalmente por meio dos projetos políticos pedagógicos das escolas. Ao mesmo tempo as Cirandas, ao trazerem experiências que envolvem dimensões criativas, tais como as diversas linguagens da arte, os jogos, as narrativas, apontam caminhos participativos para a abordagem das temáticas de saúde nas escolas e a configuração de processos pedagógicos que apontem para a superação do modelo da Biomedicina na saúde e da pedagogia da transmissão na educação, promovendo a inclusão dos vários atores e atrizes que compõem a comunidade escolar como sujeitos protagonistas dessas ações.

Apesar da proposta, no âmbito mais geral do Município, não ter sido ainda efetivada, articulações envolvendo as Cirandas da Vida, unidades de saúde e

escolas de alguns territórios onde as Cirandas atuam, constituem movimentos no sentido de torná-la real. Esses movimentos vão desde a realização do planejamento integrado entre escolas, unidades de saúde e atores comunitários, como está a acontecer no Barroso II; na elaboração do projeto político-pedagógico da escola no Alagadiço Novo; ou na produção de produtos pedagógicos que discutam com os estudantes o que pensam sobre saúde e educação envolvendo a escola e a unidade como no Tasso Jereissati, todos eles, territórios da região VI da cidade.

Assim a experiência das Cirandas nas Escolas aponta para a possibilidade de se pensar a incorporação, ao projeto político pedagógico da escola, das dimensões da arte, da cultura e da saúde. No dizer do cirandeiro Ray Lima, com base na experiência da “Escola Zumbi” é como se criássemos na escola:

[...] uma política pública de arte e cultura, na perspectiva não apenas da inovação, do olhar lúdico, ou do fortalecimento da autoestima, mas de multiplicar desejos, olhares e possibilidades pedagógicas capazes de tornar o ambiente da escola mais prazeroso, participativo, problematizador, acolhedor e significativo para as pessoas (LIMA, 2008).

Nessa perspectiva, é possível pensar a escola como espaço onde a identidade cultural é considerada base do processo educativo, o que nos remete à compreensão de que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.” (FREIRE, 1987).

A título de arremate dessa sinfonia, ficamos com Ray Lima:

Enfim, mesmo que tudo isso pareça distante de sua efetividade, algo se fez concreto neste exercício das Cirandas nas Escolas. Se não foi possível imprimir mudanças definitivas na relação saúde/educação; escola/comunidade; educador/educando, etc. algumas pontes significativas foram criadas entre esses atores, fortalecendo a todos em suas singularidades, enquanto experiência pedagógica de promoção da saúde e da vida, sacando mão da diversidade criativa e de seus potentes recursos de linguagens, de acordo com a vocação ou tendência própria de cada região. Marchemos nesta sonhação, pois sonhar é lutar com os desejos tocando o infinito e os pés servindo de base para o caminhar largo e esperançoso da utopia.



7 QUARTA SINFONIA: CAMINHOS DE INCLUSÃO NA VIVÊNCIA COM A JUVENTUDE VIDA LOKA

Dantas, V. L. A.; Castro²⁵, Thyago Porto; Nogueira Filho²⁶, Paulo Almeida; Vasconcelos²⁷, Maria Lúcia

Em seu caminhar as Cirandas vão abrindo novas rodas e nelas novos sujeitos se incluem. Para falar delas trazemos os cirandeiros Thyago Porto, Paulo Nogueira e Lúcia Vasconcelos.



*Sou Thyago Porto Castro
Sou mais um jovem sobrevivente
Fruto dessa terra e filho dessa gente
Da grande Fortaleza Bela
Cheia de bairros e favela
Da riqueza e da pobreza
Da plebe e da nobreza
Dividindo o mesmo cenário
Fazendo o mesmo itinerário
Sou mais um guerreiro da periferia
Contribuindo na cirandas da vida
Sou juventude, guerrilheiro de atitude.
Fortalecendo a promoção da saúde*

Somos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, somos filho do Lagamar. Certo dia quatro jovens sobreviventes da geração das gangues e dos bailes *funk's* pararam e olharam para a nossa comunidade e o que viram foi seus parceiros, jovens que desde criança estudaram com eles, se envolvendo cada vez mais com os assaltos e o tráfico.

Nós éramos um desses sobreviventes e começamos a perceber que as possibilidades e as oportunidades, ao invés de aumentarem, estavam diminuindo. A escola já não era mais atraente, os espaços de lazer não se multiplicaram e sim desapareceram e, ao mesmo tempo, a gente não conseguia acompanhar a dinâmica

25 Educador popular do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua –CE, ativista dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, atuando nas Cirandas da Vida e na ANEPS- CE

26 Estudante de pedagogia na UFC, professor de ensino fundamental na Escola Vila – Fortaleza - CE

27 Educadora popular atuando no Espaço Cultural Frei Tito de Alencar

de mudança que a comunidade estava vivenciando e muito menos a meninada que nela vivia e crescia. O único espaço que crescia e servia como oportunidade era o crime e aqueles adolescentes que estavam envolvidos diretamente, ou cumprindo medidas socio-educativas, ou saídos do presídio, não existia um espaço onde eles pudessem ter algum tipo de apoio ou oportunidade.

Foi aí que iniciamos um trabalho de organização através da linguagem do *hip hop* como linguagem que eles se identificam, que nos rendeu a experiência no trabalho com os jovens envolvidos com a promoção da violência. Foi graças a esta vivência que fomos convidados a fazer parte das Cirandas da Vida, para contribuir com o processo de articular essa parcela da juventude que não se encontra no círculo das políticas públicas principalmente da saúde, onde a única porta de acesso tem sido o Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas (CAPS AD).

Quando fomos convidados a fazer parte das Cirandas ficamos encantados com a proposta, afinal nunca tinha ouvido falar de algo parecido, uma proposta de atuação de educação popular, que valorizava as potencialidades existentes nos territórios, e mais ainda que reunisse no mesmo espaço comunidade, idoso, criança, adolescente, jovem, lideranças, médicos, professores, técnicos para que todos tivessem a oportunidade de conhecer a história do lugar em que vivemos, das pessoas referências e figuras de lutas desse processo histórico, que não estão nos livros e nem nos conteúdos pedagógicos das escolas.

Outro fator importante que me encantou foi o fato disto partir de dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, que era um espaço que a gente só conhecia a partir de alguns convênios entre as Organizações Não-Governamentais (ONG's) e a Secretaria de Saúde. Na regional onde trabalho e também em outras, temos uma cultura adultocêntrica e o fato de ser muito jovem nos dificultou sermos vistos como parte da gestão. A temática e o público de onde falamos também era algo conflituoso para esse espaço da gestão e até hoje temos algumas dificuldades em relação a essa questão.

O cirandeiro é a figura que tenta diminuir a distância entre o mundo dos acadêmicos, dos doutores, e a realidade vivenciada no dia a dia pela população, no nosso caso, o da juventude, realidade esta que possui códigos, culturas, estratégias de sobrevivência que muitas vezes são vistos somente com os olhos do senso comum, ou seja, olha só a embalagem e não vê o que está dentro.



Meu nome é Paulo de Albuquerque Nogueira Filho. Nasci em uma família pequena. Sou o mais velho de um casal de irmãos. Fui criado na comunidade do Henrique Jorge, um dos bairros da cidade de Fortaleza no território da Secretaria Regional III, embora minha infância tenha sido marcada pela cultura interiorana fruto das férias na casa dos meus avós em General. Sampaio (Vale do Curu) e Senador Pompeu (Sertão Central). Por influência familiar me envolvi com um grupo carismático do Shalom e, a partir dele, conheci as comunidades eclesiais de base CEB's. Nas CEB's logo me tornei educador de um projeto chamado Recriando Vida. A influência desses vários projetos terminou por me aproximar da Congregação dos Jesuítas e fui me envolvendo com a possibilidade de entrar para a vida religiosa passando a morar no Centro de Formação em Fortaleza. Nesse período, trabalhei voluntariamente no Lar Torres de Melo e com os Agentes Ambientais do Parque Santa Rosa. Fui enviado a Belém do Pará, ali chegando no dia em que a freira americana Dorothy Stang, foi assassinada brutalmente, a mando dos latifundiários. Passei a me envolver com trabalhos voluntários e fundamos o comitê Dorothy que tinha por finalidade acompanhar os casos de luta pela terra, apoiar o movimento popular em especial o MST no estado e pressionar o poder público em favor da justiça contra o assassinato da religiosa. Fui encaminhado para o noviciado na Bahia mas após dez meses de noviciado, fui convidado a me retirar da congregação sem me explicarem concretamente o motivo.

Voltei a Fortaleza sem saber o que fazer e sem perspectiva alguma. Alguns meses depois consegui trabalho, ainda através de contatos da igreja, em troca dos estudos num cursinho particular e uma pequena ajuda de custo. Nesse caminhar conheci o ESCUTA que me abriu novas portas. Fui convidado a participar do projeto Circulo de Cultura Brincantes em 2007. Recebíamos uma bolsa de estudos com o valor muito pequeno, que eu utilizava para pagar o cursinho pré-vestibular. Naquele ano a faculdade não veio, mas vieram um curso de desenvolvimento

institucional e desenvolvimento organizacional (DIDO) de entidades comunitárias e o curso de vivências em massoterapia no Espaço Ekobé da ANEPS.

Através do ESCUTA me envolvi com uma proposta para facilitar círculos de cultura na escola e com jovens e adolescentes em conflito com a lei. Dessa experiência fui convidado para atuar nas Cirandas protagonizando a Secretaria Executiva Regional III (SER III) e enfim alcancei a universidade pública no curso de Pedagogia na UFC. Hoje entendo que a vida tem seu rumo traçado e como a grandeza do divino universo conspirou para que estivesse trilhando um caminho de luz e grandeza.

Sou Maria Lúcia Vasconcelos

*Eis filha da Serra,
Onde as águas molham as rochas,
Entre o verde da mata
E a beleza das flores,
Onde o perfume da flora
E fartura da terra
Alimenta a vida
Da fauna e seres
Onde o frio e as neves
Por entre grutas e cascatas,
Deixa-nos mais pertinho do céu.*



A militância surge no encanto do sonho de liberdade e logo nos engajamos na Igreja, ainda adolescente e ingênua. Mesmo assim, já fomos assumindo responsabilidades com turmas de crianças e adolescentes como catequista e nas pastorais sacramentais. Dessa forma tornamo-nos agente pastoral e fundadora do grupo Jovens de Antônio Bezerra (JAB) e posterior do JATEMFÉ que era a união de três grupos de jovens. Com a experiência adquirida passamos para a Pastoral da Juventude da Diocese de Fortaleza, para a equipe de Coordenação da Paróquia, chegando a sermos eleita para o Conselho de Pastoral.

Assim dedicamos nossa juventude a estes trabalhos engajados na igreja local e na Arquidiocese de Fortaleza. Ao passo que íamos tomando consciência sobre os direitos de cidadania, começávamos a cobrar mais compromisso da

hierarquia da Igreja. Foi aí que começamos a perceber como era difícil conviver com essa hierarquia, devido a suas contradições e ampliamos nossos espaços de atuação indo até as comunidades e organizações sociais e comunitárias, o que nos fez adquirir consciência crítica.

Aproveitando desse aprendizado tivemos a oportunidade de conhecer as pastorais sociais e a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP) que nos permitiram enxergar a periferia do bairro e chegar à várias comunidades no Presidente Kennedy. Devido a esse engajamento, fomos convidadas a conhecer uma experiência de Comunidade Eclesial de Base (CEB's) na Favela da Fumaça. Lá nos identificamos com a metodologia de uma leitura bíblica da teologia da libertação baseada no ver, refletir, agir e avaliar considerando a realidade vivida pelo povo.

Da militância religiosa paroquial para as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), foi mais um avanço ao nos aproximarmos das Comunidades do Pici, Feijão, Tancredo Neves, Entrada da Lua, Inferninho e Fumaça durante as Missões Populares do Antônio Bezerra, proporcionando mais um engajamento comunitário no meio popular, nas lutas por melhoria de vida dos moradores destas comunidades.

Foram tempos de lutas reivindicatórias por políticas públicas e organizações comunitárias com o intuito de unificar as áreas, formando uma grande rede comunitária, onde todas as ações eram discutidas e decididas por meio de assembleias populares e a criação do Conselho de Integração, posteriormente transformado em Conselho Popular do Grande Pici e, por último, Rede Social do Pici.

Iniciava assim uma nova história com práticas por meio de mutirões, partilhas e celebrações de lutas por políticas públicas que atendessem as necessidades básicas da população. Um dos instrumentos de reflexão sobre a problemática da comunidade é a Biblioteca em Festa do Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (ESCUTA), que reúne jovens e adultos para contar histórias de vida e assim proporcionar a intergeracionalidade pelos mesmos objetivos. Nessa caminhada, a problemática da saúde vai surgindo, o que levou a rede social do Pici a criar o Fórum Popular de Saúde do Pici, com objetivo de construir diálogos entre comunidade e Poder Público.

Toda essa trajetória nos levou a fazer parte do Projeto Cirandas da Vida, da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, onde tivemos a oportunidade de

aprender e ensinar exercitando, como gestora, o debate entre Poder Público e sociedade civil sobre políticas públicas, tendo como principal referência as ações do ESCUTA, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, idosos e mulheres.

O rap como narrativa da realidade de jovens em conflito com a lei

As Cirandas, em suas trilhas musicais, constituem novos percursos e outros arranjos sinfônicos expressos na batida marcante do rap, trazendo para o centro da roda a problemática da juventude envolvida com o crime, com a exploração sexual, introduzida na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa com a fala do cirandeiro Thyago, o mais jovem dos cirandeiros pesquisadores. Advindo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Ceará (MNMMRCE) e da região do Grande Lagamar, ele inicia seu relato:

*Olha a Fortaleza Bela
Nesse imenso arquipélago
De bairros e favelas
Área de contradições
É a regional II
Onde porções de riquezas
São cercadas por bolsões de pobreza
Vocês tirem a prova,
Mas eu tenho certeza.*

A fala musical do cirandeiro contextualiza o cenário onde se delineia a sinfonia que nos propomos agora analisar. O Grande Lagamar é um território situado na segunda região administrativa da cidade de Fortaleza, que, perante um contexto de dificuldades sociais, ousa se reconhecer como “uma comunidade de luta” elaborando suas estratégias de luta e resistência, no sentido do fortalecimento da organização popular, protagonizada inicialmente pelas mulheres.

Nesse território, a questão da violência, para os jovens, surge de forma bastante contundente. Nos aprofundamentos que se seguiram às primeiras rodas das Cirandas, apontou-se a necessidade coletiva de constituir atos-limite para um grupo de jovens em grave situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos jovens em situação de conflito com a lei e dos adolescentes e jovens em situação de exploração sexual.

Para o cirandeiro Thyago,

As Cirandas da Vida na SER II se realizam em um cenário marcado pelos lutas sociais, pela moradia e resistência e no passado pela luta da sobrevivência. Por parte da juventude, nesses tempos atuais, particularmente para mim, palco melhor não existiria em tal regional. Tal palco é chamado de Grande Lagamar, comunidade esta que se aglomera nos bairros do Pio XII, Aerolândia, Alto da Balança, São João do Tauape e Lagamar, que surge já oriundo da luta de resistência e sobrevivência das famílias vítimas da seca, que foram morar às margens do riacho Tauape.

Os grupos de juventude apontam, mais fortemente, a violência do acesso aos direitos básicos de cidadania, que se expressam no tráfico de drogas e desaguardam na discriminação e no cerco de negações conhecido como “mundo dos jovens em conflito com a lei”.

Segundo Thyago, a inclusão desses jovens e das problemáticas que trazem e explicitam nas rodas das Cirandas foi, em grande parte, resultante do protagonismo do MNMMRCE. Relata o cirandeiro: *porque, enquanto cirandeiro, jovem e militante do MNMMRCE, que já trabalha com esse público, pautamos como importante a sua inclusão nas rodas das Cirandas.*

Ao trazeremos à cena a questão da juventude e seu envolvimento com a violência, referendamos o relatório final do projeto Centro de Defesa Técnico-Jurídico de Adolescentes em Conflito com a Lei (2003), que aponta o nível alarmante de violência institucional contra crianças e adolescentes, o que exige uma política pública bem mais eficaz para eliminar ou, ao menos, no primeiro momento, atenuar as práticas autoritárias contra essa parcela da população.

Neste contexto as Cirandas encontram, por intermédio do cirandeiro Thyago, o MNMMRCE que constitui o grande parceiro para os movimentos que compõem essa sinfonia.

O MNMMRCE trabalha com esses jovens através de alguns projetos e ações. Um deles é o “Minha História, Minha Vida” que é na verdade um acompanhamento a esses jovens através de visitas domiciliares, diálogos com cada jovem que a gente faz semanalmente e às vezes até diariamente. Aqueles em que a situação está mais grave, que estão no assalto direto e que não estão sendo acompanhados por nenhum projeto, a gente vai quase que diariamente.

Vamos discutindo com esses jovens a situação em que se encontram e buscando encaminhamentos para escolas, cursos profissionalizantes, documentos, acesso à saúde para o jovem e para a família.

Desse relato é possível apreender o quanto (apesar dos diversos projetos institucionais apregoados pelo Estado brasileiro) essa parcela da juventude ainda se encontra desassistida. Por outro lado, revela a potência dos movimentos locais na proposição de ações que incorporam outras dimensões como o compromisso vivido e assumido pelos jovens e o sentido de pertença à comunidade onde os jovens se inserem e que é elaborado no correr do percurso educativo:

Todos nós, jovens envolvidos no Movimento e nessas ações, somos da comunidade. Ali nascemos e crescemos e, portanto, temos o compromisso com a transformação da realidade em que vive a nossa juventude e em consequência, da nossa comunidade. Isso tem facilitado a nossa aproximação e o diálogo com esses jovens, pois, quando estão em dificuldades recorrem a nós para ajudá-los. Muitas vezes somos nós que buscamos apoio jurídico. Aqueles que estão em medida socioeducativa ou na justiça, vamos acompanhando o andamento dos processos, das audiências, às vezes temos de acompanhá-los à delegacia. Somos, na prática, seus advogados. Isso terminou por levar alguns de nós ao curso de direito, inclusive no meu caso, que no momento tive de interromper por não ter conseguido acessar o sistema público universitário.

O relato que acabamos de transcrever nos faz refletir sobre a exclusão social no campo da educação e a necessidade de repensar os critérios de inclusão. Aqueles que pensam a formação acadêmica como caminho de transformação social, que pensam a formação articulada à solução dos problemas cotidianos do território em que vivem, não conseguem acessar a educação pública e, por outro lado, os que a acessam não conseguem, via de regra, realizar esse percurso de inserção nos contextos da vida no território.

Santos (2005a) contribui com esse diálogo, ao evocar a transformação da universidade em um serviço acessado pela via do consumo e não da cidadania, transformando os cidadãos com direito a uma política pública – a educação – em consumidores de um serviço. Outra questão pautada por esse autor, diz

respeito à qualidade da cidadania ao referir-se ao Brasil: “só os filhos das classes altas têm o privilégio de aceder ao ensino gratuito,” revelando o elitismo social da universidade pública que, segundo ele é, em parte, responsável pela perda de sua legitimidade social.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que há certa ausência das políticas públicas no âmbito dos territórios e os movimentos populares realizam uma ação que, em grande medida, deveria ser do Estado. Ouçamos a fala do cirandeiro: *Os projetos até hoje não têm apoio institucional direto. Quem milita nesse campo, vai trabalhar em outro lugar para sobreviver e bancar a estrutura mínima das ações: passagens, aluguel de espaço, entre outros.*

Apoiados por um movimento de juventude, os primeiros movimentos das Cirandas trouxeram para a roda esses jovens, em uma configuração primeira das trilhas das Cirandas no território. Vejamos os relatos:

Foi com base nessa experiência do movimento e na sua inserção com esses jovens que as Cirandas já no seu primeiro encontro, que aconteceu na EMEF Almerinda de Albuquerque – SER II, trouxeram esses jovens para serem escutados pelos adultos, lideranças da nossa comunidade e os bacanas (pessoas do poder público). Naquele encontro, pela primeira vez nós tínhamos mais adolescentes, crianças e jovens do que adultos e, mais ainda, uma parcela da juventude que durante todo o processo de construção e luta da comunidade sempre foi deixada de lado, a juventude vida loka. A partir dessa participação eles reconfiguraram todo o processo da roda e, principalmente, o conceito de violência até então entendido pela comunidade e pelos bacanas apenas como o da violência do senso comum que é o do jovem que assalta e que a solução é o aumento da muralha policial que nos rodeia (grifo nosso).

A participação dos jovens que possuem envolvimento direto com a violência trouxe um olhar diferenciado, sobre a questão da violência. Na fala do cirandeiro se explicita a potência desses jovens que hoje protagonizam ações que se voltam para o mundo da criminalidade. Compondo esse cenário discursivo, estão, por um lado, a óptica da segurança pública trazida para as rodas das Cirandas pelas lideranças comunitárias mais tradicionais e, por outro, a visão de um grupo de jovens em estado de exclusão social. Vejamos:

Naquele exercício das rodas, tive a certeza de que não só no Lagamar, mas em qualquer periferia existe uma parcela de sujeitos que discutem a sua realidade social de outra forma e externam também de forma diferente. Temos ainda as lideranças de associações, que em sua maioria vivem de representação, de atos externos também, reuniões... Temos as lideranças tidas como negativas, que os próprios moradores e a sociedade preferem ignorar tanto que os cursos, projetos e até a escola são formatados para os meninos bonzinhos e não para os vida loka, para os sujeitos e os jovens questionadores, que irão nos colocar à prova em sua vivência. Graças à participação desses sujeitos vida loka é que tivemos como situação-limite a violência que atinge a juventude e não a violência da ótica da segurança pública como queriam os líderes comunitários (grifo nosso).

Apesar do protagonismo dos jovens nas rodas das Cirandas e da evidência de certo conflito de olhares sobre o território e seus problemas, foi possível perceber que havia também outro tipo de ação no trabalho das lideranças comunitárias:

As lideranças e o poder público também não ficaram atrás na sua participação naquele grande baile de participação popular. Durante aquele primeiro exercício das rodas das Cirandas, pudemos observar e confirmar que a nossa comunidade precisava formar novas lideranças e dar valor notório e público às lideranças antigas que, com muita dificuldade, nos doaram um Lagamar com asfalto, casa de alvenaria, tijolos, uma escola profissionalizante e a Fundação Marcos de Bruim...

A falta do trabalho, ainda uma vez, foi a principal dificuldade (situação-limite) apontada pelos jovens: para eles, a ausência de oportunidades de profissionalização, o ‘falseado’ acesso à escola, como dizem, a inexistência de áreas de lazer e a violência policial ensejam uma reação em cadeia e ocasionam a organização dos jovens em níveis correspondentes de violência.

A briga de gangues também aparece como imagem significativa, influenciada por vivências que se iniciam com rivalidades e, por percorrerem as “margens”, como eles dizem, resultam por tocar o “mundo do crime”, das “paradas”.

Nesse percurso, a arte oferta motes, revela olhares diversos, descortina trilhas, mapeando e desvelando a violência vivida no território. Dessa forma, se apresenta como potência de expressão e narrativa juvenil, especialmente por meio do teatro e do rap.

A linguagem teatral trouxe imagens e histórias revelando, de modo crescentemente grave, cenas de assaltos, violência policial, doméstica e sexual. O rap, por sua vez, mostrou sua potência como crônica social. Despertando o interesse e o respeito dos participantes, expõe em “musicalidade, ritmo e letra um conteúdo social verdadeiro; com uma imagética rica, aborda a comunidade de modo criativo e situa o político em todos os espaços da vida da juventude da periferia” (DANTAS et al., 2007).

Linhares e Fernandez (2007), em um estudo minucioso sobre educação prisional, assinala que a violência policial é a mais notória entre as praticadas por agentes do Estado – e também estes sujeitos precisam ser cuidados e educados para serem educadores.

É sabido que os trabalhadores da esfera da segurança pública, muito frequentemente, resultam por “fazer sua justiça a seu modo” e, ainda que não se possa quantificar, tem-se que a violência policial, em vez de resolver o problema da violência, torna-se também um problema grave. Sabe-se também que a invisibilidade desse problema não produz competência no sistema, nem ajuda as comunidades a intervir na reflexão-ação sobre segurança.

Segundo a autora, é possível atestar o fato de que o maior contingente de pessoas vitimadas nestas questões de violência são jovens do sexo masculino, negros ou pardos, que habitam a periferia de grandes cidades, pobres e desempregados.

Outras questões surgem e valores éticos são trabalhados e contextualizados nas lutas do território – um deles é a dimensão do preconceito que se mescla à exclusão social:

As pessoas têm medo de vir ao Lagamar. Na visão da classe média, na periferia só tem bandido e marginal. Na realidade somos sobreviventes de uma selva que cada dia que passa, busca nos manter em nossas favelas como faziam no apartheid. A diferença é que na África usavam cercas e aqui usam a muralha da PM para nos lembrar que não podemos subir para Aldeota. Que o nosso lugar deve ser sempre o Lagamar e a violência que aqui se produz tem que ficar aqui.

Como vemos, os jovens destacam as múltiplas dimensões da violência sob a ótica da exclusão social: o não-acesso às políticas públicas de saúde, educação,

trabalho, moradia etc. Relacionando também as questões do “sentimento”, tais como desamor dos adultos, ganância e exploração dos “barões”, junto às suas análises mais amplas, como a ausência de políticas de trabalho e renda.

Na oficina temática pudemos dar cara local, ou seja, uma face para a violência que atinge essa população jovem, que alega que na sua raiz estão a ausência de espaços de lazer, acesso à cultura, profissionalização e oportunidades. A partir do aprofundamento das situações-limite nas oficinas temáticas, e dos diálogos intergeracionais, passou-se ao momento de juntos protagonizarmos enfrentamentos para as questões. Uma coisa que tem chamado atenção em nossos diálogos com os meninos é que a família pra eles, na maioria dos casos, é a mãe. Não há, no geral, essa referência paternal. Quando ouvem as histórias que as músicas desses grupos contam, e que se referem às mães, isso os toca muito de perto. Por mais que a mãe esculache, há sempre um respeito por ela. Dizem eles: mãe é sagrado. São elas que estão com eles no nascer e no morrer. Quando estão na FEBEMCE são elas as únicas a visitá-los.

Como um dos frutos desse diálogo, deu-se a implantação de uma turma do projeto Adolescente Cidadão, do Governo Federal, executado em parceria com a Fundação da Criança da Cidade do Município de Fortaleza (FUNCI), dirigida para jovens em situação de conflito com a lei:

Nesse sentido, tivemos um momento com o chefe de gabinete da FUNCI, Raízes da Cidadania e os adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas e os assaltos. Pela 1ª vez foi possibilitado um espaço de participação para esses jovens, graças às Cirandas da Vida, e como fruto tivemos a implantação de uma turma do Projeto Adolescente Cidadão, para esses jovens. Esse projeto é um curso de formação profissional, dirigido para jovens de 16 a 21 anos.

Os enfrentamentos propostos quase sempre buscam as formas culturais de se expressar, compreender e se relacionar com o mundo do bairro e a sociedade maior. As experiências com arte aparecem, sob o olhar do jovem, como grandes oportunidades: o *hip-hop*, os grupos de teatro e dança, o esporte, entre outras.

A partir do diálogo das Cirandas da Vida com o MNMMRCE, foi feito um processo de escuta com os atores que dele fazem parte. Uma das coisas

fortes no relato de Del, que é o coordenador geral do MNMMRCE, é que o grafite e o rap são duas linguagens que aglutinam esses jovens e que a oportunidade de acesso à profissionalização é uma das estratégias de superação ao envolvimento com o crime, que atualmente é o único espaço onde eles têm oportunidade, porque não se necessita ter 2º grau e nem ter boa aparência e sim ser malandro, articulado e acima de tudo não ser viciado em crack. O tráfico só aceita os viciados em crack como clientes e não como trabalhadores, pois quem é viciado na pedra, como popularmente é conhecido, vende tudo o que tem para sustentar o vício do crack. Já se tem até um dito popular entre a malandragem de que quem é noieiro, como é chamado quem fuma crack, fica igual a medusa, o ser mitológico que tudo o que vê vira pedra; algumas vezes já aconteceu de alguns quererem se adiantar no tráfico, mas acabaram foi fumando as próprias pedras ao invés de vendê-las.

Como observa o cirandeiro Thyago, o grafite e o rap, bem como a profissionalização, aglutinam os jovens e funcionam como estratégias educativas para a superação do crime e do que se inscreve como práticas de juventude *vida loka*.

Na realidade, a violência ou a paz são formulações que acontecem em um universo relacional, mas têm sua base. Assim como se trabalham políticas afirmativas, se parece dever trabalhar-se com o aspecto propositivo da cultura de paz, ganhando espaços novos de reflexão-ação e não apenas desconstruindo práticas, parece oportuno trabalhar com a ideia de *cultura de paz* – assim, se admitem aspectos estruturais, e não se deixa de lidar com uma dimensão relacional (a que é constituída na relação com o Outro). Há que se reconceituar a palavra paz, muitas vezes deteriorada ao longo da história, como algo conveniente ao poder e aos que estão acumulando as riquezas sociais.

No atual estágio de globalização, além dos fatores econômicos, é preciso dar visibilidade aos processos de exclusão, lutar contra eles e aperceber-se de que há aspectos mais amplos da necessidade social de justiça, como a afirmação da cultura de paz, a afrodescendência, a questão de gênero, da agroecologia, espiritualidade, das juventudes, entre outros, que envolvem dimensões subjetivas junto às da economia.

Estudos sobre periferia urbana e favelização mostram, por seu lado, que as formas com que as pessoas falam de pobreza são associadas ao modo de se falar da

transgressão, da criminalidade e da vagabundagem. As categorias que descrevem a criminalidade se confundem com as que descrevem as condições de vida pobre.

Nas palavras de Linhares (2007), em trabalho feito no percurso da Escola que Protege:

A pobreza acaba por ser algo que se lê como desvantagem absoluta – algo do que se vê como da esfera do econômico se espalha para a pessoa como um todo: o todo do ser da pessoa é visto de modo empobrecido. E é então que se tenta alcançar os mesmos modelos de ascensão social que se deve combater, as mesmas lógicas do ter sem escrúpulos, da exploração e da falta de ética. Todo o universo dessas relações sociais concretas - que estigmatiza, recusa, rejeita a experiência da pobreza como inferior – vai sendo interiorizado, ao mesmo tempo em que a lógica da opressão é internalizada. Nesse caminho, por faltar muito frequentemente o trabalho, o dinheiro (e o que ele fornece de posses, de qualquer jeito que se consiga) é que vai se tornando valor. A inversão do valor do trabalho para o do dinheiro e do que se pode conseguir com sua posse vai sendo construída como valor social. Produzir, portanto, experiência de trabalho e educação em matrizes de cooperação em vida comunitária, seria mudar essa lógica.

Já a juventude local (do Lagamar) parecia partir disso: havia de se atuar de modo propositivo, com aproveitamento de espaços-tempos nas comunidades, junto à juventude. Com relação à dificuldade de acesso ao lazer, por exemplo, foi articulada – com a Assessoria de Esporte e Lazer da SER II – a estruturação de um projeto em que as quadras das escolas públicas municipais do Grande Lagamar serão cenário de práticas esportivas, cuja forma e modo de agir serão definidos pelo conjunto dos adolescentes e jovens que protagonizaram o processo.

Em relato e estudo grupal sobre violência e juventudes, pudemos pensar:

[...] os enfrentamentos tentam fazer reviver a esfera sistêmica, alargando o dialogismo vivido nos grupos intergeracionais, agora junto à esfera institucional. Contudo, como manter vivo o princípio de comunidade, em meio à hierarquização e fragmentação dos trabalhos dos serviços públicos? como deixar claro que não se trata de “fazer pelo estado”, mas fazer com que a esfera sistêmica possa dispor do poder analítico dos movimentos sociais, da riqueza de sua experiência e intervenções, de sua construção de saberes múltiplos e do conhecimento da cultura na qual se inserem? (DANTAS et al., 2007).

Thyago continua refletindo e questionando os entrelaçamentos da esfera sistêmica com a atuação das Cirandas:

[...] Outra situação que nós percebemos foi a relação que se estabelecia entre os sujeitos institucionais e comunitários na construção das parcerias. Só nos encontramos quando precisamos um do outro. Quando resolvemos a questão imediata nos distanciamos. Uma das estratégias que estamos tentando consolidar coletivamente é a criação de uma rede articulando os diversos projetos, ações e serviços públicos, tanto comunitários quanto institucionais, para garantir o atendimento integrado aos adolescentes e jovens em situação de drogadição, em conflito com a lei... Bem como as suas famílias. Isso, porém, está sendo muito difícil, pois as pessoas preferem fazer de conta que o problema não existe ou buscar resolvê-lo sob a ótica da segurança pública, melhor dizendo, policial. Os poderes públicos preferem excluir o problema do que enfrentá-lo chamando os jovens para construir juntos.

A exploração sexual de meninos e meninas surge, nas rodas das Cirandas – pelo que pudemos ver nesta pesquisa –, intimamente vinculada à drogadição, especialmente o *crack*. Em seu relato, o cirandeiro Thyago problematiza a questão com a experiência do MNMMRCE.

Outro projeto é o Flor de Lis que é o acompanhamento e encaminhamento das meninas que estão sendo exploradas sexualmente na avenida Raul Barbosa, não pela questão do luxo, mas sim para o consumo de crack.

A gente faz inicialmente uma abordagem noturna identificando quem são estas meninas e em que áreas da comunidade vivem. Então, buscamos encaminhá-las para as políticas e setores que podem ajudar como CAPS, Conselho Tutelar... Esses projetos surgem das necessidades da comunidade, que não possuem nenhuma instituição ou projeto que os acompanhe ou os orientem (aos jovens) e acima de tudo que os vejam não pela droga que fumam ou pelo artigo que respondem perante a justiça e sim por que os enxergamos como jovens humanos como eu fui e sou.

A roda da Ciranda desafiava: como realizar atos-limite que alcançassem a escola, espaço privilegiado de promoção da vida, na instauração do diálogo entre estudantes e comunidade?

[...] Na SER II estamos trabalhando o foco dessa juventude vida loka na perspectiva de que eles participem da construção das políticas. O projeto “craques só de bola” foi organizado numa parceria das cirandas com a CUFA e está trazendo para dentro da escola os jovens que foram expulsos dela – porque a grande maioria dos jovens que estão fora da escola foram expulsos por ela.

O UNICEF, por exemplo, afirma tratar a violência nas escolas sob a perspectiva da garantia de direitos e de qualidade da educação. Podemos perguntar: o que significa ver as escolas, serviços de saúde, assistência social, conselhos tutelares e outros mecanismos e instituições como “agentes protetores”, ou seja, que desempenham um papel estratégico na defesa dos direitos das crianças e adolescentes?

Da narrativa do cirandeiro, é possível apreender a imensa dificuldade de reconhecimento, nas instituições públicas, da atuação da juventude. A visão de participação popular e do princípio da comunidade como massa de mobilização (instrumentalizadora e redutora) ainda prepondera, como se pode ver:

[...] Uma outra ação que estamos tentando realizar que é a oficina de Acolhimento ao Adolescente e que foi construído com as entidades que trabalham com esses jovens dos quais estamos falando, ainda não iniciou porque as unidades de saúde que ficavam de enviar cada uma um profissional nunca encontrou tempo para isso. Só encontraram tempo quando nos chamaram para ajudar na mobilização da comunidade para eleição do conselho local de saúde. Só nos reconhecem quando se trata de mobilizar a comunidade. Mas, não nos reconhecem como porta voz de uma política pública, no caso as Cirandas.

Assim, o cirandeiro-pesquisador formula as suas perguntas de pesquisa que mais aprofundam o que se alevanta como reflexão sobre o que temos vivido: *como construir ações concretas com a juventude do Grande Lagamar a partir da interação entre as políticas existentes sobre juventudes? Como reconhecer (identificar) a ação de lideranças juvenis envolvidas com a criminalidade, potencializando a construção de projetos de vida cidadã? Como viabilizar a construção de políticas de promoção da vida com jovens do Lagamar, a partir das linguagens presentes no cotidiano juvenil?*

As inquietações do cirandeiro são aprofundadas na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, onde a problematização iniciada no território delinea possibilidades de elaboração de atos-limites que trazem a arte como dimensão nucleadora:

Como convivemos cotidianamente com essa rapaziada, percebemos que as músicas como a dos Racionais e MC's são muito presentes no seu dia a dia. Essa identificação não apenas com o estilo do rap enquanto musicalidade, mas com esses grupos, está no fato de que eles vivenciam a mesma realidade que os nossos jovens vivenciam: a violência policial, o preconceito, as drogas, a falta de oportunidades e falam disso em sua música. Assim eles se vêem na música, principalmente quando estas falam da família. Daí a gente viu a riqueza do rap pela possibilidade de discutir a história, a realidade das juventudes.

Pode-se ver como em sua narrativa o cirandeiro revela o potencial crítico da problematização vivida por meio das Cirandas, e como a vivência da arte amplia a visão sobre a realidade:

Antes eles enxergavam as músicas como apologias às coisas que estavam fazendo: ao crime, às drogas. Quando passamos a discutir com eles as letras e a própria forma de viver desses grupos (Racionais, MC's) que também estão na correria para mudar as suas comunidades, eles passaram a refletir sobre a sua própria realidade e aí começaram a se aproximar da realidade do hip hop, que é um movimento que contribui para a organização dessa parcela da juventude a partir de quatro elementos: o rap, o grafite, o break e o DJ, muito embora os três primeiros estejam mais presentes na nossa realidade, porque o quarto já exige mais recursos.

Dessa fala podemos apreender como os jovens partem da dimensão da arte presente no cotidiano e, com base nela, buscam ampliar visões, construir novos sentidos, além de apontar possibilidades de organização. Nesse percurso, o grafite representa um marco e o cirandeiro nos revela o porquê: *quanto ao grafitti eles se identificam inicialmente porque, em sua maioria, eram pixadores. Pixar pra eles significava deixar sua marca nos espaços públicos; dizer algo que estava à margem dos outros lugares de dizer e demarcar territórios.*

Canclini (1997) referindo-se às populações e às tribos urbanas da Cidade do México e outros grupos de Buenos Aires ou Caracas, fala do grafite como

“uma escritura territorial da cidade, destinada a afirmar a presença e até a posse sobre um bairro”. Segundo Canclini, as marcas do grafite expressam as lutas pelo controle do espaço, as referências estéticas, políticas, ou mesmo sexuais mediante as marcas próprias e modificações dos grafites de outros, manifestando, assim, um estilo, um modo de viver e de pensar, que se contrapõe aos circuitos publicitários comerciais, políticos ou dos *mass media*.

Ainda segundo o autor, o traço manual, espontâneo, opõe-se estruturalmente às linguagens institucionalizadas, desafiando-as quando as altera. O grafite acentua o território, e parece desestruturar as coleções de bens materiais e simbólicos. A relação de propriedade com os territórios relativiza-se em práticas recentes, que parecem expressar a desarticulação entre o percebido nas cidades e na cultura política.

Na fala de Thyago, é possível apreender esses significados para as ações de pixação. Segundo ele, o grafite representa um momento fundamental para a juventude da periferia; como chega para ela vinculado ao movimento *hip hop*, representa a possibilidade de expressar criticamente a realidade.

Na pixação que se fazia na cidade a gente queria marcar território entre as gangues, entre as facções. Era um movimento de nós pra nós. Não tinha esse cunho marcadamente político. Já o grafite é um movimento dos jovens para a sociedade. Enquanto os traços da pixação só são entendidos entre os pares, sejam eles aliados ou rivais, no grafite as mensagens são claras. O código não é mais restrito só a quem é grafiteiro e representa a possibilidade desses jovens se comunicarem com a sociedade e expressarem suas leituras críticas da realidade.

Para Canclini (1997, p. 283-350), no grafite e em suas formas de exposição na cidade, há íntima articulação entre o privado e o público, como também entre a vida cotidiana e a política, em um sincretismo cultural que marca o urbano na contemporaneidade. Em suas palavras,

O grafite é um meio sincrético e transcultural. Alguns fundem a palavra e a imagem com um estilo descontínuo: a aglomeração de signos de diversos autores em uma mesma parede é como uma versão artesanal do ritmo fragmentado e heteróclito do videoclip. [...] Há também “sínteses da topografia urbana” em muitos grafites recentes, que eliminam a fronteira entre o que se escrevia nos banheiros ou nos muros. É um

modo marginal desinstitucionalizado, efêmero, de assumir as novas relações entre o privado e o público, entre a vida cotidiana e a política.

Thiago, por sua vez, observa como a releitura dos signos do grafite (a “problematização” do que foi exposto como grafite) realiza uma espécie de aproximação entre os que atuam junto às juventudes e, também, ensejam que estes jovens sejam escutados de outra forma. O próprio estranhamento do grafite não utilizar signos verbais funciona de modo a dizer o que a fala esconderia? E as paredes seriam o Outro a quem interessa dizer algo:

Percebemos como essa linguagem podia nos aproximar desses jovens e ao mesmo tempo ajudá-los a refletir sobre a realidade, trazendo uma outra forma de expressão que não a linguagem falada. Sabemos que muitas vezes não há espaço na sociedade para ouvir as falas, narrativas dos jovens, enquanto que o grafite é uma linguagem que não precisa de autorizações ou plateias e sim de apenas uma parede onde as pessoas ao passarem olham e refletem sobre as mensagens deixadas ali pelo o artista. Por isso o movimento resolveu trabalhar com os jovens em forma de oficina a linguagem do grafite, onde buscamos problematizar com eles, a priori, a condição das medidas socioeducativas. “Medidas socioeducativas: que nóia é essa?” foi o nome que demos e que resultou na construção de uma cartilha em parceria com o [Centro de Defesa da Criança e do Adolescente] -CEDECA-CE retratando, a partir da vivência deles, os procedimentos que passam os adolescentes em situação de conflito com a lei.

Mais uma vez, tendo como ponto de partida a experiência do MNMMRCE, os atos-limite consistiram de oficinas de grafite e aerografia (um aprofundamento do grafite como técnica). Thyago explicita as razões das escolhas feitas e mostra as interfaces e parcerias constituídas:

A partir daí foram se estruturando oficinas de grafite e uma de aerografia, como uma estratégia para organizar esses jovens e, partindo deste processo, problematizar com eles as realidades vivenciadas. A escolha de se ter uma oficina de aerografia foi por conta da questão do profissional. No Lagamar, como tem rivalidades, dividimos a oficina em dois lados. Em um dos lados, a entidade parceira era a Fundação Marcos de Bruim, que trabalha com a questão do empreendedorismo. E ao mesmo tempo que nós trazíamos a técnica da aerografia, que é na realidade a profissionalização

do grafite, a Fundação trabalharia com aqueles jovens a questão do empreendedorismo, na perspectiva de montar um atelier onde as camisas produzidas na oficina seriam colocadas à venda para comercialização na própria comunidade, trazendo assim as referências da economia solidária.

Aqui podemos apreender um aspecto que diferencia fundamentalmente as propostas que nascem na perspectiva comunitária. Enquanto as iniciativas do Estado trazem em si a fragmentação, as redes comunitárias edificam pontes entre as várias potencialidades locais que se complementam, se ajudam e se fortalecem.

O relato do cirandeiro deixa clara a perspectiva da inclusão, no processo, também daqueles que não estão prontos para esse momento mais aprofundado da técnica do grafite, que se está a chamar de aerografia:

Já a oficina de grafite veio para trabalharmos com os jovens que eram mais envolvidos com o consumo das drogas e muitos possuíam um nível de escolaridade mais baixa e sentíamos a necessidade de se ter uma linguagem não para a geração de renda e sim para problematizar com eles a realidade que eles vivenciavam naquele momento e principalmente para expor nos muros das avenidas que perpassam e cruzam a comunidade.

A proposta pedagógica se revela na fala do cirandeiro, em consonância com os princípios educativos defendidos por Freire (2003b, p. 203), como processo educativo que “aumente e amplifique o horizonte de entendimento crítico das pessoas”, que esteja dedicado à liberdade e não à doutrinação e que lhes pudesse fazer retomar a esperança de conhecer e transformar a sua realidade.

A fala do cirandeiro é reveladora dessa perspectiva: *a nossa preocupação é que a técnica não fosse trabalhada desvinculada das situações presentes no cotidiano da vida. Que a formação humana dialogasse constantemente com a técnica e os contextos vivenciados pelos jovens.*

Da narrativa do cirandeiro, podemos perceber as diferenças entre a proposta pedagógica trazida pelas Cirandas e o MNMMRCE, e aquela outra propositura pautada pelas políticas públicas para esses jovens. Ouçamos o cirandeiro:

Naquele momento decidimos procurar as políticas que trabalham com esses jovens no território tais como a saúde, educação e a coordenadoria das medidas socioeducativas da FUNCI, por entender que precisávamos

de apoio institucional para as questões que iriam surgir no processo. Ao iniciarmos esse diálogo percebemos que as falas sempre giravam em torno de uma formação técnica de grafite e aerografia, separadas da formação humana e que mesmo quando esta era sugerida, sempre trazia na sua proposta temas como DST/AIDS, drogas, gravidez na adolescência. Era um processo de receber informações e não de se construir com eles. Ao mesmo tempo, o trabalho que as instituições desenvolviam com esses jovens se limitava apenas à realização de visitas às entidades da comunidade onde entrevistavam as lideranças para com elas identificar os problemas. Esse levantamento acontecia sem nenhuma perspectiva de se problematizar ou construir os enfrentamentos mantendo o jovem no seu lugar e a realidade da comunidade distante dele. Não se abordava o papel social vivido pelos jovens e seu sentimento de pertença com a comunidade.

O círculo de cultura brincante como cena dramática da exploração sexual de crianças e adolescentes

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro relata como buscaram a superação de situações-limite e como foram procuraram articular experiências de várias naturezas. Dessa forma é que trazem para a roda a cirandeira Lúcia, advinda das CEBs e que há mais de dez anos ajudava a arquitetar o trabalho do espaço cultural Frei Tito de Alencar- ESCUTA, na região do Pici – SER III. Em seu relato, a cirandeira reconstitui o processo vivido naquela região, cuja referência maior foi a experiência vivida pelo ESCUTA.

Como conta Lúcia,

*[...] Quase na hora marcada a maioria lá estava.
Ansiosos!
Esperançosos!
Dispostos a fazer mais uma ciranda virar vida.
A comunidade mais uma vez se encontrou para rever suas lutas e histórias, além de vislumbrar outras. Muitos problemas foram apontados, mas, ao mesmo tempo, foi sendo formada a imagem do sonho de uma comunidade capaz de superar todas as dificuldades já apontadas e ainda por surgir.*

E ela segue narrando a saga da ocupação do bairro do Pici e de como resistência da população se articulava no território. A questão da terra parece ser uma recorrência – algo que sempre aglutina as lutas populares. Veja-se:

Uns dançaram, mortos pela polícia nas valas do Pici. Outros dançaram a festa da alegria e da conquista da terra. Essas terras aqui foram todas ocupadas e sempre houve muita resistência, luta e enfrentamento da gente com a polícia e com os donos da terra. Mas foi esta mística de juntar fé e vida em todo lugar que ajudou a somar forças e hoje o bairro está urbanizado, só falta a regularização das terras por parte da união, para assim o povo ter de vez o seu documento de posse. Mas uma coisa é certa, a moradia está garantida.

A região do Pici representa um conglomerado de bairros na III Região Administrativa de Fortaleza, que envolvem o Planalto Pici, Antônio Bezerra, Quintino Cunha, Bela Vista, João XXIII, Rodolfo Teófilo, Henrique Jorge, entre outros. Surgem durante a Segunda Guerra Mundial, quando a área foi ocupada pelos ianques para a construção de uma base aérea, que depois foi abandonada e passou a ser ocupada com pequenos sítios.

Durante muito tempo, essa região abrigou áreas de desova dos corpos mortos pela polícia. Na década de 1980, com o agravamento da problemática de moradia em Fortaleza, deu-se a ocupação, também impulsionada pela organização das CEB's. Um aspecto interessante dessa ocupação foi o envolvimento de pacientes internados em um hospital psiquiátrico da região na construção das casas.

Ao reportar-se à questão da violência apontada como situação-limite, relata Lúcia:

A partir das oficinas temáticas foram pensados atos limite e o Escuta, enquanto grupo protagonista desses atos, envolveu-se com o Fórum de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Só que do Fórum não foi tirada nenhuma proposta concreta e aí nos perguntávamos: Para que o Fórum? Que ações concretas poderiam mudar a violência com crianças e adolescentes?

Há na comunidade do Pici o Gargalo da Garganta: um gueto de exploração sexual, droga e roubo. Ali se falam das Pedreiras²⁸, Pedritas²⁹ e Pedrinhas³⁰, meninas de 12 a 14 anos que preparam fumo, pedra, vendem e são exploradas sexualmente. Chegaram nas Pedreiras umas doze famílias com caixas e tábuas e ali virou boca de fumo, foco que movimenta a ação do tráfico. Começamos a nos articular, organizar encontros para ver o que poderíamos fazer.

28 Pedreiras é um lugar onde vivem famílias que moravam embaixo do viaduto do bairro Antônio Bezerra.

29 Meninas que vendem crack.

30 Meninas que usam crack.

Na perspectiva de constituir atos-limite, foram estruturados círculos de cultura. Estes foram inspirados nos Círculos de Cultura Brincante, experiência que o ESCUTA já desenvolvia há cinco anos e que era protagonizado por jovens do grupo. Sobre esses círculos de cultura, o cirandeiro Paulo (que também era do ESCUTA e que veio posteriormente substituir a cirandeira Lúcia na condução das Cirandas) relata:

Partindo de alguns problemas percebidos na comunidade, passamos a realizar o que chamávamos de banquetão. Ali juntávamos o ESCUTA e a comunidade para, a partir da exibição de filmes ou da apresentação de esquetes teatrais, iniciar debates sobre as questões trazidas com aquelas linguagens. Em um primeiro momento, logo após as apresentações, deixávamos que as pessoas falassem livremente sobre aquilo que a apresentação lhe inspirava sobre o tema em questão e as relações com a realidade vivenciada pelas pessoas que ali estavam. As crianças e os jovens sempre participavam de todas as ações.

Havia, também, outra ação que se reacendia agora, as rodas de rua - parte de várias das ações dos Círculos de Cultura Brincantes:

Com base nos relatos das pessoas (que representavam grupos) que se articulavam na rede social que se fizera no lugar, o grupo de atores do ESCUTA, que realizava o Círculo de Cultura Brincante³¹, preparava uma esquete teatral, agora incluindo esses relatos e falas das pessoas e passavam a circular nas escolas e nas ruas da comunidade, em uma ação que chamávamos de rodas de rua. Ali se problematizava a questão tendo como referência a proposta do teatro fórum de Augusto Boal e se parava o espetáculo para ouvir da platéia sua opinião sobre como a questão se apresentava na comunidade e também suas sugestões para o enfrentamento do problema. O grupo sistematizava as questões surgidas a partir das rodas de rua e de acordo com as propostas apontadas como caminhos para enfrentar o problema, convidava pessoas ou setores que deveriam se responsabilizar por esses enfrentamentos. Isso incluía desde representantes das redes sociais da comunidade, até moradores e instituições públicas. Novamente o teatro era a forma escolhida para expressar os olhares da população sobre o que produzia os problemas e as propostas de ações para superá-los. Isso por sua vez resultava em um planejamento onde todos os presentes assumiam uma responsabilidade sobre o que foi planejado.

31 Círculo de cultura brincante.

Daqui nasceu uma proposta muito interessante - os vários movimentos do Pici passassem a atuar em rede de modo mais profundo (grifo nosso).

Retomando a fala da cirandeira Lúcia, reconstituímos os círculos de cultura, agora problematizando a violência, como situação que necessitava ser enfrentada no contexto do território pela ação protagonista de seus atores locais e das redes sociais. Ouçamos seu relato:

O Pici ficou mais violento; a cada semana morrem mais jovens assassinados. Pensamos então fazer novos círculos de cultura e decidimos também fazer o mapa da violência. Para isso fomos envolvendo o ESCUTA com seus vários grupos: O Círculo de Cultura Brincante, o Núcleo de Educação Popular, as crianças grafiteiras e as Brincantes. Também vieram a RECID, Pastoral da Criança, GDFAM, Raízes da Cidadania, além dos responsáveis pela Saúde do Adolescente da Regional.

A cirandeira detalha as singularidades do processo de problematização vivido e que articulou o ESCUTA à reflexão-ação em saúde no Pici. Observemos como a unidade de saúde era vista como distante (e lugar de morte) pela população. Vemos aqui como a voz da população era silenciada no espaço da Unidade de Saúde e como a perspectiva popular passa a intervir nessa relação:

Inicialmente tivemos esses grupos como informantes. Depois fomos a campo ver onde estão os sinais de vida e os sinais de morte, como as chamas do palito de fósforo acesa e apagada, que era uma dinâmica que usávamos nas CEB's. Nesse processo, a escola foi apontada ao mesmo tempo como um espaço de vida e de morte. O Centro de Cidadania César Calls com escola, [Centro de Referência de Assistência Social] -CRAS e unidade de saúde também foi apontado como espaço de morte. As crianças e adolescentes foram partícipes desse processo e as últimas fizeram o mapa com o próprio grupo dos guetos.

E os novos questionamentos são proposições que se expressam por meio do cirandeiro Ray Lima: *Vamos mapear que linguagens existem e são bem-vindas na rua? Em que lugares cabem? Como usá-las? Se existem como melhorá-las? Será que os sinais de morte superam os sinais de vida? Vamos problematizar a rua como sinais de vida?*

A cirandeira Lúcia retoma o detalhamento metodológico que revela singularidades de como os círculos de cultura se constituíram e suas revelações sobre as singularidades da violência no território, bem como dos aspectos propositivos da edificação da cultura de paz, como poderíamos dizer. Continuemos com Lúcia:

Trabalhamos com as crianças a simbologia do milho e da pipoca. O milho era a morte e a pipoca a vida. Elas se animaram e se juntaram aos adolescentes para fazer o mapa. Conversaram com os que são dos guetos e estes, os envolvidos com o tráfico, fizeram um rap falando dos jovens da comunidade que morreram assassinados e chorando os seus mortos. Na semana seguinte nos reunimos para socializar a pesquisa e discutir como eles vão a campo, as preocupações em expor esses meninos e meninas, mas eles e elas nos diziam para ficar tranquilos que eles aqui não são ladrões. Assim, partindo dessa abordagem de rua pensamos 05 círculos de cultura na expectativa de reverter essa cultura do medo (grifo nosso).

A narrativa da cirandeira é recriada poeticamente pelo cirandeiro Elias, que nomeia as *Imagens e sinais que pulsam no território*, em uma transposição metafórica, onde o que fora trabalhado nas problematizações das situações-limite agora descolavam e alcançavam se dizer por meio do signo aberto da arte:

*Vidas que pulsam neste território
Pulsos que fervilham no sangue da gente
Sangue, gente, morte e vida
A vida como gargalo
O gargalo da garganta
O sexo das meninas e meninos
As "pedreiras"
As Pedrinhas e Pedrinos
As Pedritas e Pedritos
Pedras preciosas exploradas nas esquinas
As bocas que gritam
A Garganta que abafa o grito do desamor em seu apogeu
O amor que tem nome
Os filhos e filhas da fome da alegria e da dor
As linguagens
As imagens
Os sinais*

O milho e a pipoca
Pipocar de vidas na cultura que o ESCUTA faz
Morte que explode voraz na demência dos instintos animais
O fósforo apagado – a vida por um fio
Pavio do fósforo e da dor simbolizada no gargalo da garganta em noite de frio
O fósforo que acende – vida que transcende o limite do “EU”
No “NÓS” coletivo da cultura popular
Cultura que se faz perguntas e respostas
Que linguagens?
Que imagens?
O que a rua revela aos que da rua se escondem?
O que a rua esconde aos que na rua viajam?
Quais os olhares que prendem a rua e trancam os lares na boca da noite?
As imagens são respostas e sinais
Os sinais respondem o que?
Imagens, linguagens e sinais decifram ações
Quem age pela morte faz da rua um beco sem saída
A pulsão mortífera leva à rua do fim
Quem age pela vida vai à rua e da rua faz as trilhas do caminho a seguir
Quem faz a pipoca transforma e dá outra forma ao milho
O milho que morre pode renascer
Quem acende o fósforo transforma a centelha em grande lareira
Fogueiras e folguedos de cultura do bem viver
Em meio às sombras da violência que mata e maltrata
Sinais de vida
Linguagens de amor
Olhares de paz
Nos querer e viveres da cultura
Na dimensão da escuta
Na sutileza das respostas
No desafio das perguntas
Nas imersões dos ESCUTAS e dos sinais
Nestes caminhos da antiga estrada do gado
Há muitas pedreiras
Pedritas e Pedrinhas
Planalto da vida que teima em cantar
Que a morte não é capaz de silenciar.

A experiência do ESCUTA, mediada pela arte, como estamos a ver (os Círculos de Cultura Brincantes tinham o teatro como linguagem fundamental),

portanto, soma-se à experiência do MNMMRCE para a ampliação da perspectiva dos jovens envolvidos nas oficinas de grafite e aerografia. Senão vejamos:

Ouvindo o relato da vivência desenvolvida pelos jovens do ESCUTA que é o círculo de cultura brincante, no qual eles problematizam a realidade através da arte, foi aí que percebemos que era possível realizar essa metodologia com os jovens em conflito com a lei tendo como linguagem da arte o graffiti e a aerografia. Então, discutimos nas Cirandas que o ESCUTA iria nos ajudar a realizar os círculos de cultura, problematizando com os jovens que estavam nas oficinas de aerografia e grafite o seu papel social, o seu olhar sobre o território, os espaços que eles apontam como espaços de vida e de morte. A partir desse mapeamento que revelava seus olhares sobre o território, seriam construídos com eles os atos de superação das situações-limites apontadas durante o processo.

Outro aspecto fundamental da produção dessa sinfonia diz respeito à forma como foram definidos os facilitadores do processo. A exemplo do que ocorreu na Sinfonia das escolas, os cirandeiros buscaram a potencialização de atores locais, mais especificamente aqueles que já tinham alguma atuação junto a esses jovens.

Uma das dificuldades que precisávamos enfrentar era a escolha dos facilitadores. Tínhamos clareza que era necessário que tivessem a mesma linguagem ou vivência com o universo dos jovens vida loka. Assim, a escolha partiu da história de vida que cada um trazia e que era a mesma das gangues, da violência policial, da ausência de oportunidades... E de como eles superaram esse universo que conspirava para que eles hoje estivessem em estatísticas de jovem mortos pela violência ou hóspede do sistema penitenciário; sendo assim, tivemos como facilitadores o Francisco Wilton, mais conhecido como Piqueno que é envolvido no movimento Hip Hop e é morador do Barroso II; Magno, Jovem do Tancredo Neves e, por fim, o Def, que já foi do MH2O do Ceará e que já havia feito algumas ações em parceria com o MNMMRCE (grifo nosso).

As parcerias para a superação dos recursos financeiros de que as Cirandas dispunham (apenas horas aula para os facilitadores e o material para a parte técnica da oficina) foram estabelecidas de forma diferenciada em cada território, mas com o protagonismo dos próprios facilitadores com base em sua inserção no território.

As parcerias foram sendo construídas a partir de alguns facilitadores - a do Lagamar, foi feita sob a forma de uma articulação com o Projeto Crescer com Arte Pio XII – FUNCI, onde o diretor é do MNMMRCE, sendo que lá a única dificuldade era a relação e o olhar de alguns profissionais para com estes jovens. Já no Alto da Balança foi feito um diálogo com a Fundação Marcos de Bruim, uma vez que eles tinham uma relação bastante difícil com os jovens vida loka que residiam no entorno da sede da Fundação. A possibilidade de melhorar a relação com os jovens nos ajudou na aceitação em ceder o espaço para a realização deste trabalho com os jovens. Já no Barroso II o protagonismo do Piqueno foi fundamental, uma vez que o mesmo já por conta própria estava organizando a juventude e principalmente os vida loka em torno das Oficinas de Grafite e possuíam uma relação de parceria bastante forte com a escola Teófilo Girão Barroso – o que na verdade acabou por fortalecer o trabalho que ele desenvolvia, principalmente com a metodologia de problematização que as Cirandas da Vida traz consigo.

O relato do cirandeiro sobre o processo realça alguns questionamentos iniciais sobre a omissão do Estado na constituição das propostas e de como o princípio de comunidade termina por suprir, à sua forma, as lacunas deixadas pela esfera institucional.

A questão da infraestrutura no tocante à alimentação não conseguimos construir; eu acredito que não conseguimos sensibilizar as outras políticas para a importância deste processo e que o envolvimento não era apenas ceder alguns lanches e sim o envolvimento direto das pessoas da gestão no processo, e como pra gente do Movimento não tem tempo ruim, então nós mesmos fomos bancando a estrutura do lanche: um dia era bolacha com suco, outro dia pão carioquinha, tapioca que a mãe do Del fazia e assim conseguimos dar continuidade no processo. A importância do lanche é por conta de que esses jovens não se alimentam direito e muitas vezes viram a noite no forro ou nas drogas.

O processo envolveu cerca de setenta jovens dos quatro territórios e foi acompanhado ao mesmo tempo pelos cirandeiros Thyago e Paulo. Este último relata no encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

Nas comunidades do Pio XII e Alto da Balança iniciamos com visitas a entidades locais que lidam com os jovens em suas ações com o objetivo de

conhecer as entidades, escutar delas sua visão sobre o território, sua forma de trabalhar e a partir daí conhecer efetivamente o território. Antes fizemos caminhadas pelo território. Andar pelas ruas, ouvir o linguajar, os sons de músicas que saem das casas, os pontos chaves do território onde se dá o tráfico, onde está o forró, os conflitos entre os grupos, sentar nas calçadas com alguns dos meninos. Conhecer os micro-territórios do Lagamar e suas especificidades, as barreiras: Assim conhecemos: a Favelinha, a Peste, a Barreirinha, o Piloto, a rua Larga, o Beco dos Colas, a Dobradinha onde rola um cinco sete. Entender como funciona o dia a dia desse território, seus rituais, seus personagens para poder dialogar com eles.

À sua maneira, esses jovens cirandeiros parecem realizar um momento importante trabalhado por Freire nos círculos de cultura que ele denominava de *investigação do universo vocabular*, onde se buscava identificar palavras de uso corrente na vida dos grupos ou do território, que se constitui um momento fundamental para o estudo da realidade. Essa aproximação com a linguagem, com as singularidades nas formas de falar dos jovens e sua comunidade, de sua família, propiciaria aos cirandeiros ampliar seu conhecimento acerca do universo dos jovens, criando condições de interagir no processo. Sigamos com o cirandeiro Paulo em seu detalhamento do processo metodológico:

Com os jovens partimos da apresentação do documentário, Falcão Meninos do Tráfico, sempre com a presença de atores do MNMMRCE, seguido da problematização do que aquilo tinha a ver com a sua realidade. Em outros encontros buscamos nos aprofundar no universo deles, o que gostam, o que acham bacana de fazer, o que não é legal, é maió paia para que pudéssemos buscar qual o universo de prazer e desprazer em suas vidas. Um momento marcante dos círculos foi quando pedimos que mapeassem os sinais de vida e de morte no território e eles fizeram isso a partir de desenhos. Depois colocamos os desenhos no mapa. Alguns construíram dobraduras que aprenderam na FEBEM. Com base nos desenhos e nas falas dos meninos e meninas, na verdade, adolescente e jovens, percebemos que a palavra geradora para o grupo era “vida loka”. Alguns até a tinham tatuado no corpo. Então rerepresentamos os desenhos e as falas deles em tarjetas e começamos a produzir com eles um desenho único que simbolizasse o que era para eles a vida loka. Os moradores e a igreja local ofertaram muros para que expusessem esse desenho como painel de grafite (grifo nosso).

Este relato desvela a forma singular como o círculo de cultura se conforma na experiência e os universos que descortina sobre a realidade vivida desses jovens. Na verdade, a expressão geradora *vida loka* revela um *tema gerador geral* que para Freire deveria promover a integração do conhecimento e a transformação social, possibilitando a ampliação do conhecimento e a compreensão dos jovens sobre sua realidade, na perspectiva de que possam intervir criticamente sobre ela. Assim, compreender o que para aqueles jovens significa *vida loka*, como a vivem, como se expressam, que sentidos dão a ela, parecia fundamental para problematizar a violência como situação-limite em cujo processo esses jovens ocupavam um lugar de centralidade.

Ao tematizar a *vida loka*, os cirandeiros também constituem uma forma particular de problematização que parte da realidade que cerca esses jovens em situação de conflito com a lei, buscando com eles a explicação para as situações-limite que estão a vivenciar e os possíveis atos-limites para transformar aquela realidade, pela ação desses jovens como *sujeitos práticos* no dizer de Freire que, ao se transformarem na ação de problematizar, passam a detectar novos problemas na sua realidade e assim sucessivamente sempre partindo da vivência, de experiências significativas.

O cirandeiro Thyago relata como se constituiu esse processo:

No Tancredo, a partir dessa problematização trabalhamos com os jovens o que faltou em suas vidas que os levaram a ser “vida loka” e ao mesmo tempo apontavam a criação de espaços de lazer, oportunidades de profissionalização e de emprego como possibilidades para que, aqueles que estão na vida loka, saíssem superando a tentação de sobreviver com o dinheiro fácil que vem do tráfico. O que me marcou foi a consciência que eles tem de que estão nessa vida não por uma opção e sim por ser o único espaço que lhe oferta ter visibilidade, respeito e a grana para viver. Um deles nos disse: “meu irmão diga ai, onde eu vou arrumar dinheiro sem roubar? tem um fulano que cumpriu a pena e tá há dois anos sem arrumar emprego” (grifo nosso).

A problematização da forma como foi arquitetada com as linguagens da arte parecia produzir uma escrita singular marcada por imagens refletindo o cotidiano e que elaboram novos símbolos e sentidos na constituição grupal. Vejamos como o cirandeiro Thyago segue seu relato do processo.

O mapeamento dos espaços de vida e de morte nos revelou que alguns espaços que para quem é de fora é morte como o caso do Forró para eles é a única alternativa de acesso ao lazer e algum tipo de cultura mesmo que não seja o conceito de cultura que temos. Revelou ainda que a escola para eles é um espaço de morte tanto por conta da violência que ocorre dentro delas quanto por conta da violência que elas praticam com ele. Um exemplo foi uma diretora que permitiu a entrada de dois policiais militares para pegar um deles por conta de um assalto na comunidade. Sem nenhuma prova, ele foi o primeiro a ser apontado como suspeito pelo fato de já ser estigmatizado pelos funcionários da escola.

A narrativa do cirandeiro desvela mais uma vez as contradições dos espaços públicos que deveriam contribuir com a inclusão desses jovens para que pudessem preparar sua inclusão na sociedade e que fortalecem a exclusão. Poder ler a realidade com base no olhar desses jovens, parecia aos cirandeiros uma oportunidade ímpar de pensar também a humanização; de rever os preconceitos que a sociedade nos ajuda a engendrar. E Thyago prossegue, revelando aspectos importantes que a problematização trouxe à tona:

Dessas vivências questões importantes surgiam: a família além da mãe muitas vezes eram os parceiros, onde as relações de amizade são bastante fortes entre eles, algo interessante é que todos vêm com esses laços desde a infância pois todos se conheciam, algo marcante é você ver esses jovens que são rotulados pela mídia e pela sociedade da Aldeota como bandidos e monstros sem emoção e coração, ver um deles que é cadeirante por conta de alguns tiros que levou na vida do crime, ser carregado por outros jovens que aparentemente não teriam nenhuma obrigação de carregá-lo. Outro fato aconteceu com esse mesmo cadeirante. Surgiu uma oportunidade de entrevista para emprego. Como precisava de um carro para se locomover até o local da entrevista, atores da LAC – Liberdade Assistida Comunitária da Pastoral do Menor não conseguindo viabilizar o transporte em si, garantiram o combustível e foram os seus parceiros da comunidade que conseguiram o carro e o piloto.

Esta fala nos remete a Arroyo (2004), em sua reflexão sobre educandos de escolas públicas e o papel da mídia. Os diálogos do autor com esses adolescentes e jovens parecem revelar certa rebeldia contra as formas como são apresentados

pelos meios de comunicação, e acrescentamos, também, profissionais da saúde e da educação. Parecem assim esperar que os vejamos de uma forma menos preconcebida.

No dizer de Arroyo (2004, p. 306),

Nem idealizados, nem satanizados. Seres humanos que esperam ser compreendidos e acompanhados no duro aprendizado do jogo da vida. Demasiado transparentes, talvez não aprenderam, ainda, o jogo das máscaras. Não aprenderam a ocultar-se. Serão condenados por condutas que os adultos aprenderam a ocultar?

Os cirandeiros também trazem em seus relatos os desafios enfrentados no trabalho com esses jovens:

Algumas vezes os encontros deixaram de acontecer por mortes de alguns dos meninos, acenos do pessoal do movimento de que o clima estava tenso, de que havia conflito na área. Durante os encontros os meninos entravam e saindo. Sabíamos que nessas saídas havia o consumo de drogas, mas não estávamos ali para trabalhar de forma repressiva. Os horários era outro problema, assim como a fome. Muitos chegavam mareados da noite virada, no forró, no barraco de uns e outros, virando bruxo, lombrado. Mantê-los até o fim exigia atenção constante. Flexibilidade no que tínhamos programado. Falar pouco, trazer a música e não fazer muito movimento físico. Tínhamos que compreender até o silêncio.

A complexidade dos desafios a serem enfrentados nesse lidar com os jovens exigia dos cirandeiros um esforço além do que as Cirandas conseguiram arquitetar em seu processo formativo com os cirandeiros. O compromisso como educadores populares e militantes sociais, no entanto, parecia mantê-los firmes nesse exercício e o cotidiano forjava-lhes as táticas para manter vivo o processo na perspectiva de que se percebam, não como seres carentes, sobreviventes na selva do mundo globalizado, mas, como nos lembrava Arroyo (2004), sujeitos em seus direitos humanos.

Uma das questões que vimos seria importante foi a de que eles precisavam receber algum tipo de cuidado. Fizemos uma vivência de argila com o cirandeiro Edvan, onde eles passaram pelo banho com argila, com a respiração, com o sol e o mar. Percebemos que eles foram se permitindo

serem tocados tanto pelo facilitador quanto uns com os outros. Parte deles vive em um abrigo e lá dentro tocar o outro é formação de boiologem. Outra coisa foi que eles depois comentaram como tiveram dificuldade de caminhar e respirar e associaram a questão das drogas e do fumo. Alguns até explicitaram que precisavam reduzir a quantidade.

Dessa forma, mais uma vez, a experiência popular aponta caminhos de superação dos desafios cotidianos ao incorporar a dimensão do cuidado na perspectiva da integralidade. Do cuidado que parte de um olhar respeitoso sobre as marcas que nos revelam silenciamentos, marcas de sua condição social, no dizer de Arroyo (2004), de seu gênero, raça, etnia, classe, condição social, da exclusão, da fome. E nos perguntávamos: o que essa experiência nos ensina para a escuta às falas desses corpos?

Foram listadas vinte e nove entidades entre movimentos, igrejas, associações, unidades de saúde, escolas e projetos institucionais ligadas a esse público no que diz respeito ao Grande Lagamar. No Barroso apesar de um número menor de entidades as possibilidades vão se concretizando de forma menos sofrida, assim como no Tancredo Neves, sempre com o protagonismo dos atores do MNMMRCE na articulação e coordenação do processo. A ideia que tínhamos com as parcerias era de construir diálogos entre os jovens e as entidades e apontar propostas intersetoriais.

Desse relato, é possível apreender como a “dialogicidade” entre a esfera institucional e o princípio de comunidade se delinea, especialmente nos espaços onde o movimento popular de juventude edificou sua ação de forma bem mais efetiva. Ao mesmo tempo, o cirandeiro aponta os aprendizados advindos desse processo que, no seu dizer, referendam a potência da arte nas linguagens do grafite e do rap como narrativas e problematização do cotidiano dos jovens em situação de conflito com a lei.

A valorização e inclusão das potencialidades da comunidade nos processos de organização e formação da juventude vida loka; A afirmação das linguagens do grafite e do rap como narrativas desses jovens pois nelas eles se identificam e fazem parte do seu cotidiano; Apropriação da metodologia dos círculos de cultura por parte do MNMMRCE com metodologia problematizadora da realidade, a ser utilizada com esses jovens em nossas ações e projetos;

Para o cirandeiro algumas mudanças são perceptíveis. Trabalhando com tamanha complexidade e considerando os desafios expostos, alguns movimentos revelam potências; luzes que se anunciam de que vale a pena a lutar e investir na formação desses jovens.

O caminho de emancipação trilhado por alguns jovens que participaram das vivências das Cirandas da Vida, como aqui podemos citar o jovem R., morador do Barroso II, que catava latinha na beira mar para sobreviver e hoje é instrutor de breack em uma escola particular para vinte meninos e meninas, N. e A. ambas de quinze anos que estão produzindo camisas pintadas a própria mão e estão tentando buscar um curso de aerografia para se aperfeiçoarem na técnica. No caso de A., com o dinheiro que ganha vendendo as blusas, ela paga um curso de aerografia. Tem ainda o P. que além de jovem, negro, morador de uma comunidade pobre e violenta optou em organizar esses jovens e fazer revolução através do hip hop possibilitando aos jovens dessa comunidade sonharem com um futuro melhor. A partir do trabalho que ele desenvolve, hoje, os pequenos comércios da comunidade solicitam os serviços dos jovens para fazerem letreiros e painéis nas fachadas dos comércios e isso já significa uma oportunidade de trabalho.

Com as potências também se desvelam os desafios, as contradições de uma sociedade desigual que também cerceia os sonhos de ser mais. As oportunidades de ingressar no trabalho formal esbarram por um lado no preconceito e por outro nas escassas ofertas de qualificação profissional destinadas a esse público. Ouçamos o que nos diz o cirandeiro:

Percebemos que, ao mesmo tempo em que, através do grafite, problematizamos com esses jovens a existência de outras possibilidades que não sejam o crime, o tráfico, a pista ou o sinal como forma de conseguirem ser vistos, vejo que estamos plantando com eles uma semente do sonho, embora muitas vezes a concretude desse sonho esbarre na ausência de estrutura. A visão deturpada que algumas políticas têm no tocante a profissionalização como uma estratégia de reinserção social desses jovens, é mascarada em um discurso que termina por trazer oficinas de arte e de esporte em vez de opções de profissionalização que se encaixem no universo deles. Na prática o que temos é apenas um programa de qualificação profissional para esses jovens que é o “Mãos Unidas” da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará.

O cirandeiro Thyago aponta uma contradição importante no que diz respeito à arte. É que a oferta de vivências com arte pela esfera institucional substituiu a possibilidade de acesso às políticas de geração de renda e qualificação profissional. O cirandeiro parece nos dizer que há um certo descaso desta esfera em relação a esse público no que diz respeito à profissionalização. Por que então as ofertas de oficinas de arte? O que estaria a nos dizer o cirandeiro nas entrelinhas?

Outro fato é que na Fortaleza Bela os discursos sobre a juventude é que ela é diversa, mais infelizmente na prática das políticas públicas se cuida mais de uma juventude e da nossa que vive nas periferias os “vida lokas” essa só é lembrada para justificar os projetos e as captações de recursos. As políticas públicas respeitam as especificidades de todos os segmentos e sujeitos, mas essa juventude não tem as suas especificidades respeitadas, falo da dificuldade de concentração, inconstância, dialeto, horários e principalmente as regras. Aí quando os jovens deixam de frequentar os cursos vem aquele discurso: “Eles não querem nada tai, demos o curso para eles cadê que eles vêm? não tão interessados” quando na verdade o discurso era pra ser outro, “será que a nossa metodologia, mobilização não é arcaica para esses jovens? O que temos que mudar? Será que estamos falando a língua deles? Será que conhecemos a realidade vivenciada por eles?”

A narrativa contundente do cirandeiro leva-nos pelos caminhos tortuosos da exclusão social e da necessidade premente de desenvolver diálogos com o princípio de comunidade representado por essa juventude que parece ser ocultada também nos espaços da esfera institucional. O cirandeiro clarifica a ideia de que não se pode falar de uma juventude. São juventudes diversas e várias são as identidades e as culturas. Como então considerar essa diversidade intercultural na constituição das políticas de juventude? Como incluir esses olhares e saberes marginalizados, valorizar a pluralidade e buscar os pontos de contato, como propõe Santos (2004), promovendo o diálogo intercultural (Freire) de forma a romper com a fragmentação?

Sigamos com as reflexões do cirandeiro sobre os desafios que a sinfonia revela:

Um exemplo claro é o Projeto [Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania] -PRONASCI que surge como uma esperança, pois a proposta inicial era ter como público, os adolescentes e jovens egressos do sistema penal ou das medidas sócio-educativas. Na prática o que está

acontecendo é que sob o manto da vulnerabilidade social o público do projeto foi ampliado e iremos pegar os jovens que estão em situação de vulnerabilidade, mais ainda vão para escola, vão para os projetos e que não se envolveram ainda com o crime. Os que já estão envolvidos, vão ser a minoria e vão estar nas oficinas de cultura, que terminam por referendar o que os técnicos consideram importante culturalmente: o maracatu, o teatro, musica contemporânea, mas por que não o graffiti, Rap, DJ, Breack? Por que não começar com essas que falam de perto a esses jovens e depois ampliar para as outras? Me parece que é mais simples para os gestores e os técnicos, determinar que os jovens se adequem às linguagens que eles escolhem do que quebrar os protocolos e paradigmas. As Cirandas foram convidadas a entrar na roda, mas não conseguiram fazer esses jovens protagonistas de histórias de inclusão, não tiveram vez como educadores, porque o seu currículo não conta paras as universidades que vão assumir os processos.

As reflexões do cirandeiro referendam o que já anunciamos sobre os descompassos da esfera institucional em relação ao mundo dos jovens em conflito com a lei. Ao mesmo tempo, ao trazer os acordes finais dessa sinfonia, o cirandeiro Thyago ilustra como a juventude em situação em conflito com a lei narra com a arte do rap o seu cotidiano e expõe os conflitos dessa relação:

*Pequenos homens
Que não temem
O perigo Mané
Que tão na pista traficando
Defendendo um qualquer
Não tem sonho, conta com a sorte
Viaja na onda
Mas caminha na estrada da morte
Pequenos homens
Que não temem
O perigo Mané
Que tão na pista traficando
Defendendo um qualquer
Não tem sonho, joga com a vida
Faz a correria no processo de descida
Não teme policia
Muito menos fala grossa
Juventude na favela*

*Sociedade esquece
Depois que cresce
É lembrada com frequência
Vira referência da violência*

E arremata:

O mais importante aprendizado é que não existe fórmula mágica da paz e sim caminhos a serem percorridos e que a violência não pode ser dialogada somente com estudiosos, bacanas, doutores e homens e mulheres que se julgam sábios de algo que nunca viveram. Ela tem que ser dialogada nas periferias com as pessoas que a vivem cotidianamente. A paz que buscamos na periferia não é da camisa branca e da passeata mais sim a do respeito aos princípios constitucionais e dos direitos humanos, do direito à moradia digna, alimentação saudável, educação de qualidade que nos prepare para enfrentar as dificuldades da vida e nos dê condição de resolver os conflitos a partir do dialogo, de uma segurança pública com menos armas e com mais dialogo e acima de tudo da igualdade de oportunidades para todos nós, não só para os filhos de bacanas mais para todos os seres humanos que somos. “A nossa liberdade não será dada pelos opressores ela está sendo conquistado pelos oprimidos dia-a-dia.”

Assim, o cirandeiro parece querer expor e conceder visão pública a uma dimensão silenciada, ocultada, da história desses jovens que não chega aos profissionais de saúde, aos técnicos das diversas políticas sociais. Lembrar-nos de que, em meio às vulnerabilidades, é possível enxergar o que Fuganti (2008) denomina “zonas de indeterminação”, espaços onde é possível despertar paixões alegres capazes de ativar o *conatus*, no dizer de Spinoza, e promover as potências desses jovens. A arte em suas linguagens significativas a esses jovens seria esse espaço?

8 QUINTA SINFONIA: A REDE DE ARTE, CULTURA E SAÚDE - A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM ARTE

Dantas, Vera.L.A.; Sousa³², Jair Soares; Silva³³, Francisco Marcio; Lima³⁴, Ray

Para dialogar nessa sinfonia trouxemos dois atores, músicos protagonistas dos caminhos por onde ela ecoou. Marcio Firmiano e Jair Soares.

*A nossa história alguém tem que contar
A estrada é muito longa não sabemos onde vai dar
Há dois caminhos, um estreito e outro largo
Já dizia o bom Raul aonde é que eu me encaixo*

Meu nome é Francisco Marcio Firmiano da Silva e pra falar, da nossa caminhada na Ciranda eu vou ter que falar da nossa chegada na ANEPS. Sempre fizemos teatro na Igreja, na Escola e um dia fomos convidados a participar de um grupo, de uma oficina de teatro, no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim. A primeira coisa que nos chamou a atenção ao chegar, foi que a oficina tinha tudo a ver com aquilo que a gente tinha antes nas Comunidades Eclesiais de Base, que era trabalhar o teatro do oprimido. Outra coisa interessante é que na oficina não havia preocupação em trabalhar marcações, coisas do teatro tradicional. A facilitadora foi trabalhando algumas técnicas onde nós mesmos íamos descobrindo os jeitos de atuar, de construir as cenas e os personagens.



Até hoje estamos no teatro, no grupo Semearte e foi através dessa oficina que fomos crescendo, nos envolvendo nas lutas do movimento, nos trabalhos, e como a ANEPS é feita de movimentos, acabamos conhecendo a ANEPS, através mesmo do teatro.

Então vieram várias atividades desenvolvidas nas comunidades, até chegar a proposta do projeto Cirandas da Vida, onde nós cirandeiros, temos a honra, de dizer

³² Educador popular, cenopoeta, músico, terapeuta holístico, graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

³³ Educador popular e assessor de projetos em diversos movimentos populares de Fortaleza

³⁴ Poeta, cenopoetas, bacharel em Letras e especialista em Gestão em Saúde, é m dos fundadores do Movimento Escambo Livre de Rua e participante do Grupo Pintou Melodia na Poesia e Vila de Poetas.

que não fomos escolhidos por forças políticas e sim, por ter a referência do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, pelo que nós tínhamos de potencial e isso nos dá uma satisfação, porque quem nos indicou foi a nossa caminhada no movimento e na ANEPS, que nos abriram caminhos pra crescer mesmo.



Eu me chamo Jair Soares, negro, natural de Fortaleza-CE, artista de rua, educador popular e arte-educador em música percussiva, atualmente estudando Pedagogia. Comecei a trabalhar nas feiras livres, com meu pai, aos sete anos de idade. Como o aprendizado se dá em todos os locais que nós percorremos, eu aprendi muita coisa na feira como: me comunicar, obtive a malícia do vendedor de rua, isso contribuiu bastante na minha trajetória com o teatro de rua.

Na escola fui me envolvendo com questões políticas como o grêmio estudantil. Essa inserção foi abrindo meus caminhos para uma compreensão crítica da realidade. Foi ali que fui convidado para participar em uma banda de rock da escola e através dessa banda cheguei ao Espaço Cultural Frei Tito de Alencar (ESCUTA) onde me integrei á um projeto chamado: Círculo de Cultura Brincante.

No ESCUTA descobri o fazer artístico e cultural, a produção literária, a olhar a realidade social, e conheci Paulo Freire e sua pedagogia libertadora e revolucionária. No Escuta o mundo para mim, começa a se desvelar através dos processos formativos, a concepção de educador popular, a compreensão da história e dos problemas da comunidade e cheguei às rodas da ANEPS para fazer parte de um espetáculo teatral chamado Manifestações da Gente. Com o espetáculo conheci o Movimento Popular Escambo Livre de Rua onde passei a compreender o meu fazer artístico como uma potência nos processos pedagógicos, e não um simples apêndice. Hoje atuo como um dos articuladores de Fortaleza dos grupos Arte Gambiarra e Soltando a Voz.

Fui inserido em um trabalho na área de arte e educação na Fundação da Criança e da Família Cristã (FUNCI), onde passei a atuar em um projeto chamado Liberdade Assistida Municipal, onde o foco era o trabalho sócio educativo com jovens em conflito com a lei. Com o decorrer do trabalho, fui selecionado para trabalhar em outro projeto,

o Ponte de Encontro, com crianças e adolescentes em situação de moradia de rua na cidade de Fortaleza. Foi nesse processo que eu enriqueci ainda mais minha bagagem como educador surgindo os grupos: *Os Tambores do Oitão e As Deusas dos Tambores*.

Minha chegada nas Cirandas da Vida foi na facilitação de oficinas das Cirandas nas Escolas. A partir dessa experiência fui convidado para me integrar ao corpo do projeto.

Os primeiros movimentos dessa sinfonia nasceram na região do Grande Bom Jardim, situada na quinta Região Administrativa da Cidade, tendo como protagonista o então cirandeiro Márcio Firmiano, oriundo do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, onde articula o grupo Semearte de Teatro. Para esse cirandeiro, que ainda sonha ocupar os bancos de um curso universitário, tudo começou na Granja Portugal, quando, ao reconstituir a história de luta e resistência, crianças, jovens e adultos apontaram a violência como principal situação – limite a ser enfrentada.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro recompõe alguns momentos dessa história e o faz partindo de aspectos da cultura popular que se fizeram ouvir pela voz de dona Lucena uma atriz da Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV), em seus bem vividos 70 anos. E com dona Lucena, o cirandeiro canta:

*É uma casa de farinha,
Terreiro de animação...
Ceva, ceva, cevador,
Ceva com muito cuidado...*

Com esse mote musical, o cirandeiro recupera a importância das farinhadas como ritual popular e referência cultural daqueles que migraram do campo para a cidade. Esse ritual foi referência simbólica para os encontros da ANEPS desde os movimentos iniciais daquela articulação. As *Farinhadas*, como ficaram conhecidos os encontros da ANEPS, têm um pouco do espírito das farinhadas, rituais de colheita e reparação coletiva da farinha a ser compartilhada entre diversos membros de uma comunidade.

Com a metáfora das farinhadas, surge na fala do cirandeiro e nos documentos das Cirandas a referência às Ligas Camponesas e outras lutas travadas

no processo de ocupação da cidade, cujos desafios se explicitam na narrativa dos mais antigos, que gerou uma encenação teatral no I Exercício das Cirandas e da qual transcrevemos um pequeno trecho:

O tempo do começo da vida. Quando eu cheguei não tinha luz nem água nem carro. Do lugar onde o ônibus parava, nós contava 10 quarteirão de pés. De noite tudo ficava escuro. Um dia a gente ouviu uma zuada de carro... era um político se oferecendo pra trazer a luz pra comunidade. Eu fui a primeira que correu. Ele pediu pra gente dizer que foi ele que trouxe a luz. Só que quando alguém perguntava pra gente o que a gente respondia é que foi Deus que mandou pra acabar com nosso sofrimento. A gente carregava água da finada Rita. Pra bater roupa, ia pras pedreira um lugar muito perigoso. Não tinha ponte e pra gente atravessar com as compras se passava uma corda de um lado para o outro do rio.

As crianças também produziram com arte as suas reflexões iniciais sobre a violência e sua produção poética, resultado de uma construção coletiva, ganhando cor e forma nas ilustrações do cirandeiro Josenildo³⁵ como pode ser divisado na sequência:

Nossos Sonhos

*Meu bairro não tem Paz
Mas se todos colaborarem teremos paz.
Quero meu bairro limpo
Um verdadeiro paraíso
Quero árvores grandes
E flores para perfumar a escola
Um canal sem poluição
Uma ponte cheia de atração
Quero a felicidade para todos
Quero mudar de vida
Ver a minha família feliz
Quero acabar com a violência
Não quero mais assalto
Não quero ver mais morte
Quero me sentir seguro
Não quero ter medo de brincar.*

35 Ver apêndices da quinta sinfonia

As referências a uma paz conquistada pela ação coletiva, bem como a felicidade como algo que chega para todos e não só para alguns, e ainda ao cuidado com o espaço onde vivem, são alguns dos elementos dessa produção que nos remetem à importância de considerar a profundidade das reflexões das crianças na elaboração da problematização da violência que surge como situação – limite do tempo de agora. Ao ouvi-las, parecia-nos que conjugavam com muita maestria o verbo esperar, tal como nos propôs Paulo Freire.

Completando o prelúdio dessa sinfonia, a juventude presente referendava o que nos diziam as crianças. Para os jovens, ao refletir sobre o cotidiano, é preciso fazê-lo na perspectiva de concretizar o que se sonha. Naquele contexto, era preciso dar voz e vez a uma juventude silenciada que ousa querer ser mais. A síntese dessas reflexões os jovens vão encontrar em um poema do cirandeiro Elias, que logo é atravessado por notas musicais ressurgindo em ritmo de *rock*:

*Chega de só pensar
Ta na hora de agir
Chega de só chorar
Ta na hora de sorrir
Chega de só lutar
Ta na hora de conquistar
Chega de silêncio
CIDADANIA JÁ*

Os relatos dos mais antigos e dos mais novos são relidos na forma de um repente nordestino pelos cirandeiros Márcio e Josenildo, que caminham entre o passado e o presente para realçar as situações – limite, as referenciadas pelos atores comunitários como aquelas que necessitam de transformação na realidade local:

*Meus caros companheiros peço não me levem a mal
Através da cantoria uma história eu vou contar
Dos bairros aqui vizinhos e da Granja Portugal
Era um tempo de aflição difícil de lembrar
Que não tinha água nem a luz pra clarear
E quem a escola queria era preciso caminhar
O tempo foi se passando e muita coisa melhorou*

*A água e a luz o nosso povo conquistou
Mas inda falta muita coisa que o povo reivindicou
Nas nossas comunidades a população cresceu
Então veio o desemprego e a saúde adoeceu
E depois dessas mazelas a violência apareceu
Assalto a mão armada e as drogas são frequentes
Deixando a juventude e a população doentes
Sem saber quais os caminhos pra quebrar essas correntes
A tal da violência está em todo lugar
Até dentro da casa veio se localizar
Muitas mulheres apanham e nem querem reclamar
Essa tal de violência envolve as crianças também
Dentro de casa ou na rua, ela não poupa ninguém
Não importa a idade dela todos somos reféns
Precisamos entender toda esta situação
Porque tanta violência na nossa população
Pra podermos enfrentar indo mais fundo na questão
Pra se dar um jeito nisso é preciso a união
De nossa comunidade lado a lado com a gestão
E as Cirandas da Vida trazem essa provocação.*

Apesar dos relatos dos adultos e idosos naquela região da Cidade, a juventude aparecia como potência de protagonismo na formulação dos atos limite para o enfrentamento à violência e a arte se apresentava como caminho dessa produção por meio dos diversos grupos articulados já naquele momento inicial.

O cortejo como teatralidade popular

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, a cirandeira Beth traz a linguagem radiofônica para apresentar a narrativa do cirandeiro Márcio:

Bom dia comunidade! Entra no ar o programa "A Voz Popular". Trazemos para vocês hoje, no bloco "Experiências de Vida", a participação do cirandeiro Márcio, também conhecido como Tampinha! Você vai ficar sabendo como as Cirandas da Vida e, principalmente como a juventude está se inserindo na sociedade a partir da sua atuação nos vários grupos de arte. Aguardem!

Partindo dos relatos do cirandeiro Márcio, passamos a nos questionar sobre os modos e caminhos de abordar a questão da violência com a juventude. Diz ele em um encontro da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

Quando começamos a reunir os jovens dos grupos de arte do território para discutir a violência, eles nos disseram que não adiantava ficar discutindo o que todo mundo já sabia. Apesar de entendermos que a problematização era fundamental, resolvemos partir daquilo que eles queriam discutir - a arte - porque é isso que elas estão fazendo no dia a dia em seu território e que na maioria das vezes não tem visibilidade ou apoio. Então partimos para um café cultural, rodas de conversa... Percebemos que, aos poucos, as pessoas foram se chegando mais e trazendo suas situações-limite. Uma das questões mais apontadas pelos grupos foi a dificuldade de espaços para apresentar seus espetáculos. Alguns diziam que passavam um ano ensaiando e no dia do espetáculo não tinham um lugar para apresentar.

No encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, que produziu as reflexões sobre essa sinfonia, o cirandeiro Márcio reconstitui aspectos geradores da problematização que impulsionou a proposta de trabalho em rede com os grupos de arte. Ouçamos a narrativa do cirandeiro:

Eu e outros cirandeiros fazemos parte do movimento Escambo e no Escambo temos a rua como palco maior de atuação. Aprendemos com o Escambo que a arte que a gente faz pode ajudar a mudar a realidade. Que é possível pensar uma arte revolucionária que não se dobra aos interesses dos poderosos e do sistema capitalista. Então lançamos a provocação aos grupos: por que não ocupar as praças e outros espaços públicos para dar visibilidade à nossa arte? Por que não nos juntamos como no Movimento Escambo para partilhar as nossas experiências e aprendermos uns com os outros? Por que não rompermos com essa prática que muitos grupos ainda mantêm de sobreviver às custas de forças políticas retrógradas? Não seria esse o nosso jeito de enfrentar a violência?

Da narrativa e dos questionamentos iniciais desse cirandeiro-pesquisador, trazemos duas questões centrais: a ocupação das praças no território como ato limite e a constituição de um processo formativo calcado na experiência que potencialize a construção da autonomia, a busca de

sustentabilidade e o rompimento com a intervenção de determinadas forças políticas sobre o trabalho dos grupos.

Para o cirandeiro, quando a comunidade luta pelo espaço, ela cuida dele e quando cuida se apropria. E assim questiona: *Por que então a população não tem cuidado dos poucos espaços de lazer existentes na comunidade?*

E ele segue problematizando a questão:

Durante o café cultural os grupos apresentaram suas experiências e depois começamos a discutir essa possibilidade de ocupar as praças. Muitos falaram da situação de descaso em que elas se encontram. De como muitas delas viraram cenário de crimes e tráfico de drogas. Isso nos fez levantar outras questões: Como se deu a construção desses espaços? De quem foram as escolhas dos locais para sua construção? Como a população ocupou esses espaços em seus momentos iniciais quando e porque eles deixaram de constituir-se espaços de interação, de lazer, de produção de vida comunitária para constituírem-se cenário de violência? Naqueles encontros fizemos uma espécie de enxurrada de perguntas e para muitas delas não tínhamos respostas. Era preciso talvez fazer discussões com a comunidade. Reconstituir a história dessas praças. Mas para os grupos agora o mais importante era agir e agir com arte que era o nosso grande potencial. Daí resolvemos realizar os cortejos das artes nas praças do Grande Bom Jardim.

O relato do cirandeiro desvela uma dimensão importante do percurso das Cirandas da Vida no que diz respeito à problematização da realidade, referendando os princípios pedagógicos da proposta freireana que concebe a problematização não apenas como espaço de reflexão sobre a realidade mas como práxis onde a reflexão enseja a ação de transformação.

Outro aspecto fundamental dos cafés culturais dizem respeito à forma como se faziam todos esses questionamentos: com as linguagens da arte. Sobre isso conta o cirandeiro:

Quando pensamos a metodologia dos cafés culturais tivemos as farinhadas da ANEPS como nossa referência. Nas Farinhadas sempre trazíamos a vivência de arte de um grupo pra discutir o tema que a gente escolhia. Com o tempo e ao vivenciar os círculos de cultura, fomos aprendendo também a construir as sínteses criativas e assim fomos levando essas ideias

para os cafés. Começamos a perceber a riqueza de produzir coisas juntos pois um complementava o saber do outro.

As reflexões iniciais do cirandeiro para a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa apontaram no sentido de potencializar novos encontros onde a arte em suas várias linguagens constituía a forma de abordar o tema problema e, neste sentido, passávamos a nos perguntar: será a arte em suas linguagens um espaço integrador para a possibilidade de um trabalho em rede?

Como para nós os momentos de reflexão sempre geravam algo concreto resolvemos discutir a formação e a promoção à arte e à cultura. Começamos fazer o cortejo das artes. Fizemos no Siqueira e no Santo Amaro. Começou-se a fazer e a pensar a formação técnica em um processo de educação popular. A nossa aproximação com o Movimento Escambo de Arte Livre das Ruas amplia as possibilidades de formação, experiência, informação. Assim decidimos realizar encontros de um dia inteiro com essa característica que resolvemos chamar de escambos de arte e saúde em referência a esse movimento de resistência, de onde muitos vieram e ao qual muitos dos grupos se uniram pela sua forma de ver a arte.

Da fala do cirandeiro, é possível apreender, portanto, que os Escambos de Arte e Saúde caracterizavam-se por dois momentos distintos: um deles reunia os artistas para compartilhar suas experiências ocasionando um processo formativo autogerido pelos grupos e outro quando o cortejo integrava os grupos de arte e a comunidade ocupando praças e outros espaços públicos com teatro, capoeira, dança, música e outras linguagens protagonizadas por jovens dos territórios. Dessa forma, os grupos daquela região que até então lutavam isoladamente para constituir sua visibilidade e sobrevivência ensaiam fazê-lo de forma coletiva e outros assumem também o protagonismo dessa articulação. Continuemos com Márcio em sua narrativa:

A vida dos jovens e dos grupos foi vindo por aí e a gente foi começando a caminhar juntos. Hoje temos outros grupos ajudando a tecer a rede. O grupo Geração Cidadã articulou o Bonjarte que tem uma parceria com a DIACONIA. Não sou mais só o Márcio que articula. Outros grupos começam também a articular. Quando compartilhamos o que estava

acontecendo no Grande Bom Jardim, logo veio a proposta de ampliar essa iniciativa para as outras regiões da cidade, mas agora pensando em juntar os grupos das várias regiões.

A ideia de trabalho articulado, segundo o cirandeiro, começa a configurar-se como estratégia política de articulação cultural cuja dimensão ultrapassa os limites regionais e promove a interação dos vários grupos da cidade por onde as Cirandas se fazem movimento, reconfigurando também o perfil de atuação de alguns cirandeiros que passaram a se articular de modo mais permanente com os grupos de arte.

O cirandeiro Márcio comenta algumas singularidades desse processo em um dos encontros da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

O I Escambo aconteceu durante a Semana Cultural do ESCUTA. Como todo processo iniciando, nos mostrou uma série de desafios. O primeiro deles foi nos incluirmos em uma proposta já estruturada com uma metodologia já construída. Como resultado tivemos uma discussão com um número pequeno de grupos participando embora tenhamos tido um grande cortejo e muitas apresentações. Mas aquele foi o marco da possibilidade de integração cultural na cidade. Já no segundo Escambo que aconteceu no Santa Cecília comunidade do Grande Bom Jardim, conseguimos reunir mais de 100 pessoas entre grupos de teatro, capoeira, dança, hip hop, músicos, poetas, trabalhadores e estudantes de saúde, movimentos populares das seis regiões de Fortaleza discutindo a construção da rede de arte e cultura. Além das vivências com dança, grafite, teatro fórum e capoeira os grupos puderam compartilhar suas ideias para fortalecer a proposta de trabalho em rede. O cortejo das artes ocupou a praça que há algum tempo era cenário frequente de mortes por brigas e pudemos dialogar cenicamente com pessoas com problemas psiquiátricos, alcoolizadas, sem que isso gerasse qualquer conflito ou atrapalhasse as apresentações. Durante as apresentações os grupos locais foram convidados pelos coordenadores das festas da paróquia a animar os festejos que estavam sendo programados.

O relato do cirandeiro é revelador da potência da arte nos processos de mobilização comunitária e das possibilidades do teatro e outras linguagens da arte como forma de inclusão social. Os cortejos mostram, no entanto, uma articulação

tênue entre os grupos e os trabalhadores de saúde. Parecia-nos como se os Escambos e cortejos, mesmo se constituindo uma ação que parte do setor saúde, não conseguisse envolver os técnicos desse campo, especialmente as equipes de saúde da família.

Continuando sua narrativa, o cirandeiro Márcio explicita outros detalhes sobre a metodologia dos Escambos. Na base de todos os encontros, a vivência era o traço comum, assim como a valorização dos saberes locais e o protagonismo de seus atores.

Em suas palavras,

Começamos a definir temas para motivar as discussões entre os grupos. A definição dos temas sempre ficava a cargo dos grupos do território. Assim é que no Bom Jardim a temática foi arte e educação popular, no Pirambu a discussão sobre o mangue, no Palmeiras a sócio economia e na Serrinha ambiente e negritude. As vivências com arte também eram definidas pelos grupos do território de forma que os grupos das outras regiões pudessem aprender com a experiência dos grupos locais.

O trecho seguinte é uma transcrição de parte do relatório do III Escambo de Arte e Saúde que aconteceu no Pirambu. É possível apreender a noção de que, mesmo nos relatos oficiais do projeto, a escrita se faz arte, produzindo uma certa forma singular de registro histórico do vivido onde se permite a licença poética:

Abram alas, abram alas! As Cirandas da Vida colocam em cena mais um escambo de arte e saúde que vai desenhando a Rede de Arte, Cultura e Saúde de Fortaleza. Estamos no III escambo de arte e saúde e o cenário é o Pirambu.

Na Escola Estadual Moema Távora, o cirandeiro Johnson Soares e o grupo Raízes Sertanejas prepararam cuidadosamente o espaço de acolhida. Roupas das quadrilhas dançadas pelo Raízes, que falam de temáticas locais: a luta de seu povo pra se manter naquele lugar onde a especulação imobiliária teima em chegar, mas o povo resiste, luta contra a avenida Leste-Oeste e outros empreendimentos que teimam em afastar da praia esse povo corajoso. Chegou o grupo de capoeira Angola, sob os cuidados do mestre Armando e foi preparando o ritual. Os grupos vão chegando de mansinho, preparando o cenário para a ciranda girar. Grupo Redenção

da Associação Chico da Silva. Depois veio o Vidança com a força do batuque, a graça das meninas com suas roupas de fuxico que elas e as mães confeccionaram, os cirandeiros e cirandeiras.

A Rede de Arte e Cultura, diz o cirandeiro, *é agora algo visível* e ele nomeia esses atores e atrizes, revelando a polifonia de vozes e linguagens que a compõem:

Do Bom Jardim, Siqueira, Granja Portugal vieram: Semearte, Tambores do Movimento, Geração Cidadã, Consciência Break, Grupo de Capoeira do MSMCBJ. Do Palmeiras e Santa Maria, a Cia Bate Palmas (dança de rua e percussão), Meninos Capazes com sua arte circense, a capoeira da Associação Santo Dias. Do Pici veio o teatro do Escuta e a negritude em dança do Afro Berê. Do Lagamar veio o hip hop e a festa foi ficando cada vez mais animada. Em cena mais de 100 pessoas, em sua maioria jovens, cantavam e dançavam a vida. As vivências de coco como dança dramática e de capoeira angola, nos ajudava a resgatar uma parte da história que muitos não sabiam trazendo para a cena uma questão importante da nossa identidade cultural: a ancestralidade.

A ideia de trabalho em rede ajuda a socialização das histórias de luta e resistência e o grupo de quadrilha Raízes Sertanejas traz nomes de atores e lugares históricos da luta do seu povo, o que nos faz pensar sobre a importância da música neste trabalho.

*Vem cá
Vem cá
Vem cá oh menina
Vem cá dançar São João
Não molhe os pés na água
Nem despregue do chão
Maracangalha Maria Moça dançava
Lá no Rabo do Jumento no Gozo SiriCão*

Aqui entra em cena o cirandeiro Johnson, que fala da importância da música para a arte e a cultura daquela região da cidade. Ao mesmo tempo, sua fala desvela um processo popular de aprendizagem que se constitui na singularidade e talvez na grande potência da música naquele território:

Quase todos nós éramos autodidatas. Os que pintavam, os que escreviam e, principalmente os que tocavam. Na realidade autodidata é uma palavra que estou utilizando para falar de um processo de aprendizagem que se deu de uma forma não convencional. Eu por exemplo, aprendi vendo os outros tocarem, partilhando com eles a experiência do contato direto com a música. Bastião, meu primeiro professor me dizia: ter ouvido é fundamental. Eu tive o benefício de contar com o convívio de uma série de compositores, alguns dos quais não tocavam instrumento nenhum. Ali as imagens poético-musicais traziam a história viva da comunidade fosse qual fosse o tema. Só agora eu percebo que as imagens que eu tenho do Pirambu, são as imagens desses poetas que se misturam na minha cabeça, entre o que a gente sonhava e a comunidade que temos

Os cortejos de arte e saúde configuram-se, no dizer do cirandeiro, como momentos fundamentais de mobilização dos artistas e da comunidade. E ele retoma a sua provocação inicial na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa: *é hora de ocupar com arte os espaços que hoje são cenários da violência*: Mais uma vez, recorreremos aos relatórios:

É hora de preparar o cortejo, socializar as oficinas e partilhar por que escambo é troca, é partilha, é aprendizado, é cuidado coletivo, é muita emoção e resistência...

Alô Pirambu! O cortejo ganha as ruas, e é lindo ver as pessoas saírem as crianças engrossarem o cortejo, brincarem com o palhaço terapeuta Honorato, que vai entrando nas casas, nos bares. A capoeira angola ritualiza, a gente se irmana com os artistas e isso é saúde, é humanização. A noite vai caindo sobre Fortaleza e nós cirandeiros e cirandeiros da vida vamos pra casa, cansados e felizes. A rede de arte cultura e saúde já é uma realidade e é a partir dela que vamos buscar com a juventude os atos-limite para promover a vida.

A perspectiva de atuação em rede ampliou a proposta de atuação dos grupos que se inseriram no processo e, da ideia de uma rede de grupos em Fortaleza, muitos passaram a se inserir na rede do movimento Escambo Popular Livre de Rua, como relata o cirandeiro Márcio:

Daí começamos a nos articular em um movimento maior, o Escambo, que nos fortalece politicamente. É no Escambo que a cada dia percebemos

a importância do compromisso não só com nossa arte mas com nossa comunidade. Estivemos em Carnaúba dos Dantas-RN, levamos 15 grupos de Fortaleza e pudemos dar nossa contribuição no cortejo, nas oficinas, nas rodas de conversa, na coordenação do evento. Mas não basta realizar os encontros aqui ou irmos aos encontro do Escambo. Precisamos fazer o escambo no dia a dia. Realizar o mapeamento dos grupos para podermos saber realmente as potencialidades que temos em cada grupo para atuar como formadores e as necessidades de formação que têm os participantes dos grupos. Às vezes percebemos uma espécie de acomodação de alguns grupos.

Às inquietações do cirandeiro Márcio são acrescidas: as dificuldades estruturais de captação de recursos para viabilização dos encontros e o frágil ou nenhum envolvimento dos trabalhadores das unidades de saúde do território, o que levou os cirandeiros a uma problematização do formato dos Escambos de Arte e Saúde e da reconfiguração do processo de articulação da Rede de Arte e Cultura. O mapeamento das potencialidades de formação foi um aspecto orientador da escolha de alguns atores dos grupos para facilitar ações desenvolvidas em escolas municipais de Fortaleza e que vieram a compor a sinfonia Cirandas nas Escolas, analisada anteriormente.

No que diz respeito à interação dos atores e grupos da rede de arte e cultura e os serviços e profissionais de saúde ouçamos o cirandeiro Jair, ator e percussionista que se aproxima das Cirandas procedente de sua atuação no Cirandas nas Escolas, embora já participasse da Rede de Arte e Cultura, da ANEPS e do Movimento Escambo. Este sucede o cirandeiro Márcio na articulação e condução dessa sinfonia.

Tenho notado que alguns trabalhadores de saúde não querem nenhuma aproximação com as vivências de arte que existem no território. Parece que a arte pra eles é algo menor, uma brincadeira sem muita consequência. Outros se aproximam muito mais para poderem se aproximar dos adolescentes e jovens que parece ser uma dificuldade que os profissionais enfrentam nas unidades de saúde. Eles querem organizar grupos de jovens e adolescentes mas tem dificuldade de chegar a eles. Aí é como se a arte fosse uma isca para trazer os jovens até as palestras e grupos que querem fazer. Há ainda aqueles que se aproximam da arte por terem nela apenas um espaço para o próprio entretenimento ou para o entretenimento dos trabalhadores desvinculando o papel da arte de uma proposta pedagógica, onde é possível problematizar e refletir sobre a realidade.

Em sua fala é possível apreender a crítica explícita do cirandeiro a um olhar instrumental sobre a arte que permeia, em muitos casos, a interação dos profissionais de saúde e a arte. A experiência conformada nas Cirandas da Vida reivindica a constituição de outro olhar, que se explicita nas várias sinfonias já analisadas. Ele, por sua vez, como artista e educador popular, que assume processos formativos com arte em escolas e comunidades, também reivindica para si e para os grupos esse reconhecimento do papel político- pedagógico da arte.

O cirandeiro prossegue em suas reflexões sobre as potências e situações-limite que se configuram nessa relação que se percebe conflituosa, entre o olhar técnico dos profissionais e a visão de considerar as ações artístico-culturais dos grupos que compõem a Rede de Arte e Cultura como espaço privilegiado de promoção da saúde.

Na SER V o pessoal da saúde está muito voltado para as questões técnicas, mas temos conseguido fazer outro movimento muito vinculado aos processos de acolhida, tanto no distrito como nas unidades de saúde, especialmente nas rodas de gestão. Temos trabalhado com a cenopoesia como forma de realizar uma acolhida reflexiva. Nesses momentos a arte tem nos ajudado a fazer essa reflexão sempre considerando o contexto local. Por exemplo, no Centro de Saúde da Família Abner Cavalcante estão faltando médicos nas equipes. Parece que o fato de ser um local de difícil acesso, onde a violência é muito presente, afasta os médicos que rejeitam trabalhar ali. A acolhida tem sido pensada tentando trabalhar o resgate da autoestima dos profissionais. Assim temos contribuindo com jogos do teatro que potencializam o toque em si e no outro, a brincadeira, a superação de tabus e preconceitos. Outra experiência nesse envolvimento foi a territorialização realizada com a residência multiprofissional em Saúde da Família que, a partir da nossa contribuição, incluiu o olhar das crianças e jovens. Essa aproximação nos levou também a um envolvimento com escolas onde estudam esses alunos, para trabalhar a temática da violência e outras situações limite apontadas na territorialização, a partir da construção de instrumentos musicais. Apesar da riqueza dessas experiências percebemos que são ainda ações pontuais em poucas unidades e precisamos ampliar essas possibilidades para envolver mais gente. Ao mesmo tempo nos inserimos em um projeto da Justiça, o PRONASCI voltado para mulheres e jovens em situação de conflito com a lei. A ideia é juntarmos as várias experiências que estão acontecendo no território. Como eles também vão trabalhar com a arte e

querem com a arte também ajudar a mudar essa realidade da violência percebemos a importância de trabalhar juntos.

Ainda percebemos que clarificam-se nesta fala movimentos possíveis para animar e estreitar essa relação entre arte e saúde que parece apontar caminhos para a humanização, a inclusão de outras ritualidades no trabalho em saúde que possam considerar matrizes, ao mesmo tempo pedagógicas e, quiçá, terapêuticas. O cirandeiro parece também apontar, em sua fala, possibilidades para o desenvolvimento da intersetorialidade, ao descrever os caminhos trilhados na aproximação com outros setores que também se inserem no território. Estaríamos a ensaiar a tão sonhada interdisciplinaridade, pensando a complementaridade das políticas no território em seu diálogo com o princípio de comunidade?

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, os olhares dos atores e atrizes dos grupos partícipes da Rede de Arte e Cultura sobre a saúde surgem como questão geradora de reflexão. Ao nos referir à visão biologicista de saúde de grande parte dos profissionais de saúde, nos perguntávamos qual a seria visão de saúde dos artistas. O cirandeiro Jair traz, amparado em sua própria vivência, alguns elementos para animar a discussão. Diz ele:

A minha visão da interface arte e saúde ainda era fechada porque eu entendia saúde só como a questão biológica e assim achava que só sabiam de saúde os médicos e enfermeiros. Não estava claro que a produção artística e o trabalho que eu fazia na comunidade era produção de saúde. Agora entendi que a saúde pode ser discutida a partir do que eu já faço, mesmo que eu não entenda de doença. Trabalhar com a Rede de Arte e Cultura traz essa dimensão de que o que fazemos é fazer saúde e há necessidade de aproximar os grupos de arte desse saber para que eles, como eu, possam se aperceber de que estão produzindo saúde também. Acho que esse é um dos papéis da Rede de Arte e Cultura. Há a partir da ação da Rede, a aproximação dos grupos com outras questões como a questão ambiental, a violência e a própria sustentabilidade dos artistas que também é uma coisa que afeta a nossa saúde.

As questões apontadas pelo cirandeiro nos fazem pensar sobre um aspecto importante. O olhar fragmentado e mecanicista sobre a saúde não é algo só dos técnicos. Essa visão que favorece o consumo de medicamentos, de exames de

consultas médicas e de outros profissionais, ao ser massificada pela mídia, pelos formadores de opinião como os profissionais de saúde, passa a compor também o universo de grande parte da população e os artistas populares se incluem nesse olhar de senso comum e isso não se restringe apenas à saúde.

Parece que também os artistas por vezes separam sua arte da vida cotidiana, realizando também uma ação técnica da arte. O cirandeiro Jair aponta essa articulação em rede como potência de ampliar esse olhar sobre a saúde a vida nos seus contextos diversos. Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, nos questionávamos: seria possível juntar artistas e profissionais de saúde para construir com arte esse olhar ampliado?

O cirandeiro Jair segue em suas reflexões, onde alguns desafios para essa edificação se revelam:

Tenho percebido um distanciamento dos atores dos grupos, dessas questões que estão no dia a dia da comunidade e que têm a ver com a saúde, com a educação enfim com as políticas. Alguns se envolvem mais intimamente, outros menos e isso se dá em parte pela falta de informação dos grupos e de falta de formação no que se refere a uma visão crítica da realidade e do mundo, mas por outro lado pela necessidade de constituir outros espaços que lhes garantam a sobrevivência. Por causa da luta pra sobreviver, muitas vezes fora da arte, os atores dos grupos se envolvem em muitos processos ao mesmo tempo e isso dificulta as agendas. O final da semana é quando os grupos se juntam e ai nesses tempos as unidades de saúde estão fechadas e essa tem sido uma dificuldade de articular esses grupos com os profissionais de saúde.

Expostos os conflitos, a sinfonia delinea outros movimentos, onde o debruçar-se sobre o vivido revela potências e caminhos abertos como veias, onde é possível alimentar sonhos de transformação. O cirandeiro Jair começa reconstituindo sua vivência anterior nessa perspectiva de redes. Ouçamo-lo:

Essa proposta de trabalho em rede eu vivi no Pici onde a gente se capacitava como animador cultural para fortalecer o movimento comunitário. Ai começamos com a DIACONIA a realizar os círculos de cultura que a gente chamava de rodas de rua para problematizar os problemas da comunidade. Um dos temas mais presentes nessas rodas era a questão

da saúde. Trabalhávamos com os personagens do reisado e fazíamos as apresentações por ruas. Fomos entendendo que a arte não era apenas entretenimento e sim potencializadora e problematizadora das situações limite da comunidade.

Naquele encontro da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, os cirandeiros e cirandieras, ao trazerem suas histórias de luta e resistência, parte das quais estão inseridas na apresentação do corpo de pesquisadores que constituiu o grupo sujeito desta tese, desvelam a importância da historicidade de cada ator como sujeito do processo em seus movimentos também coletivos no contexto dos territórios onde atuam. Lembrávamos mais uma vez o mestre Paulo Freire, quando nos dizia que “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte” (FREIRE a, 2003, p. 88).

Assim, tínhamos claro já naquele momento que os movimentos dessa rede que se visibiliza nas várias regiões da cidade nasceram antes. Como dizia o nosso cirandeiro Ray Lima:

*Nossa história é muito antiga
Se eu for contar você duvida
Desde os tempos de Zumbi...*

Dessa forma os cirandeiros e cirandieras, através da narrativa do cirandeiro Jair, percorrem alguns territórios da cidade para vislumbrar os nós da rede que ele assim detalha:

A rede de arte e cultura tem conseguido se fortalecer em alguns territórios. Podemos dizer que sair da ação isolada de olhar para o próprio umbigo e se articular em rede ampliou as possibilidades de acessar projetos e recursos e, ao mesmo tempo, ajudou a trilhar caminhos para constituir sua autonomia os próprios projetos. Temos hoje em torno de sete grupos no Grande Bom Jardim com projetos aprovados e tendo condições de tocar o trabalho com mais facilidade. Alguns até estão como pontos de cultura e vão também fortalecendo movimentos iniciados pelas Cirandas como os cortejos das artes que continuam a acontecer independentes de apoio e articulação das Cirandas.

A fala do cirandeiro parece trazer para o centro da roda dois aspectos fundamentais para uma experiência que se ancora na educação popular como proposta pedagógica libertadora que tem o princípio da solidariedade como valor fundante. Um deles diz respeito a esse agir solidário calcado no princípio da solidariedade que o trabalho em rede pareceu despertar. O outro refere-se à conquista da autonomia dos grupos na busca de sua sustentabilidade econômica e no trazer para a responsabilização pela continuidade das ações desencadeadas pelas Cirandas o que parece refletir também o compromisso social com seu território. Estaria a iniciativa de trabalho em rede contribuindo para a conformação desse olhar coletivo?

Sigamos com Jair em sua caminhada pelos territórios:

No Pici está acontecendo, também articulado à ideia do Movimento Popular Escambo Livre de Rua, o que chamamos de Escambitos, ou escambos pequenos. São encontros aos finais de semana onde nós, atores dos grupos de arte daquela região, nos encontramos para discutir e celebrar olhando para nossas experiências. Ao mesmo tempo partilhamos nossas experiências com a comunidade realizando oficinas de teatro e outras linguagens como os brinquedos cantados, contação de histórias, percussão, confecção de adereços, entre outras, que variam com as potências de cada grupo. O mais importante é que tudo acontece na rua como se respondêssemos às questões levantadas pelo cirandeiro Márcio nessa Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, para fazer frente com arte à onda de violência que tem assolado o Pici nos últimos meses.

Aqui outras questões se descortinam, deixando entrever como as diversas redes que se constituem ancoradas na educação popular e saúde interagem, ampliando sua potência de ação. Dessa forma, a rede de arte e cultura que surge pela ação das Cirandas dialoga com o Movimento Escambo Popular Livre de Rua. Este, por sua vez, é também partícipe da ANEPS de cujo seio nascem as Cirandas da Vida. Em todos esses movimentos, o que há de comum? O relato do cirandeiro Jair nos faz vislumbrar a ideia de compartilhar saberes a partir das experiências, o desejo de operacionalizar atos limite para as situações-limite das comunidades e a ação em espaços públicos como a rua. Essa interseção de movimentos e redes com a saúde parece ser o outro aspecto da constituição desse comum, que ainda

ressoa timidamente nos acordes dessa sinfonia entoados pela voz do cirandeiro Jair ao nos levar para outra região da cidade:

Na SER IV, mais especificamente na Serrinha, os movimentos que estão sendo trilhados, para fortalecer essa proposta de atuação em rede dos educadores populares têm sido realizados juntando no Espaço Ekobé, grupos como a Fundação Sonora Flor de Cactus, o MH20, o Instituto Arte de Fazer, devido a esses grupos já estarem frequentando as discussões que envolvem educação popular e saúde. Começamos a discutir a saúde a partir do nosso olhar, e nesse olhar sobre a saúde, como a arte que nós produzimos se inseria e como poderíamos fortalecer os grupos e os territórios. Dessas discussões surgiu um movimento maior, que articula os movimentos de arte com outros movimentos populares daquela região resultando em uma proposta de atuação em rede de todos os movimentos daquela região para o enfrentamento das situações limites, que os vários movimentos juntos pactuaram como aquelas que precisam ser enfrentadas com urgência como a preservação da Lagoa de Itaperaoba, a violência na Serrinha e a necessidade de discutir a questão da moradia. Nessa caminhada, residentes e preceptores da residência multiprofissional em saúde da família foram convidados a se envolver no processo iniciando a articulação mais direta do setor saúde com essa rede dos movimentos e com a construção dos atos limite. Mais uma vez a metodologia das Cirandas de reconstituição da história de luta e resistência da comunidade foi o ponto de partida para a ação desse grupo onde as linguagens da arte como a poesia, a música e o rap passaram a constituir-se como espaço fundamental de problematização da realidade ao incorporar o olhar dos jovens nessa problematização, propiciando a reconfiguração de relações entre os movimentos mais antigos e os grupos de arte.

Os movimentos naquela região da cidade parecem apontar mais fortemente para a interação com os profissionais de saúde, tendo como âncora os processos formativos da residência e, ao mesmo tempo, a interação do movimento comunitário em sua acepção mais formal das lideranças das associações em geral protagonizados por adultos com os grupos de arte e cultura que trazem o olhar dos jovens. Olhando para esse caminhar, nos questionamos: como ampliar esses diálogos intergeracionais nessa perspectiva de trabalho em rede? Seria a arte em suas múltiplas linguagens um amplificador dessa possibilidade?

Ainda com o cirandeiro Jair, vemos o descortinar de outros diálogos possíveis. O trabalho em rede pressupõe o movimento permanente e a necessidade

de interação dos atores que já se instituíram nesse espaço com aqueles que se achegam à roda muitas vezes por caminhos arquitetados por outras políticas atuantes no território. Da fala do cirandeiro, a arte em sua polifonia parece-nos também apontar caminhos metodológicos de realizar a suspensão crítica necessária à problematização das situações-limite que afloram dos diálogos iniciais:

Na regional V começamos retomando com os grupos que já estavam na roda. Nessa retomada também fomos buscando fazer a interação com jovens que estavam começando a fazer esse movimento a partir dos CRAS e do Pró-jovem. Nesse encontro buscamos problematizar as situações limite do território, olhando para a produção que eles já faziam com artes plásticas discutindo as interações dessa arte com a realidade, retomando com eles o ponto de partida daquela produção e discutindo também a interface com a unidade de saúde do território. Daqueles diálogos iniciais a dificuldade de acesso ao serviço e a atenção pouco humanizada surgem como situação limite a ser enfrentada no que diz respeito aos profissionais de saúde, referindo-se ainda à violência urbana como situação limite no âmbito do território. Ali o rap e a cenopoesia se configuraram como potências para a sensibilização e problematização das situações limite apontadas. O poema utopia do cirandeiro Ray Lima vai ajudando-os a refletir sobre a necessidade de lutar para conquistar seus sonhos:

*Eu quero pegar o sol
 Você se queima
 Eu quero pegar o sol
 Você se queima
 Mas eu quero pegar o sol
 Você se queima
 Ai !!!
 Eu bem que te avisei!
 E agora, o que fazer?
 Curar a ferida e pegar novamente o sol
 Eu quero pegar o sol!*

A Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa traz, em sua perspectiva pedagógica problematizadora, as reflexões acerca dos desafios que se desvelam na constituição dos movimentos dessa sinfonia.

Ouçamos o cirandeiro Jair:

Um dos desafios postos nessa caminhada, diz respeito à necessidade da formação dos atores dos vários grupos culturais que estamos tentando articular para a Rede de Arte e Cultura. Essa formação como foi discutida com as Cirandas da Vida e alguns desses atores, não se refere às técnicas das linguagens da arte e sim de alguns aspectos que são necessidades levantadas pelos grupos no processo de mapeamento que iniciamos. Assim falamos de discutir educação popular e suas propostas pedagógicas, temas gerais de saúde, discussões sobre a sustentabilidade dos grupos, elaboração de projetos e metodologias participativas para facilitação de grupos. Apesar do desejo de realizar esses encontros o que foi possível fazer até agora foi promover a integração inicial entre os grupos por região. É como se a gente fizesse uma base preparatória que ajudasse os grupos a se conhecerem e partilharem suas experiências, mas agora é preciso avançar, embora haja uma dificuldade que é a questão financeira pois as Cirandas no momento não têm recursos para isso.

Do percurso percorrido pelas Cirandas da Vida em seus diálogos com o princípio de comunidade e a esfera institucional, parece-nos que as dimensões pedagógicas da experiência resultam por se constituírem referências importantes para a formação dos atores e atrizes populares dos grupos que atenderam ao convite para se articular em rede. Apesar da visibilidade das ações e da amplitude das articulações realizadas, entretanto, as Cirandas da Vida, como parte da política municipal de saúde, parecem não ter edificado uma sustentabilidade financeira para dar continuidade ao processo. Por outro lado, as aproximações com as políticas do campo da cultura e da juventude não se refletem na estruturação de estratégias mais inclusivas dos atores populares no acesso aos recursos públicos para a arte e a cultura. A dificuldade dos grupos populares em compreender e acessar os mecanismos formais da burocracia institucional produz desencontros e enseja fluxos paralelos na contramão do processo que acirra e acentua as desigualdades no acesso. Nas palavras do cirandeiro:

Outro desafio importante diz respeito à necessidade de ajudarmos esses grupos a se aproximarem das diversas políticas públicas que dizem respeito à cultura e à juventude. Os grupos têm por assim dizer, uma certa resistência à secretaria de cultura porque esta tem trabalhado sob a forma de editais que terminam por excluir os grupos que estão nas regiões mais periféricas da cidade. A cultura dos editais termina por privilegiar

aqueles que têm mais estrutura, mais acesso à técnica e à burocracia, ou mesmo aqueles que conseguem se articular com determinados técnicos ou setores das instituições, dito de outro modo, aqueles que conseguem receber um certo apadrinhamento. Dessa forma, muitos grupos terminam por buscar determinadas táticas de sobrevivência na interação com ONGs comunitárias que muitas vezes buscam recursos fora do país. Outra dificuldade relatada está na burocracia para a liberação dos recursos com a qual os grupos têm dificuldade de lidar e que, mesmo quando conseguem acessar os projetos, termina por inviabilizar parte das ações.

O cirandeiro, em suas reflexões finais, retoma um desafio já anunciado e que diz respeito ao estabelecimento dos diálogos entre os profissionais de saúde e os artistas da rede de arte e cultura. Sobre essa questão ele acrescenta:

É preciso promover momentos de diálogo entre os atores dos grupos culturais e os profissionais de saúde, de educação e de outras políticas sociais tem sido um grande desafio. No que diz respeito à saúde isso é mais presente e visível pois os profissionais de saúde não conseguem perceber a produção artística como produção e promoção de saúde a não ser que os grupos estejam dizendo com sua arte aquilo que os profissionais querem dizer sobre as doenças. Um exemplo são os grupos de percussão na SER V que eram convidados para as mobilizações da dengue, para animarem as campanhas. No entanto apesar os grupos convidarem os profissionais para discutir a produção artística que realizam no território, os profissionais não se aproximam. Assim os artistas e grupos do território são convidados apenas para mobilizar e entreter as pessoas mas não são considerados na hora das discussões.

É emblemático o que diz o cirandeiro de uma necessidade que há muito se expressa nas rodas da educação popular e saúde, de que os artistas populares possam ser escutados. Parece dizer nas entrelinhas que não há diálogo se o outro não é escutado e explícita o desejo de se constituírem efetivamente sujeitos das ações de promoção apoiados no que fazem como sujeitos históricos comprometidos com a transformação das situações-limite presentes no território. Deixam claro que não pretendem ser meros instrumentos de transmissão de conteúdos impostos pelos profissionais de saúde, ou meros animadores de momentos em que se exercita a pedagogia da transmissão ou do condicionamento. Ao mesmo tempo, vislumbram caminhos em um horizonte utópico, onde saúde, cultura e educação se integram para

promover a saúde e a vida cidadã, mostrando-nos uma visão mais ampla de promoção da saúde com a qual concluímos essa reflexão sobre a rede de arte e cultura:

O grande desafio é a gente construir uma forma de sustentabilidade financeira para que os grupos possam desenvolver seu trabalho na comunidade, enriquecer o seu processo formativo. As Cirandas são uma ação da saúde, mas ao considerar a arte e a cultura como promoção da saúde, não conseguem viabilizar nesse setor, os recursos para essa ação. Parece que para o Ministério da Saúde, saúde é doença e é a doença que ele financia. Por outro lado o Ministério da Cultura não dialoga com a saúde as Cirandas vão ficando sem pernas, melhor dizendo sem ter onde buscar o financiamento para essas ações. A educação lança um programa Saúde na Escola que só tem recursos para as ações de doença. Ai a gente pergunta: como as políticas de saúde educação e cultura podem se integrar para que os grupos de arte e cultura das comunidades possam contribuir como agentes pedagógicos de promoção de saúde e de vida cidadã?

Cenopoesia: problematizar, articular saberes e refletir sobre práticas de produção e promoção da saúde

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, alguns encontros temáticos caminharam no sentido de refletir sobre as formas de dizer que as Cirandas da Vida manifestaram em sua caminhada por espaços tão diversos: do local ao nacional, da dimensão pedagógica ao trabalho cotidiano nas unidades de saúde; da produção da intersectorialidade à formulação de caminhos do pesquisar. Nesse percurso, uma linguagem, a “cenopoesia”, se coloca mediando essas várias possibilidades e incluindo atores diversos, com o protagonismo marcante dos cirandeiros e cirandeiras.

O cirandeiro Ray Lima, um dos criadores dessa linguagem, fala um pouco de como surge ela e como chega às rodas das Cirandas da Vida:

No Nordeste, eclode com o movimento Escambo Teatral de Rua, atual Movimento Escambo Popular Livre de Rua, e com ele se difunde em vários estados, sendo rapidamente assimilada, passando a ser praticada pelos grupos de teatro de rua, principalmente nos congressos realizados pelo Escambo. No Ceará, Icapuí se apresentou como pólo irradiador da CENOPOESIA no Estado. Os espetáculos da emancipação e a produção teatral da cidade sofreram grande influência do estilo cenopoético de representar. Fora do Brasil, a CENOPOESIA teve repercussão nos movimentos literários jovens

de países como a Argentina e a Colômbia, notadamente nos anos 90, merecendo assim a crítica de revistas e jornais desses países.

Esse percurso leva-nos a retomar uma questão importante na constituição da própria rede de arte e cultura, que diz respeito à relação entre Cirandas da Vida - ANEPS – Movimento Escambo Popular Livre de Rua sobre a qual já nos referimos. A maneira intensa como esses movimentos se imbricam parece fortalecer a perspectiva popular quando discutimos a temática da arte, além de estabelecer outros movimentos e caminhos que estão além da perspectiva institucional e do campo da saúde.

Segundo Ray Lima, o Escambo Popular Livre de Rua, *“é um movimento de irradiação cultural que reúne grupos de arte de rua de diversas linguagens: teatro, dança, capoeira, artistas plásticos e cineastas, poetas, músicos entre tantos artistas populares”*.

Com amplo raio geográfico de atuação, o Escambo concentra suas atividades no Nordeste, especialmente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, muito embora seus encontros tenham envolvido artistas de vários estados do Sul, Sudeste e Norte do País e até mesmo de países vizinhos, como a Argentina.

Para Dantas (2003), o Escambo surge da necessidade coletiva e conjuntural de atores e atrizes de um pequeno município encravado no sertão do Rio Grande do Norte, aliados a um grupo de homens e mulheres de teatro, instigados pelo desejo de produzir, ante a um contexto de seca e de fome, novas possibilidades estéticas e de reorganização das práticas grupais, com base na troca de experiências e no compromisso político pela transformação da sociedade.

Nesse contexto, a “cenopoesia” se configura como

Uma linguagem agregadora que se articula com outras linguagens para ganhar diversidade e dar força ao discurso e sua capacidade de expressão. Atua como espaço de articulação e interfaces entre linguagens em seus aspectos formais e em suas especificidades para construir algo como que um campo dialógico, sinérgico e harmônico gerador de novas imagens, novos sentidos; multifacetados, mas ressignificados como linguagem única, porém aberta e viva. E aí a música e o teatro, principalmente, têm trazido grandes contribuições (LIMA, 2008).

Para o autor, a “cenopoesia” traz a possibilidade de ampliar a comunicação, rompendo com as limitações da língua escrita e falada, estabelecendo um amplo

leque de diálogos entre a poesia e os diversos “biomas morfoexpressivos das artes” (LIMA, 2008) na perspectiva, não apenas de juntar uma linguagem à outra, mas também como afirmação de identidade.

Portanto, o exercício da linguagem cenopoética é uma busca intensa de diálogo entre as artes, as linguagens; entre as pessoas, entre ideias e visões de mundo, na perspectiva eco-humanizadora. Nesta busca ninguém precisa deixar de ser o que é para aprimorar seu modo de ser e agir a partir desse diálogo diverso e amoroso entre os diferentes e suas diferenças (LIMA, 2008).

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro Ray Lima, protagonista da criação dessa linguagem, reconstitui alguns momentos de sua história:

Na verdade essa espécie de linguagem híbrida que mistura teatro e poesia, música e outras linguagens, surge na década de oitenta no Rio de Janeiro quando usei esse termo para intitular um espetáculo encenado na UERJ por vários jovens poetas, que daí em diante passaram a utilizá-lo em suas atuações em bares, teatros e nos mais diversos espaços. Mais tarde, no início dos anos 90, junto com o poeta e artesão Zé Cordeiro, escrevemos e encenamos o espetáculo Linhas Cruzadas, que veio a consolidar esteticamente a cenopoesia no Rio de Janeiro. Com a minha vinda para a cidade de Janduí-RN é que a cenopoesia encontra-se com o Escambo.

Considerando essa contextualização e reconhecendo o Movimento Escambo Popular Livre de Rua como importante escola popular onde se formam os cirandeiros e cirandeiros, a linguagem “cenopoética” ocupou o centro das rodas das Cirandas da Vida, também na perspectiva pedagógica de contribuir para a superação da fragmentação presente nas práticas educativas em saúde.

O exercício da linguagem “cenopoética” parece revelar-se ao mesmo tempo como uma forma singular de produção artística onde dialogam diversas linguagens e também como estratégia educativa a partir da qual é possível refletir e problematizar a realidade, lançando mão de inúmeras possibilidades de criação e expressão.

Sem dúvida, a chegada do cirandeiro Ray Lima às Cirandas da Vida marcou, se não a inclusão, mas o fortalecimento e visibilidade da “cenopoesia” em sua caminhada nas Cirandas da Vida. Documentos da Secretaria de Saúde expressam a amplitude e diversidade dessa inclusão.

Esta linguagem artística tem se afirmado nos processos de educação permanente e humanização do Sistema Municipal Saúde Escola de Fortaleza. Nas ações de educação popular das Cirandas da Vida, nos processos formativos do Projeto Ligas de Saúde da Família e do CEREST em parceria com as Cirandas; nos cursos de especialização e residência em Medicina de Família e Comunidade; em vivências no IV ENEPS; no Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade; e na III Mostra Nacional de Saúde da Família, em Brasília, tem mostrado sua potência e leveza enquanto ferramenta pedagógica em processos de educação em saúde (FORTALEZA, 2008b).

Durante encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, pudemos problematizar e reconstituir alguns movimentos nos quais essa linguagem imprimiu uma espécie de “marca” pela forma singular de expressão e que permeia as intervenções que se fazem animadas pelas Cirandas da Vida em diversos movimentos da Secretaria Municipal de Saúde e mesmo em outros espaços onde as Cirandas se incluem em sua potência pedagógica.

Um dos questionamentos presentes desde os primeiros movimentos das Cirandas dizia respeito ao papel dos cirandeiros, esses atores híbridos: misto de educadores populares, militantes de movimentos sociais e grande parte deles músicos, poetas, atores teatrais, quadrinistas, repentistas que agora chegavam à esfera institucional. Assumir o papel de cirandeiros, por um lado, fortalecia o lugar de educador popular, articulador dos movimentos e práticas existentes nos territórios, mas, ao mesmo tempo, os convocava a se colocarem em um lugar que, em sua maioria, jamais haviam ocupado: o de gestores, coordenadores de uma ação institucional – as Cirandas da Vida – no âmbito de uma região administrativa da cidade: a Secretaria Executiva Regional.

O fato de trazer a arte para um espaço onde, no geral, é vista apenas como adorno, momento lúdico para acalmar as tensões ou dar o sentido do festejo, ou ainda instrumento de uma mensagem preconcebida, especialmente no que diz respeito aos agravos em saúde, colocando-a em um lugar de problematização, produção de saberes e tecnologias, foi algo inovador, complexo e certamente permeado por conflitos e resistências.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro Márcio foi porta-voz dessas preocupações e de reflexões sobre a questão:

No início foi difícil pra mim e pra outros cirandeiros também, estar nesse lugar da gestão. Eu sempre estive do outro lado, nas lutas, cobrando, reivindicando. Como agora falar desse lugar? Esse foi o primeiro desafio. O outro é o do artista. Desde que nos envolvemos na ANEPS que discutimos essa ideia da arte tendo o seu lugar no pensar os processos. Sempre nos posicionamos contra essa ideia de que artista vem só para abrir os eventos, ser só um animador. As Cirandas da Vida, ao trazerem a arte pra roda tem outra proposta, mas na gestão isso não é bem compreendido. Às vezes ligam pedindo pra gente fazer uma abertura, uma coisa pra animar, pras pessoas se chegarem. Então eu sempre questiono. Nós estamos sendo convidados para contribuir com a discussão? Na SER V nós temos avançado nessa relação e hoje a gente sempre começa as discussões trazendo a música, a poesia, o teatro, ou todas essas linguagens juntas que é a cenopoesia, para ajudar na reflexão.

A linguagem “cenopoética”, ao inserir-se nos diversos processos pedagógicos protagonizados pelas Cirandas da Vida, afirma-se, ora como um dispositivo inicial para aquecimento intelectual ou harmonização das energias em oficinas, cursos, encontros, seminários e congressos, ora como espetáculo que problematiza ou insere determinadas questões, ou ainda se “transversaliza” na ação pedagógica de processos formativos diversos.

Segundo Lima (2008), a “cenopoesia”

É por nascimento uma arte solidária que se ocupa, por isso mesmo, com a construção de vínculos. Prefere não abortar as possibilidades de diálogo com outras linguagens em função de uma suposta pureza estética, indo em direção a uma relação respeitosa até o limite de suas distinções que unem e não separam ou fragmentam.

Ao considerar as possibilidades do diálogo entre as linguagens sem que elas percam suas identidades estéticas, mas, ao mesmo tempo, produzindo outra que as contém, parece-nos que a “cenopoesia” se aproxima da noção de polifonia trazida por Bakhtin.

No contexto das Cirandas e também considerando o perfil dos cirandeiros, a musicalidade e a teatralidade constituem diálogos permanentes para as problematizações “cenopoéticas” que as Cirandas promovem em momentos de

planejamento e avaliação de ações da Secretaria Municipal de Saúde, durante as aulas dos diversos processos formativos do Sistema Municipal de Saúde Escola, ou no decurso de eventos de articulação da política nacional de saúde.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, buscando estabelecer alguns diálogos sobre as potências e singularidades dessa linguagem e suas interações com a educação popular em saúde, tomamos como exemplo um roteiro “cenopoético” produzido pelo cirandeiro Ray Lima, com a participação de alguns cirandeiros e cirandeiras, cujo espetáculo foi apresentado pelo conjunto dos cirandeiros durante a passagem da Caravana do SUS no Ceará. A manifestação poética explode em musicalidade na harmonia do violão do cirandeiro Johnson e leva os cirandeiros a romper a formalidade da abertura de um evento nacional onde não havia lugar para a fala popular:

*De sonhação
O SUS é feito;
Com crença e luta
O SUS se faz.*

*Saúde é coisa de branco?
Saúde é coisa de preto?
Saúde é coisa de gente?
Saúde comporta gueto?*

*Saúde é coisa de elite?
O SUS é coisa do povo?
O acesso tem um limite?
O SUS é vida pra todos?*

O cirandeiro fala da elaboração dos textos “cenopoéticos” que, segundo ele, são constituídos de decursos e embates. Ouçamos sua fala:

Os decursos são, como diz Aurélio, “o ato de decorrer”, a duração, a sequência dos atos no tempo do ato cenopoético. O modo como o tempo dura ou passa. A ação cenopoética se autorregula, através do discurso e das intervenções dos cenopoetas ou atores produzindo formas e imagens não rígidas, sob uma imprevisibilidade interdependente e participante. Como o diálogo é uma busca e não uma forma pronta, ele deve ser construído em um clima constante de interatividade entre público, cenopoetas e linguagens dentro e a partir desse tempo. Já os embates são tensões de ideias, de linguagens, sem

pretender germinar grandes choques dramáticos, no sentido dramaturgico, teatral. Os personagens não atuam como agentes de uma trama ou de uma história. Eles agem como “sujeitos líricos” que se comunicam, através dos cenopoetas ou atores-leitores diretamente com o público. Em razão disso é que falamos de um roteiro e não uma peça pronta e acabada.

Parece-nos, ao ouvir o cirandeiro em sua teorização sobre o ato cenopoético, que atores, autores e público, interagindo, desvelam a possibilidade de trabalhar com tempos e construções mais livres, autorreguladas pela própria ação-interação dos atores entre si e, de certa forma, promovem certo distanciamento nos termos de Brecht, ou seja, na possibilidade de “historicizar” e “criticizar” a discussão.

Retomando o texto-roteiro cenopoético a que nos referimos há pouco, sem a preocupação de compor um personagem dramático ou cômico, mas trazendo em si o lirismo da poesia e a força dramática do teatro, os cirandeiros surgiam de pontos diversos daquele auditório onde se aglomeravam mais de 500 pessoas entre conselheiros, trabalhadores, gestores municipais, estaduais e federais da saúde, levantando questionamentos, fazendo provocações para uma reflexão sobre o significado daquele momento:

*Democratização da gestão, eficiência nos serviços,
Educação permanente, investimento nas pessoas.*

*O SUS é uma coisa boa pelo visto,
Mas pelo que assisto na mídia inteira do Brasil,
Ele é uma ameaça, inimigo de causar tédio
À indústria do remédio e todo empresariado
Da saúde de mercado, da indústria da medicina.*

*Sair das corporações, descer das academias,
Romper as carapaças das elites no dia-a-dia infiltradas;
Des-setorializar as políticas, destituir as secretarias,
Dar adeus aos burocratas, varrer a tecnocracia,
Dançar nos braços do povo e em diálogo permanente,
Respeitando o jeito da gente, tecer a cidadania.*

À problematização segue-se a proposta de ação, que dá concretude e constitui como diríamos, a práxis reflexiva:

*Então, mãos à obra porque há muitos desafios pela frente;
Muito combate haverá com aqueles que se arvoram,
Pregam e defendem o fim da história,
Da memória e luta do povo; do SUS como sistema
De vida digna para todos.*

E na transposição metafórica que a arte propicia, o público se levanta, se envolve e canta, gesticula, ri e reflete. O auditório tem agora centenas de cenopoetas que cantam:

*A vida é o fluxo da história
O movimento da maré
Na vida rola a brincadeira
Rola o SUS como universo
O SUS circula em prosa e verso
SUS é mudança de visão
Das ciências e das práticas
Ecologia dos saberes
Seu doutor é cultura popular*

Entrando no próprio contexto da “cenopoesia”, a musicalidade se inscreve como forma particular do dizer poético. Recorrendo a Bakhtin (2003), em sua ideia sobre dialogismo, parece-nos que a música compõe esse campo polifônico, com a poesia produzindo metáforas e alegorias, ritmos impressos na linguagem. Tinoco e Alexandria (2008) referem-se à “melopoética”, ferramenta metodológica que se constitui pela interface música e literatura que parecem revelar a estrutura de um todo indivisível, onde é possível a recriação de um caminho de percepção interartística.

A musicalidade nas cirandas começam como adereço para atingir um certo objetivo pedagógico político ou de alguma prática mas como o processo musical é transcendente porque se entrelaça de forma visceral com os participantes construtores do processo, acaba por fazer parte deles a própria musicalidade. Ao olhar as Cirandas como um todo percebe-se a musicalidade como pano de fundo de todo o percurso e s vezes aflora até como objeto principal da ação. As pessoas identificam também as Cirandas por essa musicalidade e algumas se reconhecem nelas porque são

protagonistas da sua construção melódica, rítmica e textual. Assim é que a SER I trouxe-nos as lendas de um mar generoso e de um povo que resiste ao avanço das marés e à ganância da especulação. Na SER II os meninos se rebelam e seus artistas exigem mudanças expressas nos grafites e no rap que se faz ação concreta e assombra a cidade por sua negra consciência. A SER III traz o ESCUTA anunciando a universalidade pela valorização, resgate e vitalização do cancionário popular. No bairro da Serrinha – SER IV, a musicalidade da poética se apresenta na consciência – ação do MH20 e na memória viva do repente. Na SER V os sons da rede nos falam da importância da organicidade e da necessidade de ocupar e reconfigurar com arte, espaços públicos. O Conjunto Palmeiras levanta as palhas da SER VI com a fusão dos batuques avisando a chegada de mais um cortejo de musicalidades novas que buscam sínteses e sons do cotidiano.

Para o cirandeiro Johnson, é como se

A música se constituísse um outro texto que parece produzir sinapses que por sua vez vão gerando compreensões em um contexto onde as palavras ou a escrita não dão conta de traduzir. Assim é que criar uma ciranda que falasse das Cirandas da Vida, em uma musicalidade que fosse própria dela, e onde nós cirandeiros nos víssemos e nos identificassem era objeto de desejo de alguns dos cirandeiros. Hoje ao produzirmos um Cd olhamos para essa musicalidade e percebemos uma estética que carrega em si a diversidade dos territórios, em seus ritmos, poéticas e sons. Essa sinfonia para uma ciranda da cidade revela a força da música enquanto espaço de criação, expressão e resistência do nosso povo.

Dessa forma, a “cenopoesia” nas rodas das Cirandas propicia diálogos densos e promissores entre os saberes artístico, científico e popular, possibilitando o acolhimento em diferentes espaços de conquista da humanização e contribuindo na complexa problematização do SUS em Fortaleza.

Estariam os cirandeiros e cirandeiras, ao incluírem-se como artistas comprometidos com a transformação social e ao lutarem pela inclusão das linguagens da arte como práticas de saúde, caminhando rumo ao inédito viável?

9 SEXTA SINFONIA: O TEATRO FÓRUM E A PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS MULHERES EM MOVIMENTO

Dantas, Vera L. A.; Bezerra, Elizabeth Vieira da Silva

Esta sinfonia, que ecoou especialmente na VI região administrativa de Fortaleza, mais especificamente no Conjunto Palmeiras, lugar conhecido por suas lutas e resistência frente ao modelo excludente de organização da sociedade. Para falar desse percurso, Elizabeth Vieira.

Meu nome é Elizabeth Vieira da Silva Bezerra Sou educadora popular, massoterapeuta, reikiana e atualmente coordeno as Pastorais Sociais da Área Pastoral do Palmeiras. Nossa história como animadora de comunidade começa em 1986 quando viemos morar no Jangurussu e começamos a participar das Comunidades Eclesial de Base (CEB's). Nessa época, começou o movimento da comunicação com o jornal local Antena das Comunidades. Depois foi instalada a rádio comunitária Santo Dias e fomos nos envolvendo também. O movimento de saúde comunitária começou em mil novecentos e oitenta e sete, quando o padre Chico Moser proporcionava encontros de formação na área da saúde. Depois participamos da Pastoral do Menor e da Pastoral do Solo Urbano e finalmente nos envolvemos com a Pastoral da Saúde que nos proporcionou a possibilidade de conhecer as práticas populares de cuidado como a farmácia viva, a massoterapia e outras. Começava para nós uma trajetória que não teria mais fim, pois a cada encontro, a cada oportunidade nos sentíamos mais responsáveis e preparadas para atuar como educadora popular.

Na luta pastoral e comunitária, passei a me envolver com o movimento de mulheres e em mil novecentos e noventa e sete ajudei a criar a Associação Mulheres em Movimento, entidade que junta a discussão de gênero com as lutas por uma economia solidária e as vivências com as práticas de cuidado no meio popular. Nos movimentos do Conjunto Palmeira, nos envolvemos com a construção da ANEPS,



da qual participamos desde o início. Ajudamos a constituir as Farinhadas e o Espaço Ekobé, do qual ainda somos cuidadoras. Na ANEPS, nossa experiência na formação com massoterapia, farmácia viva e outras práticas foi reconhecida e tivemos a oportunidade, não apenas de atuar na facilitação de oficinas e cursos no Espaço Ekobé, como também coordenar o processo como um todo. E foi essa militância na ANEPS que nos possibilitou ser convidada a estar nas Cirandas da Vida.

Nas Cirandas da Vida, tivemos a oportunidade de conhecer o Sistema Municipal de Saúde e de desempenhar um trabalho de educação popular, coordenando a trilha de humanização e das práticas populares de cuidado. Foram várias experiências de encontros, oficinas, construção coletiva de projetos para as comunidades e momentos de formação e atuação em educação popular, desde as práticas com as quais já trabalhávamos, a vivências com teatro e outras formas de arte, conferências de saúde e outras. Dessas vivências, temos algumas vitórias, como a contratação de massoterapeutas para atuar nas unidades de saúde da prefeitura e a criação da Rede de Massoterapeutas e Terapeutas Holísticos (REMTH) a qual estamos no momento a coordenar. Essas vivências todas nos fizeram crescer e sentir mais cidadã.

A problematização da violência e suas implicações com as questões de gênero surgem, em sua complexidade, procedente do protagonismo da cirandeira Beth na região VI da Cidade. Também oriunda das experiências das CEB's na região do Conjunto Palmeiras, essa massoterapeuta participante da Associação Mulheres em Movimento, que há mais de dez anos ajuda a articular a experiência de organização popular naquela região, inicia a narrativa recobrando a história de luta e resistência do Conjunto Palmeiras³⁶, que, segundo ela, foi desapropriado em 1973, no governo do Virgílio Távora.

Esta comunidade tem história. Tudo que existe aqui foi muita luta. Recontar essa história motiva o povo a continuar lutando. Um povo sofrido, mas que soube dar uma resposta. A força da união, da fé e da organização, do saber popular, da experiência vivida no interior, fez esse povo lutar por melhorias, por uma vida melhor para todos. Um povo que se deixou ser politizado, que construiu laços, estudou sobre seus direitos, venceu dificuldades, foi à luta. Povo firme e dedicado.

36 O Conjunto Palmeiras apresenta uma superfície de 180 hectares, com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes e uma distância de 22 km do centro comercial, localizado na periferia da região sul, Município de Fortaleza-CE (LIMA, 2009).

*Estivemos reunidos
Para a história contar
Relembrando nossas lutas
Juntos queremos sonhar*

E a cirandeira compõe os movimentos iniciais dessa sinfonia que nos leva em uma viagem a um tempo histórico em que moradores chegavam vindos de lugares diversos, desde desapropriações da região litorânea da Cidade, até desabrigados de enchentes, despejados de terrenos particulares e mesmo famílias deslocadas de outras ocupações. Assim, o relatório do I Encontro das Cirandas da Vida na Regional VI revela, em linguagem poética, os desafios enfrentados pelo povo do lugar e as migrações de que falamos anteriormente quando nos reportávamos a Perlonguer, em sua reflexão sobre a desterritorialização:

*Tiraram os pobres do Arraial Moura Brasil, Lagamar, Poço da Draga.
Tiraram o povo mais pobre pra cá, do Lagamar, das praias.
A Nobreza jogou os pobres da beira da praia, para o carnaubal.
Chegando lá, não tinha água, luz e nem transporte para andar.
Uniram-se, então, os valentes; vieram mulheres gestantes e crianças para os direitos conquistar.*

O cirandeiro Ray Lima, em recente projeto de intervenção apresentado como produto de conclusão de curso de especialização em gestão (LIMA, 2009), acrescenta:

O Conjunto Palmeiras recentemente tornou-se oficialmente um bairro, consolidando toda uma história de lutas e conquistas. Porém, devemos considerá-lo no contexto do complexo do grande Jangurussu, microrregião que engloba vários bairros e agrega diversas iniciativas e movimentos sociais organizados, cada vez mais fortalecidos pela Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri – REAJAN.

Em documento (relatório) do primeiro exercício das Cirandas naquela região, lê-se que os adultos produziram a *linha do tempo* (técnica de relato e registro com recorte histórico), na qual se revelam os movimentos que constituem a história de luta. Vejamos como chegavam os moradores do lugar:

Em 1974, começaram a chegar os primeiros moradores e foram construindo seus barracos ou mesmo se abrigando em lonas. Ai foram fazendo galpões onde moravam até oito famílias. Não existia nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou qualquer outro serviço público. As mulheres limpavam os terrenos. A mortalidade era grande. Quem adoecia era levado em padiolas ou em carroças para o hospital. A maioria das pessoas era analfabeta e estava desempregada, sobrevivendo de pequenos bicos.

A resistência daquela comunidade, cujos primeiros processos de organização aconteciam desde a década de 1970, já se fazia perceber de modo mais ostensivo:

As lutas daquela década (setenta) tiveram um grande mote com o qual ocupamos o Cambeba: a luta pelo transporte e pela energia elétrica. A atuação das CEBS foi determinante na história do lugar. Ali começou a organização da comunidade. Na década de oitenta nossa grande luta foi por água. A falta de infraestrutura levava a população a andar muito em busca de água; não tinha energia e o inverno significava alagamento e risco de tragédia para toda essa população. Ainda continuávamos sem posto de saúde, nem escola, nem praça, nem local para lazer, mas as dificuldades fizeram o povo se organizar e ir à luta.

Na narrativa da cirandeira Beth, para cada década, havia situações-limite que mobilizavam mais fortemente a população. As lutas da década de 1980 tiveram como eixo central a busca pelo acesso à água e ao saneamento; as da década de 1990 se consagram ao trabalho. Senão vejamos:

Em 1982, surge a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira/ ASMOCONP. Este movimento concretizou a construção, em mutirão, de um canal de drenagem por onde as águas de inundação passariam com o apoio de organismos internacionais em parceria com a prefeitura e o governo do Estado.

Nos anos noventa, a luta por trabalho resulta em novas experiências como a Farmácia Viva, o Banco Palmas e o surgimento de outras entidades, a exemplo da Associação das Mulheres em Movimento fundada em 1997. Assim é o Palmeiras, uma cópia fiel da história que se faz em movimento. Os problemas puxam soluções, as soluções puxam lutas e as lutas fazem a história, os desafios de ontem motivando para a superação dos problemas de hoje.

Junto aos desafios, postos nas discussões das Cirandas, os relatos escritos também falavam dos sonhos e desejos de transformar a realidade.

*Precisamos de trabalho
Pra poder se alimentar
Também sem a segurança
Não podemos caminhar
São alguns de nossos sonhos
O resto depois vou falar.*

No relato, vemos os desafios postos como sonhos; como desejos de edificar atos - limites que transformassem situações limite – como o fechamento da rádio Santo Dias, estratégia de comunicação desenvolvida por meio da pastoral da saúde e fechada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), revelando os tensionamentos na relação governo e movimentos sociais:

*Sonhamos alto demais
Pra melhor se organizar
Pra ter escola de qualidade
E saúde não faltar
Pra ter a rádio de volta
Temos muito que brigar.*

As narrativas compõem essa sinfonia plena de nuances que expressam, entre outras questões, as identidades culturais dos que migraram de comunidades do interior e que revelam o que anteriormente expressamos sobre a reterritorialização. Vejamos aqui como as populações – que vêm do Cariri, por exemplo, e trazem elementos de identificação que carregaram do interior para a cidade – ensejam novas interações, mas não apagam suas identidades ancestrais. Olhe-se o que está no relatório do primeiro encontro das Cirandas da Vida: “uma senhora entra devidamente caracterizada como índia, e reafirma a sua identidade. Vinda do Cariri, na imponência dos seus 70 anos, bem marcados no seu rosto e no seu corpo, altivo e resistente, ela canta à cabocla brasileira”:

*Sou uma cabocla brasileira
Tenho sangue de guerreira
Descendente de tupi*

*Já andei por muitas terras
Tenho visto muitas serras
Como esta nunca vi.
Tenho amor a minha terra
Onde a beleza se encerra
Nestas grotas de sertão
Onde nossas índias bravas
Nunca se fizeram escravas
Em qualquer outra nação*

A violência sob a óptica de gênero nas comunidades do Conjunto Palmeiras

Quando as Cirandas da Vida começaram a tentar transpor as situações-limites que situavam a violência em comunidades como problema-chave no lugar, o Conjunto Palmeiras, ao trazer sua realidade vivida no cotidiano, muitas vezes a naturalizava, outras vezes a estranhava.

Entendíamos, naquele momento, que as formas de enfrentamento coletivo desta problemática passavam necessariamente por um processo de debate profundo com a comunidade, que necessitaria encontrar formas do diálogo entre as forças locais, junto também aos atores institucionais, como também junto às famílias, para a conformação dos atos-limite. Assim é que a cirandeira Beth conta como se deram a formulação metodológica do processo e a articulação institucional em diálogo com a comunitária:

Discutimos um roteiro com questões geradoras para que pudéssemos entender o que a comunidade apontava como violência, onde elas aconteciam, quem as produzia, quais suas causas e consequências para a vida das pessoas e da comunidade. E fomos vendo o que era feito no território para enfrentá-la, seja por atores da comunidade ou da gestão. Então, buscamos os vários grupos locais, mas também as entidades que trabalhavam com essa questão como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar da Assembleia Legislativa, o CEDECA e a Assessoria de Saúde da Mulher, da Secretaria Municipal de Saúde.

Aos poucos, vimos que, como nos diz Saffioti (2001, p. 115-136), violência e gênero exigem um conceito mais amplo, que abrange vítimas

como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. A autora nos lembra que a função patriarcal, historicamente, dá aos homens “o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas”, estando autorizado e/ou tolerado pela sociedade a punir os desvios. Ela refere-se, ainda, ao projeto de dominação-exploração da categoria social homens, que exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Lembra ainda que, embora as mulheres possam eventualmente praticar algum tipo de violência contra homens, estas, como categoria social, não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração daqueles, o que, segundo a autora, faz uma gigantesca diferença. Como ocorreram estas reflexões?

A participação infantil foi determinante na problematização da violência, especialmente no que diz respeito à violência doméstica. As vivências com teatro, mais especificamente com imagens corporais expressas em jogos como “estátua”, flagravam as formas cotidianas da violência local; davam vida a histórias que por sua vez eram transformadas logo em imagens, reveladoras de uma série de situações – desde cenas de violência corporal dos pais com os filhos a cenas de morte e, até, abuso sexual explícito. As crianças ousavam romper com a cultura do silêncio e se autorizavam a revelar uma realidade que a opressão de gênero encobria. Aqui vemos uma importante reflexão desta tese: a narrativa infantil nos contextos dos grupos sociais intergeracionais nos oferta uma posição do olhar importante aos fenômenos estudados. Não achávamos, no início, que as crianças fossem fazer um relato revelador do mundo cotidiano e doméstico; inclusive foi importante a escuta que fizeram dos adultos e jovens. Dar-lhes um papel de sujeito foi fundamental em nosso trabalho. Na verdade, as crianças retiraram do nível do não dito, do interdito ou da tragédia os fatos vividos e elaboraram isso, de algum modo, junto aos outros.

A dimensão de gênero se dizia por meio da posição de submissão das mulheres, adultas ou crianças, expressas nas cenas, desenhos e histórias que traziam. Veja-se o que foi desenhado por uma criança sobre isso:



Os atos de violência praticados pelo ator masculino apareciam sempre vinculados ao uso de bebidas alcoólicas ou drogas outras, e estas sempre eram colocadas como as causas desses atos. Desaparecia o sujeito. Como mostrar esse apagamento em um trabalho não clínico e do diálogo entre gerações? Como tornar não “pesado” o que era trabalhado ali em frente às crianças, sem ocultar o que já era dito de fato? Seria essa associação drogas e violência masculina uma forma de *desculpabilizar* (“des-sujeitificar”) o homem pelos seus próprios atos?

Grossi (apud SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999, p. 13), refere-se à *violência contra a mulher* como “expressão cunhada pelo movimento social feminista” e que diz respeito a situações diversas

como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados.

Esta autora chama atenção para a *naturalização da violência doméstica*, violência *aquela que acontece no cotidiano dos lares e que nas rodas das Cirandas da Vida surge como a expressão maior do enfoque de gênero na produção da violência*.

Aqui recorremos à Giffin (1994, p. 146), a nos lembrar que nas sociedades onde a definição do gênero feminino tradicionalmente se vincula à esfera familiar e à maternidade, e a definição do gênero masculino tradicionalmente vincula-se à sua atividade na esfera pública, o que faz dele o provedor e protetor da família. Observa a autora que, apesar da presença atual das mulheres na força de trabalho

e no mundo público, a distribuição social da violência continua a refletir a tradicional divisão dos espaços onde a violência contra a mulher é perpetuada – e aqui avulta em importância o âmbito doméstico, tendo frequentemente, o próprio parceiro como agressor.

A cirandeira Beth relata um pouco da problematização.

No Palmeiras, a violência tem nomes e lugares: Santa Filomena, Recanto das Flores. Cúme motivando assassinatos e sentimentos de propriedade dos homens sobre as mulheres. A violência está em toda parte. Nas ruas, mas também em casa, nos lares. As mulheres e crianças são as vítimas mais comuns. Quando não são vítimas diretas, ficam com as seqüelas traumáticas. No grupo discutimos que a dependência econômica, fruto da inexistência de uma política de geração de renda para as mulheres, fortalece essa idéia de propriedade do homem-marido sobre a mulher. O estupro também aparece nesse mapa que o grupo vai traçando. Na discussão fomos desmistificando alguns pré-conceitos e o grupo foi aos poucos percebendo que esse eixo da violência envolve homens, mulheres, jovens, crianças e até idosos, que assumem papéis diferenciados na produção e manutenção da violência.

Dessa forma, ao adentrar esse universo, compreendemos que esse é “um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais” e que “em muitas sociedades, o direito (masculino) de dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade.” (HEISE, 1994, p. 47-48). Deste modo, compreendíamos a importância de debater com as mulheres essas questões e buscar os caminhos de superação que passavam, necessariamente, por apoiar e potencializar o que já existia no âmbito do território. Sigamos com a cirandeira:

Para se pensar nos enfrentamentos, foi necessário reconhecer o que já era feito no âmbito das comunidades: um deles é a incubadora feminina desenvolvida no Banco Palmas, que trabalha com mulheres que vivem nesse contexto da violência nos lares e que gera depressão, traumas psicológicos. Eles trabalham com formação no campo da economia solidária e fortalecimento da autoestima. Lembramos do Núcleo Socorro Abreu que na década de noventa conseguia advogados que defendiam as mulheres vítimas de violência no Palmeiras e era apoiado pela Federação

de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). As experiências da Associação Mulheres em Movimento com grupos de autoestima, terapia comunitária, massoterapia, reiki, a farmácia viva, são muito importantes e algumas dessas experiências estão também na Associação Santo Dias, no CONVIDA e na Pastoral da Saúde que é a mais antiga de todas. Mas é a Associação Mulheres em Movimento que faz mais fortemente esse enfoque de gênero. Que discute as práticas de cuidado e de economia solidária como caminho de libertação das mulheres.

Assim é que as questões de gênero na constituição da violência naquele território tiveram o movimento de mulheres como grande protagonista das ações das Cirandas da Vida. Esse processo é relatado poeticamente pela massoterapeuta Fátima Castro, da Associação Mulheres em Movimento.

*Associação de Mulheres
Na roda da Ciranda entrou
Com os grupos de “mulheres”
A gente articulou
Nas oficinas sobre gênero
Da violência se falou
Pois juntos todos sabemos
Que a violência existente
É por causa da divisão
De gênero ainda existente
Mas com luta vamos acabar
Esta cultura indecente
As mulheres tão chegando
Organizadas pra lutar
Contra a tal da violência
E juntos vamos cirandar.*

E a cirandeira reconstitui no tempo a história da resistência dessas mulheres na luta contra a opressão de gênero:

Há dez anos no conjunto Palmeira, começávamos a pensar estratégias pra tirar as mulheres de dentro de casa, melhorar sua autoestima partindo do que elas conheciam ou sabiam sobre plantas medicinais, costura, e outras coisas. Com as Cirandas muitos grupos foram envolvidos e fomos discutindo

a importância da formação. Temos muitas experiências: a sócio-economia-solidária, a agricultura orgânica, a massoterapia, a farmácia viva.

Para que os cirandeiros e cirandeiros pudessem facilitar as rodas das Cirandas da Vida onde essa temática passou a ser tratada, foi necessário discutir no próprio grupo o que concebíamos como gênero e, também, a percepção acerca da feminilidade ou masculinidade. Neste sentido, recorremos à equipe do Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência, que facilitou um processo formativo com os cirandeiros e cirandeiros. Sobre isso ouvimos a cirandeira Beth:

Naquela oficina, aprendemos que gênero e sexo não são a mesma coisa. Aprendemos que sexo tinha a ver com as diferenças no corpo, na anatomia. Já o gênero é algo que tem a ver com os papéis que os homens e as mulheres assumem na sociedade, em diversos momentos da história. Tem uma autora francesa chamada Simone de Beauvoir que dizia que não se nasce mulher, torna-se mulher. Para nós aquela oficina foi muito importante e esclarecedora (grifo nosso).

Assim, a cirandeira revela um olhar sobre gênero, no qual, como já observavam Schraiber e D'Oliveira (1999), se percebe a construção social, material e simbólica ali depositada e que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos de forma a significar as relações de poder. E a cirandeira continua seu relato sobre a oficina:

Começamos discutindo as qualidades masculinas e femininas e percebemos que a mulher era apontada como sensível, amorosa, submissa, criativa, solidária, intuitiva, resistente. Já o homem era visto como objetivo, agressivo, empreendedor, traidor, bruto, insensível. Para desconstruir algumas dessas visões, as facilitadoras nos convidaram para um passeio pelos vários momentos da história da humanidade, onde se tentava perceber como as relações de poder e agressão foram sendo construídas na história e como foram surgindo as desigualdades sociais que são, na verdade, as raízes da violência. Aprendemos que foi a mulher a protagonista da agricultura e de como na sociedade feudal ela vira objeto, e que a luta feminista foi fundamental para a conquista dos direitos que hoje temos.

A contextualização histórica desenhada pela cirandeira, em sua fala, permite a constituição histórica das realidades e auxilia a perceber a desigualdade nas condições

de acesso às oportunidades de trabalho, de profissionalização e de ocupação de lugares em espaços públicos – o que, nas rodas das Cirandas, foi apontado como gerador das situações de opressão expressas como a violência doméstica.

Da fala da cirandeira, surgem as perguntas: “A violência não é algo só da mulher nem só do homem.” Então “como pensar a violência como relação? Como trabalhar o sonho das mulheres em movimento? Como perceber o que nos faz crescer no território?”

A cirandeira Beth desvela os possíveis caminhos para constituição dos atos-limite. A interação das várias entidades comunitárias que se propõem atuar de forma integrada para pensar a formação das mulheres com a óptica de gênero revela a potência das redes sociais no território. Ouvimos sua fala:

Resolvemos realizar as oficinas temáticas sobre violência e gênero e, já na primeira oficina, percebemos a importância de pensar um processo de formação. Assim foi que resolvemos nos juntar: Associação Mulheres em Movimento, Associação Santo Dias, Convida, Movimento de Saúde da Área Pastoral do Conjunto Palmeiras, Grupo de Teatro das Mulheres e a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCD). Sabíamos que nos juntando seria mais fácil construir as articulações, buscar apoios, pois cada uma trazia saberes diferentes, conseguia apoios diferentes e, assim, fomos nos ajudando uns aos outros. Esse trabalho vem de muito tempo, mas antes cada grupo trabalhava isolado; agora, fazemos as coisas juntos. Como apoios, tivemos a participação das Cirandas que, por sua vez, articulou a área de Saúde da Mulher e o Centro de Referência às Mulheres Vítimas de Violência Francisca Clotilde.

É possível perceber na narrativa da cirandeira Beth a opção por trabalhar a perspectiva de integração das redes sociais do território, no sentido de superação das situações-limite que exigiam transformações. A dimensão da solidariedade entre os movimentos parece perpassar a estruturação da formação, baseada na busca dos atos-limite (transformações) que constituem um sentido de responsabilização coletiva. Vejamos:

Optamos por trabalhar, inicialmente, com oficinas e rodas de diálogo, que passaram a acontecer mensalmente, definindo-se os temas sempre no grupo Outra questão importante é que os encontros também aconteciam nos espaços das várias entidades que se responsabilizavam pela estrutura.

A mobilização era responsabilidade de todos. Foram muitos os temas discutidos. A gente compreendia que era muito importante estimular a criatividade das mulheres e que elas pudessem descobrir seu potencial criativo, e que era possível fazer isso coletivamente. Por isso trabalhamos com teatro, oficinas de resgate da autoestima, vivências de terapia comunitária e incluímos também atividades de lazer. Ali discutimos desde a afetividade, sexualidade, autoestima, à discussão do papel da mulher na sociedade. Ao mesmo tempo havia a necessidade de se pensar estratégias de sustentabilidade econômica dessas mulheres e para isso fizemos oficinas de customização, cozinha comunitária, agricultura urbana, hortas comunitárias, farmácia viva, e cabeleireira, sempre na ótica da economia solidária, fortalecendo a participação das mulheres em feiras de economia solidária gerando, inclusive, uma iniciativa que chamamos Feira Livre da Mulher.

O relato da cirandeira nos faz refletir, mais uma vez, como as iniciativas que advêm do princípio de comunidade ousam romper com a fragmentação das políticas assumidas pela esfera institucional. Assim é que se viu na fala de Beth como se incorpora a perspectiva de atuação em rede junto a reflexões mais subjetivas como auto-estima e afetividade, por exemplo, que foram trabalhadas de modo quase íntimo nas oficinas de gênero. Vê-se, pois, como o movimento popular articula visceralmente dimensões subjetivas e políticas – a complexidade parece ser algo mais perto da vida. E a parcelização ou fragmentação é algo mais vinculado à ótica da especialização vivida no capitalismo.

Segundo a cirandeira Beth, outra questão importante trabalhada foi o enfrentamento do que nomeou “cultura do silêncio”; por parte das mulheres e da sociedade no que diz respeito à violência contra a mulher, especialmente em relação à violência doméstica, diz ela:

Como forma de vencer a “cultura do silêncio”, e fortalecer a cultura da denúncia, fizemos com as mulheres várias visitas ao Centro de Referência da Mulher. Foram visitas agendadas previamente, onde elas participaram de uma vivência que discutia a questão da violência e gênero. Na Regional III, a cirandeira Lúcia realizou círculos de cultura para problematizar a questão e, desse processo, tivemos mulheres que voltaram para a escola, o que consideramos uma vitória importante porque a maioria das mulheres tem filhos muito jovens e são forçadas a abandonar os estudos - o que dificulta ainda mais sua emancipação. Outra questão importante foi o

fato de que, no Centro de Referência, houve um aumento das denúncias de violência por parte de mulheres do Conjunto Palmeiras, que hoje é o lugar onde há mais registro de denúncias e de busca da assessoria jurídica.

Vê-se, contudo, como foi importante atuarmos, nas Cirandas, no sentido da promoção da paz, feita de modo afirmativo, nesse diálogo intra e intergrupos – o que significa que é preciso sermos mais propositivos, e não só denunciarmos a violência. Esta ideia parece ser um aprendizado dos grupos populares que viveram juntos conosco esse percurso.

O teatro fórum como ação transformadora da realidade das mulheres em movimento

Considerando a singularidade de nosso estudo, que trata do dialogismo e da arte na gestão, pinçamos uma das ações desta trilha, desenhada nas Cirandas da Vida, para compor os movimentos dessa sinfonia. Assim é que retomamos a narrativa da cirandeira Beth:

Uma das propostas que surgiram durante as oficinas foi a ideia de trabalhar com o teatro. A Associação Mulheres em Movimento que atua no Palmeiras e trabalha a discussão de gênero a partir das práticas de cuidado como massoterapia, farmácia viva, terapia comunitária, reiki e também da economia solidária, teve a iniciativa de reunir algumas mulheres para criar uma cena de teatro que falasse da Lei Maria da Penha e da realidade de violência à mulher nas comunidades da cidade. Passamos, então, a apresentara cena de teatro em espaços da comunidade e em eventos do movimento de mulheres. Naquele momento, a coordenação das Cirandas nos levou para uma conversa com Carol Melo, psicóloga que estagiou nas Cirandas e depois acompanhou nosso trabalho por algum tempo; ela nos trouxe a proposta de uma oficina de Teatro Fórum, que é uma técnica do Teatro do Oprimido.

Discutir a violência em seu recorte de gênero com base no teatro-fórum nos abria alguns horizontes importantes. Um deles diz respeito à possibilidade de incluir a arte na discussão de uma questão historicamente silenciada, onde as atrizes poderiam expressar seus sentimentos, percepções e propostas de solução, incluindo outras linguagens, outras formas de expressão que não só as palavras. O

teatro, no uso de seus múltiplos signos, parecia-nos uma possibilidade de trazer à tona a questão de modo mais inteiro. O processo criativo que se instaura na vivência com o teatro chama outras dimensões, que não só a racional.

Aqui nos reportamos à Ostrower (1977), no que diz respeito aos processos de criação que, segundo ela, ocorrem no âmbito da intuição, são inacabados e estendem-se a estratos conscientes, na medida em que são expressos. Diz ela:

Intuitivos, esses processos se tornam conscientes na medida em que são expressos. [...] os processos criativos teriam que referir-se à consciência dos homens, pois só assim poderiam ser indagados a respeito dos possíveis significados que existem no ato criador. Entende-se que a própria consciência nunca é algo acabado ou definitivo. Ela vai se formando no exercício de si mesma, num desenvolvimento dinâmico em que o homem, procurando sobreviver, e agindo, ao transformar a natureza se transforma também.

Assim nos perguntávamos: estaríamos manifestando com a vivência teatral a possibilidade daquelas mulheres em movimento viverem, nesse processo criativo, o rompimento da cultura do silêncio? Também, estaríamos a possibilitar a geração de ações transformadoras, amparados nessa consciência de si que era trabalhada no evocar dos processos de violência vivenciados?

Em encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, pudemos ouvir o detalhamento do processo de teatro-fórum, vivido para o trabalho com gênero; vejamos a narrativa de Carol Melo³⁷:

Pensamos, então, a realização da Oficina de Teatro do Oprimido como caminho para o fortalecimento daquele grupo de teatro que se formava. Como caminho também para o desenvolvimento da expressão de si num coletivo, para a percepção de si e do grupo como espect-atores e espect-atrizes de sua vida comunitária, para a percepção das realidades comunitárias e sociais, para a problematização destas realidades vividas, para a percepção do teatro como arte de desenvolvimento humano e comunitário, e para a experimentação deste processo de expressão e de conscientização, na perspectiva de Paulo Freire, daqueles que vestem o papel de “plateia”.

³⁷ Carolina Melo atou inicialmente nas Cirandas como estagiária do curso de psicologia da UFC. Ao concluir o curso, permaneceu algum tempo atuando nas Cirandas como facilitadora das oficinas de teatro-fórum.

Aqui consideramos importante referendar alguns aspectos do teatro-fórum que, segundo Boal (1975), é uma das técnicas do Teatro do Oprimido mais conhecidas e praticadas. O autor nos fala sobre a potência desta técnica que

[...] usa ou pode usar todos os recursos de todas as formas teatrais conhecidas, a estas acrescentando uma característica essencial: os espectadores – aos quais chamamos *spect-atores* – são convidados a entrar em cena e, atuando teatralmente e não apenas usando a palavra, revelar seus pensamentos, desejos e estratégias que podem sugerir, ao grupo ao qual pertencem, um leque de alternativas possíveis por eles próprios inventadas: o teatro deve ser um ensaio para a ação na vida real (BOAL, 1975, p. 19).

Trabalhar com o teatro-fórum trazia para o grupo naquele momento a possibilidade de se organizarem não apenas como um grupo de mulheres, mas também como um grupo de teatro, como espaço de expressão e ampliação da percepção de si mesmas, do cotidiano, dos grupos, das realidades sociais. Dizia-nos Carol Melo:

Houve aí uma primeira sensibilização do objetivo da Oficina: o teatro deflagrando a expressão da identidade, o fortalecimento dos sujeitos comunitários, e as transformações nas realidades locais. Falamos sobre a técnica do Teatro do Oprimido, e do término da Oficina com uma montagem de uma cena de teatro do oprimido, e apresentações para a Comunidade do Conjunto Palmeiras e combinamos os encontros lembrando a importância da participação pessoal em corresponsabilidade com a coletividade.

O processo da oficina revelou a importância da criação coletiva. O trabalho com jogos do Teatro do Oprimido facilitou a formulação coletiva, a confiança mútua entre as mulheres, e fortaleceu a dimensão do cuidado uma com a outra. A facilitadora Carol explicita algumas questões:

Um dos jogos trabalhados no Teatro do Oprimido, que Boal A denominou quatro em marcha foi muito bem recebida pelo grupo, e produziu uma boa conversa sobre o sentimento do oprimido, e a função do opressor. Em outros jogos fomos experimentando as inúmeras possibilidades que o teatro, assim como a vida, nos oferece. Exercitar a riqueza da transmissão de informações a partir da imagem era para elas algo novo e estimulante. Em outro exercício, a proposta era de completar

a imagem em dupla, mas o grupo entendeu que era bom que fossem todos juntos, e uns iam completando as imagens dos outros. [...] (grifo nosso).

Para a cirandeira Beth, os encontros funcionavam, para as mulheres,

[...] como momentos de lazer, onde se divertiam, criavam, brincavam como há muito não faziam. É como se resgatassem a criança que havia dentro de cada uma das mulheres. No começo as mulheres tinham muita dificuldade de usar o corpo inteiro, de se mostrar, de colocar a voz pra fora; depois, iam se soltando e, de corpo inteiro e com muita alegria, conseguiam falar inclusive das suas dores.

Essa potencialidade da arte como espaço de expressões múltiplas parecia-nos, como já ponderamos, despertar as paixões alegres a que se refere Spinoza. Aqui nos reportamos também a Brecht (1967), que nos lembra poder o teatro “ser ao mesmo tempo fonte de prazer e de conhecimento”, afirmando-o como espaço de aprendizagem vinculada à condição de divertir. Para ele, “o teatro permanece teatro mesmo quando é pedagógico e na medida em que é bom teatro, é diversão.” (BRECHT, 1967, p. 98-99).

A possibilidade de expressar oralmente suas histórias, desejos e conflitos, também representou um momento de superação para o grupo. A cirandeira Beth reconstitui esse momento na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

Neste encontro a risadaria e diversão começaram logo com um exercício que a facilitadora chamou de Jana Cabana, o grupo gostou bastante. Veio uma senhora com o tipo físico bem frágil, magrinha, de voz mansa e baixa, e com dificuldade de escuta; uma das participantes do grupo torceu o nariz quando a facilitadora disse à senhora que ela também tinha que entrar no jogo. Para mim foi maravilhoso ver o grupo se adaptando para que ela entrasse no movimento e não ficasse de fora.

As situações de opressão vivenciadas no cotidiano produzem marcas corporais que se revelam também durante os ensaios expressivos da arte. Aí, nos exercícios do teatro-fórum, buscava-se a superação desses limites. A facilitadora Carol fala um pouco dessas revelações.

Em um dos exercícios, pude observar a dificuldade de abraçar umas às outras; estavam ainda com o tronco enrijecido, mas o clima de brincadeira

e confiança prevaleceu e todos jogaram. No momento de sentar no colo nem todos toparam; decisão que foi respeitada.

Os exercícios possibilitaram ainda identificar questões presentes no imaginário dessas mulheres. Assim é que a cirandeira Beth relata que, ao fazerem uma “Viagem Imaginária, foram levadas de avião, para nadar, para uma casa de massagem, para o zoológico, ou para um salão de dança. Em outro jogo de imaginação referiram-se a objetos como: celular, som, espelho, cavalo, microfone.” Estariam revelando desejos? Perguntavam-se.

Nesse encontro de olhares, vivências e reflexões surgem as histórias reveladoras da violência cotidiana começaram a surgir. Algumas temáticas se fizeram presentes em vários momentos. Continuemos com o relato da cirandeira Beth:

Uma das mulheres contou que desde que entrou para o movimento tem feito muitos cursos, mas que está cansada de procurar emprego. Contou que preparou seu currículo e foi no SINE atrás de emprego. Após ficar na fila durante muito tempo, quando chegou sua vez de entregar seu currículo, a moça do outro lado do balcão olhou, e lhe disse que ela só tinha cursos, mas que não tinha experiência nenhuma, e por isso não conseguiria um emprego. Ela ficou frustrada com aquela resposta e foi embora. Dessa história fizemos uma cena de teatro para problematizar.

Trabalhar com apoio no vivido representava também para aquele grupo de mulheres a oportunidade de retomar questões subjetivas para problematizá-las e transfigurá-las. De um momento de frustração, como dimensão particular, individual, a situação, agora cena teatral, se generaliza e aquela atriz que fora objeto de uma ação opressora, ousa instituir-se e protagonizar teatralmente a sua problematização, realizando um distanciamento crítico importante.

Recorrendo a Fuganti (2009), parece-nos que aquele ato passa agora a atualizar sua potência como uma condição de acontecimento, de recriação das próprias condições da experiência real que atravessa necessariamente (e de um modo novo, com o teatro) o corpo e o pensamento. Essa potência criativa é capaz não de despertar paixões tristes, reminiscências do vivido, e sim paixões alegres, no dizer de Spinoza, que se “ligam ao movimento imediato que sustenta a vida, o corpo, ao ritmo e ao tempo imediatos que sustentam o desejo e o pensamento” (BRECHT, 2009).

Sigamos com a narrativa da cirandeira Beth

Outra história que surgiu na oficina foi contada por uma das mulheres que em geral fala muito pouco. Ela contou que na casa da mãe sempre foi tratada de maneira diferente da irmã, e que apesar de ajudar a mãe, nunca teve os mesmos direitos: ouvir o som, ver televisão, descansar. Disse que em sua casa tinha um som pequeno, mas que nunca conseguia ouvi-lo, pois sempre que pedia ou tentava pegá-lo, outra pessoa não deixava: ou porque vai gastar energia, ou porque alguém está estudando; e assim ela não conseguia ouvir música em sua própria casa.

Considerando a necessidade de ampliar as potências criativas a partir do corpo, alguns movimentos foram muito significativos, Assim é que a cirandeira Beth relata: *Para que as pessoas se soltassem mais, se expressassem mais com o corpo, fizemos um momento onde as histórias que foram contadas pelas mulheres, eram encenadas como se fosse uma apresentação para mudos.*

A facilitadora Carol, por sua vez, completa: *na encenação sem fala, percebemos que elas permaneceram presas às mãos e a gestos pequenos, ligados às palavras que não diziam, mas pensavam estar dizendo.*

Estas falas nos fazem retomar Ostrower (1977), que chama atenção sobre como o potencial criador humano como fator de realização e transformação pode afetar o mundo físico, a própria condição humana e os contextos culturais. Assim nos parecia que o processo criativo animado por jogos teatrais, pela criação das cenas com base na improvisação e respaldado nas histórias vividas, abriam horizontes de transformação. Chamavam a fala dos sujeitos e, junto com ela, o próprio modo de postar-se como sujeito e não objeto das situações era percebido.

Aqui refletíamos sobre a opressão como manifestação histórica que se expressa também no corpo e buscávamos compreender o que Brecht (1967, p. 78) nominou de *gestus social* que, segundo ele, é aquele “que é relevante para a sociedade, o gesto que permite conclusões sobre as circunstâncias sociais”.

Os gestus sociais ali eram trabalhados como expressão mímica e gestual, trazendo as relações sociais que existem entre as pessoas para serem examinadas; no mundo da arte popular, tentava-se fortalecer a expressividade e a estética de determinados atores ou grupos (BRECHT, 1967).

Segundo a facilitadora Carol, um momento importante desse processo diz respeito à intervenção da plateia, uma das características fundamentais do teatro-fórum.

A interação com a plateia apresentava-se como um desafio para o grupo, mas foi de certa forma facilitada pelo fato de que algumas atrizes já atuavam como animadoras de encontros na comunidade e foram acolhendo os presentes com músicas e versos de cordel. A confecção dos materiais de cena como televisão contou com a ajuda de pessoas que foram se constituindo como os primeiros espect-atores. As intervenções dessas pessoas ajudaram o grupo inclusive a produzir pequenas modificações no roteiro do espetáculo que, ao final, constou de duas cenas: a da filha que não é tratada da mesma maneira que a irmã em casa; e a da mulher que é agredida pelo marido. As pessoas que assistiram foram convidadas a entrar no lugar do personagem oprimido e tentar alternativas à situação de opressão. Foi bastante interessante e rico, tanto para os espect-atores, quanto para as atrizes.

Os rituais do teatro-fórum foram ressemantizados pela inclusão das místicas características das CEB's e pelo que o grupo produzia como estética própria, ali buscada e encontrada, revista e ampliada a cada passo.

A intervenção da plateia configurou-se como espaço de consolidação de atos-limites pela possibilidade da realizar a transposição metafórica que a arte produz e, dessa forma, atores e atrizes comunitários constituíram um processo de ação-reflexão-ação onde a arte ocupa um lugar de centralidade. Ouçamos como a cirandeira traz à cena outras questões:

Algumas mulheres que participaram do teatro não sabiam ler ou liam com muita dificuldade. Como não partimos de um texto escrito por outros e sim da montagem de cenas que eram na verdade histórias reais trazidas por elas mesmas, rapidamente elas aprenderam a história e mesmo que as palavras às vezes saíssem diferentes, não mudava o sentido. Uma coisa estava clara para todas nós. Passamos a entender que a violência presente na vida das mulheres era uma situação de opressão e que tínhamos de enfrentá-la. A arte para nós era também uma arma para irmos em frente e com ela discutirmos a Lei Maria da Penha, que surge pela nossa luta e com o objetivo de enfrentar essa situação limite. Só que essa arma que é a arte não fere, pelo contrário, nos fazia sentir bem, confiantes, importantes.

Via-se como Beth apercebia-se da especificidade do estético, quando possui algo que não se reduz ao conteúdo. Por outro lado, o teatro, naquele contexto, parecia constituir-se no sentido do teatro épico proposto por Brecht (1967, p. 78), em que “comportamentos significativos social e historicamente” evidenciam leis sociais a que os indivíduos estão sujeitos, mostrando o comportamento humano e os sujeitos humanos como passíveis de transformação. Diz Brecht (1967, p. 192): “o teatro tem de comprometer-se com a realidade, pois só assim lhe será possível e lícito realizar representações eficazes da realidade”. Para o autor, “o teatro épico pressupõe um poderoso movimento social que tenha interesse na livre manifestação das questões vitais com a finalidade de encontrar soluções e que possa defender esse interesse contra todas as tendências contraditórias” (BRECHT, 1967, p. 103).

Outra questão importante quando discutimos a temática da violência com o teatro e principalmente com o teatro do oprimido, é que podemos discutir que a opressão de gênero não é só dos homens. Muitas mulheres das nossas comunidades agem no dia a dia sob a ótica machista. Assim, discutimos que não queremos construir relações onde nós mulheres oprimimos os homens e sim sermos companheiros. Lembro de um jogo que a facilitadora trouxe que era a briga de galos e depois conversamos que o importante é dialogarmos, pois é no diálogo que a gente se encontra. Nós já discutíamos antes sobre essas coisas; a diferença naquele momento é que isso acontecia como se fosse real e, na prática, a gente exercitava a possibilidade de agir diferente.

Assim, a vivência com o teatro se revelava para aquelas mulheres, também, como espaço do diálogo; diálogo também como percepção do conflito, das diferenças e da possibilidade de manifestação da alteridade. Buber (1982, 2007, p. 60), em *Do diálogo e do dialógico*, já nos dizia que, “desde sua origem, toda arte é essencialmente dialógica” e que, ao respondermos ao momento, em sua dimensão ética, a resposta assume o caráter de responsabilidade.

Retomamos novamente Freire, para esta reflexão, acrescentando-se à dimensão ética focada por Buber a postura problematizadora, crítica que vai além do ouvir, mas chega ao comunicar, consegue considerar o outro como sujeito com suas diferenças. Para Freire, não há diálogo entre opressores e oprimidos.

A cirandeira Beth relata em encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa outros movimentos gerados com a apresentação do espetáculo - a

construção da autonomia das mulheres partícipes deste processo. Para chegarmos à autonomia, vimos que se percorreu a “historicização” do vivido e seu estranhamento. A “historicização” compreendida por Brecht (1967, p. 142) de um modo rico, uma vez que no teatro épico evidencia-se a transitoriedade do que deve ser mudado. Para essa compreensão, o autor lança mão de outra categoria – o distanciamento – que para ele é “historicizar”, representar fatos e personagens como fatos e personagens históricos, isto é, efêmeros (BRECHT, 1967, p. 137) e estranharmos essa realidade, criticando-a. Dessa forma, torna-se possível com o teatro evidenciar os processos de opressão, seus conflitos e contradições, e é nessa possibilidade de explicitar conflitos que residem a grande força do teatro e a esperança dos devires (BRECHT, 1967, p. 74, 201-202).

A reflexão sobre os aprendizados constituídos na caminhada, a percepção das superações realizadas e o desejo de *ser mais*, de buscar horizontes cada vez mais amplos, parecia-nos um dos aspectos determinantes dessa experiência. Ouçamos a cirandeira Beth:

Depois que montamos o espetáculo, as mulheres começaram a receber convites para se apresentarem em eventos. Estivemos em vários encontros de mulheres em Fortaleza, na UECE em uma programação da ANEPS e em encontros da ouvidoria, em unidades de saúde. Uma questão importante foi ver como o teatro facilitou a capacidade de comunicação de algumas mulheres. Uma delas, que tem dificuldade de audição e de fala, no teatro ela se expressava mais com o corpo, com os gestos e a gente conseguia entender a mensagem. Outra coisa que chama atenção é o prazer que elas sentem em participar, em se perceberem artistas. Ir a um lugar onde algumas nunca haviam ido como a universidade e serem vistas como artistas, serem ouvidas e respeitadas. Isso foi uma coisa que as fortaleceu e as fez crescer muito, porém o que mais impressiona é que elas passam a querer ir em frente.

A importância da dimensão comunicacional do espetáculo, expressa no relato que acabamos de transcrever, é algo que consideramos necessário ressaltar e refletir: *as mulheres se viam sendo e falando de outro lugar*. Referimo-nos à comunicação como ação que implica interação social, convivência, criação e produção, com o outro, de novos saberes e formas de ser; ação que busca contribuir no enfrentamento dos problemas cotidianos e afirma a importância da experiência comunicativa dos saberes cotidianos e da cultura popular (MARTIN-BARBERO, 1998).

Assim, parece-nos válido entrever, dos relatos dessa experiência, o potencial comunicativo da arte na historicização e estranhamento das situações vividas; ademais, parece que o potencial comunicativo da arte amplia o espaço de visibilidade do ser e de reconhecimento social – o que impulsionava as mulheres para um percurso emancipatório, onde se reconheciam como sujeitos da ação de transformação vivida.

Sigamos com Beth:

A Associação Mulheres em Movimento vem participando de um movimento chamado Ceará de Paz. Um dos encontros aconteceu na Escola Aldaci Barbosa, no Palmeiras. Uma das atrizes do espetáculo, a Toinha, estava e falou do trabalho do grupo e isso despertou o interesse de uma juíza do Juizado das Mulheres. Ela, então, convidou o grupo para fazer uma apresentação em um encontro do juizado. Elas gostaram muito e resolveram marcar um encontro na comunidade para conhecer melhor a realidade do Palmeiras e das mulheres. No encontro, elas ressaltaram a potencialidade da iniciativa do grupo por que estávamos partindo da nossa história para referendar o papel de uma lei, no caso a Lei Maria da Penha, e que gostaria de nos levar a outros espaços. Foi um momento muito interessante que nos fez perceber a importância do grupo e da arte.

Chega o momento de a cirandeira Beth apontar os acordes finais das reflexões sobre essa sinfonia, como que a nos dizer que o teatro das Mulheres em Movimento segue espalhando suas notas musicais e teatrais, que refletem uma ação de subjetivação (e sujeitificação) que alcança as interferências no mundo público, em um diálogo com dimensões cujos resultados já se fazem perceber. Isso não as acomoda, pelo contrário, as impulsiona a seguir rumo ao inédito viável.

Nessa caminhada, temos grandes ganhos. Além de ver como o teatro ajudou as mulheres da comunidade a se comunicarem, refletir sobre a realidade da violência que vivemos, muitas vezes em nossas próprias casas, entender que isso é uma situação de opressão também fez a gente perceber que podemos, como disse Paulo Freire, “tomar a história nas mãos” e sermos sujeitos dessa história. A nossa história não é apenas nossa história - é a de muitas mulheres e de muitos homens espalhados pelo Brasil e pelo mundo. E quando discutimos com o teatro, nas comunidades e em outros espaços, a importância de garantir em lei os nossos direitos como cidadãos, por exemplo, estamos protagonizando a transformação dessa realidade.



IO SÉTIMA SINFONIA: A POÉTICA DA CONSTITUIÇÃO DE ESTRATÉGIAS SOLIDÁRIAS NAS LUTAS POR MORADIA E NA SOCIOECONOMIA-SOLIDÁRIA

Dantas, Vera L.A.; Silva³⁸, Elias José da

A roda viva das Cirandas gira e traz para o centro o cirandeiro Elias da SER IV. Oriundo dos movimentos da Serrinha, esse teólogo-poeta, articulador das iniciativas de socioeconomia e moradias solidárias, fala de processos como as feiras de socioeconomia-solidária e saúde, o programa Crédito Solidário para Moradia, entre outros, que nas trilhas das Cirandas se encontram com a saúde.

*Atenção! Atenção!
Bom dia!
Venho da Serrinha,
Dos movimentos sociais,
Dos movimentos da vida via comunidade.
Se sou Elias, também posso me chamar
Pessoa humana que humaniza;
Mistura impura que cura e se deixa curar
Ao aceitar o diálogo e dialogar.
Sou de todos e de algum lugar;
Chapa da chapada do Cariri;
Poeta, teólogo, dialógico,
Pensador e educador praticante.
Por fim, para dar conta dessa breve
Apresentação de mim mesmo,
Gostaria de dizer que me acho
E me reconheço um cirandeiro da gema,
Buscando articular esses todos que sou
Pela força da prosa ou do poema
Para me construir como múltiplo militante da vida.*



Sou Elias José da Silva, sou da ANEPS, também, venho de um movimento que se chama Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV), entidade fundada em 1995, que atua com educação popular, economia solidária,

38 Poeta, educador popular atuando na ANEPS-CE, coordenador das Cirandas da Vida

agricultura urbana e orgânica e práticas de saúde popular. Foi nesse movimento que eu me encontrei com as Cirandas da Vida. Estamos nas Cirandas desde 2005 e nelas também conhecemos a ANEPS. Eu diria que usamos um pouco da dinâmica de escrever, para ir produzindo crônicas; mas de onde venho mesmo? Que caminhos trilhei para chegar a esse lugar?

A vida e a arte caminham juntas nesta nossa trajetória. E se viver é uma arte, a arte de escrever é o resultado da vida levada a sério, no desafio de ser sujeito, participe dos movimentos sociais. Nasci num território demarcado pela cultura popular, evidenciada na autêntica raiz sertaneja da cantoria e do repente, do cordel e das canções.

No Cariri dos anos 1960 e início dos anos 1970, foi onde iniciei essa caminhada. E lembro-me que, aos dez anos de idade, não havia frequentado escola, uma vez que escola era para poucos; mas nem tudo era mesquinho e subterrâneo no Cariri dos anos 1960 ao início dos anos 1970. A arte não imitava a negação da liberdade que era imposta: Luiz Gonzaga e Patativa do Assaré reinavam absolutos. Depois veio o êxodo. O “Milagre Econômico” não curou o sertão e “feito retirante migrei para mares distantes, tangido do sertão para o litoral, fugindo da vida seca”.

Guardo com carinho e zelo lembranças não vãs, daquele paraíso que marcou minha infância e seguiu comigo no percurso do destino que fui traçando como menino de família pobre da Baixa do Maracujá, localidade do município do Crato. A feira marcou profundamente a minha infância. Em plenos anos 1970, o escambo era uma prática corriqueira.

Tudo isto foi se fazendo poesia na memória inquieta deste retirante. A Triste Partida foi real e cheguei a Fortaleza no início da década de 1970, ainda sem me entender por gente, mas com um sentimento de quem buscava realização. Aos 12 anos sem saber ler nem escrever, folheando revistas em quadrinhos, passei a soletrar os improvisos. Foi assim que, por desejo próprio, busquei a sala de aula e então aí elaborei as primeiras frases mais rebuscadas.

Minhas vivências poéticas, no percurso dos movimentos, exprimem toda essa diversidade guardada na memória, combinada com a grande escola que tem sido a luta social. Foi nas pastorais que fiz um mergulho profundo, com a experiência primeira vivenciada na Pastoral de Juventude da Igreja Católica.

Esta trajetória foi desenhando um caminho que nos levou ao associativismo, à militância político-partidária nos anos 1980 e 1990. Cremos que nesta trajetória a

educação popular sempre se fez presente. A militância partidária foi perdendo espaço para a militância como educador popular e foi com esta militância que chegamos às Cirandas da Vida, apresentados pela própria comunidade. Descobri a ANEPS, a Rede de Educação Popular e Saúde, o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e muitos atores e atrizes da saúde coletiva e popular. Foi assim, que nos vimos a contribuir com a construção de trilhas de educação popular e saúde, reinventando a prosa e o verso, que também evoluiu para música, provocando interações entre o acadêmico e o popular, o controle social e a participação popular, a economia solidária, o ambiente e a moradia, nesta arte dos encontros de pessoas, movimentos e linguagens. E nesta caminhada, algumas pessoas têm sido emblemáticas: os cirandeiros e cirandeiras, as pessoas dos movimentos que fazem as práticas integrativas e complementares e o pessoal das redes: ANEPS, Educação Popular e Saúde, Rede de Educação Cidadã e a Rede Cearense de Sócio-economia solidária.

A roda viva das Cirandas gira e traz para o centro o cirandeiro Elias da SER IV. Oriundo dos movimentos da Serrinha, esse teólogo-poeta, articulador das iniciativas de socioeconomia e moradias solidárias, fala de processos como as feiras de socioeconomia-solidária e saúde, o programa Crédito Solidário para Moradia, entre outros, que nas trilhas das Cirandas se encontram com a saúde. Tudo começa com o mergulho na memória, fruto do momento inicial das Cirandas na Serrinha, onde a história de luta e resistência da comunidade é reconstituída por crianças, jovens e adultos e que o cirandeiro Elias relê poeticamente no encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa:

*Mil novecentos e vinte. Foi aí que tudo começou. Seu Euzébio e Dona Rosa
Deram origem a esta história
A este bairro que amamos.
A “Lagoa da Rosinha” ainda guarda traços
Dos tempos dourados, esverdeados,
E que poluição sonora!
A do cantar dos pássaros
Acordando para mais um dia de labuta.
Barulho de avião? Nem pensar.
Asa dura? Só a dos pássaros mais robustos desafiando a gravidade.
São traços de um tempo que lá se vão,
Passado longínquo, resgate de saudade.*

*Oitenta e cinco anos depois: poucas marcas dos anos vinte.
Oitenta e tantos problemas a exigir solução,
Quarenta mil pessoas lutando em busca do pão.
E pão não é só de comer
Crianças, jovens e adultos
Buscam nessa ciranda o pão do saber.
Neste território que amamos
Demarcado pela postura decomposta da grande Fortaleza,
Tão amada quanto maltratada, bela e apaixonante como o primeiro amor,
E tão sofrida no olhar da maioria do povo, quanto um amor desfeito...
Aqui vivemos semeando lutas e esperanças,
Reunindo porções de um povo que teima em desafiar a ignorância oficial
Que teima em fazer a construção coletiva, coletividade, irmandade...*

Desse relato poético, é possível apreender como várias dimensões se entrelaçam na história da comunidade. As questões ambientais, o acesso à educação, as estratégias de sobrevivência estão permeadas pela memória afetiva e pela luta política que se faz amparado na organização popular.

Ao introduzir no campo dos dialogismos as estratégias solidárias que se constituem nos territórios de Fortaleza nas lutas por moradia e trabalho, seguimos dialogando com Santos (2000a) em seu construto teórico sobre emancipação. O autor refere-se ao princípio de comunidade e à racionalidade estético-expressiva como as representações mais inacabadas da modernidade ocidental e, dessa forma, as que mais poderiam colaborar para a estruturação de um pilar emancipatório de sociedade. Diz Santos (2000a, p. 75) que o princípio da comunidade é “o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação”.

Para Santos (2000a), o princípio de comunidade está embasado em duas dimensões – a participação e a solidariedade – que na sociedade atual se apoia grandemente na mediação do Estado. Nesse sentido, lembra que a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura se articula privilegiadamente com o princípio da comunidade, porque é nela que se condensam as ideias de identidade e de comunhão sem as quais não é possível a manifestação estética.

Assim, a reconstituição da história de luta e resistência da Serrinha sobre o campo expressivo da arte e dos seus artistas parecia iluminar um caminho auspicioso de potencialização do princípio de comunidade.

Outros aspectos da história de luta e resistência da Serrinha estão retratados poeticamente por um agente comunitário de saúde em um dos documentos das Cirandas da Vida e são reveladores de como as estratégias de economia solidária se delineiam. Segundo atores dos movimentos sociais que protagonizaram a reconstituição desta história, o bairro Serrinha, pela sua história e localização geográfica, tem um grande potencial econômico e comercial que precisa ser dinamizado em favor dos seus moradores. Segundo estes atores, a construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins e do *Campus* da Universidade Estadual do Ceará, como símbolos de um modelo de desenvolvimento e uma concepção de progresso, não constituíram efetivamente ganhos sociais e melhoria da qualidade de vida para a população do bairro, e suas organizações sociais reivindicam as apregoadas compensações sociais e econômicas quando da sua construção. Ouçamos o poema:

*Serrinha do meu coração:
te conheci ainda sem progresso, sem ônibus,
sem aeroporto e sem avião;
Te conheci no tempo da lamparina
no tempo do lampião a gás, de fogo de carvão.
Tuas ruas eram verdadeira escuridão.
Serrinha, tu que passastes muitas dificuldades,
Mas hoje tu és um grande bairro desta cidade.
Juntos estamos aqui com a Ciranda Da Vida,
Buscando resgatar tua história e tua vida.
História de luta, de amor e de alegria.
Hoje, somos a Serrinha dos Movimentos,
Temos M.T.R. que nos proporciona trabalho, renda, lazer e prazer.
Temos também o M.C.P. – Movimento dos Conselhos Populares,
Movimento este que nos ajuda a nossos problemas resolver.
Mas para isso acontecer, é necessário você, comunidade, se envolver.
Movimentos como este devem sempre acontecer.
A Ciranda da Vida conta com você.
Para juntos virmos debater assuntos sobre Segurança,
Educação, Emprego, Saúde e Lazer
(Lucieldo)*

Segundo o cirandeiro Elias, o Movimento de Trabalho e Renda (MTR), citado pelo agente comunitário de saúde Lucieldo em seu poema, surgiu em 2002

procedente de uma conversa entre professores, pais e alunos de uma escola na Serrinha, onde a falta de ocupação e renda tanto para os jovens quanto dos pais era expressa como um grande desafio. Nesse sentido, duas professoras, também moradoras do bairro e envolvidas no movimento popular, levaram à frente essa discussão e dessa forma surgiu o movimento, na perspectiva de estruturar enfrentamentos à situação limite do desemprego. Já o Movimento dos Conselhos Populares (MCP) – surge recentemente, estimulado pela atual gestão municipal, na perspectiva de animar e aprofundar nos espaços comunitários as discussões acerca das demandas a serem levadas para as assembleias do Orçamento Participativo.

Nesse contexto, as rodas das Cirandas entoaram as primeiras notas desta sinfonia que parte da Serrinha para outras regiões da cidade. O cirandeiro Elias, como grande narrador e maestro desta sinfonia, leva-nos a um mergulho na linha do tempo para conhecermos as origens dessas ações:

Desde 1995 a COMOV já tinha atuação com a temática da economia solidária. Já em maio de 1997 a COMOV havia reunido atores e movimentos dos bairros do entorno do Aeroporto Internacional Pinto Martins para desencadear um grande debate sobre desenvolvimento local sustentável. Esse processo deu origem ao Projeto Feira do Desenvolvimento Local Solidário em Movimento fomentado pelo Programa Banco do Nordeste/PNUD e essas ações por sua vez, vão desaguar na criação do MTR – Movimento Trabalho e Renda na Serrinha. Podemos dizer assim que o MTR é o resultado dessa caminhada histórica da COMOV e outros movimentos da Serrinha que conseguiram construir a mobilização social voltada pra a conquista da organização econômico-solidária como fator de potência comunitária. Além das feiras regionais que envolveram os bairros do entorno do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a COMOV contribuiu enquanto um dos entes técnicos e como mobilizadora do território, com a primeira pesquisa-ação do GPD/UECE quando do desenvolvimento do projeto piloto na Serrinha.

Historiando o surgimento de estratégias solidárias no campo econômico, Mance e Gomes (2001, p. 1) lembram que elas anunciam o “nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos”, expandindo-se no âmbito internacional e integrando-se sob a forma de rede.

Por economia solidária, Singer e Souza (2000) denominam o setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades. Gaiger (2003, p. 183-184), por sua vez, chama atenção para o poliformismo sobre o qual se assentam as práticas nesse campo que parecem emergir “como uma *resposta* para os excluídos, como *base* de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como *saída* diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo”.

Foi nessa perspectiva de encontrar saídas que a COMOV se vinculou à Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, constituindo dois núcleos de base: “Comunidade Viva”, na Granja Lisboa, e “MTR – Movimento Trabalho e Renda”, no bairro Serrinha, que mantêm desde 2005 o Projeto Feira Solidária em Movimento, contando com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura de Fortaleza e do Banco do Nordeste.

Na Granja Lisboa, região do Grande Bom Jardim – SER V, o evento é denominado de Feira do Empreendedor Solidário (FESOL) e realiza-se quinzenalmente na Praça da Sagrada Família, Conjunto Cearazinho. Atualmente, o projeto conta com o apoio da SDE da Prefeitura de Fortaleza e do Banco do Nordeste.

Nesse caminhar, a população organizada busca concretizar parcerias que favoreçam aos produtores a possibilidade de realizar a compra coletiva dos insumos e matérias-primas utilizados nas feiras. Assim é que os organizadores das feiras solidárias afirmam *estar buscando dar um salto no processo da cadeia produtiva e na consolidação sustentável desta tecnologia de comercialização solidária* – como observam os cirandeiros.

Os grupos organizados comprometem-se com formas de desenvolver as economias locais sem perder de vista as relações com as diferentes redes e fluxos de relacionamento entre o local e o global, lançando mão do potencial de organização da produção, distribuição e consumo e da iniciativa dos empreendedores do território. No dizer de Mance e Gomes (2001), é na forma da rede tecnológica, informacional e socioprodutiva, integrada nesses níveis, que se delineiam propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável na perspectiva contrária à acumulação capitalista.

Seguindo seu relato, o cirandeiro Elias fala das potências locais:

O Projeto contempla a realização de feiras quinzenais nos dois bairros citados. Com foco no eixo comercialização, que se constitui em um dos

gargalos da iniciativa empreendedora dos micro e pequenos produtores, a COMOV sistematizou ao longo desse tempo essa tecnologia da estruturação de feiras de economia solidária no meio popular, com o objetivo de implementar uma micro cadeia produtiva local. A FESOL reúne trinta empreendedores de alimentação, confecção e artesanato, além de atrair um público de cerca de mil e duzentas pessoas por edição. A feira é também, uma referência cultural para a juventude. Grupos de dança, música e outras manifestações artísticas se formam e se organizam em torno da FESOL, fato que está suscitando a necessidade da realização do mapeamento cultural e do fortalecimento dos grupos, na perspectiva de atuação em redes.

Assim é que, organizados sob a lógica de redes sociais, as iniciativas de economia solidária promovem no território a difusão do consumo e do trabalho sob a óptica solidária, possibilitando a realimentação de produção e consumo e, desta forma, apontando caminhos do bem-viver coletivo e socialmente sustentável (MANCE; GOMES, 2001). Ao referenciar alguns princípios da economia solidária, o cirandeiro nos lembra da proximidade entre estes princípios e caminhos e a educação popular. Diz ele:

Ambos nascem e co-existem no meio popular, partem da realidade do território vivo que os sujeitos sociais buscam transformar. Cabe afirmar, sem sobressaltos, que a educação popular ilumina a economia solidária. Neste sentido, as Cirandas, ao animarem as feiras de saúde e economia solidária aproximam duas vertentes de um mesmo rio. A economia solidária, nos leva aos modos de vida e convivência que a humanidade experimentou no passado e que foram se transformando na história. A educação popular é também fruto das transformações do pensar e agir dos homens e mulheres.

Ao estabelecer o elo entre educação popular e economia solidária, tendo como referência a história local, o cirandeiro também aponta possibilidades de atuação das Cirandas com base nessas aproximações conceituais, de valores e de formas de atuar socialmente.

Com base na experiência do Projeto Feira Solidária em Movimento podemos dizer que a economia solidária pode contribuir com esta visão de sustentabilidade, pois ajuda a organizar os produtores locais efetivando a

consolidação de espaços de comercialização. Através das feiras e sua articulação com as organizações comunitárias, culturais e com os artistas locais é possível a comunidade acessar uma forma de lazer saudável e que estimula e desenvolve as potencialidades criativas das comunidades. As feiras têm ajudado a divulgar os valores econômicos, comunitários, culturais e religiosos das comunidades e tem promovido e fortalecido o trabalho organizado e cooperativo dos grupos de produtores estimulando sua capacidade empreendedora, gerando ainda ações de capacitação voltadas para o empreendedorismo local.

É nesse contexto de atuação da COMOV e da potência da economia solidária como caminho de superação do modelo de desenvolvimento acumulador, que o cirandeiro Elias formula sua questão inicial na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa: *Como pensar ações de saúde que se encontrem com as estratégias solidárias de viver e sobreviver construídas pelos movimentos populares?* Nesse contexto, essa sinfonia se constitui, nas rodas das Cirandas da Vida, ancorado em dois grandes movimentos: as feiras de saúde e economia solidária e o desenvolvimento de estratégias solidárias de moradia sobre os quais nos debruçaremos agora.

As feiras de saúde e economia solidária: caminhos de participação

A ideia de trabalhar com feiras de saúde e economia solidária adquire intenso alimento com a COMOV e outras entidades envolvidas nas rodas das Cirandas, como a Associação Mulheres em Movimento, o Banco Palmas e o Espaço Cultural Frei Tito de Alencar. É na Serrinha, no entanto, bairro da Quarta Região Administrativa da cidade, no Conjunto Palmeira – Sexta Região e na Granja Lisboa – Quinta Região, que as Cirandas dialogam diretamente na sinfonia que ora analisamos e onde nos deteremos nas formas de tecer com arte esses caminhos entre o princípio de comunidade e a esfera institucional.

No texto do relatório de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza lê-se: *com foco na humanização e no acolhimento, as feiras se colocam como estratégia de participação. Nasce a parceria com os atores sociais e este encontro desencadeia processos solidários compartilhados.* Segundo Gaiger (2004) a economia solidária tem se revelado pródiga em formulação de proposições que abrem caminhos para o avanço da solidariedade, como princípio ético-político e como esteio concreto de uma nova globalização.

Para o cirandeiro Elias,

A realização das feiras junto aos Centros de Saúde da Família foi motivada pelo desejo de que os profissionais e a comunidade realizassem uma comunicação diferente da que se dá nos consultórios abrindo possibilidades de interação entre esses atores com suas práticas e linguagens. O objetivo foi aproximar estes dois mundos que estão no território com um olhar voltado para a humanização. Ao mesmo tempo se queria trazer para o âmbito da feira as práticas populares de cuidado as plantas medicinais, também como valor econômico capazes de dinamizar o processo da economia solidária no território. Isto para as Cirandas representou uma das motivações fundamentais, em seu processo de acolhimento e humanização em saúde.

A inserção das feiras nas ações das Cirandas exigiu dos atores que a protagonizaram uma série de desafios metodológicos e estruturais. O cirandeiro fala desse processo:

Mudou o perfil de ação das feiras. Os eventos que eram sempre realizados à noite passaram para o horário diurno e os locais de realização passaram a ser as áreas frontais aos Centros de Saúde da Família. Estas mudanças implicaram em novas configurações e pactuações desses eventos. Os atores e o público também mudaram em relação aos eventos noturnos, assim como a temática e a metodologia. A Feira de Saúde e Economia Solidária é, sem dúvida, uma nova experiência não apenas para o Sistema de Saúde de Fortaleza, mas também para a ação da COMOV que como movimento social vai protagonizando e gerindo uma ação que acontece no diálogo com a gestão do município de Fortaleza onde tenta não perder a característica de movimento já que continua se colocando na perspectiva do desenvolvimento das comunidades, vendo a saúde e educação popular como trilhas que se fazem caminhos para a qualidade de vida.

As feiras envolveram além dos centros de Saúde da Família, também, centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e uma característica importante é que se constituíam também como momentos de problematização de determinados temas de interesse do campo da saúde. Uma característica fundamental dessas feiras está na articulação com os grupos e outros atores do campo da arte popular que dão à feira em si e às discussões temáticas que nelas ocorrem, a singularidade do trabalho com arte. Assim é que no CAPS AD, que abrigou a primeira das feiras,

a discussão temática a ser travada era a necessidade de ampliar a participação popular nas ações da unidade e criar o Conselho Local de Saúde.

O cirandeiro Elias relata como se deu o processo:

A partir da mobilização para a feira conseguimos atrair para a discussão que o CAPS desejava fazer, as produtoras e produtores. Os grupos e movimentos culturais que atuam no território também vieram compor o grupo através de um esforço articulado entre os profissionais, a COMOV e as Cirandas. Esse grupo passou a se encontrar na perspectiva de, ao mesmo tempo em que discutia a organização da feira, gestar a criação do conselho local de saúde. Já nesses encontros a presença de atores do grupo Fundação Poética e Sonora Flor de Cactus trazia a poesia para dinamizar o debate. Desde o começo ficava claro a importância de trazer essas referências da arte para o processo. Outro aspecto importante foi o fortalecimento dos usuários do CAPS nas suas invenções criativas e trazê-los para apresentar o seu trabalho à comunidade e à própria universidade que se envolveu através do Laboratório de Práticas em Saúde Coletiva do curso de enfermagem da UECE. Um exemplo foi o caso singular de um jovem autista que passou a pintar seus quadros na própria feira fazendo uma espécie de oficina.

Outro aspecto importante das feiras diz respeito ao envolvimento dos empreendedores. Segundo o cirandeiro Elias:

As feiras, em geral, acontecem na sexta feira e resolvemos junto com o Centro de Saúde da Família Luís Albuquerque Mendes, realizar a feira na terça feira, um feriado, para coincidir com o dia do meio ambiente. Foi uma feira com uma menor afluência de público e geração de renda. Achava que a avaliação dos (as) empreendedoras seria negativa, mas veja o que disseram: “apesar do grupo ser pequeno eu reparti com minhas colegas o meu lanche e vendi 40,00 reais”. “Só eu ter fugido dois dias de minha casa ficar com minhas amigas, fazer contato, receber encomendas, foi muito bom.” Ali pudemos perceber que elas não vão para a feira apenas para vender. Vão porque, antes de tudo, articulam-se, e encontram-se.

A economia solidária como um *novo campo de práticas* (GAIGER, 2004) assumem um caráter coletivo no que diz respeito à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento, reduzindo a presença de relações assalariadas e promovendo o envolvimento com os problemas e

lutas comunitárias em suas expressões locais e gerais. Dessa forma promovem a criação e/ou o fortalecimento de instâncias de mediação e representação em uma perspectiva de redes de intercâmbio.

À medida que logram fazer da cooperação produtiva e da sua articulação alavancas que as sustentam e as qualificam na economia contemporânea, adquirem chances de constituir uma *economia do trabalho* voltada à “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 1997, p. 36), a que imprimem um sentido e uma possibilidade emancipatória.

Em sua narrativa, o cirandeiro-pesquisador tece conexões entre as feiras e a humanização e seus dispositivos como política pública do SUS. Vemos em sua fala como os profissionais ousaram avançar na ideia do acolhimento e se aproximar da comunidade, e como a feira ajudou também produzindo cuidados ao trabalhador. Ouçamos sua fala sobre isso:

Por exemplo, há uma enfermeira, no CSF L.A.M. que o filho passou por uma cirurgia e sofreu uma complicação grave, um traumatismo craniano. Chegou a ficar na UTI. Está melhor, mas ainda inspira cuidados. Mesmo assim ela participou da feira, visitou as barracas e foi cuidada pelas massoterapeutas, saindo de lá mais tranqüila pra cuidar do filho. O médico saiu do seu consultório e foi entrevistar as empreendedoras, animou o processo no serviço de som da feira, como se estivesse fazendo um programa de rádio ao vivo.

E Elias sintetiza poeticamente:

*A Saúde se encontrou com a economia solidária
No território da SER IV
E foi um barato a junção que se fez
Práticas de cuidados e artesanato
Músicas da saúde e outros cantares
Linguagens diversas no terreiro da Unidade
Doutores e rezadeiras
Todos à vontade
Trocando saberes e liberdade
Cada um do seu jeito
Foi se aproximando
Surpreendendo com arte*

*Aprendendo e ensinando
O médico virou locutor
Com jeito de animador
O usuário virou doutor
Nas vivências que repassou
A Unidade de Saúde se alegrou.*

Outra experiência singular na qual estivemos diretamente implicada como coordenadora das Cirandas e preceptora da residência de Medicina de Família e Comunidade, diz respeito à feira organizada no Centro de Saúde da Família Janival de Almeida, no bairro Passaré. A ação foi estruturada com suporte da Residência de Medicina de Família e Comunidade em parceria com as Cirandas e tinha o objetivo de discutir com a comunidade o papel das equipes de Saúde da Família.

Animados pela percepção das equipes e da coordenação da unidade de que havia muitos artesãos no território, resolvemos convidá-los para constituir a feirinha, que aconteceu dentro da própria unidade, com a participação de cerca de trinta artesãos. As Cirandas foram convidadas a facilitar o processo e, por sua vez, articularam para o evento dois grupos do entorno: o Grupo Nada Consta, base do MNMMRCE, sobre o qual nos referimos em outra sinfonia, e que atua no território de abrangência dessa unidade de saúde, e o grupo de teatro da Associação Mulheres em Movimento.

O grupo Nada Conta realizou com adolescentes e jovens da comunidade uma oficina de grafite com o objetivo de aproximar a equipe de saúde desses jovens que dificilmente chegam à unidade. O grupo de teatro trouxe para a comunidade e para os profissionais a possibilidade de debater a violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha.

Ao mesmo tempo em que se faziam as feiras e as ações artísticas, envolvíamos as crianças em uma vivência de desenhos onde elas retrataram o que entendiam por saúde, quais os problemas de saúde da comunidade e qual seria o papel da equipe de saúde. Foi muito interessante perceber que as crianças apontavam os assaltos, as ruas esburacadas e as ruas inundadas como problemas de saúde e retratavam o profissional de saúde brincando, o que assinala o papel que queriam dar à equipe. Os desenhos foram posteriormente objeto da discussão entre os residentes de Medicina de família e comunidade.

Após a feira, reunimos os artesãos, as equipes e mais algumas pessoas da comunidade em um círculo de cultura, quando trouxemos para a discussão o papel da equipe de saúde de família. Essa feira desencadeou outras ações, como a realização de um arraial junino que durou quinze dias e no qual os produtores locais vendiam seus produtos, os profissionais realizavam atividades educativas e tudo ao som do forró pé de serra e da quadrilha local. Em um território marcado pela violência, não houve registros de assaltos ou brigas durante todo o evento.

No âmbito da Regional VI, no Conjunto Palmeiras, a Associação Mulheres em Movimento, como culminância de uma oficina de economia solidária, resolveu organizar a Feira Solidária da Mulher, ou Feira Livre da Mulher. Sobre a feira, a cirandeira Beth relata:

A feira acontecia sempre às quintas feiras pela manhã, nas proximidades da Igreja Católica do Conjunto Palmeiras e era constituída exclusivamente por mulheres empreendedoras daquele movimento. Uma característica importante da nossa feira foi a tenda de cuidados com massoterapeutas, rezadeiras e outras cuidadoras populares e também a animação com poesia, música e o teatro com o espetáculo sobre a Lei Maria da Penha. Conseguimos fazer ainda quatro edições da feira, mas depois tivemos que parar por falta de recursos para manter. Mas essa iniciativa terminou por criar outra ação que são os mutirões de cuidado, que são organizados no Conjunto Palmeira envolvendo os cuidadores da REMTH e que na oportunidade também colocamos os nossos produtos à disposição da população.

As mulheres aliavam à ação solidária de geração de renda a dimensão do cuidado e a própria discussão de gênero em uma perspectiva integral do viver a vida.

No encontro temático da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro Ray Lima fez a releitura cenopoética do relato do cirandeiro Elias.

*É, mas cada dia é um dia. O que me leva a anunciar que
daqui para frente tudo vira uma grande feira de solidariedade
onde a comunidade é a barraca
com seus produtos e bens criados e recriados,
qualificados e requalificados no cotidiano
pelo que me COMOV(E) dia a dia nas práticas das cirandas da vida
e da cidadania.*

*Começou, minha gente!
Meu senhor, minha senhora!
Olhe para dentro, veja aqui fora!
Quanta coisa boa para vivenciar, trocar, ofertar!
Quem vai querer!
Olhe a saúde fresquinha
e socialmente promovida como coisa da vida.*

Custa muito pouco: uma dose mista e reforçada de participação, tanto quanto de organização comunitária, várias tomadas de decisão associadas a pitadas de conhecimentos produzidos e ações coletivas de qualidade.

*Quem dá mais?
Uma tonelada de arte e cultura popular na praça da moradia saudável. Aqui hap, hip e hop. Ali vamos artesanando as práticas de cuidado, o acolhimento; produzindo o alimento necessário à mobilização do ser e da espécie humana.*

Nossa feira é muito bacana. Tudo é muito barato e as formas de pagamento passa pela participação popular, organização comunitária, mas também pela luta da moradia e do crédito solidário.

*Quem dá mais?
A nossa feira não pode parar. Ela é solidária e circulante. Gira constantemente pelas praças da cidade, pelas unidades de saúde, pelos hospitais, etc.*

A feira é a nossa ciranda de práticas de educação popular, promoção da saúde e transformação social. É circulando os conhecimentos que partilhamos nossas experiências e construímos novos seres humanos.

Mas será que pode haver feira solidária em um mundo capitalista, não solidário? Será que a solidão da moeda pode ter fim em nossa feira solidária? Ou ganhará novo sentido? Será que nesta feira podemos encontrar a mistura de que precisamos para nos tornarmos mais humanos? Podemos construir uma feira de humanidades? Poderia existir uma feira sem compras nem compradores? Pode haver uma feira de saberes, sabores vitais, de amorosidades? Uma feira de amizade? Uma feira de cuidados? Uma feira de irmanados? Uma feira de saúde ou uma feira, onde a única excluída seria a morte, uma feira da vida?

O fato é que a nossa feira está acabando. Por hoje. Porque amanhã estaremos renascendo, girando por outros lugares.

É aí que a experiência das feiras de economia solidária e saúde parecem apontar caminhos do dialogismo entre o princípio de comunidade e o princípio de mercado, vislumbrando a elaboração de opções à globalização neoliberal, na perspectiva de se insurgir contra a lógica mercantil, reinventando o presente (SANTOS, 2004). A inclusão da arte e das práticas populares de cuidado, como expressões singulares dessa experiência de economia solidária, nos remete à importância de trabalhar o que Santos (2004) chama de tradução intercultural, onde a diversidade é vista como condição de compartilhamento e solidariedade, zonas de contato para a efetivação do diálogo intercultural, princípio de resistência e caminho de emancipação.

Consoante com Freire (2000, p. 87),

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos.

As Cirandas da Vida e a construção de estratégias solidárias de moradia

Na Ciranda Aprendizagem de Pesquisa, o cirandeiro Elias traz à cena mais um movimento gerador dessa sinfonia. Falamos agora da iniciativa, protagonizada pela COMOV, de organização de um grupo para a conquista da moradia via programa do Governo Federal denominado Programa Crédito Solidário.³⁹

O movimento de organização de famílias para acesso a moradia de interesse social surgiu como ato-limite ante as situações-limite apresentadas nas rodas da Cirandas da Vida, em interação com a Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV). Apesar de essa temática não ter surgido nas rodas das Cirandas, ela é apresentada pela COMOV e acolhida nas rodas das Cirandas, por compreender a importância de contribuir com a organização dos cidadãos que moram de aluguel ou na casa de parentes, por não terem casa própria.

³⁹ Programa Crédito Solidário do Governo Federal é gerenciado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Tem como gestor de aplicação o Ministério das Cidades e parceria municipal com a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR).

Começa nas feiras de economia solidária e da chamada para organização do crédito solidário. A COMOV já tinha uma trajetória de organização para a questão da moradia. Participou de vários movimentos e lutas pela quitação antecipada dos conjuntos habitacionais. A COMOV se envolveu em manifestações e audiências públicas. Também escrevemos artigos na imprensa local sobre essa questão. Por volta de 2002, 2003 esses movimentos conquistaram a quitação para dezoito conjuntos habitacionais de Fortaleza. Ao tomar conhecimento do Programa Crédito Solidário lançado pelos Governos Federal e Municipal, a COMOV convidou famílias da Serrinha para socializar a informação e nessa reunião resolvemos iniciar a organização do grupo.

O cirandeiro desenvolve sua narrativa reconstituindo o percurso trilhado pela COMOV na estruturação do grupo. Nesse percurso, é possível apreender como as ações concretas são a base da própria organização e de como o movimento opera táticas para superar as situações limite que são apercebidas no caminhar.

No Programa Crédito Solidário competia à organização comunitária, escolher terrenos, negociar com o proprietário e encaminhar a documentação à Caixa Econômica Federal. Verificamos então que na nossa região, a SER IV, havia poucos terrenos disponíveis e que os valores por metro quadrado estavam acima dos valores de mercado, o que dificultava a aprovação por parte do órgão financiador. Surgiu então a proposta de juntar o grupo da Serrinha com o da Granja Lisboa, uma vez que lá havia terrenos disponíveis e com valores compatíveis. Entre a primeira reunião e a próxima, a participação aumentou acima das expectativas iniciais e percebemos a potência e a responsabilidade que tínhamos nas mãos. Como as regiões eram distantes geograficamente passamos a realizar os encontros semanalmente alternando os locais entre as duas regiões e mais espaçadamente fazíamos encontros com os dois grupos.

Com suporte nesta contextualização, o cirandeiro Ray Lima tece algumas reflexões que, por sua vez, suscitam questionamentos e se somam à pergunta inicial do cirandeiro Elias para essa sinfonia. Em suas palavras:

Será que essa iniciativa de crédito solidário, não representa um espaço de pensar a construção de uma comunidade sob outras bases e princípios?

Elias então formula outras questões, expressando suas inquietações de cirandeiro em seu compromisso-desejo de refletir a realidade do território onde vive e atua.

Que elementos seriam fundamentais em um processo formativo popular considerando que existe um grupo, um movimento cultural e a luta do povo? Que potencialidades existem no grupo do crédito solidário para moradia para construir essa formação?

A primeira constatação foi a de que as pessoas não se mobilizam por discurso, por mais bonito que seja e venha de quem vier. Elas se mobilizam a partir de ações concretas. Em cima dessa observação, percebemos que a moradia era um espaço importante de trabalhar a organização popular era na verdade uma potência em duas. Você tinha a possibilidade de trabalhar uma metodologia que vinculava saúde à moradia, ao ambiente e à educação. A gente tinha essa potência na mão que era a necessidade concreta de moradia.

A fala do cirandeiro é emblemática no sentido de revelar as bases da proposta que se iniciava e que se encontram, ao mesmo tempo, com a perspectiva da economia solidária e a educação popular em sua base freireana. Partir da necessidade concreta de moradia nos remete aos primeiros movimentos dos círculos de cultura no processo de alfabetização sistematizado por Freire onde o universo das linguagens emergia das necessidades prementes do povo.

Considerando a responsabilidade com o processo e as expectativas que o mesmo estava gerando vimos a necessidade de incluir outros atores que pudessem apoiar metodologicamente. Senti que não bastava eu, enquanto cirandeiro estar inserido. Havia a necessidade de inserir as Cirandas institucionalmente assim como outras políticas da municipalidade cujo papel seria o de fortalecer a metodologia dos encontros e o diálogo intersetorial com a gestão. Inicialmente houve dificuldade de inserção das Cirandas de forma mais plena, por não compreenderem ainda como a questão da moradia interagiu com outra trilha que era a do ambiente e como ainda estávamos organizados por regiões, também não havia clareza de como essa trilha dialogava com a situação limite escolhida que era a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Após muita insistência da minha parte como cirandeiro e a definição de trilhas temáticas para conduzirem o processo de trabalho das Cirandas que envolviam várias regiões é que pudemos incluir essa questão como ação prioritária das Cirandas dialogando com

a humanização e a participação popular e partindo do entendimento que saúde também é lutar pelo acesso à moradia.

A fala do cirandeiro traz mais uma vez para o centro da discussão duas questões recorrentes nos processos das Cirandas da Vida. O olhar fragmentado que orienta a formulação das políticas públicas e o tensionamento constante trazido pelo princípio da comunidade no sentido de olhar o território em sua integralidade. É importante ressaltar que essa sinfonia está ambientada em um território-cenário, onde a maioria da população depende quase que exclusivamente das políticas públicas para o acesso a saúde e educação, entre outros. Contraditoriamente, é essa a região da cidade com menor cobertura de equipes de Saúde da Família, mesmo considerando algumas iniciativas da gestão para estimular e escolha das unidades ali situadas por ocasião do concurso público para profissionais de Saúde da Família. A distância, as situações de violência e a elevada demanda por atendimento nas unidades de saúde são determinantes nesse processo que, mais uma vez, resulta por ser excludente. Em meio a essa situação, a organização comunitária engendra um caminho singular que articula também os espaços institucionais. Vejamos de que forma:

No curso de um ano, foi criada uma base sólida de participação e compreensão cidadã do processo da moradia, da saúde e da qualidade de vida, vendo o ambiente como território vivo. Nas reuniões de formação e mobilização muitas pessoas e autoridades participaram, a exemplo do Superintendente Regional da CAIXA Odilon Pires, da Presidente da HABITAFOR, Olinda Marques, entre outros e outras, com o objetivo maior de concretizar esta conquista social. Toda a documentação exigida foi encaminhada aos órgãos gestores e a comunidade espera que o sonho possa ser realizado.

Sigamos com Elias em sua narrativa, a desvelar as nuances do processo formativo que se delineava com o grupo da moradia:

Partindo de uma concepção ampla de saúde no qual todas as questões: ambiente, moradia, a questão econômica têm a ver com saúde, começamos a refletir sobre a importância de que essas pessoas que em geral buscam a unidade de saúde apenas em razão da doença pudessem ter a oportunidade de ampliar o seu olhar sobre saúde, a partir da discussão da moradia. Lembrar

a comunidade que uma casa não é só uma casa. Junto com ela estão vários serviços que se completam na nossa relação com o território. Dizíamos: a casa sem o esgoto, sem a coleta do lixo, sem a água que jorra na torneira é precária. Assim também seus moradores precisam ter clareza que não se trata apenas de conquistar uma moradia, mas, substancialmente construir uma comunidade de homens e mulheres, cidadãos e cidadãs. E trabalhar estes valores no seio de um grupo muito heterogêneo se constitui num desafio constante. Fortalecer outros valores como a cooperação e a solidariedade pode ser um movimento dinâmico de encontros, de organização, onde o grupo vai se apropriando de conceitos e valores que servem para a vida cotidiana.

Dessa forma, a experiência vivida com o grupo da moradia aponta caminhos que articulam a luta pela moradia à humanização proposta pela saúde, que inclui também a dimensão do acesso não só ao sistema de saúde, mas também as políticas sociais de maneira mais geral. Ao mesmo tempo, as reflexões trazidas pelo cirandeiro deixam entrever possibilidades de outro modo de estruturar as práticas de saúde, conectando-as às de outras políticas no território e configurando a ideia de integralidade. Parecia-nos naquele momento que o cirandeiro trazia um mote importante para o diálogo com os profissionais de saúde. Estariam eles dispostos a aprender com as experiências do povo?

O cirandeiro segue seu relato sobre o processo formativo que se instaura com o grupo da moradia. Desde o percurso metodológico formulado em uma perspectiva participativa e problematizadora da realidade aos valores que o embasaram, como a amorosidade, a solidariedade, a construção coletiva e a dimensão do cuidado com a preservação ambiental é possível perceber como a educação popular se expressa.

Todas as reuniões (que inicialmente eram semanais e passaram a ser quinzenais) são encontros de formação. Amparados pela educação popular enquanto perspectiva problematizadora a COMOV com o apoio pedagógico das Cirandas passaram a construir uma metodologia participativa considerando cada etapa do processo, pois o objetivo central não é apenas conquistar uma moradia, mas, substancialmente construir uma comunidade de homens e mulheres, cidadão e cidadãs, que passarão a residir no “Condomínio Comunidade Viva”. E trabalhar estes valores no seio de um grupo muito heterogêneo se constitui num desafio constante. Estamos sempre indo de encontro à cultura do individualismo que caracteriza o sistema socioeconômico

ao qual somos submetidos. Mesmo assim, apesar das dificuldades, o grupo de famílias foi se fortalecendo com outros valores, como, por exemplo, entender que a “casa dos sonhos” pode ser um movimento dinâmico de encontros, de organização e de luta e que neste movimento aprende-se muito uns com os outros. E que todo vão se apropriando de conceitos e valores que servem para a vida cotidiana. Assim o processo formativo vai conduzindo o movimento gerando a ideia de que todos nós já temos uma morada comum, nossa Mãe-Terra que precisa ser cuidada e mais amada.

O cirandeiro explicita como a arte se “transversaliza” no processo:

A arte abria e fechava as assembléias fazendo uma ligação com toda a pauta. Em alguns momentos a gente trazia a música e a poesia como facilitadores da compreensão da discussão pois o grupo era muito heterogêneo. Tínhamos no grupo várias pessoas que não sabiam ler. Trabalhávamos muito com a metáfora casa como possibilidade de ampliar o olhar sobre a moradia. Assim a casa, a chave, os objetos do cotidiano traziam um pouco a ideia do Paulo Freire de que a partir dos objetos e palavras que eram significativos para aquele grupo que se propunha a lutar pela conquista da moradia, mas também fortalecendo a ideia de família e comunidade. O poema abaixo que terminou por se transformar em música é um exemplo desse processo

*A chave que abre a porta
Não abre o coração
A chave do coração abre portas e janelas
E a casa fica mais bela
Quando o coração sorri
Família e comunidade
Chave de força, energia
Reúne capacidade
E luz que sempre irradia
Pra mudar a realidade
Casa nova
Um novo dia*

Considerando que essa discussão não estava apartada dos desafios cotidianos do território e a interface que, aos poucos se constituiu com a unidade de saúde mais próxima, no caso, o CSF Edmilson Pinheiro, o processo formativo passou a incluir temáticas relacionadas a determinados agravos como a dengue,

as DSTs, entre outros. Em seu relato, o cirandeiro Elias revela as singularidades do processo e aponta para os profissionais de saúde possibilidades de debater essas e outras temáticas envolvendo a arte e, com ela, fazer a tradução intercultural dos saberes e olhares do território e daqueles saberes e códigos do setor saúde, tudo isso protagonizado por atores do próprio território. Em suas palavras,

Sabemos que alguns problemas de saúde como dengue, DSTs e outros, trazem riscos maiores para a população e os encontros com o grupo propiciavam que se gerasse debates em torno desses temas que consideramos transversais à moradia: Em uma reunião a gente havia falado de se buscar uma linguagem diferente para se trabalhar essa questão da dengue. Ai encontramos um humorista amigo nosso cujo nome artístico é Zebrinha e que comentou que estava fazendo uma peça sobre a dengue. Então nós o desafiamos a levar o espetáculo para apresentar no encontro do grupo. Ele topou e chegou junto com outro humorista: o Veia Cômica. Foi surpreendente como ele envolveu o público trabalhando um humor educativo onde através de um boneco ele constrói um diálogo entre os sintomas e efeitos da dengue na sua nomenclatura científica e a sua tradução para o popular.

Os diversos relatos do cirandeiro sobre o percurso das Cirandas em sua interação com a perspectiva solidária na luta pela moradia, paulatinamente, desvelam princípios e valores que permeiam esse processo pedagógico e, ao mesmo tempo, a singularidade da arte nessa feitura. Do relato seguinte vê-se como articulam a discussão das DSTs à importância do diálogo entre os pais e os filhos. A linguagem teatral, ao incorporar alguns princípios do teatro-fórum, sobre o qual nos referimos anteriormente, promove o clima de ludicidade capaz de despertar as paixões alegres, no dizer de Spinoza, e, ao mesmo tempo, se revela espaço de problematização da questão aberto às intervenções do que Boal nominou “espect-atores”.

Outro momento importante foi quando convidamos alguns atores que estão no grupo da moradia e que também participam de grupos de arte locais, no caso o Grupo Semearte que trouxe para o encontro da moradia a temática das DSTs, através de um espetáculo teatral chamado “A Outra história de Romeu e Julieta” que com muita graça, de forma lúdica, trouxe a importância do diálogo entre pais e filhos como forma de realizar a prevenção. Um aspecto interessante do espetáculo é que os atores fazem um diálogo com a platéia e as pessoas podem dizer o que pensam sobre o caso.

No que diz respeito ao dialogismo e à arte na gestão em saúde, a fala do cirandeiro Elias (que se segue) revela dimensões conflituosas dessa relação. Em seu relato, o cirandeiro deixa entrever o quanto a estrutura formal da burocracia institucional constitui barreiras à viabilização das propostas e mesmo à viabilização, do ponto de vista da população, daquilo que está posto como política pública para a superação das graves situações de exclusão pelas quais passam as classes populares. É como se o Estado, por um lado incluísse as organizações populares na efetivação dessas estratégias e, por outro, as excluísse indiretamente pela dificuldade de lidar com esse arcabouço burocrático. Nesse contexto, a arte parece ser vista como algo menor pelos técnicos dessas políticas, mas revela-se potência para os sujeitos populares que com ela têm a licença poética para dizer determinadas verdades.

Não é fácil fazer os agentes públicos e suas instituições compreenderem que o tempo do grupo é bastante diverso ao tempo das instituições. Os mecanismos impostos pelo processo burocrático se colocam como um peso e uma ameaça aos propósitos do movimento. É o caso de se afirmar: aprende-se também muito com o sofrimento, uma vez que em muitos casos a burocracia do sistema está vinculada à falta de sensibilidade de um ou outro agente público para compreender e se comprometer com a cidadania. É fundamental dizer que nos processos institucionais há como que um certo desprezo à educação popular e à arte por parte dos agentes instituídos. Não sei o modelo ou o papel dos técnicos, presos às formalidades acabam por não considerar esse potencial. Primeiro porque os protocolos e a burocracia estão diretamente ligados à formalidade e para os educadores populares romperem com isso é difícil romper essa estrutura e muitas vezes esses técnicos parecem estar insensíveis a essas linguagens. Em alguns momentos porém, apesar da estrutura, a arte na sua perspectiva revolucionária acaba por romper com esses protocolos. No último seminário da Caixa Econômica Federal considerando a angústia embutida no fato de mesmo depois de quase três anos de luta, não termos ainda conquistado a moradia, foi preciso trazer o artifício de um discurso cenopoético para denunciar a distância que existe entre a organização do povo e as exigências, as portarias e processos jurídicos que caracterizam esse projetos e programas que vêm subsidiar as iniciativas de moradia e que por vezes terminam por inviabilizar a caminhada do povo. Assim é que a situação foi assim problematizada:

*Minhas senhoras e meus senhores!
Tá na hora de construir respeito!*

*Não quero minha casa construída com panfleto!
Não quero minha vida sem valores e pilares de justiça e direito.*

Com que bases eu me movo?

Eu falo de qual lugar?

Do lugar da comunidade, território que me faz SER MAIS!

Chega de politicagem por parte de quem fala em nome dos movimentos sociais.

Política, sim! Política de Governo e política de Estado como caixa de ressonância dos clamores sociais.

Habitat, moradia é construção e luta do povo e precisa ser política sólida da nação, que remete a equidade como princípio do direito do cidadão.

Há que haver ética por parte dos movimentos!

Há que haver ética e resolução, respeito e celeridade por parte do Estado, que vá ao encontro dos anseios da comunidade.

As regras e a burocracia precisam considerar os valores humanos do direito sagrado que hoje é negado a todos que não têm um lar.

Mas o que isso tem haver comigo? Por tratar-se de uma questão maior diz respeito ao técnico, ao gestor, ao prefeito, ao governador, ao presidente e a todos os legisladores, magistrados, representantes, educadores...

Tem alguém me escutando? Algum técnico, gestor... Que tal refazer a lógica dos programas...

Que programas? De qual rede? De qual TV...

Programas que o governo lança para reduzir as desigualdades sociais, mas que a comunidade não alcança por causa da distância imensa que há entre a teoria e a realidade.

Assim, metas não são cumpridas, os processos se perdem no tempo, as regras mudam durante o jogo e as famílias e comunidades ficam no limite da esperança e da sensação de quem luta e espera nunca alcança...

Até quando assim será?

Existe, na visão do cirandeiro Elias, uma ação política de urgência a ser feita, na qual é fundamental o envolvimento das Cirandas. Ouçamo-lo:

No que se refere a essa luta encampada pela COMOV à qual as Cirandas se aliaram, apesar de toda a caminhada que fizemos temos hoje um desafio fundamental. Sabemos que a burocracia dessas instituições tem gerado entraves que chegam a prejudicar a credibilidade das organizações perante o grupo com o qual ela se comprometeu. Assim podemos considerar que, em respeito a este processo, respostas que precisam ser dadas em tempo hábil por parte da Caixa Econômica e HABITAFOR considerando-se os prejuízos de tempo que estes órgãos já submeteram ao grupo e que concretização da “casa dos sonhos” depende da nossa mobilização cooperativa e solidária, efetiva e compartilhada.

O processo ainda está em curso. Ainda estamos na luta apesar de várias mudanças estabelecidas nessa caminhada. Espera-se que tenha valido a pena.

Em sua provocação e, ao mesmo tempo, desabafo, o cirandeiro explicita os desafios postos nessa tensa relação entre o princípio de comunidade e a esfera institucional e poeticamente nos fala da Casa dos Sonhos, síntese poética que reconstitui no modo próprio do dizer da arte os desejos e sonhos do grupo que luta pela moradia solidária.

*Quero uma casa nem tão grande nem pequena
Que nela caiba uma família, mas acolha muito mais*

E que nas janelas

Tenham cortinas

Como bandeiras a tremularem pela paz

Que a casa tenha utensílios cadeiras e mesas

Que nesse ambiente, morada decente

Tudo a gente possa partilhar

Os utensílios e a mesa farta de vinho e pão

As alegrias, lembranças e esperanças

Que nessa minha casa a nostalgia seja sonho realizado

Que caiba a gente, os parentes, mas abrigue os aderentes

Que nas paredes tenham quadros, retratos, poesia

E símbolos de esperança, fé e alegria

A nos dar a certeza de que é melhor viver em paz

E quando alguma vez surgir uma discórdia ou barreira

Quando um ente querido esquecer o valor do perdão

Quando uma nuvem sombria chover intolerância

Que um sorriso nasça no rosto e no olhar dos pais

E abracem os filhos em torno do vinho e do pão

Oh fonte superior que destes a terra como nossa casa comum

Que proteges aves e filhotes em seus ninhos

Fonte de vida e pulsão de amor perene

Eu e os meus somos pobres, mas sonhamos conquistar

Uma casa e paz e amor no coração

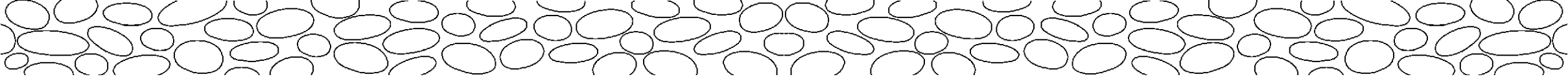
Eu conheço muita gente com tão pouco ou quase nada

Que como um filhotinho que caiu do ninho

Não consegue e não tem forças pra lutar

E leva a vida pelas coxias e calçadas

Ou comem mal, ou nada comem, para o aluguel poder pagar.



II COMPASSO E DESCOMPASSO: A DANÇA DO MUNDO SUBJETIVO E DO MUNDO DAS OBJETIVIDADES NA LUTA POPULAR

Dantas, V.L.A.

As reflexões produzidas pelas sete sinfonias aqui descritas, em escalas diversas, revelam compassos e descompassos entre o mundo subjetivo e objetivo, no que diz respeito aos diálogos que se constituíram nas rodas das Cirandas da Vida entre o princípio de comunidade e a esfera institucional. Em várias discussões temáticas da Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, esses compassos e descompassos se explicitavam, desvelando uma relação historicamente conflituosa e permeada por situações de opressão. Nesse sentido, um dos encontros temáticos das Cirandas voltou-se para essa reflexão, visando a problematizá-la.

Ao nos propor analisar a constituição desses diálogos em sua transversalidade com a arte, esbarramos em alguns desafios. Um deles diz respeito à questão da alteridade e da própria conformação histórica dos lugares de cada ator/atriz nesse cenário discursivo. Em vários espaços desta tese, a situação de incômodo ante esse lugar híbrido do cirandeiro – que vive na esfera da comunidade e também na Ciranda participa da gestão – é explicado e retorna durante a discussão temática.

O cirandeiro Márcio inicia a problematização, fazendo alguns questionamentos: *De que lugar eu falo? Quem fala mais alto afinal, no cirandeiro, o ator comunitário ou o trabalhador institucional?*

Ouçamo-lo:

Venho das CEBs. Lembro de um determinado dia em que eu estava jogando bola e meu pai disse que eu tinha de assumir um grupo de juventude. Eu sempre fui falador. Participando do grupo de jovens... vi invasões das favelas; brigas comunitárias, polícia, igreja, fé e vida. E eu fui formado nesse espírito comunitário, que juntava fé e vida. Aí surge a Ciranda com a proposta de não tirar a gente da base e a gente entrar, como base, na gestão.

E a cirandeira Beth completava:

PARTE III REFLEXÕES E SÍNTESES

Naqueles momentos iniciais fomos vendo que outras pessoas das CEBs, gente de luta como dona Edite, também estavam ocupando lugares na gestão, no próprio gabinete da prefeita, como representação dos movimentos. Veio o Movimento dos Conselhos Populares, o MCP com o qual muitos de nós nos envolvemos. Aí a gente pensava e sonhava em ter realmente uma gestão popular.

Dessa fala inicial, os cirandeiros e cirandeiros parecem desvelar o desejo, como atores sociais comprometidos com a transformação de uma gestão que incorporaria atores da base, da luta popular. Estariam ali tentando formular a sua concepção de gestão popular?

Parece-nos entrever em suas falas um olhar sobre a perspectiva de a gestão municipal de Fortaleza ser permeada pela participação concreta dos atores populares. Os cirandeiros e cirandeiros referem-se ao Movimento dos Conselhos Populares estimulado pela gestão, na perspectiva de contribuir para a formação dos conselheiros e delegados do Orçamento Participativo (OP).

De acordo com o exposto no *site* institucional da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2008a), o Orçamento Participativo é expresso como principal mecanismo de ampliar os espaços de participação no âmbito da gestão, buscando caminhar no sentido da democracia participativa, contribuir para a formação cidadã e abrir espaço para que a população exerça o controle social sobre as ações do Poder Público, compartilhando decisões, recursos, experiências e responsabilidades. Assim, a gestão afirma: o Orçamento Participativo de Fortaleza pode ser considerado o carro-chefe dessa gestão popular.

Aqui recorremos a Miranda (2005), a nos lembrar que o propósito primordial da gestão em saúde é a produção de decisões, desencadeando a intermediação e a implementação das políticas. O autor refere-se à complexidade que envolve os processos da gestão, assinalando neles elementos da subjetividade. Para ele,

Os sistemas de direção, assim como o processo e os arranjos para a tomada de decisões, envolvem motivações, interesses, racionalidades imbricadas, intuição (e experiência intuitiva), conhecimentos, capacidades cognitivas, habilidades, qualidade estratégica, controle de capitais e recursos (tempo, informações, tecnologias, financiamento). Enfim, características e qualidades de pessoas (sujeitos, agentes, atores institucionais) e não somente de sistemas ou serviços (MIRANDA, 2005).

Em sua proposição, Miranda (2005) aponta para a importância de compreender os tensionamentos e mediações políticas que perpassam o campo da gestão, considerando as margens que delimitam os graus de autonomia política, técnica e administrativa que o poder institucional lhes confere. Assim, refere-se à gestão governamental do SUS, “como uma prática social de âmbito setorial, cujo valor de uso refere-se a uma intermediação (direção, comando, condução e comunicação) das políticas públicas de saúde.” (LOTUFO; MIRANDA, 2007). Nessa perspectiva, os autores nos lembram da responsabilidade dos gestores, apesar da direcionalidade das políticas de saúde, nos processos de reformulação criativa e viabilização da saúde como um direito social de relevância pública.

Retomando a gestão popular trazida à cena pela fala dos cirandeiros, em que medida esses processos de reformulação estariam efetivamente sendo viabilizados? Perguntamos, com arrimo nas reflexões de Smeke (1989): que mecanismos de democracia direta ascendente estariam sendo pensados para efetivar a participação popular na saúde? Poderíamos reduzir o que Smeke nomeia como espaços democráticos ascendentes, ao que se estava a realizar em termos de participação, junto ao Orçamento Participativo e que era importante, sem dúvida? Por outro lado, ao se referirem à gestão popular, os cirandeiros e cirandeiros estariam a “idealizar” uma proposta da gestão que pudesse romper com os mecanismos e instâncias de poder legitimadas e apontar para a possibilidade instituinte de construir interfaces da sociedade política com a sociedade civil, que pudessem romper com as instâncias da hierarquia burocrática?

Retomando a fala dos cirandeiros, vemos que a dificuldade destes se perceberem nesse lugar da gestão parecia esbarrar nas situações concretas que enfrentavam para realizar necessidades cotidianas de acesso aos serviços, nem sempre bem-sucedidas. Nas palavras de Márcio,

Qual minha grande dificuldade? Eu pensava: como vou dialogar com esse povo da gestão? Antes, era no confronto. Em um dado momento, eu precisava fazer uma cirurgia e tive que enfrentar uma briga na saúde pra conseguir. Agora eu tinha de sair da postura do confronto simples - de que o SUS não prestava - e vir para a postura do diálogo. Uma coisa importante para o espaço do diálogo foi quando resolvemos produzir e montar o espetáculo “Pacientes pacientes” que me fez ver mais longe, me

fez perceber que por trás da dificuldade de acesso existia um ideal de SUS, uma luta de trabalhadores e de movimentos para que ele se concretizasse. Depois, já nas Cirandas, passamos a apresentar o espetáculo em unidades de saúde e percebi que podíamos contribuir para as pessoas refletirem que é na organização e na participação que a gente consegue mudanças.

O teatro como linguagem da arte, mais uma vez, revela-se na fala do cirandeiro, como espaço de reflexão e constituição dos diálogos. É possível perceber como o cirandeiro amplia o seu olhar sobre a questão. É como se essa leitura reflexiva da realidade potencializasse a curiosidade, que, como diz Freire (2000, p. 98), “convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar na busca de perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser”.

Na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, o cirandeiro revela o seu desejo de compreender como determinadas questões que impactavam seu cotidiano de cidadão que acessa o SUS eram tratadas nos espaços da gestão regional, assim como as dificuldades de realizar esse diálogo:

Um momento importante foi o de me apresentar como cirandeiro na SER V e depois ver os problemas concretos. Eu era uma pessoa da comunidade e estava ali para transformar o que precisava em nome de outros e que também eu vinha sofrendo... Daí eu quis ver o problema que estava por trás da fila na qual eu era o paciente mil novecentos e tanto... Como fazer esse papel? De que lugar estou falando? Como trabalhar isso dentro de mim? E com a gestão? Como iniciar esse diálogo gestão e comunidade?

Trabalhar essa dupla inserção, definir o lugar de onde falam, pareceu-nos, em todos os momentos desta pesquisa-ação, um dos grandes desafios dos cirandeiros. Perceber-se nesse lugar da gestão exigia dos cirandeiros uma série de superações que não passavam apenas por seus conflitos internos. Também para os gestores regionais e para os técnicos de saúde, o reconhecimento dessa relação ambígua não parecia algo dado. Ouçamos a cirandeira Beth:

Às vezes, você não é visto como gestão. Cheguei a ser humilhada. E eu me perguntava: - como fazer as Cirandas nesses espaços? Ficava pensando que eles não conseguem ver a força de algumas ideias que as Cirandas trazem.

O cirandeiro Thyago acrescenta:

Eu sei que estou na gestão. Mas é como se eu não estivesse - como se eu me visse só como movimento social. Não somos vistos como gestão. O pessoal da FUNCI vai, mas a saúde não vai. Na FUNCI entramos na sala da secretária Glória Diógenes, conseguimos ser vistos como gestão. Seria? Eles nos respeitavam como movimento popular. Já na regional, nunca vimos o secretário. A coordenadora do Distrito de Saúde nos chama para participar da revitalização do Conselho. Eles nos chamam para mobilizar, mas nós não temos inserção em alguns espaços que são para termos inserção: como as rodas de gestão.

As narrativas do cirandeiros constituem a complexa problematização dessa situação-limite que parecia trazer dimensões das subjetividades e das representações simbólicas dos cirandeiros, gestores e trabalhadores de saúde em relação aos possíveis diálogos entre o princípio de comunidade e a esfera institucional. Ao mesmo tempo, dimensões políticas e da formalidade da burocracia estatal pareciam terminar, por assim dizer, “engolindo as propostas de um caminho democrático-participativo”.

Evidente é que essa manifestação dialógica é um caminho de mão dupla: se os cirandeiros vinham para dialogar, após tantas dificuldades de viver concretamente essa esperança, logo que a gestão não os via como pessoas autorizadas a dizer-se como gestão (sendo do movimento popular), eles recuavam (os cirandeiros e cirandeiras).

Sigamos com os relatos dos cirandeiros: *tem uma base na regional I que não se modifica, uma base que atravanca*, diz o cirandeiro Johnson. E continua: *Eu vejo isso. Daí eu me sinto sem saber lidar com esses limites, sem saber transpô-los.* E o cirandeiro Márcio completa:

Na roda de gestão regional, eles fazem uma roda pra “despacho”, onde os vários setores dão opinião. Nós sempre participamos e muitas vezes discutimos através da música, do teatro, da poesia, as questões que trazemos da comunidade. O Distrito de Meio Ambiente anunciou um projeto de reciclagem do lixo e já vem com toda a justificativa pra levar pra Maraponga e diz: - “É por que lá tem o lixo rico.” Eu questionei e o resultado é que a próxima reunião pra decidir foi às portas fechadas. Aí a gente se pergunta: a roda de gestão serve realmente para tomar decisões

coletivas? Naquele momento, como nos colocamos do ponto de vista da população, terminamos por sermos deixados de lado.

Os questionamentos dos cirandeiros são reveladores do quanto ainda se necessita caminhar para chegar a uma gestão participativa, tal como aponta Pedrosa (2008) “como compartilhamento do poder nos processos que constroem e decidem as formas de enfrentamento aos determinantes e condicionantes da saúde, bem como a presença do conjunto dos atores que atuam neste campo”. Em que medida as rodas de gestão comportavam as reflexões e a experiência popular, para construir algo coletivo? Parece-nos que os cirandeiros não viam acréscimos trazidos por eles e que representavam muito dos saberes populares do território.

Segundo Relatório da Gestão (2005 a 2008) da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, o modelo da gestão em saúde está ancorado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, objetivando a atenção integral à saúde, o que pressupõe uma gestão do Sistema Municipal de Saúde que seja também compartilhada e participativa.

O documento referenda a cogestão de coletivos ou Método da Roda (CAMPOS, 2000b) como ideia-força para organização do sistema. A cogestão é, conforme Campos (2000b), Andrade, Bueno e Bezerra (2006, p. 121), “um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo. É, portanto, uma diretriz ética e política que visa motivar e educar os trabalhadores”.

Para Campos (2000b), o Método da Roda propõe-se a apoiar, ao mesmo tempo, a elaboração e implementação de projetos como também a constituição de sujeitos e de coletivos organizados. Dessa forma, almeja ampliar a capacidade das pessoas compreenderem e interferirem de modo deliberado sobre a realidade. O autor parte da ideia de que as pessoas são influenciadas, mas também reagem aos fatores/ sujeitos com que/quem interagem. Dessa forma, há uma corresponsabilização pela constituição do que ele nomeia de *contextos singulares*.

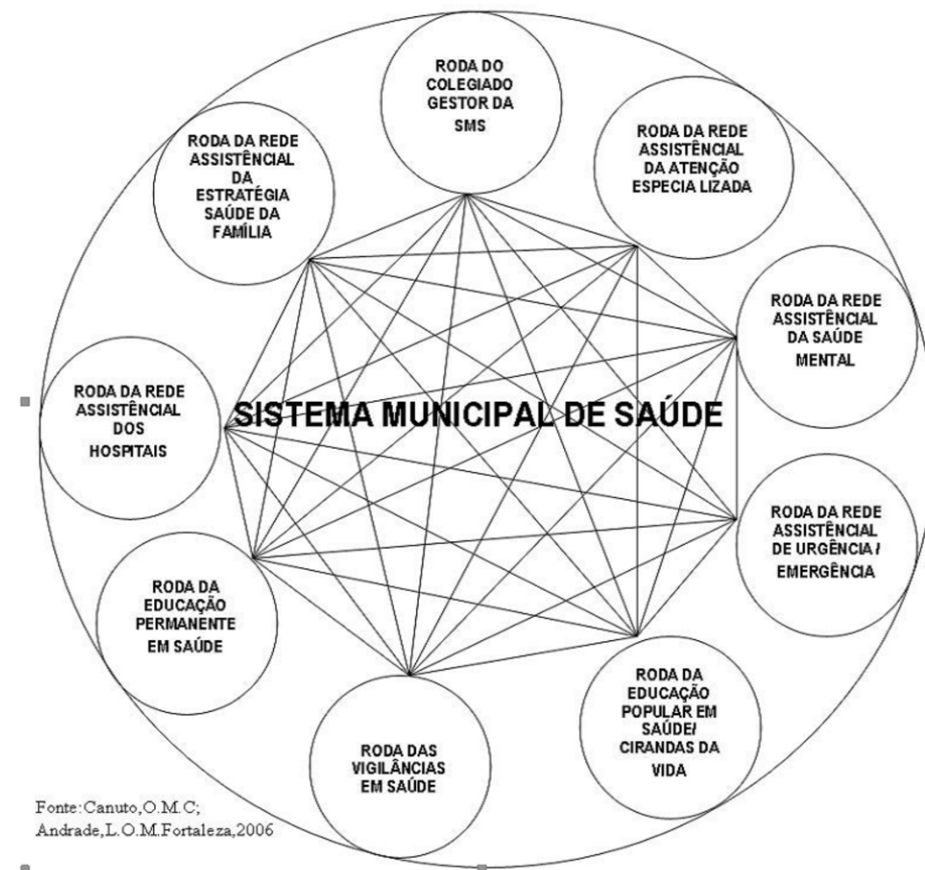
Na Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, a cogestão é compreendida:

como espaços coletivos valiosos de mobilização e atuação de diferentes atores envolvidos no processo de produção da saúde, num exercício de construção de novas práticas e saberes entre sujeitos autônomos, com capacidade inventiva, que se envolvem na responsabilização do planejar, executar e avaliar da Política de Saúde no Território-Cidade; nos

Territórios-Distritos de Saúde e nos Territórios-Unidades de Produção da Saúde (ANDRADE; BUENO; BEZERRA, 2006, p. 121).

A gestão constitui, como arranjos, as Rodas da Gestão que perpassam pelos territórios “vivos”, as Redes Assistenciais e as políticas estruturantes do Sistema na perspectiva de descentralizar e democratizar os processos da gestão e de tomada de decisão (FORTALEZA, 2006). Andrade, Bueno e Bezerra (2006, p. 121) desenharam para o Sistema a Teia da Cogestão da Produção de Saúde, que, de forma transversal, alimenta a interface da gestão e da atenção das redes assistenciais, constituindo teias “que dão suporte à cogestão do cuidado, dando vida e materializando o SUS que queremos – universal, com integralidade, equidade e participação social.”

Figura 2 - TEIA DA CO – GESTÃO DE PRODUÇÃO DA SAÚDE NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA



Fonte: Canuto, O.M.C.;
Andrade, L.O.M. Fortaleza, 2006

Os relatos dos cirandeiros e cirandeiras parecem nos dizer que não basta a presença dos atores populares para que se exercite o poder compartilhado, como propõe Pedrosa (2008). Criaram-se os espaços, mas a ideia da centralização das decisões e dificuldade de contextualizar as questões no universo do mundo e saber locais parece ter se mantido.

A necessidade de debater com os gestores os desafios postos na relação entre Cirandas da Vida e gestão, especialmente no que diz respeito às secretarias regionais e distritos de saúde, levou os cirandeiros a organizar, como ato limite, oficinas de educação popular com atores da gestão. Esses encontros não chegaram a acontecer em todas as regionais por dificuldade de adesão dos gestores, mas naqueles onde ocorreram parece que se revelaram como espaços importantes de constituição dos diálogos, onde a arte se *transversalizou* mais uma vez. Entendemos que *transversalizar por meio da arte* as rodas de gestão (como estamos a nomear) é proporcionar que a arte possa inserir-se na reflexão como um todo que se está a fazer, como se fizéssemos um corte que perpassasse não apenas um assunto, mas um contexto e seu conjunto de problematizações.

Sigamos com os relatos que se materializam pela fala do cirandeiro Johnson:

Discutimos uma proposta onde tentamos envolver, não só a saúde, mas também o distrito de meio ambiente, educação e, na saúde, o distrito e também conselheiros e coordenadores das unidades de saúde. O nosso objetivo era também sensibilizar os gestores para a possibilidade de ampliar os espaços de participação nas rodas de gestão, refletindo a partir da ideia dos círculos de cultura, do teatro fórum e outras vivências com arte. Na nossa regional, a música e o teatro fórum foram grandes referências para essa construção.

Podemos depreender da fala do cirandeiro o fato de que a prática da transversalidade da arte como perspectiva de dizer impulsiona a largueza com que se tem de abordar a saúde, junto a meio ambiente e educação e, também, dentro da saúde, vários âmbitos de pensamento e lugares sociais. Continuemos com o cirandeiro:

Usamos como simbologia a ideia da “grande casa de cuidados”. Queríamos chamar atenção para a importância de romper com a fragmentação das caixinhas representadas pelos setores. Assim começamos a discutir a ótica da integralidade das políticas públicas no território: na perspectiva

de que possamos construir processos de trabalho intersetoriais e que considerassem as motivações e movimentações de cada ator integradas na realidade. Discutimos a partir de palavras geradoras o que cada um entendia por educação popular e construímos mandalas para definir os princípios e os desejos de mudança nas práticas que realizamos.

Na simbologia criada da casa de cuidados, o cirandeiro nos traz uma questão recorrente nos vários percursos desta tese: integralidade *versus* fragmentação nas práticas de gestão e na formulação das políticas, como também no miúdo das práticas de cuidado cotidianas.

Na SER VI, trabalhamos com uma vivência de partilha com frutas e música. Depois, as sementes viraram um ritual reflexivo, onde os atores juntaram suas mãos a partir de um texto produzido pelo Movimento das Mulheres Camponesas e adaptado por Johnson e que dizia:

Mãos dos que constroem as políticas, dos que as colocam em prática e daqueles para quem as políticas são construídas. As mãos dos habitam as favelas, as ruelas, as ocupações; as mãos dos indígenas dispersos pelas cidades, dos afrodescendentes, dos desempregados, dos sem-teto, dos analfabetos e dos alfabetizados. Mãos dos que estão em conflito com a lei, dos marginalizados. Mãos dos doutores, mãos dos curadores, mãos das crianças, dos jovens, dos anciãos e dos trabalhadores. Somos guardiões das nossas sementes lembrando que elas integram os quatro elementos base para a vida. Como guardiões e guardiãs das nossas sementes nos comprometemos com a defesa da vida, construímos nossa história e semeamos o futuro, plenos pela ação dos que fazem em comunhão a problematização e a ação em nosso cotidiano.

Das oficinas de educação popular, os cirandeiros e cirandeiras revelam algumas pequenas mudanças no cotidiano da gestão. Estas mudanças mostram aberturas, mas também, por meio delas, se vê o fechamento da gestão para a inclusão mais efetiva dos atores populares. Viu-se que as cirandas, nesta Regional, contribuía para a humanização e para a constituição coletiva da gestão, mas, mesmo assim, isso se dava de modo contingente, como se fossem “tarefas” que não resultavam por incluir realmente os cirandeiros como atores populares nas rodas da gestão. Diz a cirandeira Beth:

Naquela estrutura burocrática, as pessoas não se olham, não se conhecem, mas com as poucas pessoas que participaram da oficina de educação popular com a gestão, a gente foi conseguindo algo. Uma das mudanças foi podermos começar a discutir esse aspecto de gênero, que era uma questão difícil. Outra questão foi que a partir daquela oficina as pessoas expuseram a necessidade de se encontrar mais para dialogar outras coisas que não o trabalho. Agora eles estão fazendo um café de manhã, uma vez por mês, onde o coral dos trabalhadores se apresenta; é um momento muito interessante, onde também temos contribuído com as práticas de cuidado. Mas apesar de tudo continuávamos fora das rodas regionais, a não ser em alguns momentos.

Para o cirandeiro Johnson, um momento significativo destas oficinas de educação popular com a gestão foi a vivência com o teatro-fórum. Ele detalha um pouco esse momento.

O grupo que estava participando da oficina decidiu realizar a vivência para problematizar a demanda excessiva e os problemas de compreensão da comunidade em relação ao acolhimento. Fomos para a unidade de saúde Cassimiro Filho e elaboramos na hora o roteiro. Eu não conhecia bem o sistema do teatro fórum e pedi à coordenadora das Cirandas para fazer o papel do coringa, que é uma espécie de coordenador do debate. Foi impressionante como a população rapidamente se envolveu e, ali, as gestoras se misturaram à população, umas ouvindo as outras. Apesar de não termos conseguido envolver todos os atores que desejaríamos, houve mudanças na forma de relacionamento, especialmente do Distrito de Saúde e de algumas coordenadoras que passaram a se envolver mais nas nossas ações.

Outra questão surgida na problematização é explicada na fala do cirandeiro Thiago, e diz respeito ao descompasso dos tempos do princípio de comunidade em relação aos da esfera institucional, revelando as contradições vividas pelos cirandeiros na sua tentativa de inclusão real nos espaços concretos da gestão. Pode-se ver também, na fala de Thyago, que a ideia de participação popular é expressa no sentido de que algo está sendo “concedido” em termos de espaço e não de que o conjunto foi constituído com os coletivos das pessoas e grupos. Essa desigualdade adultera a noção do diálogo – parece dizer o cirandeiro. Veja-se:

Quero falar sobre o tempo e as agendas. Na regional e nos serviços de saúde, o pessoal por um lado tem os calendários tudo arrumadinho. O dia disso o dia daquilo e é difícil arranjar um tempo pras coisas que a gente organiza na comunidade. Por outro lado, quando querem que a gente se envolva, não perguntam antes o que a gente tem de agenda na comunidade. Às vezes parece que o que se faz na comunidade não é importante. Outra questão é com relação aos apoios concretos para as ações que fazemos. Sempre que buscamos algum apoio da Regional, a resposta é que não dá mais tempo, que a burocracia é demorada.

O relatório de gestão (FORTALEZA, 2005-2008) refere-se às rodas, também como espaços de construção de novas práticas e saberes, que se multiplicam em todos os níveis da gestão, de forma a envolver os diferentes atores do processo em uma teia que interliga as diferentes redes assistenciais, constituindo interfaces na comunicação e na ação. Assim se poderia buscar estabelecer parcerias, vínculos, compromissos e responsabilização, na perspectiva de alcançar a integralidade da atenção à saúde.

A descentralização das rodas é exercitada também na ponta dos serviços/setores, perpassando e consolidando espaços para discussão nas diversas redes assistenciais que agem na organização dos serviços, tendo a “roda” como espaço do diálogo, planejamento e avaliação, de maneira que cada uma das rodas possui também uma periodicidade de reunião dos seus fóruns, agrupando aqueles que atuam em cada rede assistencial e tentando trabalhar as três dimensões propostas por Campos (2000b), quais sejam, a administrativa, a pedagógica e a terapêutica.

As rodas de gestão regionais são objeto das reflexões do cirandeiros e, ao ouvi-los, podíamos entrever que, na qualidade de arranjos institucionais, as rodas regionais e, mesmo, as locais, ainda não conseguiam atuar considerando as três dimensões de que fala Campos (2000b). Vejamos como o cirandeiro Márcio traz para essa discussão a vivência com o Centro de Saúde da Família Edmilson Pinheiro, na SER V. Diz ele:

As Cirandas da Vida têm um envolvimento com o Centro de Saúde da Família Edmilson Pinheiro desde o início. Quando foram instaladas as equipes das áreas de risco, a atual coordenadora da unidade e a assistente social que hoje coordena a atenção ao idoso vieram assumir uma equipe de Saúde da Família da área de risco que ficava no Canal Umarama. Elas participaram das Cirandas desde o primeiro encontro e resolveram trabalhar a territorialização com a metodologia de reconstituição da

história de luta e resistência do lugar, envolvendo crianças, jovens e adultos. As Cirandas articularam o grupo Semearte e foi com o espetáculo “Pacientes, pacientes” que fizemos a problematização do trabalho de Saúde da Família com a população. Depois, com elas passamos a interagir no território, realizando oficinas de gênero, economia solidária. Uma questão importante foi o grupo de terapia comunitária, que foi criado na unidade e era facilitado por mim e a assistente social. A terapia comunitária foi aproximando a comunidade da unidade e, muitas vezes, as vivências com arte que fazemos na terapia e no resgate da autoestima ajudaram a trabalhar a acolhida e o cuidado aos trabalhadores na roda de gestão.

Do que acaba de expressar o cirandeiro Márcio, pode-se apreender como o princípio de comunidade delineou diálogos tênues, mas promissores, com a esfera institucional no que se refere à dimensão terapêutica das rodas da gestão. O cirandeiro Elias, por sua vez, traz para nós outros olhares e vivências entre as Cirandas e aquela unidade. Diz ele:

Nessa unidade, os trabalhadores estavam muito insatisfeitos com a forma como eram tratados. Nas rodas de gestão não havia participação da população. A COMOV em seu blog promoveu uma enquete, divulgou na comunidade, houve muita participação. Fizemos pressão e a coordenação mudou. A coordenação foi assumida por aquela enfermeira da equipe do Canal Umarama e aí tudo mudou. As Cirandas e a COMOV, interagindo com a unidade, incluíram os usuários nas rodas que passaram a ser realizadas na sede da COMOV. Outra questão importante é que passamos a contribuir metodologicamente com as rodas. Passamos a nos responsabilizar pela acolhida, que sempre representa um momento de reflexão de acordo com a pauta da reunião. Essas reflexões em geral têm sido trabalhadas a partir de músicas e textos poéticos, em geral associados a vivências corporais. A renovação do conselho local de saúde também aconteceu na sede da COMOV e contou com uma ampla participação da comunidade. Naquele momento, trouxemos um grupo de teatro do território, o grupo “Nós de Teatro”, que trouxe um espetáculo sobre a história de luta e resistência da comunidade. Outras atividades da unidade, como o grupo de idosos, também passaram a acontecer na sede da COMOV e também se tem aí incluído a arte, o que tem fortalecido a interação entre a unidade com a comunidade. As próprias feiras de economia solidária, com suas atividades culturais, realizadas em uma parceria das Cirandas com a COMOV, passaram a interagir com a unidade.

Vê-se na fala do Cirandeiro Elias, em complemento à descrição feita por Márcio, que a dimensão pedagógica da roda da gestão se desdobra e expande ao trazer a transversalidade da arte como modo de trabalhar conteúdos e métodos de ação que unem o princípio de comunidade ao institucional. A arte parece também ter ajudado a estabelecer alguns diálogos fundamentais nas rodas da gestão locais. Os cirandeiros Jair, Honorato e Paulo falam um pouco desse percurso:

- Na SER V temos sempre levado a música pras rodas de gestão. Alguns acham que o que fazemos é só a acolhida, mas fomos aprendendo com a cenopoesia, que com arte, seja qual for a linguagem, as pessoas ficam mais sensibilizadas e passam a discutir questões que normalmente não são consideradas nesses espaços (Jair).

- As pessoas falam de roda, mas, em geral, são reuniões formais onde, na maioria das vezes, a grande parte do tempo é para dar informes e definir tarefas. Nesse ano, pelo menos na regional IV, temos realizado algumas vivências do riso e cenopoéticas inclusive para que as pessoas reflitam e se abram para a possibilidade de realizar algumas mudanças (Honorato).

- As rodas na SER III, não eram bem rodas. Pareciam lugares de cobrança. Ao garantirmos nosso lugar nas rodas fomos devagarzinho, com a poesia, ajudando as pessoas a problematizar algumas questões; pensar momentos do que a gente tem chamado de acolhida reflexiva e, o mais importante, temos sido convidados para contribuir com essa forma de dialogar com a arte, para outras articulações, especialmente a questão da juventude e da intersetorialidade.

As falas dos cirandeiros revelam visões críticas ao processo das rodas e, ao mesmo tempo, desvelam possibilidades da arte, especialmente no que diz respeito à potência da arte no trabalho com a dimensão pedagógica das rodas da gestão. Para os cirandeiros, a dimensão administrativa das rodas preponderava e sufocava outras dimensões, configurando momentos normativos que revelam a dificuldade da gestão trabalhar com perspectiva popular. Revelam também o que se poderia chamar de engessamento da burocracia estatal. As intervenções “cenopoéticas” dos cirandeiros chamavam para a possibilidade de trabalhar as outras dimensões. O que estamos a chamar de transversalidade da arte nos mostra sua potência

como maneira de lidar com as questões, ultrapassando fragmentações e trazendo a vida em sua complexidade.

As Cirandas da Vida, entendidas em seus primórdios como projeto estratégico da gestão na saúde e nomeada na Teia da Cogestão como Roda da Educação Popular em Saúde, foram incluídas no colegiado gestor da Secretaria Municipal de Saúde. O colegiado gestor, por sua vez, é arranjo organizacional criado na perspectiva de envolver o conjunto de atores implicados no redesenho dos processos de trabalho, constituindo um espaço coletivo para discussão e análise das informações para a tomada de decisão na gestão compartilhada da saúde.

Esse coletivo de tomada de decisão reúne sistematicamente o secretário de saúde, os chefes dos distritos regionais de saúde, diretores da rede hospitalar municipal e as coordenações de setores, programas e projetos estratégicos da Secretaria de Saúde.

Durante quatro anos, estivemos, na qualidade de coordenadora das Cirandas da Vida, envolvida nessas rodas, referenciadas pelo Método da Roda proposto por Campos (2000b) e sobre o qual já discorremos neste capítulo. Como atriz implicada nesta estruturação, vemos que as rodas do Conselho Gestor revelam potencialidades e desafios como espaço instituinte de exercício de *poder compartilhado* (PEDROSA, 2008). Por um lado, a constituição desse coletivo que é o Conselho Gestor parece apontar – como arranjo institucional – para a ampliação da participação social nas políticas públicas e a formulação de proposições coletivas no sentido de operacionalizar respostas às necessidades sociais reveladas, como diz Pedrosa (2008). Por outro lado, a indefinição metodológica sobre a condução das rodas ensejava encontros que não diferiam muito de outras reuniões formais do corpo da gestão. As extensas pautas informativas, os entraves burocráticos, eram motivações recorrentes de tensionamentos entre os vários atores e instâncias de poder, fruto de um processo cujo percurso nos parecia não estar ainda suficientemente claro para todos os atores. Frequentemente, nós das Cirandas nos perguntávamos qual a percepção dos atores daquele coletivo acerca dessa perspectiva da gestão compartilhada que se trazia como proposta nesta gestão popular. Será que nos percebíamos como gestores da política local, construtores de um processo que propúnhamos constituir-se como um exercício de compartilhamento de poder, ou apenas gerentes, executores de um projeto centralmente edificado mais uma vez?

Aqui recorremos à Onocko Campos (2003), a nos lembrar a importância de trabalhar na gestão, visando à produção de autonomia, criatividade e desalienação. A autora nos lembra de que historicamente a gestão clássica sempre trabalhou a dimensão do gerir como ação sobre as ações dos outros, como disciplina do controle, cuja preocupação tem sido gerar mais valia, produtividade e reprodução do *status quo*. Ao mesmo tempo, a autora chama atenção para o surgimento de propostas que caminham no sentido da autogestão. Diz ela: “Pensamos que a autogestão é um u-topos (um não-lugar, utopia). Sustentar a autogestão em um lugar e um tempo, fatalmente a faria ser *topos* e, assim, cair em graus de cogestão”. Pode-se ver aqui a diferença entre gerar e gerir, a primeira (a geração) sendo uma ação diversa da criação (do *gerir*), que a autora exprime.

Mover-nos em cogestão produz movimento, desestabilização do instituído e nos faz vislumbrar a dimensão do gerar da gestão, apoiado na instituição de espaços onde se possa experimentar tomada de decisões coletivas, formulação de projetos, criação de instâncias que possibilitem aos atores envolvidos o processamento, análise e implicação com aquilo que produzem.

O princípio de comunidade na roda da gestão tinha seu espaço de representatividade nas Cirandas da Vida e na representação do Conselho Municipal de Saúde, este último como espaço instituído de controle social da política municipal de saúde. Por vezes, no entanto, nos perguntávamos em que medida esse princípio se efetivava apesar dos tensionamentos que com frequência se expunham.

Aqui retomamos o diálogo com Pedrosa (2008, p. 310), ao nos dizer que

Gestão Participativa implica, ao mesmo tempo, no aprofundamento de processos e mecanismos que ampliem a participação social nas políticas públicas e na constituição de espaços nos quais as diferenças são explicitadas, debatidas e negociadas no sentido da construção de proposições coletivas que incluam as demandas da sociedade e arranjos institucionais burocráticos necessários para operacionalizar as respostas.

Nos questionamentos produzidos na Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, essas inquietações se explicitavam ao formalizarmos as perguntas: Em que medida esse arranjo possibilita o acesso dos cidadãos ao processo de formulação de políticas e a inclusão dos desejos e necessidades da sociedade nessa construção?

Em vários momentos nas rodas do Conselho Gestor, os atores das Cirandas da Vida ousavam romper com a formalidade instituída e ocupar com arte aquele espaço, no entanto, nos quatro anos em que estivemos como partícipe, as Cirandas jamais conseguiram conformar uma pauta para discussão sobre sua atuação como movimento popular, apesar de termos uma participação ativa no sentido de proposições, tensionamentos, envolvimento nas diversas comissões e grupos de trabalho que surgiam das rodas, como sejam: GT de Humanização, para organização das oficinas de planejamento, plano municipal de saúde, Conferências Municipais de Saúde, entre outros, sempre contribuindo com a dimensão pedagógica dos processos.

Pedrosa (2008) refere-se ao tensionamento dessa relação lembrando a

[...] configuração dos limites entre o Estado e a Sociedade Civil, que devem ser respeitados, mas exigindo mudanças no centro das relações entre os recursos representados pelo poder, pelo dinheiro e pela solidariedade, que a sociedade utiliza para satisfazer suas necessidades de integração e regulação.

Isso nos faz refletir sobre o nosso papel naquele coletivo. Estaria o princípio de comunidade a efetivar transformações reais, na perspectiva popular, ao realizar “movimentos em potência para exercer o seu protagonismo”? Fica a pergunta.

Além das rodas da gestão, as Cirandas de Aprendizagem e Pesquisa trouxeram para a cena outros diálogos recém iniciados com a esfera institucional, que se davam no campo da intersetorialidade. Assim é que o cirandeiro Paulo traz para o centro da roda os diálogos com a Coordenadoria de Juventude.

A nossa aproximação com a juventude tem se dado, por um lado, pela necessidade que eles têm de mobilizar de forma mais ampla a juventude nos territórios e pela capilaridade que as Cirandas construíram. Por outro lado, essas vivências com arte, com os círculos de cultura, são um caminho que nos aproxima da juventude; e eles perceberam essa potência. Eles têm construído vários espaços de inclusão dos jovens na construção da política de juventude. São vários fóruns, congressos, criaram-se as AP (Áreas de Participação), mas terminam se perdendo na metodologia que ainda é muito formal. Assim temos contribuído nos encontros com essa dimensão metodológica através do teatro, do grafite, da música e da poesia, e também com os círculos de cultura.

O cirandeiro Paulo nos remete, mais uma vez, à potência da arte como expressividade e prática de educação popular empreendidas no contexto das Cirandas da Vida; potência de mobilização de atores intergeracionais e potência metodológica capaz de ajudar os movimentos dos atores populares na conquista de sua autonomia. Recorrendo à Stotz, David e Bornstein (2007, p. 43), referimo-nos à educação popular como “um mosaico, em que os fragmentos de experiências e saberes diversos presentes são usados como recursos de enfrentamento; de certos problemas, de acordo com a ocasião, as possibilidades existentes e o que se acredita ser melhor”.

Perguntamo-nos, portanto, ao olhar para a experiência das Cirandas e para essa busca dos diálogos entre o princípio de comunidade e a gestão, o que pensamos e fizemos como política de saúde. Política, como diz Pedrosa (2009), “não somente como campo de poder ou ciência do Estado, mas como algo inerente ao humano, existente em cada sujeito, amoroso, que ousa instituir-se contra as estruturas e processos que alienam e oprimem e despertar sua potência transformadora.” A caminhada das Cirandas parece nos mostrar caminhos que, como aponta Pedrosa, expandem nossa visão de política na direção de uma ideia do que seria a humanidade como devir civilizatório.

12 CONSIDERAÇÕES: NO CAMINHAR, ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS

Dantas, V.L.A.

*Na mesa posta, a honra é conviva
E da pequena e mísera choupana sai livremente a grandeza
E o renome busca em vão quem o grande feito realizou
Mostrei-vos por um instante: rostos ocultos, rostos desconhecidos
E recebei o nosso muito obrigado (Brecht).*

Os movimentos populares, aqui representados pelos que realizam conosco esse construto reflexivo sobre o vivido na experiência das Cirandas da Vida, nos auxiliam a perceber os detalhes dessa renda multicolor e polifônica tecida a muitas mãos. Olhar este estudo como se olha uma criança recém-nascida é se aperceber do seu inacabamento, mas, ao mesmo tempo, é surpreender-se com os desenhos, imagens e a expressividade que reflete aprendizados coletivos diversos e complexos.

O que se vê nessa criança que se anuncia e se faz presença? Como olhar, crítica e reflexivamente, para ela como ser sujeito comprometido com a busca de aprendizados que permitam sejam palmilhados novos caminhos para a transformação das situações-limite que dela emergem (situações que exigem transformações)? É com esse olhar cuidadoso que buscamos apreender o que nos ensina o vivido coletivamente como possibilidade de realizar, com arte, dialogismos entre o princípio de comunidade e a esfera institucional.

As sinfonias que apresentamos trazem, em seus movimentos diversos, plurais, harmonias e contrapontos que, em sua diversidade, constituem o reconhecimento da arte e do dialogismo na gestão em saúde como ensaios da alteridade como espaço polifônico do dizer das culturas humanas.

Assim é que, na Primeira Sinfonia do mangue, evidenciou-se o desafio de se constituir na gestão em saúde um caminho de intersetorialidade, capaz de comportar a perspectiva popular. Andrade (2006, p. 32) encaminha essa perspectiva quando pergunta conosco: “como operacionalizar políticas públicas intersetoriais capazes de impactar os determinantes e condicionantes de saúde da população?” Aqui vimos todo esse percurso de busca desse dialogismo intersetorial, em um recorte sincrônico

que mostra a saúde como vida do lugar e exhibe a educação popular em saúde como lugar de superação da miséria social e humana.

Por conseguinte, na experiência vivida no mangue em Vila Velha, percebemos que essa possibilidade da arte como potência de humanidade e devir social pode nos auxiliar a pensar o cuidado com a vida das comunidades. O que se pôde ver mais aqui, entre tantas riquezas, foi em especial a capacidade de apreensão da arte como teia capaz de enlaçar a intersetorialidade que se anunciava no território, ainda que timidamente, no campo tenso da gestão.

Estávamos mais uma vez a ver novos sujeitos sociais, do lugar da arte (vimos como o Vidança explicita esse movimento sinfônico), partir para o avanço capaz de efetivar as transformações necessárias no território, em um exercício de intersetorialidade fecundo.

Nos diálogos que se travavam, tentávamos dar conta de uma intersetorialidade que se gestava em meio aos tensionamentos das políticas públicas locais. Vimos que a inserção do diálogo visto como prática de intersetorialidade, nesta sinfonia, trazia para a comunidade novas dimensões da luta popular, como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas vividas do território.

Observamos como a ação ostensiva (e expulsiva) do Estado, no sentido de dar lugar a empreendimentos privados, de grandes empresas em detrimento da vida no território acirra as contradições de um modelo de desenvolvimento acumulador de riquezas. Acentua-se, com efeito, a precarização das condições de vida das populações dos bairros, propiciando movimentos de migração e reocupação sem um correspondente trabalho de cuidado nestes percursos e espaços. A reflexão sobre o cuidado com a vida tradicionalmente não ouve o que a população tem a dizer sobre cuidado, como vimos nas falas e situações expostas na tese. O diálogo, então, parece ser necessário como campo que une a complexidade da problemática da ocupação urbana – saúde aqui sendo enfocada como o conjunto de condicionantes que confere a qualidade de vida coletiva. A arte, nesse campo dos diálogos, mostrava seu poder de ajudar as pessoas a aventar caminhos de ação-reflexão-ação no território.

Vimos, também, em diversas sinfonias, que o dialogismo da arte, no concerto da gestão que se realizava nos territórios, trazia as subjetividades para tomar a cena junto

às questões mais objetivas. Assim, se pode dizer que os projetos coletivos e os processos que ajudam a estabelecer de modo afirmativo uma cultura de paz devem envolver questões como a de gênero (que vimos enfocada na VI sinfonia de modo mais largo) junto a lutas como a de moradia, que trouxe a fala da vida de Vila Velha, o mangue.

Vimos que o trabalho com a humanização, que começou em nosso estudo pela discussão do acesso aos serviços e alcançou chegar a problematizar a ideia do olhar reducionista sobre a doença, mostrou-nos a imprescindível necessidade de fazer dialogar a relação dos trabalhadores da saúde e da gestão, em geral, com os saberes da experiência popular sobre o cuidado em saúde. Seguindo nessa trilha, logo encontramos a necessidade de incorporar os saberes gestados nos espaços populares, constituindo redes de conversação. Como?

A experiência das Cirandas nos levava a perceber como a arte articula o mundo vivido e suas problemáticas, do modo como é percebido pela população, de maneira que recompõe por meio da formatividade que a arte engendra, os sentidos novos da luta popular. Assim, pudemos nomear essa espécie de conversa entre vida e textos de arte como *transposição metafórica*, que implica também proporcionar a vivência artística como modo de superação do real dado. A transposição ocorrente por meio de metáforas, em arte, se caracteriza, pois, por uma sintetização (ao modo da arte) que articula redes de conversação – essa conversa envolve não só fala e textos, mas também universos onde eles adquirem sentido. Em uma palavra: práticas. Práticas vistas por nós, como evidenciamos nesta tese, como concretudes que se corporificam, por exemplo, como práticas de cuidado: farmácia viva, massoterapia, *reiki*, terapia comunitária, entre outras, em uma espécie de *transmutação para a ação*, que sucede no âmbito das redes de conversação.

Apareceu de modo muito dominante, em nosso estudo, a potência dessas práticas de cuidado populares como complementares à formulação dos projetos terapêuticos singulares das equipes de saúde; elas trazem experiências e contribuições das culturas locais, em sua riqueza e diversidade. E chamam a dimensão da integralidade tão realçada pela experiência popular, que vê os sujeitos em sua inteireza, com a sua subjetividade, espiritualidade, “artisticidade”, entre outras das diversas dimensões do viver humano.

É inegável que aqui estamos tomando esta transposição metafórica, que se dá no contexto das Cirandas, como lugar de produção de sentidos novos e não só

de sentidos já prontos; por meio da arte, há que considerar também, nessa visada, o diálogo como lugar em que ocorre a mediação nesta produção de sentidos.

Ao aprofundar a descrição do extenso percurso das Cirandas, vimos mais que a população realiza em seu cotidiano a mediação entre os mundos local e o global e que nessa ligadura, muitas vezes acontecem *apagamentos*, e assim ocorre que a percepção de que a gestão é composta por um conjunto de atores é ofuscada e, em lugar dessa visão do múltiplo e do complexo, aparecem a superavaliação e a personificação desse problema complexo na pessoa do profissional.

Aqui ressaltamos que, nessa questão, não estamos a desconsiderar a importância da subjetividade na consolidação do processo de trabalho em saúde, mas essa subjetividade na relação do profissional com a população necessita estar articulada à discussão mais geral do projeto de saúde e de sociedade que temos e que queremos (essa tensão constitutiva de toda transformação ou de todos os atos-limites).

Mais: em arte, o sentido não é redutível ao que se pode verbalizar. Por isso, como observa Linhares (2003, p. 83), “por deixar o significado deslizar, a arte, sem apunhalar um sentido único, mas abrindo-se o signo para um feixe de significações, realiza como que a suspeita de que as coisas estão plenas dos possíveis.” Segundo a autora, esse “trabalho do sentido” provoca uma desfamiliarização (estranhamento) que permite o desatrelamento da função referencial da palavra ou do que se sabia em seu sentido estrito, situando-nos diante de novas formas de ver, sentir e fazer o mundo. “Um sentido que não estava ali antes.” (LINHARES, 2003, p. 83).

Também vimos que os conteúdos sobre vida e saúde no território, para incorporar o modo de ver das comunidades, parecem requerer um pensamento complexo e a arte realiza junções de esferas habitualmente apartadas na Modernidade. Por exemplo, a intervenção “cenopoética” possibilitava a explicitação do conflito e a manifestação de atos-limite capazes de realizar transformações.

Por outro lado, vimos nesta sinfonia, em especial, a importância dos gestores e trabalhadores ultrapassarem uma visão de ciência e conhecimento hegemonicamente constituída sob o olhar reducionista do modelo biomédico, para explicar o processo saúde-doença. Ao longo dessa sinfonia e nos outros acordes dessa música, pudemos deparar a realidade das práticas integrativas e complementares de cuidado, como um saber sobre cuidado que incorpora estratos significativos da experiência popular. Fez um movimento de compreensão da

experiência vivida no Espaço Ekobé e pudemos ver nela como se realiza o que Boaventura Santos nomeia de *ecologia de saberes*.

Aprendemos com a população que a extensão (no fazer universidade) pode acontecer “do movimento popular para a universidade”. E, sobretudo, vimos que a produção de conhecimento sobre saúde pela população (pelos grupos populares e movimentos sociais) é sonogada e a extensão comunitária, do modo como a experiência Ekobé cunhou e viveu, nos traz referências importantes para o diálogo entre saberes, aspecto que o dialogismo em gestão não pode esquecer.

*Falar, mas ocultar quem fala
Viver, mas ocultar quem vive
Morrer, mas ocultar a morte
Muitos fariam tudo para se tornarem famosos
Quantos porém fariam algo aceitando o silêncio? (Brecht)*

Na Terceira Sinfonia, vimos que a necessidade de pensar promoção à saúde na sua interface com a educação escolar, como modo de romper com a fragmentação da gestão e como forma de se aproximar da vida no território. Aqui a interdisciplinaridade dá o tom do dialogismo entre educação e gestão em saúde, o que se fez por meio também do diálogo da arte com a educação popular. Isso foi tornado visível, em nosso estudo, quando analisamos a contribuição das Cirandas como proposta dialógica e problematizadora, que se vinculou a um processo de aprendizagem das escolas locais. As Cirandas, ao trazerem experiências que chamavam dimensões criativas, tais como as diversas linguagens da arte, os jogos, as narrativas, apontavam para a inclusão dos vários atores e atrizes que poderiam (e puderam) ter seu saber comportado na escola, uma vez que trazem o princípio de comunidade também para o diálogo entre gerações vivido na escola.

As linguagens da arte resultam em realizar uma espécie de ressemantização das discussões vividas e que tentam atos-limite (atos de transformação das situações-limite), com base nas especificidades das linguagens de cada arte, quando se calça no cotidiano.

É válido observar como já acontecem articulações envolvendo as Cirandas da Vida, unidades de saúde e escolas, em mais de uma Regional. Esses movimentos dialógicos mostram relações entre interlocutores de uma ação histórica, em

contraposição ao monologismo das ações (BAKHTIN, 2003). A polifonia é a harmonização de vozes discordantes – enquanto a monofonia é quando se apagam as vozes discordantes. Assim sendo, pode-se dizer que há um exercício polifônico, ainda que embrionário, quando se vê a realização do planejamento integrado entre escolas, unidades de saúde e atores comunitários (como já se faz no Barroso II) e quando estes segmentos (saúde e educação) articulam com a comunidade o projeto político-pedagógico da escola, como se viu acontecer no Alagadiço Novo. Também aqui se presenciou a inserção da arte na produção de produtos pedagógicos feitos pelos estudantes. Quando se juntaram a escola e a unidade de saúde na Região VI da cidade de Fortaleza, por exemplo, vimos se unirem a arte, a cultura e a saúde na reflexão e práticas escolares, o que parece promover a preparação de um campo comum de experiências, com esteio em suas especificidades, “transversalizadas” pela arte.

Podemos sublinhar nesse movimento de compreensão de nosso objeto de estudo a integralidade vista como traço fundamental das propostas que nascem na perspectiva comunitária. Enquanto as iniciativas do Estado trazem em si a fragmentação, as redes comunitárias e as “transversalidades” vividas pela experiência comunitária alevantam pontes entre as várias potencialidades locais que dialogam.

Não podemos deixar de assinalar, porém, que, em todas essas pontes que se tentou levantar no percurso das Cirandas, é ainda patente a omissão do Estado no desenvolvimento das propostas de atuação para a juventude em conflito com a lei – como vimos especialmente na Sinfonia IV. Ao ver falhar o Estado, então, o princípio de comunidade tenta suprir, como pode, as lacunas deixadas pela esfera institucional.

Na verdade, o tema gerador expresso nos ensaios da arte junto à juventude nos ensinou muito sobre o que foi nomeado como juventude *vida loka*. O trabalho com temas geradores, como se viu, mediado pela arte, resulta por promover a integração do conhecimento junto à ação, o que constitui uma forma particular de problematização conducente à ação. Assim se passou a estudar o que para os jovens significava *vida loka*; e alcançamos flagrar muito do que vivem e expressam. Nessa ambiência, se problematizava a violência como situação-limite, buscando considerar concretamente os jovens como sujeitos práticos.

Este estudo nos revelou a necessidade premente de estabelecer diálogos com o princípio de comunidade, nesta sinfonia representados, em especial, por

essa juventude, cuja participação parece ser sistematicamente sonogada nos espaços da esfera institucional. Viu-se como seria necessário incluir esses olhares e saberes plurais dos jovens em um contexto do diálogo intercultural, como forma de romper com esse silenciamento da juventude. Vimos também como, no meio destas vulnerabilidades, seria possível nos aproximar do que Fuganti (2008) denomina “*zonas de indeterminação*” - espaços onde é possível despertar paixões alegres, capazes de ativar o *conatus*, no dizer de Spinoza, e promover as potências desses jovens. A arte revelou-se como um caminho para essa arquitetura. Comprovamos como há formas de cultura e linguagens da arte submetidas (e que acabam submissas, muitas vezes), como o grafite, o *rap* e outras – e pudemos ver que a arte traz os estratos de dizer que estão à margem, como estes.

A Sinfonia V levou-nos a refletir sobre a rede de arte e cultura. Vimos que as redes sociais se mostraram reveladoras da potência da arte nos processos de mobilização comunitária. Os próprios grupos de arte davam-se conta, no exercício da tecedura de redes sociais, que estas redes poderiam ser formas de inclusão social. Os Escambos de Arte e Cultura, realizados como ação articulada com o setor saúde, nesta Regional (V) e que se alastrou por todas as regionais, mesmo sendo uma ação conjunta, não conseguia, porém, envolver as equipes de Saúde da Família. Nosso pensamento sobre saúde coletiva não saberia comportar esse esforço dialógico do movimento popular?

Em todos esses movimentos das sinfonias, aparece, contudo, a ideia de compartilhar saberes com esteio nas experiências, o desejo de arranjar atos-limite para as situações-limite das comunidades junto a lutas e ações em espaços públicos. A arte em sua polifonia parece-nos, também, apontar caminhos metodológicos de realizar a suspensão crítica e os ensaios de utopia necessários à problematização das situações-limite em seu exercício transformador.

Na caminhada de aprendizagem das Cirandas da Vida, revelaram-se o princípio de comunidade e a esfera institucional em diálogo, traçando saberes e possibilidades importantes, que realçam as dimensões pedagógicas da experiência.

Não se deve esquecer de que nas trilhas da educação popular e saúde os artistas populares possam ser escutados. O movimento popular, no dialogismo da gestão, quer ser sujeito também das ações de promoção que se fazem em seus territórios; querem se dizer como sujeitos históricos; não querem ser vistos e à sua

arte e potência como meros instrumentos ou tarefeiros que transmitem conteúdos impostos pelos profissionais de saúde, ou meros animadores de momentos em que se exercita a pedagogia da transmissão ou do condicionamento.

Nesse ambiente de lutas e de esperanças, contudo, também se vislumbram caminhos utópicos, mas que se delineiam já, passo a passo; caminho onde “as políticas de saúde educação e cultura podem se integrar para que os grupos de arte e cultura das comunidades possam contribuir como agentes pedagógicos de promoção de saúde e de vida cidadã” – como disse o cirandeiro.

Por seu lado, a “cenopoesia”, como exemplo de linguagem da arte trabalhada pelo movimento popular, traz o que Lima (2008) chama de “biomas morfoexpressivos das artes”, o que nos impulsiona para a consideração das possibilidades do diálogo entre as linguagens da arte, na tessitura de um discurso que faz dialogar sujeitos e dimensões.

A solidariedade exige a corresponsabilização coletiva – é o que se pode depreender da Sinfonia VI. Assim é que se viu como se pode incorporar a perspectiva de atuação em rede junto a reflexões mais subjetivas como autoestima e afetividade, por exemplo, trabalhadas nas ações de gênero. Reiteramos: o movimento popular articula dimensões subjetivas e políticas e nega essa fragmentação, mais própria da lógica do capitalismo. A *ação de subjetivação (e sujeitificação) que alcança as interferências no mundo público*, em um diálogo com dimensões cujos resultados, já se fazem perceber, pode aflorar de grupos pequenos e de ensaios de subjetivação, feitos com a reflexão sobre o feminino, por exemplo.

Na VII Sinfonia notou-se que, com amparo na experiência das feiras de economia solidária e saúde podemos vislumbrar opções de reinventar o presente e nos insurgir ante o processo de globalização neoliberal, substituindo à lógica mercadológica, por uma lógica mais partilhada ou por experiências diversas da perspectiva acumuladora, como observa Santos (2004). Essa sinfonia parece nos apontar caminhos do dialogismo entre o princípio de comunidade e o princípio de mercado, revelando-nos o valor da dimensão da solidariedade e o compartilhamento das experiências feito pelos movimentos sociais ou grupos populares que se articulam em redes de economia solidária. A diversidade das experiências revela-se terreno fértil para que se possa promover uma tradução intercultural, como propõe Santos (2004) e que inclui a arte e as práticas populares

de cuidado, como expressões singulares dessa experiência, criando zonas de contato para a efetivação do diálogo intercultural feito princípio de resistência, solidariedade e caminho de emancipação.

Ainda, nesta sinfonia, pudemos apreender da experiência vivida com o grupo da moradia, possibilidades de pensar a vida em sua integralidade, onde se vê saúde como parte da experiência de emancipação humana, que envolve desde, por exemplo, a articulação da luta popular pela concretização da moradia à humanização proposta pela saúde, e que inclui também a dimensão do acesso, não só ao sistema de saúde local, mas também às políticas sociais de maneira mais geral.

Vimos ainda que o percurso metodológico trilhado com esse grupo da luta por moradia aponta as possibilidades da educação popular no ordenamento de processos educativos em uma perspectiva participativa e problematizadora da realidade; e que fazem essa construção calçar-se sobre valores como amorosidade, solidariedade, conquista coletiva e cuidado com a preservação ambiental, e a artísticidade de todos, tendo o diálogo como princípio fundante dessa abertura à multidimensionalidade da perspectiva da educação popular em saúde.

Nesse caminhar, o que vimos de nomear como *enfrentamentos*, são parte dessa construção dialógica, que tentam deter-se nas contradições e tensionamentos entre o princípio de comunidade e a esfera institucional. Pôde-se ver, assim, a explicitação do arcabouço burocrático do Estado feito barreira à inclusão das organizações populares na efetivação de políticas públicas. Nesse campo tenso, a potência da arte, apesar de não compreendida como cultura e saber pelo corpo técnico dessas políticas, constitui-se linguagem de resistência e voz de emancipação – crítica da cultura. Também, aprendizado pedagógico importante, que clareia sentidos descobertos no processo de luta da educação popular em saúde.

Um dos aspectos significativos das Cirandas da Vida é a inclusão de atores e atrizes dos movimentos populares como protagonistas da formação dessas rodas populares que denominamos Cirandas. Ao se incluírem na esfera institucional, trazem a tensão permanente entre ação política e o fortalecimento dos espaços organizativos do movimento e da comunidade e realizam a mediação entre esses dois espaços. Amparando-se em um saber que se faz na luta popular, e que se alimenta do cotidiano, a luta pela justiça social e pela humanidade dos sujeitos vai renovando as relações sociais no convívio com a diversidade cultural, como

também vai laborando novos sentidos e direções para a ação governamental, revitalizando-a, chamando-a a pensar coletivamente e ouvir os contextos concretos das comunidades, seus conhecimentos, desejos e necessidades. Isso, contudo, constitui também um caminho esperançoso e não acontece apenas dessa forma – é como um campo tenso, cheio de recuos e limites, de onde se impulsiona a polifonia necessária para fazer comportar as vozes populares.

Para os cirandeiros e cirandeiros, a sua inserção como atores e atrizes no campo da gestão e, ao mesmo tempo, no campo da militância nos movimentos populares pareceu-nos, em todos os momentos desta tese, o que poderíamos dizer o ponto nevrálgico dessa zona de diálogos. Trazendo dimensões das subjetividades e das representações simbólicas vividas com a arte para a conversação nas rodas da gestão, nos enfrentamentos, no cotidiano das inserções diversas junto aos gestores e aos trabalhadores de saúde, as Cirandas da Vida pareceram-nos um modo de dizer concreto que o saber e a experiência popular não pode ser desperdiçada na gestão. Mais: vimos que a arte alimenta uma cultura de saúde na cena social, capaz de dar lugar aos possíveis do diálogo entre o princípio de comunidade e a esfera institucional.

A inclusão das Cirandas como roda da educação popular na Teia de Cogestão da Secretaria Municipal de Saúde e, conseqüentemente, no espaço de tomada de decisão política, revela potencialidades e desafios como espaço instituinte de exercício de *poder compartilhado* (PEDROSA, 2008), onde o princípio de comunidade busca efetivar transformações reais, ao realizar, como vimos, “movimentos em potência para exercer o seu protagonismo” como modo também de contribuir para a formulação de políticas. Aqui recorreremos à Pedrosa (2009), com quem nos movemos dirigindo-se a um olhar mais abrangente sobre política, vista não somente como campo de poder ou ciência do Estado, mas como algo inerente ao humano, que ousa instituir-se em movimentos de superação da opressão e da alienação, despertando sua potência transformadora e uma manifestação do que seria a humanidade, enquanto devir civilizatório.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. F. S. Cirandas da Vida na Escola Moreira Campos: a música construindo trilhas de enfrentamento à violência trabalho. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA DE FORTALEZA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- ANDRADE, L. O. M. **A saúde e o dilema da intersetorialidade**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- ANDRADE, L. O. M. et al. Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia: três anos construindo a tenda invertida e a educação permanente no SUS. **Sanare**, v. 5, p. 33-40, 2004.
- ANDRADE, L. O. M.; BUENO, I. C. C.; BEZERRA, R. C. Atenção primária à saúde e estratégia de saúde da família. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 783-832.
- ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 24-41.
- ARROYO, M. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. A prática educativa como processo de construção de sujeitos. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO CONTEXTO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: SEUS SUJEITOS E ESPAÇOS E ABORDAGENS, 2, 2001, Brasília. **Conferência proferida...** Brasília, 2001.
- ATHAYDE, M. R. C.; BRITO, J.; NEVES, M. (Orgs.). **Caderno de método e procedimentos: programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **A cultura popular na Idade Média e no renascimento**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Ed. UNB, 1993.
- BARBIER, R. **A pesquisa ação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2002.
- BARRETO, I. C. H. C. et al. A educação permanente e a construção de Sistemas Municipais de Saúde-Escola: o caso de Fortaleza (CE). **Divulgação em Saúde para Debate**, v. 34, p. 31-46, 2006.
- BARROS, M. E. B. As Comunidades Ampliadas de Pesquisa: construindo conhecimento nas escolas a partir da experiência dos educadores. In: LINHARES, C. (Org.). **Formação continuada de professores: comunidade científica e poética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 88-100.
- BARROS, M. E.; HECKERT, F. M. M.; COELHO, A. L. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2006.
- BARROS, N. F.; TESSER, C. D. Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 914-20, 2008.
- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 17, p. 389-406, 2005.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENOIT-GUILBOT, O. La recherche d'emploi: stratégies, qualification scolaire ou professionnelle et qualification sociale. **Sociologie du travail**, p. 491-506, 1990.
- BOAL, A. **O teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BOFF, L. **Do iceberg à Arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002.
- _____. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOGO, A. **O vigor da mística**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2002.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006b.
- _____. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1986.
- _____. Ministério da Saúde. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1994.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais para os Pactos pela Vida: em defesa do SUS e de gestão**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006c.
- _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4. ed. Brasília: [s. n.], 2007.
- BRECHT, B. **Teatro dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. **Eu e tu**. 2. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 53-92.
- _____. Equipes de referência e apoio especializado matricial: uma proposta de reorganização do trabalho em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, p. 393-404, 1999.
- _____. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 219-30, 2000a.
- _____. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo: HUCITEC; Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997. p. 229-66.
- _____. **Um método para análise e co-gestão de coletivos: a construção do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o Método da Roda**. São Paulo: HUCITEC, 2000b.
- CAMPOS, G. W. S.; AMARAL, M. A. A clínica ampliada e compartilhada, gestão democrática e redes de atenção como referenciais para a reforma teórico-operacional do hospital. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, p. 849-59, 2007.

- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350.
- _____. **A socialização da arte**: teoria e prática na América Latina. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- CARNEIRO, G. **A pedagogia de Paulo Freire**: uma pedagogia humanizadora. Curitiba: Gráfica Popular, 2005.
- CASTRO, T. P.; SANTOS, F. W.; DANTAS, V. L. A. Cirandas da Vida na Escola Francisco Andrade Teófilo Girão: o hip hop e as narrativas juvenis problematizando a violência. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza: Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, 2008.
- CECÍLIO, L. C. As Necessidades de saúde como centro estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, ABRASCO, 2001.
- CHAUÍ, M. Espinosa: poder e liberdade. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Filosofia política moderna**: De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Universidade de São Paulo, 2006.
- CORAGGIO, J. L. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. **Revista Proposta**, n. 72, p. 30-8, 1997.
- CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Promoção da saúde**: reflexões, conceitos, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 39-53.
- DANTAS, M. A. et al. Cirandas da Vida e a humanização na saúde a partir das histórias em quadrinhos. In: ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, 2; ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SOCIAL, 1, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2008.
- DANTAS, M. J. **Escambo, uma escola intinerante**: a formação de artistas e cidadãos através de um movimento de arte popular. 2003. Monografia (Especialização) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- DANTAS, V. L. A. et al. A violência como situação limite nas rodas das Cirandas da Vida em Fortaleza, Ceará. **Divulgação em Saúde para Debate**, v. 39, p. 68-81, 2007.
- _____. O espaço ekobé e a formação em rede com a terapia reiki. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- DARON, V. L. P. **Educação, cultura popular e saúde**: experiências de mulheres trabalhadoras rurais. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI). 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FISCHER, E. A necessidade da arte. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- _____. **A necessidade da arte**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- Fortaleza. Prefeitura Municipal. **O Povo**, Fortaleza, 31 jul. 2008a. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br>>.
- _____. **Relatório Anual das Cirandas da Vida**, 2008. Fortaleza, 2008b. Mimeo. 45p.
- _____. **Relatório de Gestão, 2006**: saúde, qualidade de vida e ética do cuidado. Fortaleza, 2007a. Mimeo. 437 p.
- _____. **Relatório de Gestão, 2007**. Fortaleza, 2007b. Mimeo. 339 p.
- _____. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório de Gestão, 2005**: saúde, qualidade de vida e ética do cuidado. Fortaleza, 2006. Mimeo. 339 p.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 34. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Educação e mudança**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Extensão em comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).
- _____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Política e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.
- _____. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003a.
- _____. **SABER** - erudito/saber popular/saber de experiência. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FUGANTI, L. Biopolítica e produção de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, supl. 1, p. 667-79, 2009.
- _____. **Saúde, desejo e pensamento**. São Paulo: HUCITEC/Linha de Fuga, 2008.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 219-30, jul./out. 1997.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.
- _____. Economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 146-55, 1994.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- HECKERT, A. L. C.; PASSOS, E.; BARROS, M. E. B. Um seminário dispositivo: a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) em debate. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, supl. 1, p. 493-502, 2009.

- HEISE, L. **Violence against women: the hidden health burden**. Washington, D.C.: World Bank, 1994. (Série World Bank Discussion Papers, 255).
- HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. (Série Monitoramento e Avaliação, 2).
- JACOBINA, R. R. O paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn. **História Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 3, p. 609-30, 1999-2000.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.
- KUENZER, A. Z. **O ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- LIMA, M. J. N. As cirandas nas escolas e o graffiti como estratégia de enfrentamento de situações-limite na Escola Municipal Maria de Lourdes Jereissati no Conjunto Tancredo Neves. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- LIMA, R. F. Cenopoesia: articulando saberes e refletindo sobre práticas de produção e promoção da saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE – ENEPS, 4., 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008a.
- _____. Cirandas nas escolas: arte e educação popular potencializando o protagonismo juvenil na promoção da saúde. In: ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, 2; ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SOCIAL, 1., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008b.
- _____. **Construindo cirandas com a promoção da vida**. 2008c. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net/node/285209/11/2008>>. Acesso em: 20 dez. 2009.
- _____. Ideário de política educacional, conceito de escola pública. In: _____. **Educação democrática: experiências, desafios e perspectivas**. 15. ed. São Paulo: IDEC, 2008d.
- _____. **Potencializando a Oca como espaço de formação e de práticas integrativas e complementares de cuidado no âmbito do Sistema Municipal de Saúde Escola de Fortaleza – Oca de São Cristóvão – Grande Jangurussu – SER V**. Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde com Ênfase na Atenção Básica e Hospitalar. Fortaleza: UNICAMP, 2009.
- LIMA, R. F.; DANTAS, V. L. A. **Ciranda nas escolas: arte e protagonismo juvenil**. 2009. Mimeo.
- LINHARES, Â. M. B. **Itinerários para uma reflexão sobre saúde no contexto da educação popular**. Fortaleza, 2007. 14 p. Mimeo.
- _____. Reflexões sobre a dimensão estética: esse lugar de passeio das danações do signo. In: OLINDA, E. M. B. (Org.). **Formação humana: liberdade e historicidade**. Fortaleza: UFC, 2004. p. 53-69.
- _____. **O tortuoso e doce caminho da sensibilidade: um estudo sobre a arte e educação**. 2. Ed. Ijuí: Unijui, 2003.
- LINHARES, Â. M. B.; FERNANDEZ, G. **Recortes para um retrato do ser aprisionado: um estudo sobre educação prisional**. Fortaleza, 2007. 370 p. Mimeo.
- LOTUFO, M.; MIRANDA, A. S. Sistemas de direção e práticas de gestão governamental em secretarias estaduais de Saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1143-63, nov./dez. 2007.
- LOYOLA, M. A. Medicina popular. In: GUIMARÃES, R. (Org.). **Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 225-37.
- LUZ, M. T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 145-76, 2005.
- _____. **As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MANCE, E. A.; GOMES, R. **Construindo a socioeconomia popular solidária no Brasil**. dez. 2001. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2009.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.
- _____. Comunicação plural: alteridade e sociabilidade. **Comunicação 81 Educação**, São Paulo, v. 9, p. 39-48, maio/ago. 1997.
- MELUCCI, A. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 199-221, 1996.
- MERHY, E. E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 16, p. 172-4, 2005.
- MINAYO, C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MIRANDA, A. S. **Proposição de escopo para a avaliação da gestão no Sistema Único de Saúde**. Brasília: [s. n.], 2005. (Relatório final de consultoria prestada ao Ministério da Saúde).
- MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DO BOM JARDIM. Projetos e ações: terapia comunitária, massoterapia, auto-estima. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.msmcbj.org.br/projetos-e-acoas>>. Acesso em: 20 dez. 2009.
- NASCIMENTO, F. J. As histórias em quadrinhos e a humanização na saúde: trilhas a partir das Cirandas da Vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE – ENEPS, 4., 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- NEVES, C. A. B.; MASSARO, A. Biopolítica, produção de saúde e um outro humanismo. **Interface – Comunic., Saúde, Educação**, v. 13, supl. 1, p. 503-14, 2009.
- NOGUEIRA, P. A. Cirandas da Vida e a Escola Adroaldo Teixeira Castelo: o teatro problematizando a realidade local. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- NUTO, J. V. C. A influência de Martin Buber no conceito bakhtiniano de dialogismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES PALAVRA E CULTURA NA AMÉRICA LATINA: HERANÇAS E DESAFIOS, 10, 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, 2007.
- ODONNE, I. et al. **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- OLIVEIRA, E. S. **A construção da experiência espiritual e sua problematização como lugar de superação dos limites do paradigma biomédico: uma contribuição para a reflexão sobre espiritualidade na educação médica**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI: Conferência debate promovida pela FASE/PIC**. Rio de Janeiro: FASE/PIC, 1994.

- ONOCKO CAMPOS, R. T. A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. In: CAMPOS, G. W. S. (Org.). **Saúde paidéia**. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 122-49.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Ginebra: OMS, 2002.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa de Qualidade, 2000. (Coleção Saúde Coletiva).
- PAIM, J. S.; TEIXEIRA, M. G. L. C. Reorganização do sistema de vigilância epidemiológica na perspectiva do Sistema Único de Saúde. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, 1993, Brasília. **Anais...** Brasília, 1993.
- PAULA, J. B. Cartografias da paz e da saúde: revolucionando as utopias com arte. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 62-9, maio 2005.
- PEDROSA, J. I. **Perspectiva Popular na Gestão em Saúde: possibilidades de transgressão ao instituído**. Brasília: [s. n.], 2009.
- _____. Educação popular em saúde e gestão participativa no Sistema Único de Saúde. **Revista APS**, v. 11, n. 3, p. 303-13, jul./set. 2008.
- _____. Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 617-26, 2004.
- PERLONGUER, N. Territórios marginais. In: MAGALHÃES, M. C. R. (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995.
- PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, ABRASCO, 2001.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAUT, P. **Histórias de vida: teoria e prática**. Paris: Celta, 1995.
- REGIA, S. A. O. Cirandas na Escola Prof. Antônio Girão Barroso: caminhos de protagonismo a partir da linguagem teatral. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- ROLNIK, S. Diálogo e alteridade. **Boletim de Novidades**, v. 5, n. 44, p. 35-44, 1992.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-36, 2001.
- SAMPAIO, J. J. C. **Epidemiologia da imprecisão: o processo saúde-doença mental como objeto da epidemiologia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- SANTOS, B. S. A. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000a.
- _____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005a.
- _____. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005b.
- _____. **O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução**. Compilação do Observatório Social de América Latina. [S. l.]: OSAL, 2004. (En Publicación: Observatorio Social de América Latina, n. 15).
- _____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000b.
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000c.
- _____. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 24, p. 139-72, 1988.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. 10. ed. Porto: Afrontamento, 1998.
- SANTOS, M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez. 2000.
- SILVA, E. V. et al. Cirandas da Vida e o cuidado aos trabalhadores de saúde: caminhos para humanização a partir do fortalecimento da auto-estima. In: MOSTRA DO SISTEMA MUNICIPAL SAÚDE ESCOLA, 2, 2008, Fortaleza. **Resumo...** Fortaleza, 2008.
- SILVA, V. A. **O percurso da participação popular na luta pela saúde na periferia de Fortaleza: desvendando o campo dialógico com o Programa Saúde da Família no Planalto Pici**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SMEKE, E. L. M. **Saúde e democracia: experiência de gestão popular - um estudo de caso**. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1989.
- SMEKE, E. L. M.; OLIVEIRA, N. L. S. Educação em saúde e concepções de sujeito. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- SOARES, J. **Cirandas nas escolas: arte, educação popular e saúde**. Disponível em: <<http://www.redehumanizaus.net>>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- SOFHIA, D. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. **Revista Tema Rádis**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 4, nov./dez. 2001.
- SOUTO, A. C. **Saúde e política. A vigilância sanitária no Brasil: 1976-1994**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- SPINOZA, B. **Ética; demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Afiliada, 2003.
- _____. **Tratado da Reforma da Inteligência**. São Paulo: [s. n.], 1966.
- _____. **Tratado teológico-político**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- STOTZ, E. N. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 9-30, 2005.
- _____. Enfoques sobre educação e saúde. In: VALLA, V.; STOTZ, E. N. (Orgs.). **Participação popular, educação e saúde: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- STOTZ, E. N.; DAVID, H. M. S.; BORNSTEIN, V. J. A Educação popular em saúde. In: MARTINS, C. M.; STAUFFER, A. B. (Orgs.). **Educação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007. p. 35-70.
- TEIXEIRA, R. R. As redes de trabalho afetiva e a contribuição da saúde para a emergência de uma outra concepção de público. In: RESEARCH CONFERENCE. Rethinking “the Public”



- in Public Health: Neoliberalism, Structural Violence, and Epidemics of Inequality in Latin America Center for Iberian and Latin American Studies, 2004, San Diego. **Working-Paper...** San Diego, 2004.
- TESSER, C. D.; LUZ, M. T. Uma introdução às contribuições da epistemologia contemporânea para a medicina. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 363-72, 2002.
- TINOCO, R. C.; ALEXANDRIA, M. Literatura, música e sociedade educacional: dialogismos contemporâneos. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS USP, 11, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Trajetória, 1989.
- VALLA V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 14, supl. 21, p. 7-18, 1998.
- VASCONCELOS, E. M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- VASCONCELOS, E. M. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- VIANNA, M. B.; OLIVEIRA, M. H. B.; ESPÍRITO SANTO, W. L. P. Populações excluídas exercitando a cidadania ativa: a experiência da agenda redutora da violência na comunidade de Manguinhos, Rio de Janeiro. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**, v. 39, p. 93-9, jun. 2007.
- VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Traditional medicine strategy**. Genebra: WHO, 2002. Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO CENOPOÉTICO - DEFESA DA TESE: CIRANDAS DE APRENDIZAGEM E PESQUISA

Por Vera Dantas, Johnson Soares e Ray Lima

PRIMEIRA PARTE MÚSICA DE ABERTURA

*Meu estudo objetiva apreender na experiência⁴⁰
Das cirandas da vida, na gestão em saúde,
Na visão popular, saber de atitude,
Como se expressam o dialogismo e a arte.
A esfera institucional tendo consciência
Do princípio de comunidade ativo
Dando corpo a uma gestão em coletivo
Diálogo em que a arte se explicita e é caminho
Perspectiva popular não há sozinho
Daí nosso investigar participativo*

*Nos ensaios da alteridade como espaço
polifônico do dizer das culturas
do saber feito de humanas criaturas
que se movem em seus territórios vivos.
Cirandas lugar do inacabado abraço
Demanda a reflexão dos meios populares,
Tirando gestos de nobres altares
Construindo sinfonias sem temer o toque
Movimentos juntos, ninguém à reboque,
Do lugar à gestão, da gestão aos lugares.*

CENO 1 – Iniciamos falando do nosso conceito de Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa e apresentando nosso grupo sujeito. Com a palavra a Sra. Vera Dantas.

VERA – A decisão de cunhar um processo metodológico para esse estudo está calcada na compreensão de que, apesar de referendar várias propostas como a

40 Ray lima e Johnson Soares

comunidade ampliada de pesquisa, comunidade ampliada de pares seguimos um caminho singular que articula dimensões diversas dessas propostas sem, no entanto, seguir rigorosamente nenhum dos percursos, e ao mesmo tempo, incorporando outros referenciais com a arte e os círculos de cultura. Assim a Ciranda de Aprendizagem e Pesquisa, como pesquisa-ação constituiu-se lugar onde sujeitos em grupo se debruçaram para serem companheiros no estudo das realidades com a qual trabalhamos, produzindo um diálogo crítico entre os saberes fundados na experiência-vivência prática dos seus atores e possibilitando a coautoria de todos os atores na pesquisa.

CENO 1 – Dando seguimento ao nosso trabalho, a Sra. Vera Dantas agora nos situa sobre seu entendimento sobre perspectiva popular.

VERA – O que eu compreendo por perspectiva popular? O olhar dos atores e atrizes dos movimentos populares que protagonizam ações de transformação às situações-limite da sua realidade, sempre na perspectiva da emancipação; de um popular que se tece na busca de superação da consciência ingênua rumo ao inédito viável: como inacabamento, formação permanente que se constitui em determinados princípios e se orienta por uma ética que busca a justiça, a solidariedade nas relações e nas políticas. Que traz a tensão permanente entre ação política e o fortalecimento dos espaços organizativos que animam a luta popular em sua mediação com a esfera institucional. Buscamos o popular que, ao produzir atos-limite transformadores da realidade, atualiza sua potência criativa. E para podermos continuar essa viagem, consideramos ainda necessário aclarar alguns conceitos com a ajuda dos quais fomos compondo nossas sinfonias.

TODOS – CONCEITOS IMPORTANTES!

CENO 1 - ARTE! COM A PALAVRA A SRA. VERA DANTAS:

VERA – Quando pronunciamos arte do que estamos falando? Do olhar que traz também a estética popular ajudando a analisar o dialogismo. A arte no contexto dialógico das Cirandas, nos pergunta por dimensões da vida que constituem a saúde das comunidades envolvidas nas rodas populares.

CENO 1 – PASSEMOS A OUTRO CONCEITO: DIÁLOGO! COM A PALAVRA O SR. PAULO FREIRE:

PAULO FREIRE – “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

CENO 1 – Sr. Buber, por favor, nos parece que quer dizer algo a respeito do tema?

BUBER – Sim. É que “o outro não se reduz a mero objeto de análise ou instrumentalização, mas como pleno sujeito, como voz a ser escutada.”

CENO 1 – Sr. Bakhtin quer fazer uso da palavra:

BAKHTIN – Tudo bem. Só para dizer que como inacabamento, como devir de sujeitos que se transformam no processo, compreendo diálogo como relações entre interlocutores de uma ação histórica, compartilhada socialmente, destacando assim a natureza contextual da interação.

CENO 1 – Perdão, a Professora Ângela Linhares, quer entrar na conversa e tem algo a nos dizer sobre o assunto.

LINHARES: O diálogo pressupõe que tenhamos uma ideia de conhecimento que inclui o saber como algo que é produzido por todo o corpo social e que cada pessoa recompõe quando aprende.

CENO 1 – Obrigado. Continuemos nossa conversa, agora tratando do conceito de Dialogismo. Com a palavra Sr. Bakhtin!

M. BAKHTIN – Entendo dialogismo como interações dos sujeitos falantes em contextos socioculturais. Forma diferente de perceber os interlocutores de uma atividade comunicativa. Tem como base a concepção sociointeracional da linguagem, que aponta as práticas discursivas como essência do princípio dialógico.

CENO 1 – Passemos ao conceito de Polifonia. Segue com a palavra o Sr. *Bakhtin*.

M. BAKHTIN – Obrigado. Bem, a linguagem é heterogênea e, portanto, marcada pela presença do outro cujas vozes discordantes podem se harmonizar. A isso denominei polifonia.

CENO 1: Vejamos, temos o prazer de contar a participação significativa do Sr. Spinoza que tanto contribuiu para nossa pesquisa, fazendo-se também presente nesta roda. Sr. Spinoza.

SPINOZA - A potência é a própria essência dos seres, seu poder de ação. A potência das ideias que se conformam coletivamente, está na possibilidade dos encontros, das composições, do poder de afetar e de ser afetado por eles. Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as idéias dessas afecções. As paixões alegres aumentam nossa potência de agir e pensar, ao fortalecer *o conatus*“ ou esforço de existir”. É que, quando em paixão, o sujeito parece mover-se na direção de uma compatibilização entre o seu agir e o mundo interno.

CENO 1 – A Sra. Vera Dantas pede a palavra.

VERA – Agradecemos a presença de todos. E para concluir esta síntese introdutória, os movimentos populares, aqui representados pelos cirandeiros e cirandeiros que realizam conosco esse construto reflexivo sobre o vivido na experiência das Cirandas da Vida, nos auxiliam a perceber os detalhes dessa renda multicolor e polifônica tecida a muitas mãos. Poderiam vocês nos perguntar: o que se vê? o que se vê nessa criança que se anuncia e se faz presença? Como olhar, crítica e reflexivamente, para ela? como ser sujeito comprometido com a busca de aprendizados que permitam palmilhar novos caminhos para a transformação das situações-limite que dela emergem (situações que exigem transformações)?

As sinfonias constituem o reconhecimento da arte e do dialogismo na gestão em saúde como **ensaios da alteridade** como **espaço polifônico do dizer das culturas humanas**.

MÚSICA

“Abre tua roda ciranda
Agita essa roda ciranda
Gira sem medo ciranda
Cirandas da vida estão sempre a girar
Vida quer vida não pode parar

Cirandas da vida
Já sabe o que quer
Trilhando na praia,
No sal da maré;
Cantando e dançando
O que há, o que é:
Pirambu, serrinha,
Palmeiras, jardim.

Cirandas da vida
Não é salvação,
Mas é luta, é fé e
Participação;
É a arte do encontro,
Da articulação
De povo e cidade,
Utopia e ação.

Cirandas de sons,
Cultura, trabalho;
Saberes, pessoas,
Conflito, harmonia.
Cirandas da vida
Circulam poderes,
Semeiam cuidados
E cidadania.

Quanto o povo cria
 E não sai na imprensa
 De estética, de fé,
 De negócio e ciência;
 Quanto pensa e faz,
 Quanto sonha, inventa;
 De amor sabe tanto
 E a imprensa não diz.

Sem canto, alegria,
 Ciranda não é.
 Cirandas da vida
 Sem sonho não ser.
 Cirandas da vida:
 Rotina e prazer -
 Cirandeiro é assim-
 Quem não é há de ser.
 Cirandas são trilhas,
 Caminhos humanos,
 Do povo as pegadas,
 São ruas de sonhos;
 Fortaleza bela
 Abrindo as janelas,
 Futuro almejado,
 Cidade sonhada.”

TODOS – SETE SINFONIAS PARA UMA CIRANDA NA CIDADE!

CENO 1 – SINFONIA Nº 1 – Alteridade e Transformação: a arte como
 potência humana. Música maestro!

MÚSICA

*Ciranda gira girar
 Canta no mangue cantar
 Viver no mangue viver
 Me meto no mangue
 Pra sobreviver*

*Pra chegar aqui lutei
 Ah... lutei
 Mais chegando lutando fiquei
 Muitos caminhos percorri
 Mais aqui lugar achei
 Minha casa eu consegui*

*O mangue chora
 E eu também
 O mangue adocece
 E eu também
 Quem enfraquece
 Quem nos adocece é o capital
 Quem envivece
 Quem nos fortalece
 É a nossa luta e organização*

*Não queremos a morte não
 Não queremos a morte não
 Queremos a vida
 A nossa poesia
 A nossa cultura
 E a nossa alegria
 O que precisamos?
 Tecnologia!*

*Como construir?
Juntinhos faremos
O mangue sorrir
O peixe alimento
Até o siri
Adeus ao lamento
A um tempo sangrento
Chega de exclusão
Chega de partida
E de imposição*

CENO 1 – Com a palavra o cirandeiro Johnson Soares.

JOHNSON – Na sinfonia do mangue evidenciou-se o desafio de se constituir na gestão em saúde um caminho de intersectorialidade, capaz de comportar a perspectiva popular. A partir desse dialogismo intersectorial, em um recorte sincrônico que mostra a saúde como vida do lugar e exhibe a educação popular em saúde como lugar de superação da miséria social e humana. Assim é que, na experiência vivida no mangue em Vila Velha, percebemos que essa possibilidade da arte como potência de humanidade e devir social pode nos auxiliar a pensar o cuidado com a vida das comunidades. O que se pôde ver mais? Em especial a capacidade de apreensão da arte como teia capaz de enlaçar a intersectorialidade em meio aos tensionamentos das políticas públicas locais; novos sujeitos sociais, do lugar da arte em um movimento sinfônico, partir para o avanço capaz de efetivar as transformações em um exercício de intersectorialidade fecundo.

Reflexão sobre a sinfonia nº 1

VERA - A inserção do diálogo visto como prática de intersectorialidade, nesta sinfonia, parecia-nos trazer para a comunidade novas dimensões da luta popular, como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas vividas do território como a saga da luta pela moradia daqueles que ocuparam o

mangue. Observamos como a ação ostensiva (e expulsiva) do Estado, no sentido de dar lugar a empreendimentos privados, de grandes empresas em detrimento da vida no território acirra as contradições de um modelo de desenvolvimento acumulador de riquezas. A reflexão sobre o cuidado com a vida nos revelou que não se tem ouvido o que a população tem a dizer sobre cuidado. A arte, nesse campo dos diálogos, mostrava seu o dialogismo, no concerto da gestão e trazia as subjetividades para tomar a cena junto às questões mais objetivas. Assim, se pode dizer que os projetos coletivos e os processos que ajudam a estabelecer de modo afirmativo uma cultura de paz devem envolver questões como a de gênero junto a lutas como a de moradia, que trouxe a fala da vida de Vila Velha, o mangue.

CENO 1 – Para a sede

TODOS – Tínhamos o rio

CENO 1 – Para a fome

TODOS – O peixe,
O caranguejo,
Às vezes o pão.

CENO 1 – Para os pulmões

TODOS – O ar,
O verde também para os olhos.

CENO 1 – Aí vieram os outros,
Uns poucos,
Armados de idéias,
Réguas e metas mirabolantes,
Trouxeram papéis,
Legalizaram tudo,
Expulsaram uns tantos,

Trouxeram amordaçados,
Tomaram posse.

TODOS – Vieram os tratores.

CENO 1 – Para a segurança, também soldados.
Produziram sal do sal dos homens.
Encheram de óleo os rios.

TODOS – Asfixiaram os peixes.
O mercúrio profanou as profundezas da terra.

CENO 1 – Depois de tudo arrasado,
O mato todo derrubado,
Gastado as gentes da terra,
Se foram com seus bolsos abarrotados.

TODOS – E na terra agora devastada,
Uma outra luta começava:
Homens, mulheres e crianças,
Pela divisão dos despojos.

CENO 1 – Às vezes,
Uns contra os outros,
Às vezes,
Contra a natureza,
Mas sempre,
A favor da vida.

TODOS – Pelos tortuosos caminhos das batalhas diárias pela sobrevivência,
Num lugar que um dia fora exuberância,

CENO 1 – Agora apenas a esperança

Na gritaria dos meninos:
Como fossem plantinhas,
Matinho teimoso,
Que continua a reviver
A cada corte.
A cada queima.

TODOS – SINFONIA Nº 2

CENO 1 – As práticas integrativas e populares de cuidado enquanto cenário de humanização na saúde: itinerários sob a perspectiva do protagonismo popular. Música maestro!

MÚSICA

*Já faz um tempo que não caio nos seus braços⁴¹
E sem abraços não dá mais pra caminhar
Romper as grades acabar com o sofrimento
Por um fim nos lamentos
É reclame popular
Quero saúde humanizada
Quero atitude
Quero para de implorar
Quero respeito sem preconceito
É meu direito te pedir para mudar*

CENO 1 – Com a palavra o cirandeiro Edvan Florêncio:

EDVAN – O trabalho com a humanização ao problematizar a ideia do olhar reducionista sobre a doença, mostrou-nos a imprescindível necessidade de fazer dialogar a relação dos trabalhadores da saúde e da gestão, em geral, com os saberes da experiência popular sobre o cuidado em saúde.

41 Júnio Santos

VERA

“Pensar então o acolhimento
Sob a perspectiva popular
Nos remete a reflexionar
Sobre o envolvimento com a população
Os gestores e os trabalhadores
Precisam chegar à comunidade
Aprender outros saberes e verdades
Pra saúde poder se humanizar
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar

ELIAS

Precisamos pensar novos cenários
Que promovam a vida e a inclusão
Dos sujeitos-atores cidadãos
Nos seus desejos e necessidades
Construir novos processos de trabalho
Que incorporem o saber popular
É necessário e também é ousadia
Que precisamos experimentar
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar

VERA

O saber que é da experiência
Nosso grande Paulo Freire já dizia:
É forjado no cotidiano
Pra enfrentar as questões do dia a dia
É também um saber coletivo
Onde muitos ensinam e aprendem
Onde a gente aprende a ser mais gente
Lutando pra realidade mudar

São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar

ELIAS

Dessa forma a educação popular
Propõe-se a lutar contra a opressão
Pra que as pessoas sujeitos e cidadãos
Aprendam a dirigir os seus destinos
E assim quem trabalha na saúde
Precisa ter um pouco mais de atenção
E cuidar com a cabeça e o coração
Não querendo ser dono da verdade
Pois se a gente ouvir a comunidade
No que ela tem a nos ensinar
Nosso trabalho em muito vai mudar
Vai fiar mais alegre e criativo
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar

VERA

Aprendemos também com Paulo Freire
Que pra educar é preciso humanizar
Situando a prática educativa,
Nos anseios da luta popular
Para sermos humanos é preciso
Trabalhar com justiça e dignidade
Pensar em riscos e vulnerabilidades
Traçar caminhos rumo à emancipação
São caminhos que precisamos trilhar
Para o SUS no Brasil se implementar

ELIAS

Trabalhando em um território que é vivo

Precisamos saber dialogar
 Interagir com o corpo, com a fala
 E também com a cultura popular
 Numa escuta sensível e afetiva
 Aprendendo a aprender e ensinar
 Novos vínculos vão se construindo
 Tendo por base a solidariedade
 São caminhos que precisamos trilhar
 Para o SUS no Brasil se implementar”

VERA – Seguindo nessa trilha, logo encontramos a necessidade de incorporar os saberes gestados nos espaços populares, constituindo redes de conversação.

EDVAN – Dona Maria foi logo dizendo⁴²
 Na Fortaleza dos anos 50 a 80:

BETH – Adoecer nem pensar
 O que não podia era faltar raiz
 Pra gente fazer o chá
 Dor de Cabeça
 Dor de barriga
 Ou nas partes...

HONORATO – Que partes?

TODOS – Vixe Maria!

BETH – E quando ocorria trauma na coluna ou na bacia?
 Era osso!

TODOS – Vixe Maria!

EDVAN – E se fosse preciso uma intervenção cirúrgica?

BETH – O quê?

VERA – Uma cirurgia mulher...

TODOS – Vixe Maria!

BETH - Da periferia para o Centro
 O transporte era um pau de arara...
 E na Praça José de Alencar havia o SANDU...

TODOS – Vixe Maria!

HONORATO – Alguém aqui ainda lembra do SANDU?

TODOS – Vixe Maria!

EDVAN – Atenção básica... na Periferia?

HONORATO – Eu acho que nem a terminologia havia.

TODOS – Vixe Maria!

EDVAN – E a média complexidade?

TODOS – Vixe Maria!

BETH – Home pare de falar assim que só essas palavras já causam agonia...

TODOS – Vixe Maria!

BETH – Dona Maria se lembra de tanta estrepolia...

42 Elias Silva

E tome chá
 E tome chá
 Azia e má digestão?
 Em toda gestão havia
 E tome chá
 E tome chá

TODOS – Vixe Maria!

BETH – Doutor, meu estudo é bem pouquinho, mas só que eu gravei tudo que um poeta falou.

Ele falou bem assim:
 A saúde não é dada
 É conquista popular
 Que ontem
 Hoje
 E sempre
 É preciso a gente lutar
 Interferir
 Participar
 E transformar o contexto da saúde
 Num foi bonito doutor? O que o poeta falou?

TODOS – Foi sim, foi sim.
 Acho que vou tomar do seu chá
 Coloque aí um pra mim!

Reflexão sobre a sinfonia nº 2

VERA DANTAS – O que poderíamos acrescentar ao que nos trouxe o cirandeiro? Que a arte articula o mundo vivido e suas problemáticas, do modo como é percebido pela população, recompondo por meio da formatividade que engendra, os sentidos novos da luta popular. Assim, podemos nomear essa

espécie de conversa entre vida e textos de arte como transposição metafórica, que implica também proporcionar a vivência artística como modo de superação do real dado. Essa síntese articula redes de conversação – conversa que envolve não só fala e textos mas também universos onde eles adquirem sentido. Práticas como concretudes que se corporificam em cuidado: farmácia viva, massoterapia, reiki, terapia comunitária, entre outras, em uma espécie de transmutação para a ação, que sucede no âmbito das redes de conversação. Elas trazem experiências e contribuições das culturas locais, e chamam a dimensão da integralidade tão realçada pela experiência popular, que vê os sujeitos em sua inteireza, com a sua subjetividade, espiritualidade, “artisticidade”, entre outras das diversas dimensões do viver humano.

A população realiza em seu cotidiano a mediação entre os mundos local e o global e nessa ligadura, muitas vezes acontecem apagamentos, e assim ocorre que a percepção de que a gestão é composta por um conjunto de atores é ofuscada e, há uma superavaliação e personificação desse problema complexo na pessoa do profissional. A subjetividade na relação do profissional com a população necessita estar articulada à discussão mais geral do projeto de saúde e de sociedade que temos e que queremos.

Também vimos que os conteúdos sobre vida e saúde no território, para incorporar o modo de ver das comunidades, parecem requerer um pensamento complexo. A intervenção “cenopoética” possibilitava a explicitação do conflito e a manifestação de atos-limite capazes de realizar transformações.

Assim lembramos a importância dos gestores e trabalhadores ultrapassarem uma visão de ciência dominante e ouvirem Boaventura Santos com sua ideia de ecologia de saberes, uma forma de extensão ao contrário, e a possibilidade de promover diálogos entre o saber produzido na universidade e os saberes provindos de outras culturas que circulam na sociedade. Aprendemos com a população que a extensão (no fazer universidade) pode acontecer a partir “do movimento popular”. A produção de conhecimento sobre saúde pela população (pelos grupos populares e movimentos sociais) tem sido sonhada e a extensão comunitária, do modo como a experiência Ekobé cunhou e viveu, nos traz referências importantes para o diálogo entre saberes, aspecto que o dialogismo em gestão não pode esquecer. Pois não, o Cirandeiro Elias quer se pronunciar sobre isso?

ELIAS – Quando a extensão vai ao povo
 É a universidade que sai de si
 É o universo popular que a atrai
 A academia e os acadêmicos
 Os mestres e os doutores
 Passam a pisar o chão real
 De um saber popular que também nsina
 Dá-se a troca de valores
 Saberes que se completam e se ajudam
 Quebram-se paradigmas e preconceitos
 E anunciam-se novos conceitos

Quando a universidade se deixa cuidar
 E se deixa atrair e se deixa tocar
 Pelo saber e pela prática popular
 As ciências se aprofundam
 Com novas junções e conexões
 Que o popular revelam
 É assim que a experiência demonstra
 Que quanto mais encontros
 Mais possibilidade de abraços

Quando a universidade não se estende
 E não amplia o seu olhar
 Na direção do universo popular
 O universo ao redor em movimento
 Apruma o seu olhar na direção universitária
 Ciente de que o caminho de aprender
 É o mesmo de ensinar
 Mas afinal que outra extensão popular
 Pode haver e haverá de ser?

A extensão popular comunitária!

Como forma de dizer para a universidade
 Que o popular vai ao campus
 E que o campus precisa vir ao campo!

VERA – Obrigada, Elias. Muito bem. Lembramos outro aspecto que gostaríamos de destacar dentro dessa sinfonia. A potencialidade do riso nos processos de acolhimento à comunidade, como também na sensibilização dos profissionais, no sentido de rever a forma de cuidar daqueles que buscam as unidades de saúde. O cirandeiro Honorato nos solicita e assume a palavra:

HONORATO – Pensamos que nas unidades deve haver lugar para as pessoas se encontrarem com sua criatividade; deve haver espaços para brincadeiras e imprevistos, que podem ser cuidados de formas mais próprias ao modo de nossa cultura viver o riso.

VERA – As aproximações entre pessoas, dentro de contextos cuidados com amorosidade, pode chamar o riso e a sensibilidade para os aspectos brincantes da vida. Bakhtin está aqui para nos lembrar:

BAKHTIN – O riso chama à cultura da “pluritonalidade”, à libertação das situações de impasse, abrindo as portas ao popular e ao universal. “Só as culturas dogmáticas e autoritárias são unilateralmente sérias”.

VERA – Obrigada. Dando continuidade, a trilha da humanização nas cirandas trouxe à cena a linguagem gráfica, mais especificamente a produção de Histórias em Quadrinhos como possibilidade de formulação teórica. Aí Canclini, nos ajuda, por favor, Sr...

CANCLINI – Bem, as histórias em quadrinhos surgem como novas técnicas narrativas, combinando tempo e imagens em um relato de quadros descontínuos que evidenciam a potencialidade visual da escrita e a dramaticidade que pode ser condensada em imagens estáticas. A imagem parece guardar possibilidades expressivas que não trazem os limites do sentido aprisionado pelo conceito.

VERA – Obrigada. Também observamos que o trabalho com imagens pode funcionar como síntese de temas geradores a serem explorados nas rodas de desvelamento de realidades. Quem sabe algo poético a ser dito por Honorato e Josenildo?

JOSENILDO - O processo foi para nós revelador de potências e sujeitos, de ação-reflexão. Caminhos de autoralidade sobre a humanização.

TODOS – SINFONIA Nº 3

CENO 1 – O canto coletivo das escolas. Com a palavra o cirandeiro Ray Lima

RAY – Esta sinfonia nos convidou a pensar promoção à saúde na sua interface com a educação escolar, como modo de romper com a fragmentação da gestão e como forma de se aproximar da vida no território. Aqui a interdisciplinaridade dá o tom do dialogismo entre educação e gestão em saúde, o que se fez por meio também do diálogo da arte com a educação popular. A contribuição das Cirandas como proposta dialógica e problematizadora, na escola, experiências que chamavam dimensões criativas, tais como as diversas linguagens da arte, os jogos, as narrativas, apontavam para a inclusão dos vários atores e atrizes que poderiam (e puderam) ter seu saber comportado na escola, uma vez que trazem o princípio de comunidade também para o diálogo entre gerações vivido na escola. Sim, os cirandeiros Johnson e Paulo querem entrar na roda:

PAULO THYAGO E JOHNSON

“Escola que eu quero
A Escola que me deram
A Escola que eu quero é
Popular, igualitária
Atraente, solidária
Que me envolva e me atraia
A escola que eu quero
Olha só o que me deram
Loteada, privada

Bancária, trancada
Para os donos do saber
Não valoriza o povo
Tampouco seu saber
A escola que eu quero
Olha só o que me deram
Processo educacional
Diretor senhor feudal
Mantém o sistema formal
Fecha-se pra riqueza local
A escola que eu quero
Olha só o que me deram
Educação
Defasada, ultrapassada
Q não cumpre sua missão
O saldo é a evasão
Educador que deseduca
Faz o Brasil que caduca

Reflexão sobre a sinfonia nº 3

VERA – Dessa forma, as linguagens da arte resultam em realizar uma espécie de ressemantização das discussões vividas e que tentam atos-limite (atos de transformação das situações-limite), com base nas especificidades das linguagens de cada arte, quando se calça no cotidiano. Para darmos um exemplo:

MÚSICA

*Cirandá cirandê⁴³
Nessa roda eu também quero entrar
Cirandê ciranda
Pari passu nos teus braços rodar*

43 Johnson Soares

*Tu me ensinas que eu te ensino
O caminho no caminho
Com tuas pernas minhas pernas andam mais*

VERA – Assim foram se dando articulações envolvendo as Cirandas da Vida, unidades de saúde e escolas, em mais de uma Regional. À vontade Sr. Bakhtin:

BAKHTIN – É isto: a polifonia é a harmonização de vozes discordantes – enquanto a monofonia seria quando se apagam as vozes discordantes.

VERA – Mais uma vez obrigada pela grande contribuição para esse nosso exercício polifônico. Assim sendo, pode-se dizer que há um exercício polifônico, ainda que embrionário, quando se vê a realização do planejamento integrado entre escolas, unidades de saúde e atores comunitários (como já se faz no Barroso II) e quando estes segmentos (saúde e educação) articulam com a comunidade o projeto político- pedagógico da escola, como se viu acontecer no Alagadiço Novo. Também aqui se presenciou a inserção da arte na produção de produtos pedagógicos feitos pelos estudantes. A integralidade vista como traço fundamental das propostas que nascem na perspectiva comunitária. Enquanto as iniciativas do Estado trazem em si a fragmentação, as redes comunitárias e as “transversalidades” vividas pela experiência comunitária alevantam pontes entre as várias potencialidades locais que dialogam.

A omissão do Estado no desenvolvimento das propostas de atuação para a juventude em conflito com a lei – como vimos especialmente na Sinfonia IV. Ao ver falhar o Estado, então, o princípio de comunidade tenta suprir, como pode, as lacunas deixadas pela esfera institucional.

TODOS – SINFONIA Nº 4

CENO 1 - O rap como narrativa da realidade de jovens em conflito com a lei e o círculo de cultura brincante como cena dramática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Com a palavra os cirandeiros Thiago Porto e Paulo Albuquerque.

THIAGO – Nosso foco central é a chamada juventude *vida loka*. O trabalho com temas geradores, como se viu, mediado pela arte, resulta por promover a integração do conhecimento junto à ação, o que constitui uma forma particular de problematização conducente à ação. Assim se passou a estudar o que para os jovens significava *vida loka*; e alcançamos flagrar muito do que vivem e expressam. se problematizava a violência como situação-limite, buscando considerar concretamente os jovens como sujeitos práticos:

Mv Bill e Viela 17 da Cidade de Deus

[Refrão Mv Bill]

*Pequenos Homem que não temem o perigo mané
Que tão na pistas traficando ou defendendo qualquer
Não tem sonho, conta com a sorte, viajar na ronda mais caminha na estrada
da morte*

*Pequenos Homem que não temem o perigo mané
Que tão na pistas traficando ou defendendo qualquer
Não tem sonho, jogam com a vida faz a correria no
Processo de decida*

*Juventude na favela sociedade esquece
Depois que cresce e lembrado com frequência
Vida referência representante da violência,
Com consequência pra quem vive ao seu redor
Já tá na desvantagem é ainda leva a pior
Então se liga só... Ambição em alta voltagem já fico no prejuízo agora quer vantagem*

*Pequenos Homem que não temem o perigo mané
Que tão na pistas traficando ou defendendo qualquer
Não tem sonho, conta com a sorte, viajar na ronda mais caminha na estrada da morte
Pequenos Homem que não temem o perigo mané*

*Que tão na pistas traficando ou defendendo um qualquer
Não tem sonho, jogam com a vida faz a correria no
Processo de descida*

PAULO – A necessidade premente de estabelecer diálogos com o princípio de comunidade, representados, em especial, por essa juventude, cuja participação parece ser sistematicamente sonogada nos espaços da esfera institucional. Viu-se como seria necessário incluir esses olhares e saberes plurais dos jovens em um contexto do diálogo intercultural, como forma de romper com esse silenciamento da juventude.

VERA – Em meio a tais vulnerabilidades, seria possível nos aproximar do que Fuganti denomina “*zonas de indeterminação*” - espaços onde é possível despertar paixões alegres, capazes de ativar o *conatus*, no dizer de Spinoza, e promover as potências desses jovens. Comprovamos como há formas de cultura e linguagens da arte submetidas (e que acabam submissas, muitas vezes), como o grafite, o *rap* e outras – e pudemos ver que a arte traz os estratos de dizer que estão à margem, como estes.

TODOS – SINFONIA Nº 5

CENO 1 – A rede de arte, cultura e saúde - ocupando espaços públicos com arte. Com a palavra os cirandeiros Jair Soares e Márcio Firmiano.

MÁRCIO – A Sinfonia nº 5 levou-nos a refletir sobre as redes sociais reveladoras da potência da arte nos processos de mobilização comunitária. Estas redes poderiam ser formas de inclusão social.

JAIR – Os Escambos de Arte, Cultura e Saúde não conseguiam, porém, envolver as equipes de Saúde da Família. Nosso pensamento sobre saúde coletiva não saberia comportar esse esforço dialógico do movimento popular?

MÁRCIO – A arte em sua polifonia parece-nos, também, apontar caminhos metodológicos de realizar a suspensão crítica e os ensaios de utopia necessários à problematização das situações-limite em seu exercício transformador.

Reflexão sobre a sinfonia nº 5

VERA – O princípio de comunidade e a esfera institucional em diálogo, traçando saberes e possibilidades importantes, que realçam as dimensões pedagógicas da experiência, trilhas da educação popular e saúde também das ações de promoção que se fazem em seus territórios; querem se dizer como sujeitos históricos; não querem ser vistos e à sua arte e potência como meros instrumentos ou tarefeiros que transmitem conteúdos impostos pelos profissionais de saúde, ou meros animadores de momentos em que se exercita a pedagogia da transmissão ou do condicionamento; caminho onde “as políticas de saúde educação e cultura podem se integrar para que os grupos de arte e cultura das comunidades possam contribuir como agentes; a “cenopoesia”, como exemplo de linguagem da arte trabalhada pelo movimento popular, os “biomas morfoexpressivos das artes” (LIMA, 2008), o que nos impulsiona para a consideração das possibilidades do diálogo entre as linguagens da arte, na tessitura de um discurso que faz dialogar sujeitos e dimensões.

TODOS – SINFONIA Nº 6

CENO 1 – O teatro fórum e a problematização da violência no contexto das mulheres em movimento. Com a palavra a cirandeira Beth Silva:

BETH – A solidariedade exige a corresponsabilização coletiva – é o que se pode apreender da Sinfonia VI. O movimento popular articula dimensões subjetivas e políticas e nega essa fragmentação, mais própria da lógica do capitalismo.

Reflexão sobre a sinfonia nº 6

VERA – *Ação de subjetivação (e sujeitificação) que alcança as interferências no mundo público*, em um diálogo com dimensões cujos resultados, pode aflorar de grupos pequenos e de ensaios de subjetivação, feitos com a reflexão sobre o feminino como pudemos ver na experiência com as Mulheres em Movimento no Conjunto

palmeira, que, partindo de vivências com teatro fórum montaram um espetáculo que problematiza a violência e referenda a importância de discutir a Lei Maria da Penha.

TODOS – SINFONIA Nº 7

CENO 1 – A poética da construção de estratégias solidárias nas lutas por moradia e na sócio-economia-solidária. Com a palavra o cirandeiro Elias Silva:

ELIAS – Na Sinfonia nº 7, a experiência das feiras de economia solidária e saúde podemos vislumbrar opções de reinventar o presente e nos insurgir ante o processo de globalização neoliberal, caminhos do dialogismo entre o princípio de comunidade e o princípio de mercado, revelando-nos o valor da dimensão da solidariedade e o compartilhamento das experiências. A diversidade das experiências revela terreno fértil para que se possa promover uma tradução intercultural, que inclui a arte e as práticas populares de cuidado, como expressões singulares dessa experiência, criando zonas de contato para a efetivação do diálogo intercultural. A experiência com o grupo da moradia, vê saúde como parte da experiência de emancipação humana, a luta popular pela moradia à humanização, inclui também a dimensão do acesso, não só ao sistema de saúde local, mas também às políticas sociais de maneira mais geral.

As possibilidades da educação popular no ordenamento de processos educativos em uma perspectiva participativa e problematizadora da realidade; e calcar-se sobre valores como amorosidade, solidariedade, conquista coletiva e cuidado com a preservação ambiental, e a artisticidade de todos, tendo o diálogo como princípio fundante dessa abertura à multidimensionalidade da perspectiva da educação popular em saúde.

Reflexão sobre a sinfonia nº 7

VERA – A explicitação do arcabouço burocrático do Estado feito barreira à inclusão das organizações populares na efetivação de políticas públicas. Nesse campo tenso, a potência da arte, apesar de não compreendida como cultura e saber pelo corpo técnico dessas políticas, constitui-se linguagem de resistência e voz de emancipação – crítica da cultura. Também, aprendizado pedagógico importante,

que clareia sentidos descobertos no processo de luta da educação popular em saúde. Ao se incluírem na esfera institucional, em meio aos tensionamentos das políticas públicas locais realizam a mediação entre esses dois espaços. Amparando-se em um saber que se faz na luta popular, e que se alimenta do cotidiano, a luta pela justiça social e pela humanidade dos sujeitos vai renovando as relações sociais no convívio com a diversidade cultural, como também vai laborando novos sentidos e direções para a ação governamental, revitalizando-a, chamando-a a pensar coletivamente e ouvir os contextos concretos das comunidades, seus conhecimentos, desejos e necessidades. Isso, contudo, constitui também um caminho esperançoso e não acontece apenas dessa forma – é como um campo tenso, cheio de recuos e limites, de onde se impulsiona a polifonia necessária para fazer comportar as vozes populares.

TODOS - Considerações adicionais.

CENO 1 – Então, o que mais poderia acrescentar, Sra. Vera Dantas?

VERA – Penso que para os cirandeiros e cirandeiras, a sua inserção como atores e atrizes no campo da gestão e, ao mesmo tempo, no campo da militância nos movimentos populares pareceu-nos, em todos os momentos desta tese, o que poderíamos dizer o ponto nevrálgico dessa zona de diálogos; que o saber e a experiência popular não pode ser desperdiçada na gestão. a arte alimenta uma cultura de saúde na cena social, capaz de dar lugar aos possíveis do diálogo entre o princípio de comunidade e a esfera institucional.

CENO 1 – Considerações finais, por favor:

VERA – A inclusão das Cirandas como roda da educação popular na Teia de Cogestão da Secretaria Municipal de Saúde e, conseqüentemente, no espaço de tomada de decisão política, revela potencialidades e desafios como espaço instituinte de exercício de *poder compartilhado* onde o princípio de comunidade, revela “movimentos em potência para exercer o seu protagonismo” como modo também de contribuir para a formulação de políticas. Política, vista não somente como campo de poder ou ciência do Estado, mas como algo inerente ao humano, que ousa instituir-se



em movimentos de superação da opressão e da alienação, despertando sua potência transformadora e uma manifestação do que seria a humanidade, enquanto devir civilizatório. Assim continuemos os passos dessa ciranda que é nossa dança, como diz bem a música da compositora e cantora Ângela Linhares:

MÚSICA – CIRANDA NOSSA⁴⁴

*O passo da ciranda é nossa dança
E o rio dos teus olhos minha rua
O claro caminhar de nossa gente
Desenha o movimento das estrelas pelo chão*

*Ciranda nossa
Vai nas praças sobe morros
Becos vilas e cidades
Vem brincar nas minhas mão*

*Ai cirandinha
Parece a felicidade
Vem de leve logo e tarde
Vira estrela da manhã*

*Corre pelo ar
Ciranda pele da canção
E no breu das noites faz manhãs*

APÊNDICE II: LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO	- Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
ANEPS	- Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde
APA	- Áreas de Proteção Ambiental
ASMOCONP	- Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira
CAP	- Comunidade Ampliada de Pesquisa
CAPS AD	- Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas
CCA	- Comunidades Científicas Alargadas
CEB's	- Comunidades Eclesial de Base
CEBES	- Centro Brasileiro de Estudos em Saúde
CEDECA	- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEREST	- Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
COMOV	- Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CSF	- Centros de Saúde da Família
DIDO	- desenvolvimento institucional e desenvolvimento organizacional
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMLURB	- Empresa de Limpeza Urbana
ENSP	- Escola Nacional de Saúde Pública
ESCUA	- Espaço Cultural Frei Tito de Alencar
ESF	- Estratégia Saúde da Família
FBFF	- Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FCD	- Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes
FDS	- Fundo de Desenvolvimento Social
FEBEMCE	- Fundação Estadual Bem-Estar Menor do Ceará
FESOL	- Feira do Empreendedor Solidário
FUNARTE	- Fundação Nacional de Arte
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde

44 Ângela Linhares e Johnson Soares

FUNCI	- Fundação da Criança e da Família Cristã	SDE	- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
GDFAM	- Grupo de Desenvolvimento Familiar	SER	- Secretaria Executiva Regional
GPDU	- Núcleo Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano	SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
HABITAFOR	- Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza	SMS	- Secretaria Municipal de Saúde
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana	SMSE	- Sistema Municipal Saúde Escola
HQs	- Histórias em Quadrinhos	SPE	- Saúde e Prevenção nas Escolas-
IMS	- Instituto de Medicina Social	SUS	- Sistema Único de Saúde
JAB	- Jovens de Antônio Bezerra	UECE	- Universidade Estadual do Ceará
LAC	- Liberdade Assistida Comunitária	UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
M.C.P.	- Movimento dos Conselhos Populares	UFC	- Universidade Federal do Ceará
MCA	- Medicina Complementar/Alternativa	UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
MEC	- Ministério da Educação	UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
MNMMR	- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência
MNMMRCE	- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Ceará	UNIFOR	- Universidade de Fortaleza
MOCUPP	- Movimento de Cultura Popular do Pirambu	USP	- Universidade de São Paulo
MOPS	- Movimento Popular de Saúde		
MORHAN	- Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase		
MSMCEB	- Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim		
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra		
MT	- Medicina Tradicional		
MTR	- Movimento de Trabalho e Renda		
OMS	- Organização Mundial da Saúde		
ONG's	- Organizações Não-Governamentais		
OP	- Orçamento Participativo		
PICs	- Práticas Integrativas e Complementares		
PJMP	- Pastoral de Juventude do Meio Popular		
PNH	- Política Nacional de Humanização		
PNPIC	- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares		
PRONASCI	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania		
PSE	- Projeto Saúde na Escola		
REAJAN	- Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri		
REMTH	- Rede de Massoterapeutas e Terapeutas Holísticos		
RECID	- Rede de Educação Cidadã		
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência		

APÊNDICE III: FOTOS E IMAGENS

Sinfonias

Primeira Sinfonia: alteridade e transformação: a arte como potência humana ajudando a pensar o cuidado com a vida



Segunda Sinfonia: As práticas integrativas e populares de cuidado enquanto cenário de humanização na saúde: itinerários sob a perspectiva do protagonismo popular.



Terceira Sinfonia: o canto coletivo das escolas na produção da vida



Quarta Sinfonia: caminhos de inclusão na vivência com a juventude vida loka



Quinta Sinfonia: a rede de arte, cultura e saúde – a ocupação dos espaços públicos com arte



Sexta Sinfonia: o teatro fórum e a problematização da violência no contexto das mulheres em movimento



Sétima Sinfonia: a poética da constituição de estratégias solidárias nas lutas por moradia e na socioeconomia-solidária



COMPASSO E DESCOMPASSO: a dança do mundo subjetivo e do mundo das objetividades na luta popular



Publicações da Editora Rede UNIDA

Séries:

Atenção Básica e Educação na Saúde
Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde
Cadernos da Saúde Coletiva
Vivências em Educação na Saúde
Interloquções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde
Saúde Coletiva e Cooperação Internacional
Clássicos da Saúde Coletiva
Saúde & Amazônia
Arte Popular, Cultura e Poesia
Branco Vivo
Saúde em imagens
Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico
Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade
Pensamento Negro Descolonial
Educação Popular & Saúde
Outros

Periódicos:

Revista Saúde em Redes
Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



ISBN 978-65-87180-02-1



9 786587 180021